



**MARIA ALICE LOPES  
DE FIGUEIREDO  
PAULO**

**EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS  
COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO**



**MARIA ALICE LOPES  
DE FIGUEIREDO  
PAULO**

**EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS  
COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Pública (2º Ciclo), realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Luís Rocha Pinto, Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Esta dissertação foi realizada no âmbito do projeto de investigação “Demografia economicamente sustentável – Reverter o declínio em áreas periféricas” DEMOSPIN [PTDC/CS-DEM/100530/2008]. Assim, agradeço o apoio à Fundação de Ciência e Tecnologia e do Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade [COMPETE] do Quadro Comunitário de Apoio [QCA IV- Comissão Europeia] e do Fundo Comunitário Europeu [FEDER].

**o júri**  
Presidente

**Professor Doutor Filipe José Casal Teles Nunes**  
Professor Auxiliar Convidado da Universidade de Aveiro

**Professor Doutor Joaquim Carlos da Costa Pinho**  
Professor Associado da Universidade de Aveiro

**Professora Doutora Maria Luís Rocha Pinto**  
Professora Associada da Universidade de Aveiro

## agradecimentos

Agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a concretização desta dissertação.

Em primeiro lugar, às minhas filhas Joana e Núria, pelo apoio, estímulo e ajuda permanentes, neste período familiar mais conturbado.

À Professora Doutora Maria Luís Rocha Pinto pela orientação erudita e exigente e pela confiança transmitida ao longo do trabalho.

Ao Doutor José Alberto Ferreira, pelo apoio e confiança.

Aos meus colegas da CCDRC, Doutor Bernardo Campos, Doutoradas Fernanda Costa, Alexandra Rodrigues, Alexandra Gomes e Carla Coimbra, pelos vários contributos, esclarecimentos e disponibilidade sempre demonstrada.

E por fim, mas não em último, aos meus amigos Carla, Isaura, Adelino e Orlindo, por estarem tão presentes nesta fase da minha vida.

**palavras-chave**

População, políticas públicas, região, NUTS, fundos comunitários.

**resumo**

Este trabalho pretende fazer uma análise sobre os efeitos gerados nas populações pelas políticas regionais induzidas pelos fundos comunitários, que têm como objetivo a coesão económica, social e territorial das regiões europeias, reduzindo as suas assimetrias.

As políticas regionais em estudo são as fomentadas pelos Programas Operacionais Regionais, geridos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), no período intercensitário 2001-2011, o qual abrangeu dois períodos de programação enquadramentos da política comunitária de apoio, o QCA III (2000-2006) e o QREN (2007-2013).

Para tal, foram escolhidas algumas sub-regiões da Região Centro de Portugal, cujas características e dinâmicas intrínsecas são bastante diferentes, atendendo também ao seu posicionamento geográfico na região, com o propósito de avaliar os efeitos originados nas populações resultantes da execução das políticas públicas. Com esta seleção pretende-se estimar a influência que os designados fatores de enquadramento ou de contexto (dimensão territorial, capacidade produtiva, inovação, tradições, recursos naturais, economias de aglomeração potenciadas pelas suas cidades) poderão ter na implementação das políticas públicas.

A Região Centro, alvo deste estudo, continua a apresentar assimetrias de desenvolvimento e de competitividade que não têm sido esbatidas pelos investimentos dos atores, quer públicos quer privados. Esta evidência de realidades tão diversas obriga a um repensar de atuação e de execução de políticas que se adaptem aos constrangimentos e potencialidades próprias de cada região de modo a poderem ser superados os desafios particulares que se colocam localmente e reduzidas as assimetrias internas, fomentando-se um desenvolvimento harmonioso. Caso contrário poderão estar postas em causa a coesão territorial e a sustentabilidade ambiental, como prioridades do Desenvolvimento Regional tão pretendido.

**keywords**

Population, public policy, region, NUTS, EU funds.

**abstract**

The aim of this paper is to analyse effects on regional populations of policies induced by EU funds, the objectives of which are the economic, social and territorial cohesion of European regions, thereby reducing asymmetries.

The regional policies under study are fostered by Regional Operational Programmes, managed by the Regional Coordination and Development Commission for the Central Region (CCDR) in the intercensal period of 2001-2011, which covered two periods of programming which framed community support policy, QCA III (2000-2006) and QREN (2007-2013).

To this end, some sub-regions of the Central Region of Portugal were selected. Their characteristics and intrinsic dynamics are quite different given their geographical position in the region. The purpose of this selection was to evaluate the effects arising in the population as a result of implementing public policies. This selection was intended to estimate the influence that the designated framework factors or context (territorial dimension, production capacity, innovation, traditions, natural resources, agglomeration economies potentially offered by their cities) may have on the implementation of public policies.

The Central Region, which was the target of this study, continues to show asymmetries in development and competitiveness that have not been diminished by stakeholder investments, whether public or private. This evidence of such different realities requires a rethinking of action and of implementing policies that adapt to each region's constraints and potentials in order to overcome the particular challenges that arise locally and so as to reduce internal asymmetries, fostering harmonious development. Otherwise, the greatly desired territorial cohesion and environmental sustainability may be undermined as priorities for regional development.

*"A pessoa é a medida e o fim de toda a atividade humana e a política tem de estar ao serviço da sua inteira realização."*

*"Que não se esperem todas as realizações do Governo, (...) mas que cada pessoa, cada autarquia, cada comunidade, saiba, e possa, falar por si e lutar pela defesa dos seus direitos, com consciência das suas responsabilidades."*

Francisco Sá Carneiro





# EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

## ÍNDICE

Índice.....	i
Índice de Figuras.....	iii
Índice de Quadros.....	iv
Índice de Siglas.....	v
Introdução.....	1
Capítulo 1. As Políticas Regionais.....	5
1.1. A Política Regional em Portugal antes da União Europeia.....	5
1.2. A Política Regional da União Europeia.....	7
1.3. Os Fundos Comunitários.....	14
1.4. Os Períodos de Programação enquadramentos da Política Comunitária de Apoio.....	16
1.5. O QCAIII e o QREN.....	18
Capítulo 2. A organização Administrativa em Portugal.....	23
2.1. Nota Histórica.....	23
2.2. REGIÃO – Divisão Administrativa.....	25
2.3. CCDRC – Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.....	27
2.4. NUTS – Divisão Estatística.....	29
2.5. CIM – Comunidades Intermunicipais.....	31
Capítulo 3. A escolha do Território.....	33
3.1. A Região Centro e a CCDRC.....	33
3.2. As sub-regiões Baixo Vouga (BV), Pinhal Interior Norte (PIN) e Beira Interior Sul (BIS) no contexto da Região Centro : Fundamentação da escolha.....	43
3.3. Caracterização das sub-regiões.....	45
3.3.1. O Baixo Vouga.....	45
3.3.2. O Pinhal Interior Norte.....	47
3.3.3. A Beira Interior Sul.....	49
Capítulo 4. Os investimentos realizados no âmbito dos Programas Operacionais Regionais, no período 2001-2011.....	51
4.1. O QCA III e o POCentro no período 2000-2006.....	53
4.1.1. Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul: Os investimentos realizados (2000-2006).....	56
4.2. O QREN e o Mais Centro no período 2007-2011.....	60
4.2.1. Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul: Os investimentos aprovados (2007-2011).....	66
Capítulo 5. Avaliação da implementação das Políticas Regionais e os seus efeitos nas populações .....	77
Conclusão.....	91
Bibliografia.....	94
Legislação.....	98

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

### ANEXOS

ANEXO I - As configurações territoriais da região centro .....	I
ANEXO II - Alguns indicadores de desenvolvimento, das NUTS III: baixo vouga, pinhal interior norte e beira interior sul, no contexto da região centro e do país .....	.III
ANEXO III -Conceitos estatísticos (constantes do Sistema de Metainformação do INE).....	IX
ANEXO IV - Pprojetos executados, no período 2001-2011, nas NUTS III Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul .....	XVIII

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

### ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Triângulo de objectivos para um desenvolvimento territorial sustentado .....	13
Figura 2 – Contornos Geográficos da Região Centro .....	33
Figura 3 – Âmbito de atuação da CCDRC (77 Municípios) .....	34
Figura 4 – Âmbito de fins estatísticos/NUTS da CCDRC (100 Municípios) .....	34
Figura 5 – Categorias de regiões europeias em matéria de inovação de acordo com os resultados do Regional Innovation Scoreboard 2012 .....	36
Figura 6 – Organograma da CCDRC .....	42
Figura 7 – Mapeamento de atratividade- Posicionamento dos municípios do BV, do PIN e da BIS face às dinâmicas populacionais e índice do poder de compra .....	86

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

### ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 3.1 – Indicadores de desenvolvimento para as NUTS III da Região Centro .....	39
Quadro 4.1 – Despesa pública realizada em PO Setoriais na Região Centro pelo QCA III .....	51
Quadro 4.2 – Investimentos do QREN, na Região Centro, a 31/12/2011 .....	52
Quadro 4.3 – Estrutura do Programa Operacional do Centro 2000-2006 (POCentro).....	54
Quadro 4.4 – Investimentos do POCentro realizados nas NUTS III Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul .....	58
Quadro 4.5 – Estrutura do Programa Operacional Regional do Centro 2007-2011 (Mais Centro) .....	61
Quadro 4.6 – Programação Financeira do Mais Centro por EP .....	62
Quadro 4.7 – Investimentos do Mais Centro aprovados nas NUTS III Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Beira InteriorSul.....	67
Quadro 4.8 – Financiamentos do FEDER no período 2007-2011 .....	76
Quadro 5.1 – Investimentos proporcionados pelos PO Regionais, no período 2001-2011, nas NUTS III Baixo Vouga,Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul .....	78
Quadro 5.2 – Indicadores de desenvolvimento, no período 2001-2011, nas NUTS III Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul .....	79
Quadro 5.3 – Indicadores de desenvolvimento turístico, no período 2001-2011, nas NUTS III Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul .....	84

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

### ÍNDICE DE SIGLAS

ADI	- Agência de Inovação
AICEP	- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
BIS	- Beira Interior Sul
BM	- Baixo Mondego
BV	- Baixo Vouga
CATAA	- Centro de Apoio Tecnológico Agro Alimentar
CCDR	- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCDRA	- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
CCDRC	- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CCDRLVT	- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CCDRN	- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CCR	- Comissão de Coordenação Regional
CE	- Comunidade Europeia
CENCYL	- Centro, Castilha y Leon
CIM	- Comunidade Intermunicipal
CIMBIS	- Comunidade Intermunicipal da Beira Interior Sul
CIM-BM	- Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego
CIMPIN	- Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte
CIMPIS	- Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Sul
CIMPL	- Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral
CIMRDL	- Comunidade Intermunicipal da Região do Dão Lafões
CIMSE	- Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela
CIRA	- Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro
COMURBEIRAS	- Comunidade Intermunicipal das Beiras
CRP	- Constituição da República Portuguesa
DAS	- Direção de Serviços do Ambiente
DECO	- Defesa do Consumidor
DGAL	- Direção Geral das Autarquias Locais
DGAL	- Direção Geral das Autarquias Locais
DSAJAL	- Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local
DSDR	- Direção de Serviços do Desenvolvimento Regional
DSF	- Direção de Serviços de Fiscalização
DSOT	- Direção de Serviços do Ordenamento do Território
DSR	- Divisão Sub-Regional
EDEC	- Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário
EEC	- Estratégias de Eficiência Coletiva

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

EFAPEL	- Empresa Fabril de Produtos Elétricos
EP	- Eixo Prioritário
ETAR	- Estação de Tratamento de Águas Residuais
EUROACE	- Euroregião Alentejo-Centro-Extremadura
FEADER	- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAGA	- Fundo Europeu Agrícola de Garantia
FEDER	- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA	- Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FEOGA-G	- Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - vertente Garantia
FEOGA-O	- Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - vertente Orientação
FEP	- Fundo Europeu das Pescas
FSE	- Fundo Social Europeu
GEPE	- Grupo de Estudos Políticos Europeus
I&D	- Investigação e Desenvolvimento
I&DT	- Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IAPMEI	- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
IASP	- International Association of Science Parks and Areas of Innovation
IFDR	- Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional
IFOP	- Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca
INE	- Instituto Nacional de Estatística
IRS	- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
NUTS	- Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PCT	- Polo de Competitividade e Tecnologia
PEAPIN	- Plano Estratégico de Ação para o Pinhal Interior Norte
PIB	- Produto Interno Bruto
PIN	- Pinhal Interior Norte
PME	- Pequenas e Médias Empresas
PNPOT	- Programa Nacional das Políticas de Ordenamento do Território
PO	- Programa Operacional
PO MARE	- Programa Operacional de Pesca
POA	- Programa Operacional de Ambiente
POAGRO	- Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural
POAT	- Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes
POCI	- Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação
POEFDS	- Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social
POFC	- Programa Operacional Fatores Competitividade
POPH	- Programa Operacional Potencial Humano

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

POVT	- Programa Operacional Valorização Territorial
PRAI	- Programa Regional de Ações Inovadoras
PRIME	- Programa de Incentivos à Modernização da Economia
PRODEP	- Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal
PRODER	- Programa de Desenvolvimento Rural
PROMAR	- Programa Operacional de Pesca
PROVERE	- Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos
PTD	- Plano Territorial de Desenvolvimento
QCA	- Quadro Comunitário de Apoio
QREN	- Quadro de Referência Estratégica Nacional
RIERC	- Rede de Incubadoras de Empresas da Região Centro
TICE.PT	- Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica
TP	- Turismo de Portugal
EU	- União Europeia
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VAB	- Valor Acrescentado Bruto
ZPE	- Zonas de Proteção Especial





### INTRODUÇÃO

A adesão de Portugal, em 1986, à Comunidade Económica Europeia, foi o culminar de um árduo período, de uma ambicionada integração e de uma esperança que um crescimento económico com segurança, saúde e bem-estar para todos tinha chegado. Viveram-se tempos de alguma euforia com a mudança de mentalidades, de cultura e de particular importância na estrutura económica e social, verificando-se, entre 1986 e 1992, uma subida do nível de vida de 65% para 79%, face ao nível de vida médio na Europa de então (AMA, 2013, p.49).

No entanto, o contexto que se vive atualmente em Portugal, e também em vários outros países europeus, não traduz esta expectativa de bem-estar social e económico que se julgou alcançar com a integração europeia.

É certo que para além da integração europeia outros fatores, como a globalização e a crise económica e financeira que se vive internacionalmente, influenciaram os acontecimentos que nos trouxeram ao contexto atual em Portugal e noutros países da Europa e do mundo. As alterações ocorridas ao nível das transações comerciais e de capitais entre países, a partir da década de 80, conduziu a grandes transformações no cenário económico global, provocando desequilíbrios nos diferentes Estados-Nação (Ascani, A., Crescenzi, R. & Iammarino, S., 2012, p.3).

Estes efeitos não deixam de ser sentidos pelas populações dos territórios menos favorecidos, dificultando ainda mais o seu desenvolvimento sustentado (Gonçalves, 2010, p. 255).

A este respeito, Francisco Mafra e J. Amado da Silva referem:

“ (...) os movimentos simultâneos de globalização, descentralização e integração internacional podem ter efeitos na amplitude das disparidades regionais, obrigando os países e/ou as respetivas áreas de integração, a aplicar políticas territoriais que contrariem estes efeitos e reforcem a coesão social a nível territorial. Exemplo disso é a política de desenvolvimento regional da União Europeia.”

(2004, p.29)

Algumas questões se têm colocado: Quais os resultados da integração europeia de Portugal? Quais os efeitos dos financiamentos comunitários aplicados? Têm os mesmos sido úteis e sustentáveis para o desenvolvimento socioeconómico de Portugal?

A Coesão Económica, Social e Territorial da União Europeia visa atenuar as grandes disparidades socioeconómicas e territoriais e corrigir os desequilíbrios verificados entre os Estados-Membros e entre regiões da União Europeia, nomeadamente através dos Fundos Comunitários, os quais preveem verbas avultadas para as regiões mais desfavorecidas.

As políticas regionais devem promover a orientação dos fundos para alvos estratégicos, rentabilizando ao máximo as oportunidades existentes em cada região, preservando a natureza e os seus recursos, mas servindo também para criar novos mercados de emprego e oportunidades de crescimento que se traduzam num maior bem-estar dos cidadãos e fomentem a sua permanência nesses locais.

No entanto e de acordo com Maria Luís Pinto (2010, p. 53) não é fácil medir o bem-estar de uma população, existindo vários modelos de tentativa da sua avaliação, através de alguns indicadores (como o rendimento per capita, ou a mortalidade infantil, entre outros), considerando ainda, a autora, que não existe em Portugal “uma verdadeira abordagem das Políticas de População”, as quais estão muito interligadas com outras políticas e ciências, desde a

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

*Ciência Política e Ciências Sociais às Políticas Públicas*. Considera ainda (Pinto, 2010, p.64) que existem princípios, como “liberdade, informação e coerência de políticas”, nos quais se baseia a Política da População, que exigem uma análise profunda e cuidada dos efeitos produzidos na população, por outras políticas públicas, as quais, pensa que podem ser definidas por “...What Governments Do, Why They Do It and What Difference It Makes”<sup>1</sup> (Ibid, p.44).

Outra das dificuldades relaciona-se, à partida, com o próprio conceito de *Bem-estar*, associado frequentemente com “Felicidade, Satisfação com a Vida, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Sustentável, etc.” (Belbute, J. et al., 2009, p.5). Para estes autores todos estes conceitos podem traduzir-se em “Qualidade de Vida” e, apesar de este ser de difícil consenso, pelo facto de estar também associado a vários indicadores é, no entanto, considerado de relevante importância, quer por académicos quer por políticos, uma vez que está associado à competitividade e atratividade das regiões, tendo havido um esforço grande na tentativa de o operacionalizar de modo a torná-lo útil como instrumento na “conceção e pilotagem das políticas públicas”(Ibid, pp. 4-7).

Segundo Manuel Porto (1996, p.9) são os movimentos globais da população “os indicadores mais fiáveis das condições reais de bem-estar e das expectativas dos cidadãos.”

Esta investigação pretende analisar os efeitos nas populações, no período 2001-2011, resultantes da implementação das políticas regionais, em algumas NUTS III da área de atuação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) e tentar responder à questão: **“As políticas regionais implementadas, no período 2001-2011, têm tido os efeitos esperados no desenvolvimento das populações locais?”**

Para tal, foram escolhidas três NUTS III – *Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul* - da NUTS II Região Centro, por se considerar que são NUTS III de características distintas em termos das dinâmicas territoriais intrínsecas.

Com esta seleção pretende-se avaliar a influência que os designados fatores de enquadramento ou de contexto (dimensão territorial, capacidade produtiva, inovação, tradições, recursos naturais, economias de aglomeração potenciadas pelas suas cidades) poderão ter na implementação das políticas públicas. Com efeito, a Região Centro continua a apresentar assimetrias de desenvolvimento e de competitividade que não têm sido esbatidas pelos investimentos dos atores, quer públicos quer privados. Esta evidência de realidades tão diferenciadas obriga a um repensar de atuação e de execução de políticas, sob pena de estarem postas em causa as tão almejadas coesão territorial e sustentabilidade ambiental.

As políticas regionais devem prever e abarcar medidas que minimizem as fragilidades de natureza institucional, de forma a não prejudicar o desenvolvimento regional (Ascani, A., Crescenzi, R. & Iammarino, S., 2012, p.9).

Das políticas regionais implementadas no período em análise, 2001-2011, foram estudadas as relacionadas com os investimentos feitos ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio, geridos pela CCDRC: os Programas Operacionais Regionais. Esse intervalo de tempo abrange o período de implementação do Programa Operacional Regional do Centro 2000-2006, do QCA III (3.º Quadro Comunitário de Apoio), e de grande parte do período de implementação do Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013, do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional).

Sendo este também o período intercensitário, vai ser possível indagar sobre a forma como as populações se têm movimentado e/ou fixado nas regiões, quer em termos de residência quer em termos de trabalho e criação de

---

<sup>1</sup> Parte do título de uma obra de Dye (1976)

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

empresas, ou seja, vai ser possível avaliar os efeitos dos investimentos proporcionados pelos fundos comunitários, os quais têm sido vistos como instrumentos decisivos no processo de desenvolvimento regional, na redução das assimetrias, na criação de riqueza e na melhoria de vida das populações, tentando responder à questão colocada.

Porque, embora se viva atualmente uma época de globalização onde as tecnologias de informação desempenham um papel preponderante e influenciam, de forma decisiva, o modo como as pessoas vivem e trabalham, a natureza humana tende a procurar a apazibilidade e os meios urbanos tradicionais, com espaços verdes que proporcionam tranquilidade e bem-estar, continuam a ser apelativos para viver, trabalhar e crescer. Por tudo isto, as regiões procuram disponibilizar condições que favoreçam a atratividade e a fixação das populações e continuam a competir pela criação de negócios e emprego que, apesar da globalização da informação, proporcionem condições favoráveis à sua permanência e a uma reconversão positiva do mundo rural.

No final deste trabalho, tentaremos encontrar as respostas para as questões colocadas. Para tal será efetuada uma análise documental, cruzada com dados obtidos a partir do Instituto Nacional de Estatística (INE) com vista a atingir os objetivos desta investigação.

O desenvolvimento deste trabalho estrutura-se da seguinte forma:

- No capítulo 1 pretende fazer-se uma revisão de literatura sobre as políticas regionais e o enquadramento histórico da sua aplicação em Portugal, antes e depois da União Europeia, bem como sobre os fundos comunitários e as suas diversas utilizações;

- No capítulo 2 faz-se uma abordagem à organização administrativa do território português e a sua influência no desenvolvimento da aplicação das políticas públicas;

- No capítulo 3 é apresentada a fundamentação da escolha dos territórios em análise, baseada na diversidade das suas características intrínsecas, cuja influência na implementação das políticas públicas e nos efeitos originados nas populações se pretende avaliar. Decidiu-se assim pela escolha das sub-regiões Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul atendendo, desde logo, à sua diferente posição geográfica na Região Centro, do norte litoral ao interior sul, mas também às suas distintas especificidades básicas, bastante assimétricas. As três sub-regiões em análise foram caracterizadas com base em alguns indicadores de desenvolvimento, como a evolução populacional, os níveis de rendimento, a escolarização, o emprego e outros que se consideram associados às circunstâncias materiais de satisfação de necessidades elementares, extraídos dos dados do INE para o período em estudo.

Uma questão é colocada: As políticas públicas de desenvolvimento terão sido definidas tendo em conta essas diferenças, adaptando os respetivos investimentos às necessidades mais prementes das sub-regiões?

- No capítulo 4 identificam-se os investimentos realizados no período 2001-2006 e programados no período 2007-2011, no âmbito da implementação dos Programas Operacionais Regionais geridos pela CCDRC, nos dois ciclos de programação de apoio financeiro da Comunidade Europeia: O Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 (QCA III) e o Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN).

- No capítulo 5 pretende fazer-se uma avaliação das políticas implementadas nas sub-regiões, tentando perceber se as mesmas trouxeram benefícios que se evidenciam na vida das populações, criando oportunidades e elevando o nível de conhecimento, enfim, proporcionando bem-estar aos cidadãos.

Por outro lado, procura-se avaliar se os benefícios proporcionados são influenciados pelas características e capacidades já instaladas nas sub-regiões.

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Quanto à metodologia, a investigação iniciou-se pela abordagem qualitativa de fontes bibliográficas nacionais e internacionais, com a análise de conteúdos suportada em documentos que permitem interpretar os acontecimentos e relações complexas que existem no quotidiano dos vários territórios, quer relacionados com as políticas públicas implementadas quer com o contexto administrativo onde esses territórios se inserem.

Numa fase seguinte do trabalho foi feita a análise dos financiamentos proporcionados pelos Programas Operacionais Regionais, no período 2001-2011, baseada nos seus relatórios de execução, para três NUTS III selecionadas na Região Centro, seguida de uma avaliação da evolução de alguns indicadores de desenvolvimento nas mesmas, obtidos a partir dos dados do INE.

Numa fase posterior relacionou-se a evolução desses indicadores com as políticas regionais promovidas, pretendendo concluir-se sobre a sua adequação com as necessidades existentes.

### CAPÍTULO 1 – AS POLÍTICAS REGIONAIS

#### 1.1. A POLÍTICA REGIONAL EM PORTUGAL ANTES DA UNIÃO EUROPEIA

Para Simões Lopes (1985, p.261) a época em que, em Portugal, mais profundamente se procurou o desenvolvimento endógeno das regiões foi no pós-25 de Abril e a Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976 é disso a prova mais real, considerando também como marcos decisivos a Lei das Finanças Locais de 1979 e a revisão da CRP em 1982. De acordo com o mesmo autor, associada aos sentimentos de liberdade e de igualdade que se viviam nesse período estava a necessidade de encontrar formas e dinâmicas que reduzissem os desequilíbrios e as desigualdades, requisitos fundamentais à construção de uma sociedade mais justa.

Com efeito, a CRP, no seu texto originário<sup>2</sup> aprovado em 2 de abril de 1976, introduz a institucionalização de um modelo de desenvolvimento que assenta na garantia de todos os cidadãos terem direito ao *acesso*, em *condições de liberdade e igualdade*, a meios que permitam satisfazer as suas necessidades mais elementares. Para tal, institui, no seu artigo 267.º, que a Administração Pública deve visar a “prossecação do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos”, e que deverá ser estruturada de forma a “aproximar os serviços das populações e a assegurar a participação dos interessados na sua gestão efetiva” (artigo 268.º), através de uma estratégia de descentralização e desconcentração administrativas com a atribuição de competências nas autarquias locais (artigo 239.º), prevendo ainda a criação de Regiões Plano “com vista ao seu equilibrado desenvolvimento e tendo em conta as carências e os interesses das populações” (artigo 95.º). Nas sucessivas revisões e, atualmente, na redação dada pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto, a CRP mantém que “as regiões administrativas elaboram planos regionais e participam na elaboração dos planos nacionais” (artigo 258.º).

Para Ascani, Crescenzi e Iammarino (2012, p.3) “decentralisation represents the capacity of heterogeneous regions and territories to tailor specific development strategies in order to address their particular needs and influence their own destinies.”<sup>3</sup>

É, assim, fundamental que sejam criadas condições, através de políticas locais, para que as diversas regiões possam responder, de forma diferenciada mas adequada, às dificuldades que se apresentam. No entanto, a política regional em Portugal tem sido implementada, desde então, de forma descoordenada, podendo questionar-se se a Constituição está, nesta matéria, a cumprir-se (Lopes, 1985, p.263).

Ainda segundo Simões Lopes (1985, pp.264-265) restou, a favor da descentralização e alguma divisão de poderes, a Lei das Finanças Locais (Lei 1/79, de 2 de janeiro de 1979), uma “real institucionalização do Poder Local”, de cuja aplicação resultou a maior impulsão no desenvolvimento socioeconómico das regiões e, consequentemente, o maior estímulo na vida dos portugueses. No entanto, afirma o mesmo autor (1997, pp.16-17), para que os desequilíbrios regionais se esbatam é crucial a firmação de duas orientações de natureza diferente: por um lado um conhecimento técnico dos recursos próprios das diferentes regiões e das relações de interdependência existentes; por outro lado, uma decisão política que favoreça a organização e o ordenamento regionais “em sistema”, benefício que se espera obter com a regionalização.

---

<sup>2</sup> <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>

<sup>3</sup> “a descentralização representa a capacidade de regiões e territórios heterogéneos para adequar estratégias de desenvolvimento específicas para lidar com as suas necessidades particulares e influenciar os seus próprios destinos.”

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

No entanto, e depois de várias tentativas, apenas foram aprovadas as Regiões Administrativas pela Lei n.º 19/98, de 28 de abril, da Assembleia da República, tendo sido lançado o processo de descentralização, em 2003, pelo XV Governo (Mafta & Silva, 2004, p.57).

E, paradoxalmente, apesar de a regionalização ter vindo a ser adiada, e Portugal continuar a ser “o país mais centralista de todo o espaço da União Europeia”, de acordo com estudos internacionais (CCDRC, 2013, p.35-36), existem atualmente diversas orientações para implementação de políticas de base regional, oriundas da Comunidade Europeia, na qual Portugal deu entrada em 1986.

Os Programas Operacionais Regionais do continente apresentam-se como um modelo inovador de desconcentração em termos organizativos e institucionais, ao permitirem a transferência, para as regiões, de parte importante dos investimentos, anteriormente concentrados em políticas setoriais administradas a nível central, que favorece e estimula a participação dos atores locais (MCALHDR<sup>4</sup>, 2005, p. 8).

Segundo Danuta Hübner, Comissária Europeia para a Política Regional, (Comissão Europeia, 2007, p.iii), a tensão económica e social exercida pela globalização só terá uma resposta adequada pelas várias regiões europeias, se forem atribuídas maiores competências, em termos de investimentos públicos, aos atores locais e regionais e aos seus centros tecnológicos e empresariais, o que demonstra a importância e o forte enraizamento que a regionalização tem nas políticas da comunidade europeia.

---

<sup>4</sup> MCALHDR - Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional

### 1.2. A POLÍTICA REGIONAL DA UNIÃO EUROPEIA

A política regional da União Europeia (UE) procura reduzir as diferenças estruturais existentes entre as várias regiões, favorecer o desenvolvimento equilibrado do território comunitário e promover a igualdade de condições e oportunidades entre os europeus. Esta pretensão tem-se tentado concretizar através de diversas operações financeiras, especialmente as dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão.

De acordo com Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia entre 1985 e 1995, em entrevista à Panorama

“ (...) a política regional é, acima de tudo, um instrumento para o desenvolvimento, que tem como valor acrescentado um efeito de redistribuição (...). O nível de divergência no desenvolvimento económico de determinadas regiões sempre foi a realidade que tivemos de enfrentar e a política de coesão foi concebida para permitir que as regiões subdesenvolvidas resistissem à concorrência e, simultaneamente, pudessem dar o seu contributo para a Europa. Todas as propostas que desenvolvemos respeitaram os meus três princípios primordiais: Competição, cooperação e solidariedade. É impossível eliminar um destes elementos e construir a Europa com êxito.”

(Delors, 2012, pp. 4-5)

O Tratado que instituiu a Comunidade Europeia (Tratado de Roma de 1957), apenas referia, nos seus artigos, as dimensões económica e social, sendo o ordenamento do território da inteira responsabilidade de cada Estado-Membro. Por um lado, a coesão económica visa a redução das assimetrias no desenvolvimento das diversas regiões, a qual é, fundamentalmente, medida em termos do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*; por outro lado, a coesão social procura alcançar o emprego, a melhor instrução e o equilíbrio demográfico das regiões. Assim, as políticas de coesão visam, por um lado, reduzir as desigualdades entre os Estados-Membros e, por outro, reduzir as desigualdades entre indivíduos num mesmo país. Segundo o GEPE – Grupo de Estudos Políticos Europeus, esta dicotomia de esforços poderá ser resolvida através de um desenvolvimento integrado dos territórios, considerados como espaços de vida dos cidadãos, assente em políticas de base territorial (Comité das Regiões, 2003, pp. 7-9).

As políticas de âmbito territorial começaram a ter alguma expressão com o Tratado de Maastricht, em 1992, tendo, para o efeito, sido criado um órgão com competências no ordenamento, desenvolvimento e coesão dos territórios: o Comité das Regiões (Maíra & Silva, 2004, p.79). A materialização da “dimensão territorial da coesão” emergiu com o Tratado de Amesterdão, sendo a constitucionalização desta dimensão um dos principais objetivos da UE, atendendo ao cruzamento do “global” e do “local”, na atual ponderação das dinâmicas que conduzem ao desenvolvimento sustentável (Cravinho, 2002, p.28).

Como refere Simões Lopes (1997, p.9), a variável “espaço” foi tardiamente, e com algumas dificuldades, considerada nas análises económicas, assistindo-se durante muito tempo ao “hábito de pensar a Economia como se a vida económica se desenrolasse num ponto (sem dimensões)”, enunciando alguns economistas importantes como Ponsard e Isard, para os quais esta variável se traduzia nas suas reflexões económicas, afirmando que a teoria económica espacial muito lhes deve. Para este autor, não tem sentido definir políticas de natureza global que não tenham em conta as diversidades dos contextos onde elas vão ser implementadas, até porque, as relações de interdependência que se geram, entre as várias regiões, criam elas próprias desequilíbrios que devem ser tidos em conta para evitar maiores assimetrias (Lopes, 1997, p.10).

## EFETOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Também Francisco Mafra e José Silva (2004, p.11) consideram que a variável espaço foi tardiamente introduzida na teoria económica e citam Ponsard (1955) que escrevia “em economia abstrata os postulados e as análises são tais que a explicação é apresentada independentemente das coordenadas espaciais, sem a preocupação de explorar as realidades de um ponto de vista dimensional”.

Contudo, o debate sobre esta dimensão espacial da coesão iniciou-se ainda nos anos 60-70, tendo conduzido à adoção de um documento – o *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário* (EDEC)<sup>5</sup> – que define orientações e objetivos para determinadas políticas setoriais comuns aos Estados-Membros. O EDEC foi adotado em 1999, depois de uma polémica ponderação, pelos Ministros do ordenamento do território, no pressuposto que, apesar de se verificar a convergência em alguns indicadores económicos, não é fácil conseguir-se a coesão socioeconómica, sendo necessário um desenvolvimento espacial para se atingir o desejável crescimento equilibrado e sustentável. Tratando-se de um documento com carácter não vinculativo, a sua aplicação ocorre em função da oportunidade determinada pelos vários atores do desenvolvimento de cada região, segundo o princípio de subsidiariedade (UE, 2004).

Segundo Ângela Fernandes (2006, p.47) o EDEC representa um documento estratégico, elaborado em “parceria entre os diversos Estados-membros e a Comissão Europeia”, que traduz um conjunto de preocupações de planeamento comuns e coloca, na agenda europeia, questões de ordenamento do território, tendo como principal desígnio determinar, à escala europeia, orientações e princípios políticos para aplicação coordenada dos fundos comunitários.

Pretendeu-se desta forma constituir um quadro de orientação política que visasse melhorar a cooperação das políticas setoriais com impactos importantes nos vários territórios europeus, partindo-se das várias evidências de uma maior eficácia dos objetivos de desenvolvimento espacial quando definidos de forma concertada, permitindo corrigir as disparidades registadas. O programa INTERREG (cooperação transeuropeia que fomenta a “Cooperação Transfronteiriça (vertente A), Transnacional (vertente B) e Inter-Regional (vertente C)” e o ESPON – “Observatório em Rede do Ordenamento do Território” são exemplos de medidas de implementação, pela Comissão Europeia, das propostas do EDEC.

O processo de colaboração entre os vários Estados, relativamente à coesão territorial, levou ao acolhimento da “Agenda Territorial da União Europeia”, em maio de 2007, durante a Presidência Alemã, seguida do “Primeiro Programa de Ação para a implementação da Agenda Territorial”, constituído durante a Presidência Portuguesa e adotado pelos Ministros com responsabilidades pela coesão territorial, aquando da reunião realizada em Ponta Delgada, em novembro de 2007.

Uma outra iniciativa a favor da coesão espacial, pela Comissão Europeia, foi a elaboração, em 2008, do “Livro Verde sobre a Coesão Territorial – Tirar Partido da Diversidade”, o qual refere

“Da tundra gelada do círculo polar Ártico à floresta tropical da Guiana, dos Alpes às ilhas gregas, das cosmopolitas Londres e Paris às pequenas cidades e vilas seculares, a UE abriga uma diversidade territorial extraordinariamente rica.

A coesão territorial procura alcançar o desenvolvimento harmonioso de todos estes territórios e facultar aos seus habitantes a possibilidade de tirar o melhor partido das características de cada um deles. Nessa medida, a coesão territorial é um fator de conversão da diferença em vantagem, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável de toda a UE.”

(Comissão das Comunidades Europeias, 2008, p.3):

---

<sup>5</sup> [http://europa.eu/legislation\\_summaries/regional\\_policy/management/g24401\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/management/g24401_pt.htm)



## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

O Tratado de Lisboa, em dezembro de 2007, assumiu no seu artigo 174º, e a nova “Estratégia Europa 2020” reafirma, a **dimensão territorial** na política de coesão da UE, como a “terceira dimensão da política de coesão” em paralelo com as dimensões económica e social.

No estudo “25 anos de Portugal europeu” (AMA, 2013, p. 239) é referido que “Um país coeso é um país cujas diferentes regiões têm acesso a condições e a recursos produtivos equiparados às suas necessidades, não necessariamente iguais, e cujos resultados, medidos em termos económicos e sociais, são também equiparados”

Através do Tratado de Lisboa a União Europeia deu um importante passo para a coesão territorial das regiões assumindo-a como um objetivo crucial a ser alcançado. As propostas apresentadas para a *Política de Coesão pós-2013* refletem a importância da componente territorial e urbana, baseada nas cidades, “enquanto centros de negócios e empreendedorismo, investigação e inovação, educação e formação, inclusão social e interação cultural”, para o “crescimento inteligente, sustentável e inclusivo” que se pretende com a *Estratégia Europa 2020* (Hahn, 2011/2012, p. 30).

Com efeito, as cidades tendem a concentrar as funções que asseguram as necessidades básicas das populações, quer as de trabalho e saúde, quer as de carácter social (educação, cultura, convívio), concentrando ainda as atividades que promovem a inovação e a divulgação do conhecimento, permitindo estabelecer uma rede de relações que asseguram um sistema de suporte às diversas regiões, a qual deve tender para a “procura da organização espacial da sociedade” (Lopes, 1997, pp. 17-21).

Segundo Ascani, Crescenzi, e Iammarino (2012, p.5-9) as especificidades locais são cada vez mais importantes num mundo globalizado e promovem o bem-estar local e o desenvolvimento económico nacional, sendo as áreas urbanas, em particular, as grandes impulsionadoras do crescimento, uma vez que concentram as aglomerações que se relacionam com a disseminação do conhecimento e da inovação e provocam externalidades positivas. No entanto, para estes autores, todas estas relações localizadas devem ser suportadas por “fatores sociais e institucionais de contexto específico”, os quais criarão situações de âmbito tão particular, que serão difíceis de imitar e, por isso, serem consideradas como vantagens competitivas (Ibid, pp.8-9).

O Conselho Económico e Social, no seu Parecer aprovado em plenário em 13 de março de 2013 (CES, 2013, p.4-6), considera as cidades os locais cruciais para aplicação das políticas públicas, por concentrarem os recursos que permitem dar exequibilidade às dinâmicas para o crescimento e a criação de emprego, recomendando “uma política de cidades integrada e sustentável”, onde a reabilitação urbana é fundamental ao estímulo de políticas de compactação e policentrismo. Refere ainda que, o crescimento económico e o emprego sucedem sobretudo em “territórios estruturalmente específicos”, onde as singularidades territoriais são consideradas requisitos determinantes para a implementação das políticas, nomeadamente ao nível da especialização da indústria, serviços ou turismo (Ibid, p. 11)

A Decisão 2006/702/CE, de 6 de outubro de 2006, do Conselho da UE, que define as “Orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão económica, social e territorial, 2007-2013”, reforça a importância da geografia na política de coesão ao frisar a necessidade de adaptar as políticas às carências e características próprias de cada território, aproveitando as suas especificidades, o que não é inerente às políticas setoriais, e identifica as cidades como principais contribuintes para o crescimento e para o emprego, já que “tendem a chamar a si os mais habilitados, criando

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

frequentemente um círculo virtuoso que estimula a inovação e as empresas e atrai os novos talentos” (Conselho da UE, 2006, pp.28-29).

Para Simões Lopes (1997, p.14) é descabido falar de “política global”, “política setorial” e “política regional”, uma vez que esta última é a integradora das restantes quando faz a adaptação às realidades específicas de cada local e exige resoluções também específicas, características que são indispensáveis ao favorecimento do desenvolvimento.

No entanto, os objetivos de desenvolvimento identificados na Decisão 2006/702/CE, atrás referida, carecem de ser operacionalizados no terreno, participados diretamente pelos agentes regionais e locais, procurando-se sinergias de proximidade que favoreçam e cimentem a economia apoiada no conhecimento e na inovação, nas modernas tecnologias da informação e promovam o emprego, a iniciativa empresarial e o incentivo às PME locais, com vista à concretização das orientações estratégicas para a coesão (Conselho da UE, 2006, pp.11-32).

Gonçalves (2010, p.255), citando Gerry<sup>6</sup>, refere que este “define desenvolvimento como um conceito político-social e processual, que dá prioridade à articulação entre pessoas e territórios, e à questão do poder, salientando a importância da capacitação (*empowerment*) e da participação da população local, tentando aumentar o nível e qualidade de vida e reduzindo consequentemente as assimetrias socioeconómicas.”

A política de coesão resulta da constatação de que a competitividade das regiões da Europa com menor desenvolvimento e a minimização das disparidades geográficas serão favorecidas pela capacidade apresentada, por essas regiões, em impulsionarem processos de renovação e reorganização que permitam integrar-se nas dinâmicas globais e delas obter dividendos. (Grande Área Metropolitana de Aveiro / Universidade de Aveiro, 2008, pp. 37-38).

Segundo Andrea Ascani, Riccardo Crescenzi e Simona Iammarino (2012, p.6) o facto de existir um sistema inovador num determinado local, é fator crucial para a atração de conhecimento e investimento externos.

Com vista a atenuar as desigualdades, as políticas regionais da UE têm sido aplicadas diferenciadamente por três categorias de regiões: regiões menos desenvolvidas (com um PIB/per capita inferior a 75% da média da EU), regiões de transição (com um PIB/per capita entre 75% e 90% da média da UE) e as regiões mais desenvolvidas (com um PIB/per capita superior a 90%).

A problemática do equilíbrio regional e da competitividade das economias têm por base uma redistribuição geográfica mais racional das atividades económicas, onde o correto ordenamento e as políticas que o promovem são indispensáveis à boa qualidade de vida das populações (Porto, 1996, p.5).

O PNPOT (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território) aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, é um instrumento estratégico nacional que visa o desenvolvimento do território e pretende determinar a sua organização baseado no diagnóstico que faz do País e das suas regiões e na identificação das problemáticas do ordenamento do território e das opções fundamentadas para intervir nos espaços.

Esta intervenção estratégica é integrada com outros instrumentos, particularmente com o QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional – estabelecido para o período 2007-2013<sup>7</sup>, que refere como primeiro desígnio, “a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem

---

<sup>6</sup> GERRY, 2003: 544-545

<sup>7</sup> Aprovado pelo DL 312/2007, de 17 de setembro

como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, de aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas”.

As políticas regionais visam, assim, o desenvolvimento das regiões através do seu crescimento económico e da coesão social, traduzida na equidade de acesso a bens essenciais, tais como, educação, saúde, serviços e equipamentos que permitem satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos e se traduzem em qualidade de vida (Mafta & Silva, 2004, p.5), havendo algumas evidências de que desigualdades espaciais no acesso a estes bens estão associadas à existência, ou não, de atividades inovadoras.

Torna-se essencial, para o efeito, um diagnóstico adequado da região com a identificação das dificuldades existentes e das potencialidades que se podem aproveitar, de modo a promover as mudanças que se exigem para o prosseguimento dos objetivos a atingir, visando um desenvolvimento sustentável.

Essas mudanças estão fortemente dependentes das realidades e localização espacial de cada região, mas sobretudo da interação fomentada entre recursos endógenos infraestruturais e imateriais existentes (Ribeiro & Santos, 2005, p.2), associada à capacidade demonstrada em matéria do empreendedorismo privado e social.

A cooperação e a mobilização dos agentes locais, conjugados com os apoios exteriores públicos e privados, são fundamentais ao desenvolvimento endógeno (Cabugueira, 2000, p.135), circunstâncias que são determinantes para a relevância política das regiões e para a geração de “condições de sustentabilidade para a implementação de novos modelos de gestão do território” (Bandeira, 2007, p.4).

O desenvolvimento endógeno (Ribeiro & Santos, 2005, p.4) é um paradigma que se alicerça no potencial de desenvolvimento presente nas várias regiões e seus lugares centrais, os quais segundo Richardson<sup>8</sup> citado por Cabugueira (2000, p.115) constituem frequentemente “pontos-chave de crescimento” e do desenvolvimento económico, para fomentar o crescimento dos países, induzido pelos investimentos promovidos pelas empresas e entidades públicas. Ainda segundo Ribeiro & Santos (2005, p.5) “as iniciativas de política deverão tirar partido da rede de solidariedades locais e da capacidade de concertação existente, comprometendo operadores económicos, agentes sociais e decisores políticos (Brugger, 1984, referenciado por Henriques 1990; Cardoso e Cadima Ribeiro, 2002; Padín, 2004).”.

Estes são considerados os fatores marcantes no desenvolvimento territorial e a perceção destas dinâmicas de interação virtuosa constitui uma base poderosa para gerar rendimentos crescentes que podem ser apoiados por políticas regionais mas dificilmente podem ser induzidas por elas.

A intervenção pública para o equilíbrio das regiões deve exceder o âmbito do financiamento especificamente dirigido para os organismos de apoio e desenvolvimento económico, (Vaz, Cesário & Fernandes, 2003, pp. 59-61) exigindo-se a definição de uma política nacional de inovação, com sistemas regionais e opções estratégicas que sejam passíveis de ser aplicados aos sistemas regionais de inovação existentes, sendo estas as traves fundamentais e básicas de construção da atual política regional de cada país.

---

<sup>8</sup> Richardson, H.W. (1969), Elementos de Economia Regional, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

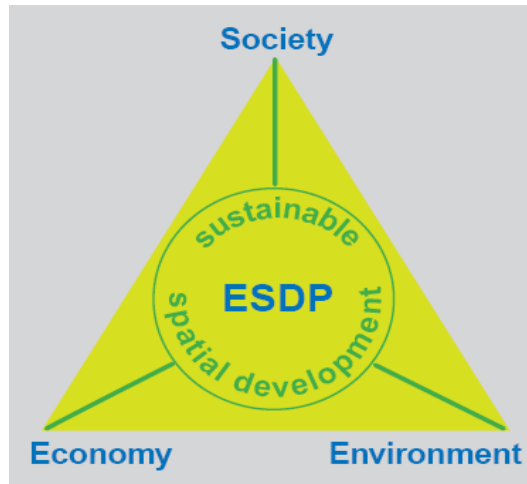
Assim, para assegurar o mais eficaz impacto resultante dos investimentos fomentados pelos Fundos Estruturais relativamente ao crescimento das regiões, será necessário que estas façam uma utilização otimizada das suas capacidades e do seu potencial individual endógeno, exigindo uma cultura territorial que passe também pela alteração do paradigma do ordenamento do território, considerado apenas como um conjunto de regras de regulação do uso e transformação do solo para uma conceção que afirme o ordenamento do território enquanto política pública, que territorializa as opções estratégicas assumidas pelos decisores políticos.

A partir desta visão depreende-se que o incremento da dimensão territorial nas políticas de desenvolvimento regional implica um reforço da componente estratégica e prospetiva do ordenamento do território. De acordo com Ferrão (2011, p.34), “Os sistemas de ordenamento do território refletem, inevitavelmente, as condições políticas, institucionais e sociais prevaletentes ao longo dos tempos (...)”.

Numa perspetiva de um ordenamento do território mais abrangente baseado na participação e cooperação de diversos atores e na coordenação de diferentes políticas setoriais, que tem vindo a ganhar expressão desde o final do século passado, o ordenamento do território assume-se como uma forma de governança (Ferrão, 2011, pp. 39-40), cujo papel “na promoção de uma maior integração de políticas setoriais, tendo como referência visões partilhadas de base territorial, justifica mesmo, no entendimento de Stead e Meijers (2009), uma centralidade acrescida da política de ordenamento do território no contexto das políticas públicas”.

A tradicional opção de dirigir as políticas e os apoios para as regiões mais pobres, face aos elevados investimentos nem sempre acompanhados dos resultados esperados, tem vindo a ser questionada por alguns países e sobretudo pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que aposta num novo paradigma para as políticas territoriais, baseado na trilogia implícita na noção de desenvolvimento sustentado que alia “eficiência económica com a coesão social e o equilíbrio ecológico”, suportado nos seguintes vetores: “Desenvolvimento endógeno (destinado a melhorar as oportunidades específicas do crescimento das regiões e cidades); Desenvolvimento sustentado (que concilie os objetivos de eficiência económica com a coesão social e o equilíbrio ambiental); Uma governação mais responsável.” (Mafra & Silva, 2004, pp.30-31).

Esta trilogia está ilustrada na Figura 1, onde a perspetiva da UE para um desenvolvimento equilibrado e sustentável se baseia numa articulação harmoniosa destes três objetivos fundamentais: “coesão económica e social”; “conservação dos recursos naturais e da herança cultural” e “competitividade equilibrada do território europeu” (Fernandes, 2006, p.48).



**Figura 1 – Objetivos para um desenvolvimento territorial equilibrado e sustentado na UE**

Fonte: Fernandes (2006)

É consensual o argumento que condições favoráveis ao desenvolvimento provêm de uma articulação estreita e específica entre regras, normas e relações sociais, profícuas à exploração e difusão do conhecimento. Segundo Dirk Ahner, Diretor-Geral da Política Regional da União Europeia (2011, p.3), a *Estratégia Europa 2020* assenta num “crescimento inteligente, sustentável e inclusivo” para enfrentar alguns dos principais desafios que atualmente se colocam à Europa: envelhecimento da população; mão-de-obra pouco qualificada; necessidade de inovação.

### 1.3. OS FUNDOS COMUNITÁRIOS

O conjunto dos **Fundos Estruturais** e do **Fundo de Coesão** constitui o instrumento financeiro da União Europeia para reduzir as diferenças de desenvolvimento que se verificam entre os Estados-Membros e alcançar a coesão económica, social e territorial.

“Reforçar a unidade das suas economias e assegurar o seu desenvolvimento harmonioso pela redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das menos desfavorecidas” (in Moreau<sup>9</sup>, citado por Mourão, 2007, p.8), foi um dos objetivos que presidiu à criação da Comunidade Económica Europeia, expresso no preâmbulo do Tratado de Roma de 1957<sup>10</sup>, o que confirma que, na União, não se pretende um *trade-off* entre maior crescimento e maior equilíbrio (Porto, 1996, pp.6-7). No entanto, na opinião de Simões Lopes (1997, p.10) “a maximização do crescimento tende a acentuar o desequilíbrio”, considerando que não são facilmente conciliáveis políticas de redução de desequilíbrios regionais com intuítos de crescimento global, afirmando ainda este autor, que o conhecimento dos recursos de uma dada região e a sua consideração na definição das políticas são condições necessárias para a redução das assimetrias, com vista ao aperfeiçoamento de estratégias que promovam a “conciliação, compatibilização e hierarquização dos objetivos de desenvolvimento e crescimento” (Ibid, p.15).

Os Fundos Estruturais incluem o FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o FSE – Fundo Social Europeu (ambos considerados fundos estruturais básicos), o FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola e o IFOP – Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca. Estes dois últimos, implementados no período 1989-2006, foram substituídos pelo FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e pelo FEP – Fundo Europeu das Pescas, no período 2007-2013 (AMA, 2013, p. 480).

O **FSE** foi instituído logo com o Tratado de Roma, como uma política social que visava promover a melhoria de emprego dos trabalhadores da Comunidade e do nível de vida das populações, numa altura em que a principal preocupação era a reconstrução da Europa no pós Segunda Guerra Mundial.

O **FEDER**, expressamente destinado à redução das disparidades verificadas no desenvolvimento das várias regiões da Europa, foi instituído apenas em 1975<sup>11</sup>, após a entrada da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido na Comunidade Europeia, e teve como imperativo crucial financiar estruturalmente os vários Estados através de programas dirigidos às regiões menos desenvolvidas, atuando de forma integrada em prol de uma estratégia global de correção de assimetrias que se acentuaram com os alargamentos.

De acordo com Augusto Mateus (AMA, 2013, p.440), a política da UE sofreu as alterações mais importantes, em termos de coesão, com o alargamento aos países do Sul da Europa, Grécia, Espanha e Portugal, por serem regiões com diversidades regionais mais acentuadas. Essas alterações ficaram ratificadas no Ato Único Europeu, em 1986, das quais se salientam: a livre circulação de bens e pessoas (Mercado Interno); a reafirmação da coesão económica e social; o desenvolvimento tecnológico e da investigação e o progresso nas condições de trabalho. O Ato Único Europeu,

<sup>9</sup> Moreau, G. (1989): A CEE: sumários de história e geografia política. Lisboa: D. Quixote.

<sup>10</sup> O texto deste primeiro tratado instituidor, não se encontra disponível no sítio da internet da União Europeia.

<sup>11</sup> <http://www.qca.pt/fundos/feder.asp>

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

que constitui a primeira alteração ao Tratado de Roma, tem na sua origem algumas questões institucionais que conduziram ao Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht em 1992.

O **FEOGA** foi instituído em 1962, tendo em vista financiar a Política Agrícola Comum (PAC) criada para promover um mercado único onde os produtos agrícolas, de preferência produzidos na Comunidade Europeia, poderiam circular livremente. Este fundo, de importância relevante na dinamização das atividades mais diretamente ligadas às áreas rurais, fomentando o desenvolvimento das mesmas, tem duas vertentes: a vertente *Orientação (FEOGA-O)* destinada a financiar, de uma forma estrutural, a modernização da agricultura e a vertente *Garantia (FEOGA-G)* destinada a participar as despesas relativas ao funcionamento dos mercados agrícolas. Estes Fundos deixaram de ser considerados fundos estruturais no período 2007-2013, tendo sido substituídos pelo FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia e pelo FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (AMA, 2013, pp.449-451).

O **IFOP**, criado em 1994, pretende apoiar as regiões costeiras na promoção das atividades associadas à pesca e à aquicultura. No período 2007-2013, este Fundo deixa de integrar os fundos estruturais e é substituído pelo FEP (Fundo Europeu das Pescas).

O **Fundo de Coesão (FC)**, instituído em 1992 e previsto no Tratado de Maastricht, visa intensificar a coesão económica e social dos vários Estados da União cujo PIB *per capita*, seja inferior a 90% da média comunitária.

### 1.4. OS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO ENQUADRADORES DA POLÍTICA COMUNITÁRIA DE APOIO

Os Fundos Estruturais tiveram, em Portugal, capital importância na evolução da economia e da sociedade, e distribuíram-se em cinco períodos (IFDR, 2009), os quais começaram a ter programação plurianual e regulamentos de funcionamento a partir da reforma de 1988 (AMA, 2013, p. 457), com os QCA (Quadro Comunitário de Apoio):

1) O **Anterior Regulamento** (1986-1988), com a transferência para Portugal de cerca de 237 milhões de contos (**1 180 milhões de euros**) de fundos estruturais (FSE, FEDER e FEOGA-O), destinados sobretudo ao “financiamento de projetos públicos de infraestruturas e de estudos”<sup>12</sup>, baseava-se num reembolso de comparticipação anual contra a apresentação dos projetos realizados;

2) O **QCA I** (1989-1993), com uma transferência de 1 708 milhões de contos<sup>13</sup> (**8 520 milhões de euros**) de fundos estruturais (FSE, FEDER e FEOGA-O), abrangeu várias áreas, destacando-se a área da formação profissional, seguindo-se as áreas da indústria e dos serviços com investimento produtivo. Foram ainda importantes os investimentos na rede de transportes bem como nas áreas da agricultura e das pescas;

3) O **QCA II** (1994-1999), com uma transferência de 3 115 milhões de contos<sup>14</sup> (**15 537 milhões de euros**) no total dos fundos (FSE, FEDER, FEOGA-O e IFOP), teve como objetivos fundamentais a “Aproximação à União Europeia” e a “Redução das assimetrias regionais internas”, objetivos que foram distribuídos em quatro Eixos Prioritários (“Eixo 1: Qualificar os Recursos Humanos e o Emprego”, “Eixo 2: Reforçar os Fatores de Competitividade da Economia”, “Eixo 3: Promover a Qualidade de Vida e a Coesão Social”, “Eixo 4: Fortalecer a Base Económica Regional”)<sup>15</sup>;

4) O **QCA III** (2000-2006), que obteve uma transferência de **20 530 milhões de euros**<sup>16</sup> de fundos estruturais (FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP) com vista a alcançar, de forma ambiciosa e depois de se terem conseguido, com os anteriores Quadros Comunitários, resultados importantes em matéria de “convergência nominal e real e de disciplina financeira”, os seguintes objetivos estratégicos: “Portugal deve afirmar-se como fronteira atlântica da Europa”, “Portugal deve privilegiar as atividades, os fatores de competitividade e as tecnologias mais dinâmicas e estruturantes da economia global”, “Portugal deve adotar uma estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade” e “Portugal deve valorizar a solidariedade e a coesão”<sup>17</sup>. Estas propostas foram apresentadas à Comissão Europeia através de um Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), tendo sido materializadas pela intervenção nos seguintes Eixos Prioritários: “Eixo 1: Elevar o Nível de Qualificação dos Portugueses, Promover o Emprego e a Coesão Social”, “Eixo 2: Alterar o Perfil Produtivo em Direção às Atividades do Futuro”, “Eixo 3: Afirmar a Valia do Território e a Posição Geoeconómica do País” e “Eixo 4: Promover o Desenvolvimento Sustentável das Regiões e a Coesão Nacional”;

5) O **QREN** (2007-2013), que operacionaliza de forma estratégica o QCA IV em Portugal, com uma transferência global de **21 511 milhões de euros**<sup>18</sup> (FEDER, FSE, e Fundo de Coesão), passa a valorizar de forma especial o crescimento,

<sup>12</sup> <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=25&cttextoid=246>

<sup>13</sup> <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=29&cttextoid=239>

<sup>14</sup> <http://www.ifdr.pt/content.aspx?list=1&menuid=36>

<sup>15</sup> <http://www.ifdr.pt/channel.aspx?list=1&menuid=35>

<sup>16</sup> <http://www.ifdr.pt/content.aspx?list=1&menuid=40>

<sup>17</sup> <http://www.ifdr.pt/content.aspx?list=1&menuid=38>

<sup>18</sup> <http://www.ifdr.pt/content.aspx?list=1&menuid=45>



a competitividade e o emprego, os quais só poderão tornar-se efetivos com uma aposta forte na qualificação dos cidadãos, no conhecimento e na inovação, na ciência e na tecnologia, aplicados aos sistemas de produção pelo estímulo dos empresários em investimento qualificado. Foram definidos os seguintes objetivos estratégicos: “1.Convergência”; “2.Competitividade Regional e Emprego” e “3.Cooperação Territorial Europeia”.

O FEADER, que substitui o FEOGA-O do anterior período e o FEP, que substitui o anterior IFOP, deixam de pertencer aos fundos estruturais neste período de 2007-2013, ficando fora do âmbito do QREN.

O Fundo de Coesão foi programado em três etapas (1993-1999, 2000-2006 e 2007-2013) e destinou-se a apoiar investimentos na área das redes de infraestruturas de transportes transeuropeias (rodoviárias e ferroviárias) e do ambiente, de caráter não regional:

1) O **Fundo Coesão I** (1993-1999) aprovou 156 projetos, correspondendo a uma transferência comunitária de **2 990 milhões de euros**<sup>19</sup>;

2) O **Fundo de Coesão II** (2000-2006), cujo período de aplicação foi coincidente com o período de vigência do QCA III, disponibilizou para Portugal **3 388 milhões de euros**<sup>20</sup> (a preços de 2004), dos quais resultaram aprovações financiadas em 3 317 milhões de euros;

3) Na 3ª etapa (2007-2013), com uma aplicação do fundo cuja elegibilidade passou a ser semelhante à dos fundos estruturais, num contexto de maior articulação com o FEDER, resultou num financiamento de **3.060 milhões de euros**<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> <http://www.ifdr.pt/content.aspx?list=1&menuid=48>

<sup>20</sup> <http://www.ifdr.pt/content.aspx?list=1&menuid=51>

<sup>21</sup> <http://www.ifdr.pt/content.aspx?list=1&menuid=45>

### 1.5. O QCAIII e o QREN

Importando, para este estudo, analisar o período de 2001 a 2011, destacam-se de entre os diferentes ciclos programáticos, o **Quadro Comunitário de Apoio III (QCAIII)** e o **Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN)**.

De notar que, do período de programação 2000-2006 para o de 2007-2013, houve importantes alterações ao nível da comunidade decorrentes do alargamento a um maior número de países, nomeadamente aos países de Leste, em 2004 e 2007, que vieram acentuar as disparidades regionais. Estas assimetrias obrigaram à definição, na Europa, de novas orientações em matéria de coesão, as quais devem refletir as conjunturas de cada Estado para transformar as desigualdades em oportunidades de crescimento e competitividade que promovam um desenvolvimento mais harmonioso. Em 2005, com vista a uma reestruturação da política de coesão para o período 2007-2013, o Conselho Europeu declarou:

“É indispensável relançar sem demora a Estratégia de Lisboa e proceder a uma reorientação das prioridades para o crescimento e o emprego. Com efeito, a Europa deve renovar as bases da sua competitividade, aumentar o seu potencial de crescimento, bem como a sua produtividade, e reforçar a coesão social, apostando sobretudo no conhecimento, na inovação e na valorização do capital humano. Para atingir estes objetivos, a União deve mobilizar ainda mais todos os meios nacionais e comunitários adequados, designadamente a política de coesão, nas três dimensões – económica, social e ambiental – da Estratégia, a fim de explorar melhor as sinergias num contexto geral de desenvolvimento sustentável.”

(Comissão Europeia, 2007, p. xiv)

Essas orientações, expressas na Decisão 2006/702/CE do Conselho da União Europeia, baseiam-se no princípio de que “a concentração no conhecimento, na investigação e inovação e no capital humano” são fundamentais na política de coesão (Conselho da UE, 2006) para a criação de sinergias entre os âmbitos económico, social e ambiental que promovam o emprego e a competitividade e fomentem o desenvolvimento sustentável, preconizados na Agenda de Lisboa renovada.

Estas alterações implicaram também mudanças ao nível das políticas comunitárias, nomeadamente <sup>22</sup>:

#### 1- Mudanças regulamentares:

- i) Nos objetivos estratégicos estabelecidos pelo Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho de 2006, que redefine os objetivos anteriormente estabelecidos pelo Regulamento (CE) n.º 1260/1999, de 21 de junho de 1999, revogando-o.

Com efeito, o artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1260/1999 estabeleceu três objetivos como prioritários, cuja prossecução foi determinada no QCA III:

- “Promoção do desenvolvimento e do ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas” designado por “objetivo n.º1”;
- “Apoio à reconversão económica e social das zonas com dificuldades estruturais”, designado por “objetivo n.º2”
- “Apoio à adaptação e modernização das políticas de sistemas de educação, formação e emprego”, designado por “objetivo n.º3”;

---

<sup>22</sup> <http://www.ifdr.pt/content.aspx?list=1&menuid=252>

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

O QREN tenta atingir os objetivos, identificados no n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006:

- “1. *Convergência*”,
- “2. *Competitividade Regional e Emprego*”;
- “3. *Cooperação Territorial Europeia*”.

ii) Nos fundos estruturais: pelo Regulamento (CE) n.º 1083/2006 o apoio à política de coesão fica restringido aos fundos FEDER, FSE e Fundo de Coesão que financiam os investimentos no QREN: no QCA III os financiamentos eram apoiados por FEDER, FSE, FEOGA e IFOP.

iii) No plano financeiro: no QCA III os PO têm dotações plurifundo e são estabelecidas por Eixo e Medida; no QREN os PO são monofundo (apenas FEDER) e são determinados por domínio de intervenção do Fundo através de Regulamentos Específicos.

2- **Mudanças na governação** onde os modelos seguidos foram diferentes:

i) No QCA III, compete às Unidades de Gestão dos Programas Operacionais emitir pareceres e apoiar as decisões do Gestor relativas a candidaturas ao Programa. (Programa Operacional da Região Centro, 2011, p.317). Este modelo, definido para a estrutura de gestão<sup>23</sup>, de acompanhamento e de avaliação, atribui grande responsabilidade à coordenação regional, na forma como as decisões sobre os investimentos vão ser tomadas, sobretudo numa lógica de rigor, evitando a duplicação e sobretudo, evitando o desperdício nos apoios. Cabe ao gestor dos programas operacionais (presidente da CCDR respetiva, no caso dos programas operacionais regionais), toda a decisão sobre cada candidatura ao programa, desde a regulamentação a seguir, à aprovação da candidatura, depois da informação prestada pela respetiva unidade de gestão, verificação da conformidade dos pedidos de pagamento, bem como da avaliação da execução e da elaboração dos relatórios de execução.

ii) Nos PO Regionais do QREN o modelo de governação<sup>24</sup> possibilita a delegação de competências de gestão, pelas Autoridades de Gestão dos PO, em organismos intermédios como o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI), a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP, E. P. E.), a Agência de Inovação, S.A. (ADI) e ainda em agrupamentos de municípios associados territorialmente em NUTS III, as Comunidades Intermunicipais (CIM).

Esta forma de gestão, baseada na participação ativa dos atores locais, com um grande envolvimento dos Municípios na governação e gestão dos investimentos, favoreceu a criação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento (PTD), requisito estratégico do QREN para a negociação dos contratos de delegação de competências designados por “subvenção global”. Os PTD são documentos de natureza associativista e de âmbito territorial com referência às sub-regiões NUTS III, que surgiram na sequência dos critérios de economia e racionalidade patentes nas regras de acesso ao QREN e pretendem identificar os projetos prioritários, integradores de estratégias de desenvolvimento, evitando a multiplicidade de investimentos com fins idênticos, para candidatar aos fundos estruturais.

3- Ao nível das **políticas nacionais**, a proposta de enquadramento para a implementação do QREN (MAOTDR, 2007, p. 3), evidencia uma tendência para uma maior coordenação entre políticas estruturais, setoriais e regionais e uma maior articulação com todos os agentes intervenientes, com vista à focalização e concentração de intervenções que

<sup>23</sup> DL n.º 54-A/2000, de 7 de abril

<sup>24</sup> DL n.º 312/2007, de 17 de setembro, na redação que lhe foi conferida pelo DL n.º 74/2008, de 22 de abril

facilitem a seletividade dos investimentos e a eficácia na gestão dos fundos. Conforme refere o Presidente da Comissão Diretiva do Mais Centro (Marques, 2011), após duas décadas de intervenção de Fundos Comunitários no desenvolvimento estrutural do país, a competitividade e o crescimento não tiveram os resultados esperados. Apesar de ser manifesta a melhoria, em resultado do investimento realizada pelo QCAIII ao nível das infraestruturas e equipamentos essenciais, à semelhança do já ocorrido com os anteriores Quadros Comunitários (face às carências de dotação infraestrutural e de equipamentos do país), existem domínios de carácter mais imaterial, como a área da qualificação dos recursos humanos, da inovação e da competitividade económica, onde os impactes são ainda bastante reduzidos (MAOTDR, 2007, p.48-49). Assim, foi determinado que devem agora ser privilegiados projetos em novos domínios e de âmbito mais abrangente, com carácter de supramunicipalidade, ou mesmo de dimensão regional ou nacional.

Nestes pressupostos, os 11 Programas Operacionais Setoriais do QCAIII transformam-se em 3 Programas Operacionais Temáticos no QREN, mantendo-se os 7 Programas Operacionais Regionais, mas passando a dar-se um importante destaque à “**Cooperação territorial**”, que se tornou no terceiro objetivo prioritário do período 2007-2013, a par do objetivo “**Convergência**” e do objetivo “**Competitividade Regional e Emprego**”. Este terceiro objetivo será operacionalizado em 10 Programas Operacionais.

### I. O QCAIII

Em Portugal, este Quadro foi aprovado pela Decisão da Comissão C (2000) 762, alterada pela Decisão N° CCI 1999 PT 16 1 CC 001, de 19 XI 2004, na sequência da revisão intercalar do QCAIII que foi elaborado pelo Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional (MCALHDR, 2004, p.9), tendo adotado “três domínios prioritários de intervenção”: o **Potencial Humano**; a **Atividade Produtiva**; a **Estruturação do Território**.

Estes domínios são operacionalizados em **4 Eixos** considerados prioritários (**Eixo1** – “Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social”; **Eixo2** – “Alterar o perfil produtivo em direção às atividades do futuro”; **Eixo3** – “Afirmar a valia do território e da posição geoeconómica do país” e **Eixo4** – “Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional”) e distribuídos em 19 Programas Operacionais (PO) da seguinte forma:

- ✓ **11 Programas Operacionais Setoriais:** Educação; Saúde; Cultura; Emprego, Formação e Desenvolvimento Social; Ciência, Tecnologia e Inovação; Sociedade da Informação; Agricultura e Desenvolvimento Rural, Pesca; Economia; Acessibilidades e Transportes e Ambiente;
  - ✓ **7 Programas Operacionais Regionais:** Norte; Centro; Lisboa e Vale do Tejo; Alentejo; Algarve; Açores e Madeira;
  - ✓ **Programa de Assistência Técnica** (MCALHDR, 2005, p.6).
- Para valorizar o **Potencial Humano** contribui o Eixo1, com um investimento total previsto de 7 095 milhões de euros, distribuídos por 6 PO Setoriais: “Educação”, “Saúde”, “Cultura”, “Emprego, Formação e Desenvolvimento Social”, “Ciência, Tecnologia e Inovação” e “Sociedade da Informação”;
  - Para apoiar a Atividade Produtiva colabora o Eixo2, com um investimento total previsto de 13 110 milhões de euros, distribuídos por 3 PO Setoriais: “Agricultura e Desenvolvimento Rural”, “Pesca” e “Economia”;

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

- Para a Estruturação do Território contribuem o Eixo3, com um investimento total previsto de 3 825 milhões de euros, através de 2 PO Setoriais: “Acessibilidades e Transportes” e “Ambiente” e o Eixo4, com um investimento total previsto de 15 275 milhões de euros, através dos 7 PO Regionais;
  - Para o Programa de Assistência Técnica está previsto um investimento de 108 milhões de euros.
- Esta programação totaliza um investimento de 39 413 milhões de euros (MCALHDR, 2005, p.6).

Após a reprogramação ocorrida em 2004, foi criado o *PO Administração Pública* para concretização dos objetivos da “Reforma da Administração Pública” preconizada pelo Governo (MCALHDR, 2005, p. 13).

Na verdade, com este quadro comunitário, Portugal acabou por beneficiar de fundos estruturais que permitiram, juntamente com os montantes nacionais, um investimento global de 40 120 milhões de euros<sup>25</sup> (comparticipado em 20 530 milhões de euros distribuídos por: FEDER – 13 309 milhões, FSE – 4 706 milhões, FEOGA-O – 2 289 milhões e IFOP – 226 milhões) e do fundo de coesão que permitiu um investimento global de 4 634 milhões de euros<sup>26</sup> (comparticipado em 3 317 milhões de euros distribuídos pelos setores: Transportes – 1 635 milhões, Ambiente – 1 675 milhões e Assistência técnica – 7 milhões).

O FEDER, correspondendo a 65% dos fundos estruturais no Quadro Comunitário de Apoio III, apoia, como investimentos elegíveis: as infraestruturas básicas, como comunicações e energia; as estruturas de carácter social, nomeadamente educação e saúde; as atividades económicas, com vista à sua modernização e inovação através de incentivos ao setor empresarial, bem ainda as áreas de investigação científica e tecnológica.<sup>27</sup>

## II. O QREN

Relativamente a este Quadro, o Governo português aprovou as suas estratégias essenciais bem como as dos programas operacionais (PO) para o período de 2007-2013, através da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº25/2006, de 10 de março, com base em decisões políticas prioritárias, que visam “qualificar os Portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação”, “promover o crescimento sustentado através (...) do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto (...)”, “Garantir a coesão social (...) assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género”, “Assegurar a qualificação do território e das cidades (...) promover um melhor ordenamento do território” e “Aumentar a eficiência da governação”<sup>28</sup>.

Os objetivos referidos vão de encontro às orientações estratégicas para a coesão da Comunidade, expressas na Decisão do Conselho 2006/702/CE, de 6.10.2006 (Conselho da UE, 2006): “**Tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atrativos para investir e para trabalhar**”; “**Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento**”; “**Criar mais e melhores empregos**”.

<sup>25</sup> <http://www.ifdr.pt/content.aspx?list=1&menuid=40>

<sup>26</sup> <http://www.ifdr.pt/content.aspx?list=1&menuid=52>

<sup>27</sup> <http://www.qca.pt/fundos/feder.asp>

<sup>28</sup> Preâmbulo da RCM nº25/2006, de 10 de março

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Estas prioridades integram-se em três **Agendas Temáticas** – “Agenda para o Potencial Humano”, “Agenda para os Fatores de Competitividade” e “Agenda para a Valorização do Território” – as quais serão concretizadas por vários programas, entre ao quais:

- ✓ **3 Programas Operacionais Temáticos:** Potencial Humano (PO PH), Fatores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT);
  - ✓ **7 Programas Operacionais Regionais:** Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira;
  - ✓ **10 Programas Operacionais de Cooperação Territorial** – *Transfronteira* (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), *Transnacional* (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), *Inter-regional* e *de Redes de Cooperação Inter-regional* (INTERACT, URBACT e ESPON)
  - ✓ **Programa Operacional de Assistência Técnica.** (CCDR, 2012, p.2)
- Para o objetivo “Convergência” contribuem os Programas Operacionais Temáticos, os Programas Operacionais Regionais (exceto Lisboa e Madeira) e os respetivos Programas de Assistência Técnica, com um financiamento global de fundos de 20 473 milhões de euros;
  - Para o objetivo “Competitividade Regional e Emprego” concorrem uma parte do Programa Operacional Temático PO PH, os Programas Operacionais Regionais de Lisboa e Madeira e os respetivos Programas de Assistência Técnica, com um financiamento global de fundos de 939 milhões de euros;
  - Para o objetivo “Cooperação Territorial” contribuem apenas os respetivos Programas Operacionais, com 99 milhões de euros (IFDR, 2009).

Estes programas, que contribuem para os três objetivos definidos e que irão proporcionar um investimento global bastante superior decorrente dos investimentos nacionais, são financiados pelos fundos comunitários FSE, FEDER e Fundo de Coesão, do seguinte modo e com as seguintes dotações financeiras programadas<sup>29</sup>, num total de 21 511 milhões de euros em fundos:

- Dos Programas Operacionais Temáticos, o PO PH tem financiamento do FSE no valor de 6 117 milhões de euros (5 937 milhões para o objetivo *Convergência* e 180 milhões para o objetivo *Competitividade Regional e Emprego*), o PO FC tem financiamento do FEDER de 3 104 milhões de euros (objetivo *Convergência*) e o PO VT é financiado em simultâneo pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão com valores de 1 599 e 3 060 milhões de euros, respetivamente (objetivo *Convergência*);
- Dos Programas Operacionais Regionais, os do Continente (com financiamento FEDER: Norte – 2 712 milhões de euros; Centro – 1 702 milhões de euros; Alentejo – 869 milhões de euros e Algarve – 175 milhões de euros) e o dos Açores (com financiamento de 966 milhões de euros do FEDER e 190 milhões de euros do FSE), contribuem para o objetivo *Convergência*, ao passo que os de Lisboa (307 milhões de euros de FEDER) e da Madeira (com financiamento de 321 milhões de euros do FEDER e 125 milhões de euros do FSE) contribuem para o objetivo *Competitividade Regional e Emprego*;
- O Programa Operacional para o objetivo *Cooperação Territorial* é financiado pelo FEDER em 99 milhões de euros;
- Os Programas Operacionais de Assistência Técnica são financiados pelo FSE (80 milhões de euros) ou pelo FEDER (86 milhões de euros), consoante os programas que assistem.

<sup>29</sup> <http://www.ifdr.pt/content.aspx?list=1&menuid=45>

### CAPÍTULO 2 – A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA EM PORTUGAL

#### 2.1. NOTA HISTÓRICA

Desde cedo, Portugal esteve dividido em “comarcas”, “províncias” e, mais tarde, em “distritos”, estes consagrados na Lei de 25 de Abril de 1835 regulamentada pelo Decreto de 18 de Julho de 1835 (Mafra & Silva, 2004, p.53). Embora em diferentes graus, as Constituições Portuguesas têm vindo a consagrar alguns poderes regionais implementados de variadas formas – em 1822 as juntas distritais com eleição anual, em 1838 os órgãos distritais (junta e conselho), em 1911 as juntas distritais, em 1933 as juntas provinciais e em 1976 as freguesias, os municípios e as regiões administrativas (CAREAT<sup>30</sup>, 1998, pp.25-26).

No entanto, embora prevista na CRP de 1976 (na atual redação dada pela Lei Constitucional n.º1/2005, de 12 de agosto) – que determinou a divisão do país em regiões autónomas nos Açores e Madeira (art.º 225º) e em autarquias locais no continente, constituídas por freguesias, municípios e regiões administrativas, estas últimas a serem estabelecidas por lei (art.º 236º) – a regionalização tem vindo a ser protelada em Portugal. Somente em 1991, e depois de diversas iniciativas com vários Projetos de Lei, em legislaturas sucessivas, é aprovada a *Lei-Quadro das regiões administrativas* (Lei n.º56/91, de 13 agosto) e só em 1998 são criadas as regiões administrativas em Portugal continental, através da Lei n.º19/98, de 28 de Abril.

Apesar de a CRP qualificar Portugal, no seu artigo 6.º, como um Estado unitário, que deve ser organizado no respeito pelos “princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública”, tem-se assistido, desde então, a uma avulsa criação de estruturas desconcentradas, sem coerência e sem mecanismos de coordenação entre si, conduzindo a um contexto organizativo com elevados custos administrativos, de eficiência e de eficácia na implementação das políticas públicas. Para Eduardo Cabrita (CAREAT, 1998, p.17), “A reforma administrativa constitui uma exigência para a competitividade de Portugal, num contexto de aprofundamento da União Europeia, que não pode mais ser adiada face aos pesados custos do centralismo e da ineficiência burocrática que todos sentimos.”

Para Gonçalves (2010, p.264), “O atual modelo de organização e de administração do território não consolida a competitividade territorial no âmbito socioeconómico” e as disparidades regionais, em termos de desenvolvimento, só poderão ser atenuadas se houver um relacionamento entre “coletividades, regiões e Estado”. Segundo esta autora, para este relacionamento se tornar efetivo, é necessário que o centro de decisões saia de Lisboa e se aproxime das populações locais, tornando-as agentes ativos no fomento do desenvolvimento, ou seja, é necessário criar condições para a regionalização.

Segundo Manuel Porto (2008, pp.145-151), um Estado centralizado não tem “interesse político” em promover políticas de redução dos desequilíbrios espaciais, que favoreceriam as regiões mais pobres, mas também as menos populosas, sobretudo por questões eleitorais, pelo que afirma “tem de haver a descentralização para autarquias intermédias de maior dimensão, para regiões administrativas, tal como está previsto nos artigos 255.º a 262.º da Constituição da

---

<sup>30</sup> CAREAT- Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

República Portuguesa”, acrescentando ainda, citando Fonseca Ferreira<sup>31</sup>, “na era da globalização, a sociedade tem de funcionar de forma descentralizada, em rede. E, neste contexto, fará também sentido falar de novo e fazer a regionalização. A regionalização, realizada como processo consistente de descentralização, poderá proporcionar ao País novas energias, iniciativas, criação de riqueza e reequilíbrios sociais e territoriais virtuosos”.

O Conselho Regional do Norte, na sua “Deliberação da Alfândega” (CCDRN\_Conselho Regional, 2009), entende como imperativa a instituição de regiões administrativas como desígnio fundamental à modernização do Estado, aprofundamento da Democracia e desenvolvimento das Regiões, com base em diferentes considerações, nomeadamente nas disposições do Tratado de Lisboa e, citando ainda a OCDE<sup>32</sup>, refere que “o crescimento económico é um fenómeno ‘*bottom up*’ [em que] ao criar[em-se] as condições para se crescer adequadamente ao nível regional se proporciona a melhor oportunidade possível para se maximizar o crescimento ao nível nacional” (Ibid, p.1)

---

<sup>31</sup> Ferreira.A (2008). Região de Lisboa: Infraestruturas de Nova Geração, em *Cadernos de Economia*, nº 83, abril-junho de 2008, pp. III.4

<sup>32</sup> OECD (2009). Investing for Growth: Building Innovative Regions, Background Report, Meeting of the Territorial Development Policy Committee at Ministerial Level, 31 March 2009



### 2.2. REGIÃO/DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Uma divisão administrativa corresponde a uma parte de um país, à qual foi concedida um determinado grau de autonomia, cujo objetivo, para além das formas de organização de administração pública, pode assumir um fim específico judicial, de saúde, de educação, ou simplesmente um fim estatístico.

Para o geógrafo finlandês Anssi Paasi<sup>33</sup> (citado por Bandeira, 2007, p.3), a institucionalização de uma região envolve as seguintes etapas consecutivas: “1) A definição da forma ou abrangência territorial; 2) A formação de uma imagem conceitual e simbólica; 3) O desenvolvimento de instituições regionais e a incorporação da existência da região às práticas e formas de organização da sociedade; 4) O estabelecimento da região como parte de um sistema de regiões, com papel administrativo definido, associada à consciência regional da comunidade.”

Segundo Simões Lopes<sup>34</sup> e Polèse<sup>35</sup> (citados por Mourão, 2007, p.4-5), as regiões sendo espaços de contínuas transformações resultantes das vivências das populações, com incorporações nas consciências coletivas, são concebidas de acordo com critérios muito mais latos e complexos, que tradicionalmente referem *homogeneidade* (cultura, economia), *polarização* (fluxos comerciais e populacionais decorrentes de áreas de influência, como capitais) e *planeamento* (mecanismos de efetivação de intenções políticas antecipadamente determinadas).

Relativamente a este último conceito de planeamento e na opinião de Simões Lopes (2001, pp. 42-45) ele tem por base os critérios de homogeneidade e polarização, sendo normalmente visto como um critério “compromisso”, na medida em que “procura aproveitar as vantagens que os dois anteriores podem trazer orientando-as no sentido de estabelecer o quadro regional mais adequado para os objetivos de natureza política serem atingidos”.

As atribuições dos municípios e das freguesias têm por objetivo dar satisfação às necessidades das coletividades locais no que respeita ao desenvolvimento do território, infraestruturas, ordenamento e ambiente, cultura, entre outros.

Nos termos do artigo 1º da Lei n.º56/91, de 13 de agosto – *Lei-Quadro das regiões administrativas* – que determina as atribuições das regiões e as competências e constituição dos seus órgãos, uma “região administrativa é uma pessoa coletiva territorial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios das populações respetivas, como fator da coesão nacional”.

A Lei n.º19/98, de 28 de abril, definiu oito regiões administrativas (“Entre Douro e Minho”, “Trás-os-Montes e Alto Douro”, “Beira Litoral”, “Beira Interior”, “Estremadura e Ribatejo”, “Lisboa e Setúbal”, “Alentejo” e “Algarve”), cujo mapa e poderes a instituir foram objeto de referendo. O resultado negativo obtido neste referendo foi lamentado publicamente pela Comissão Europeia (Claudino, 2006, p.114). Com efeito, a recusa da regionalização em Portugal contraria o projeto político Europeu, de uma Europa das Regiões, cuja aposta nas áreas mais desfavorecidas, em nome de uma coesão territorial, conduziu a uma matriz regional para os fundos europeus.

---

<sup>33</sup> Paasi, A. (1986) The Institutionalisation of Regions: A Theoretical Framework for Understanding the Emergence of Regions and the Constitution of Regional Identity, *Fennia* 164:1, pp. 105-146;

<sup>34</sup> Lopes, A.S. (1984): Desenvolvimento regional. Problemática, teoria e modelos. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>35</sup> Polèse, M. (1998): Economia urbana e regional. Coimbra: APDR.

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

A convicção de Sérgio Claudino (2006, p.119), de que não poderá deixar de ser considerada a criação de quadros regionais sustentados nos agrupamentos de municípios, face à necessidade de dar respostas aos desafios europeus e ao estímulo de uma afirmação internacional, tem sido confirmada com a evolução das competências que têm vindo a ser atribuídas às Comunidades Intermunicipais (CIM), cujo processo foi iniciado em 2003.

Segundo José Rocha (2005, p.280) a questão da regionalização é indissociável do modelo proposto pela Lei nº11/2003 de 13 de maio, que “estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das comunidades intermunicipais”, reforçando o associativismo municipal. Ainda de acordo com este autor (2005, p.307) a organização territorial no nosso País continua a ser um tema em discussão. Esta teoria continua a justificar-se se atentarmos à criação das comunidades intermunicipais bem como à redefinição das delimitações geográficas das NUTS III existentes em Portugal, que visam dar resposta aos novos desafios e fundamentos económicos e aos objetivos e metas que se colocam às regiões, e sub-regiões que as compõem.

A Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º40/2011, de 22 de setembro, “aprova os princípios orientadores e os eixos estruturantes da reforma da administração local autárquica”, considerando prioritária uma reorganização que reforce a “descentralização e a proximidade com os cidadãos”, “visando o desenvolvimento económico, social e cultural” das várias regiões do país, ao abrigo da sustentabilidade e da coesão nacional.

De acordo com este diploma, “são princípios orientadores da reforma da administração local autárquica:

- a) Maior proximidade e descentralização administrativa;
- b) Reforço do municipalismo e da intervenção das freguesias como estratégia de desenvolvimento;
- c) Eficiência na gestão e afetação dos recursos públicos, potenciando economias de escala;
- d) Reforço de sustentabilidade da estrutura autárquica, numa perspetiva de dimensão e de escala;
- e) Valorização da prestação de serviço público;
- f) Especial consideração pelas especificidades locais;
- g) Reforço da coesão e competitividade territorial”.

### 2.3. CCDR – COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**As Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)** considerados “serviços periféricos da administração direta do Estado”, foram recentemente integradas na Presidência do Conselho de Ministros. Segundo a legislação atual o “Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia exerce conjuntamente com o Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional a superintendência e tutela das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, competindo-lhe definir as orientações, estratégias e fixação de objetivos nas matérias do ambiente, ordenamento do território e cidades”<sup>36</sup>. De acordo com o atual modelo organizacional *“As CCDR prosseguem atribuições no domínio do desenvolvimento regional e fundos comunitários e prestam apoio às autarquias locais e às suas associações, funcionando como principal interlocutor junto dos cidadãos e das suas organizações, de forma a assegurar uma maior relação de proximidade. Neste sentido, as CCDR são interlocutoras privilegiadas para a nova dinâmica que se pretende imprimir às políticas de ambiente, de ordenamento do território, de desenvolvimento regional e de administração local, articulando ações concretas com os serviços locais dos organismos centralizados, promovendo a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e o apoio técnico às autarquias locais e às suas associações, num quadro potenciador de maior eficiência na gestão dos recursos públicos.”*<sup>37</sup>

No entanto, e no sentido de tentar fazer uma abordagem institucional da criação das CCDR, e da sua crescente importância no desenvolvimento regional, refere-se que o aparecimento de Estruturas do Estado com capacidades no âmbito do planeamento e da coordenação regional teve origem, com propriedade, a “partir de meados de 1960, altura em que a dinâmica dos Planos de Fomento nacionais atribuíram uma competência descentralizadora aos Serviços do Estado” (Mourão, 2007, p.2).

Portugal continental é, em 1969, dividido em quatro regiões<sup>38</sup> – Norte, Centro, Lisboa e Sul – surgindo, em cada uma delas, uma Comissão Consultiva Regional com atribuições de coordenação e competências para a elaboração de estudos e delimitação de regiões que permitam concretizar os objetivos do planeamento, as quais passam, no mesmo ano, a designar-se por Comissões de Planeamento<sup>39</sup>.

Com a publicação da Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna, em 1977, foram criadas as Comissões de Coordenação Técnica Regional<sup>40</sup>, as quais integraram os serviços dependentes das anteriores Comissões Consultivas Regionais, tendo sido também criados os Gabinetes de Apoio às Autarquias, os quais permitiram que zonas menos desenvolvidas do país adquirissem um considerável aumento de capacidade técnica.

Em 1979 são criadas cinco Comissões de Coordenação Regional<sup>41</sup> (CCR), que integram os anteriores organismos regionais, as quais passam a ter autonomia administrativa e financeira e se designam por: CCR Norte, sediada no Porto; CCR Centro, sediada em Coimbra; CCR Lisboa e Vale do Tejo, sediada em Lisboa; CCR Alentejo, sediada em Évora e CCR Algarve, sediada em Faro.

<sup>36</sup> DL n.º 119/2013, de 21 de agosto (n.º 4 do artigo 10º), que introduz a quarta alteração ao DL n.º 86-A/2011, de 12 de julho, o qual aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional

<sup>37</sup> DL n.º 228/2012, de 25 de outubro

<sup>38</sup> DL n.º 48905, de 11 de março de 1969

<sup>39</sup> Decreto n.º 49364, de 8 de novembro de 1969

<sup>40</sup> DL n.º 342/77, de 19 de agosto

<sup>41</sup> DL n.º 494/79, de 21 de dezembro

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

De acordo com Andreia Duarte (2010, p.7) “Na ausência de uma regionalização formalmente instituída e aceite pela população, as CCR assumem o papel de promover o desenvolvimento regional e a redução das disparidades regionais, além de mobilizar os recursos regionais (Mozzicaffredo, 2003:161) ”

Finalmente, a aprovação do DL n.º104/2003, de 23 de maio, “visa extinguir as comissões de coordenação regional e as direções regionais do ambiente e do ordenamento do território e criar as comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR) e inscreve-se no processo de desconcentração e descentralização administrativas, dando concretização a estes princípios e desideratos constitucionais em matéria de democratização e modernização da Administração Pública.”

Com o objetivo de aumentar a participação dos agentes locais, públicos e privados, na estratégia de desenvolvimento e nos processos deliberativos das políticas públicas, as CCDR integram também Conselhos Regionais, constituídos por representantes dos cidadãos e dos interesses socioeconómicos regionais<sup>42</sup>, com competências, de carácter amplo e intervenção efetiva, nomeadamente a pronúncia prévia para a indicação de individualidades para o cargo de presidente da CCDR.

As CCDR são constituídas por uma estrutura nuclear e por uma estrutura flexível. A constituição e competências da estrutura nuclear, que integra diversas Direções de Serviços, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, são determinadas por Portaria Ministerial. A constituição e competências da estrutura flexível de cada CCDR, constituída por unidades orgânicas designadas por Divisões, são determinadas por Despacho do respetivo Presidente.

Cada uma das cinco CCDR criadas – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve – tem como área geográfica de atuação a correspondente ao nível II das NUTS e dispõem de “serviços sub-regionais desconcentrados”, tendo sido estabelecido um ajustamento às áreas geográficas de atuação da CCDR do Centro (CCDRC), da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) e da CCDR Alentejo (CCDRA), até ao fim do período do 3.º Quadro Comunitário de Apoio<sup>43</sup>. Este ajustamento, que se mantém no período do QREN, teve por objetivo a adaptação à “evolução verificada nos perfis socioeconómicos das regiões, em particular na NUTS II Lisboa e Vale do Tejo, que levou ao ajustamento das duas regiões NUTS II vizinhas (Centro e Alentejo)”<sup>44</sup>. Com efeito, algumas sub-regiões da NUTS II Lisboa e Vale do Tejo, integrando-se esta no objetivo “competitividade regional e emprego”, não sendo detentoras das mesmas características socioeconómicas, foram excluídas desta para integrarem regiões com objetivo “convergência”, já que, tendo um PIB/*per capita* inferior a 75% da média da UE, podem beneficiar de uma taxa maior de comparticipação dos Fundos.

---

<sup>42</sup> Artigo 15º do DL nº 104/2003

<sup>43</sup> Artigo 26º do DL nº104/2003

<sup>44</sup> [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=367&Itemid=249&lang=pt](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=367&Itemid=249&lang=pt)

### 2.4. NUTS/DIVISÃO ESTATÍSTICA:

Além das unidades territoriais existentes em termos administrativos, foi necessário criar outro tipo de divisões territoriais para fins estatísticos – NUTS – as quais foram determinadas ao nível comunitário para coadjuvar na comparação de dados estatísticos na União Europeia.

De acordo com o Regulamento (CE) n.º1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, foi instituída uma “nomenclatura que define sub-regiões estatísticas em que se divide o território dos Estados-Membros da União Europeia” designada por Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS).

Em Portugal, a NUTS foi aprovada com a RCM n.º34/86, de 26 de março<sup>45</sup>, “na sequência das exigências decorrentes da política regional comunitária transmitidas pela DG XVI”, refere o preâmbulo, estabelecendo três níveis de NUTS – **NUTS I, NUTS II e NUTS III**, as quais passaram a ser utilizadas no contexto do “Sistema Estatístico Nacional” (SEN) pelo INE, que concebeu um sistema para codificar esta nomenclatura<sup>46</sup>.

O nível NUTS I corresponde a Portugal Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

Na desagregação de nível II encontram-se, em Portugal Continental, as cinco grandes regiões de atuação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), e que respeitam às subdivisões NUTS II para Portugal Continental: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. A delimitação destas considera os limites dos municípios, mas não os dos distritos, que por vezes se dividem entre regiões.

A NUTS II Região Centro, com uma área de 28.199,4 Km<sup>2</sup>, cerca de 31% do Continente (INE, 2012), é constituída por 100 municípios e abarca a totalidade dos distritos de Coimbra, Leiria e Castelo Branco, a maior parte do distrito de Aveiro, Viseu e Guarda e uma menor parte dos distritos de Santarém e Lisboa.

As NUTS II subdividem-se em “sub-regiões estatísticas”, denominadas NUTS III, constituídas por agrupamentos de municípios contíguos, com constrangimentos e desafios análogos, de forma a obter-se informação de conjunto que favoreça o planeamento económico.

Considerando-se pedras angulares do sistema estatístico europeu, as divisões estatísticas são um elemento determinante na avaliação do cumprimento dos objetivos de coesão, pelo que é necessário que os dados sejam comparáveis a nível de toda a União Europeia, assegurando a sua imparcialidade.

As NUTS, para além de servirem de referência no sistema de obtenção e harmonização das estatísticas regionais no contexto comunitário e na auscultação socioeconómica das regiões, são também utilizadas para delimitar as políticas regionais da UE.

Os desafios que se colocam às regiões, quer em termos políticos e económicos, quer em termos dos objetivos e metas a atingir, impõem que elas se organizem em configurações geográficas que favoreçam o desenvolvimento sustentável, fundamentado no potencial de excelência existente, no estímulo do investimento privado, envolvendo os cidadãos, as entidades públicas e privadas e, sobretudo, favorecendo a afetação dos fundos estruturais, tendo em conta as

---

<sup>45</sup> Revogada pelo DL n.º46/89, de 15 de fevereiro, alterado pelo DL n.º244/2002, de 5 de novembro e pela Lei n.º 21/2010, de 23 de agosto

<sup>46</sup> <http://www.ine.pt/xportal/ine/portal/portlets/html/conteudos/listaContentPage.jsp?BOUI=6251013&xlang=PT>

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

estratégias integradas nos vários programas financeiros da Política de Coesão da União Europeia, visando atenuar as divergências.

A comparabilidade das estatísticas regionais tem como pressuposto que as regiões possuam dimensões semelhantes em termos demográficos, conforme refere o Regulamento (CE) n.º1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de maio de 2003.

Atendendo a este critério enquadrador no contexto da União Europeia, as NUT III foram ajustadas às já existentes mas alteradas com base nas dinâmicas territoriais reais, conduzindo à transição de alguns municípios para outras NUTS; é o caso do município de Mação que em 2010 deixou de integrar o Pinhal Interior Sul para integrar o Médio Tejo<sup>47</sup>.

A premência da preparação dos diferentes territórios para o ciclo de programação financeira que se aproxima e da afetação de fundos estruturais exige reconfigurações que mantenham a conformidade, em termos de dimensão populacional, com os critérios enquadradores das NUTS III, tanto a nível nacional como no contexto da União Europeia.

Decorrente da necessidade de adaptação às alterações e à evolução recente, verificadas sobretudo no povoamento e na hierarquia urbana das regiões e suas sub-regiões, bem como nos perfis socioeconómicos e nas acessibilidades, foi aprovada a redefinição geográfica das NUTS III, em consequência das novas designações e delimitações geográficas das CIM, estabelecidas pela recente Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

---

<sup>47</sup> Lei n.º21/2010, de 23 de agosto

### 2.5. CIM – COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS:

Na sequência da recusa, em referendo, da regionalização, inicia-se, em 2003, um processo alternativo (Claudino, 2006, p.116), que cria “áreas metropolitanas” as quais se subdividem em “GAM – Grandes áreas Metropolitanas” e “CU – Comunidades Urbanas”, as primeiras resultantes de agrupamentos com pelo menos nove municípios e 350 mil habitantes e as segundas constituídas com três municípios e 150 mil habitantes, no mínimo<sup>48</sup>.

Visando sobretudo “reforçar a capacidade de gestão dos municípios com vantagens ao nível da eficiência, da racionalização dos recursos, da uniformização de procedimentos, da criação de economias de escala, da partilha de experiências e de boas práticas e, conseqüentemente, a melhor prossecução do interesse público.” (DGAL, 2012, p.3), através da cooperação intermunicipal, nomeadamente pela partilha de serviços, o associativismo municipal constitui uma forma de descentralização administrativa.

Numa lógica de reforço desse associativismo foram criadas as CIM, as quais, sendo associações de municípios com fins múltiplos, “correspondem a unidades territoriais definidas com base nas NUTS III e são instituídas em concreto com a aprovação dos estatutos pelas assembleias municipais da maioria absoluta dos municípios que as integrem”<sup>49</sup>.

Nos termos do regime jurídico do associativismo municipal, as CIM têm atribuições na gestão da estratégia de desenvolvimento do território que abrangem, devendo promover a seleção dos investimentos de interesse supramunicipal e a apresentação de candidaturas a financiamentos no âmbito do QREN.

Neste âmbito e como plataforma integradora dos projetos que os municípios pretendiam candidatar aos Fundos Estruturais, surgiram os PTD, já atrás mencionados, cujo território de referência são as sub-regiões NUTS III.

Na NUTS II, Centro, foram constituídas onze CIM: Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA); Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM); Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral (CIMPL); Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCIM); Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões (CIMRDL); Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CIMPIN); Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Sul (CIMPIS); Comunidade Intermunicipal das Beiras (COMURBEIRAS); Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela (CIMSE); Comunidade Intermunicipal da Beira Interior Sul (CIMBIS) e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIM Médio Tejo).

O âmbito territorial das CIM corresponde, em regra, às respetivas NUTS III, com exceção da CIM designada por COMURBEIRAS, que integra as NUTS III Beira Interior Norte e Cova da Beira, havendo ainda situações de municípios que, pertencendo a determinada NUTS III, integram uma CIM diferente: é o caso dos municípios de Mealhada e Mortágua que pertencendo, respetivamente, às NUTS III do Baixo Vouga e do Dão-Lafões, integram ambas a CIM-BM<sup>50</sup>.

O Governo elaborou, em 2012, um estudo designado por “Estudo-Piloto Comunidades Intermunicipais – Modelos de Competências, de Financiamento, de Governação, de Gestão e de Transferências de Recursos” baseado na

---

<sup>48</sup> Lei nº 10/2003, de 13 maio

<sup>49</sup> Artigo 4º da Lei nº 45/2008, de 27 de agosto

<sup>50</sup> DL nº 68/2008, de 14 de abril

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

experiência da Comunidade Intermunicipal Alto Minho (da NUTS II – Região Norte) e da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

De acordo com esse estudo, é defendido que o reforço das competências das CIM pode ser indutor da eficácia e eficiência dos serviços prestados, da racionalização dos recursos, da criação de economias de escala o que, consequentemente, garante a melhor prossecução do interesse público, nomeadamente em setores onde as CIM detêm já capacitação técnica, por força das atividades desenvolvidas por algumas delas.

Estas CIM passaram a ter, em 2013, novas designações e novas delimitações geográficas, estabelecidas pela recente Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o estatuto dessas entidades.



## CAPÍTULO 3 – A ESCOLHA DO TERRITÓRIO

### 3.1. A REGIÃO CENTRO E A CCDRC



**Figura 2 – CONTORNOS GEOGRÁFICOS DA REGIÃO CENTRO**

Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – Plano de Atividades 2013

A Região Centro caracteriza-se, atualmente, pela existência de duas configurações territoriais:

- 1) Uma delimitação de atuação das políticas públicas, constituída por 77 municípios incluídos em 10 sub-regiões – Baixo Mondego, Baixo Vouga, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Pinhal Litoral e Serra da Estrela – nas quais a CCDRC tem por missão “executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional” (...) “promover a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações<sup>51</sup>;
- 2) Uma delimitação de fins estatísticos, adequada à operacionalização dos Fundos Comunitários, constituída por 100 municípios incluídos em 12 sub-regiões, acrescentando-se às anteriores o Oeste e o Médio Tejo.

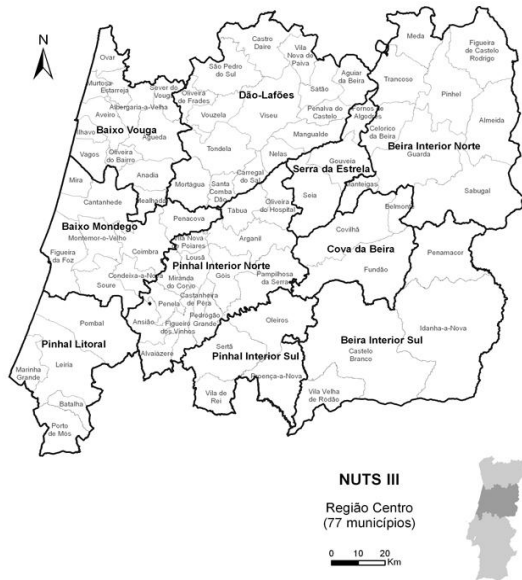
Estas configurações encontram-se discriminadas por NUTS III e municípios no Anexo I.

“Desde que se definiram as NUTS (Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86 de 26 de março) que, em diferentes momentos e por diversas razões, se sentiu a necessidade de se modificarem alguns dos seus limites (cf. alterações constantes nos Decretos-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro, n.º 163/99, de 13 de maio e n.º 317/99, de 11 de agosto, na Lei n.º 28/2001, de 12 de Julho e no Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro). Em novembro de 2002 (Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro), ocorreu uma alteração que teve por base a evolução verificada nos perfis socioeconómicos das regiões, em particular na NUTS II Lisboa e Vale do Tejo, que levou ao ajustamento das duas regiões NUTS II vizinhas (Centro e Alentejo). Em agosto de 2010 (Lei n.º 21/2010, de 23 de agosto), o município de

<sup>51</sup> [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=254&Itemid=5&lang=pt](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=254&Itemid=5&lang=pt)

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Mação deixou de integrar a NUTS III Pinhal Interior Sul tendo passado para a NUTS III Médio Tejo.” (CCDR, 2012a), estando esta NUTS III integrada na Região de Lisboa e Vale do Tejo. No entanto, em termos estatísticos, o Sistema Estatístico Nacional matém, ainda, o município de Mação incorporado na NUTS III Pinhal Interior Sul.



“A área de intervenção da CCDRC (exceto no que se relaciona com a aplicação de fundos estruturais) é composta por 77 municípios que se distribuem por 10 sub-regiões (NUTS III): Baixo Mondego, Baixo Vouga, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Pinhal Litoral e Serra da Estrela (DL n.º 494/79, de 21 dezembro, alterado pela Lei n.º 21/2010, de 23 de Agosto)”

**Figura 3 – Âmbito de atuação da CCDRC (77Mmunicípios)**

Fonte: www.ccdrc.pt



“A partir de 2002, e de acordo a nomenclatura em vigor (Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de Novembro, alterado pela Lei n.º 21/2010, de 23 de Agosto), a Região Centro, para fins estatísticos, é constituída por 100 municípios organizados em 12 sub-regiões NUTS III: Baixo Mondego, Baixo Vouga, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Pinhal Litoral, Serra da Estrela, Médio Tejo e Oeste. Esta matriz de delimitação do território é também a base para a operacionalização das intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais na região.”

**Figura 4 – Âmbito de fins estatísticos/NUTS da CCDRC (100 Municípios)**

Fonte: www.ccdrc.pt

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Esta variação de delimitações, não favorece as relações entre os diferentes organismos administrativos públicos na implementação das políticas de dimensão territorial, dificultando ainda as diligências dos vários atores e cidadãos locais no alinhamento das várias escalas e níveis da administração.

A Região Centro foi delimitada, pela primeira vez, no século XIII, tendo sido confinada ao território localizado entre os rios Douro e Tejo, desde a fronteira até Viseu (Carvalho, Ribeiro, Martins, Domingos & Escária, 2010, p.10). As delimitações das várias regiões do país têm vindo a ser alteradas em função de vários critérios como geomorfologia, clima, relevo, etc., tendo, nos tempos mais recentes, sido dada maior relevância a critérios como, perfis socioeconómicos, acessibilidades, povoamento e hierarquia urbana das regiões e suas sub-regiões, os quais têm justificado nova redefinição das delimitações geográficas.

Confrontando com as regiões Norte, Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo, mas também com Espanha e com o Oceano Atlântico, a Região Centro detém uma posição privilegiada de centralidade geográfica quer no âmbito nacional, com acessibilidades às principais cidades do país, Lisboa e Porto, quer internacional pela via do “Atlântico”. Este posicionamento geográfico possibilita-lhe um favorável envolvimento nas redes transeuropeias e a realização de cooperações com outras regiões, nomeadamente cooperações transfronteiriças, como a criação da Euroregião Alentejo-Centro-Extremadura (EUROACE), a criação da cooperação entre as regiões Centro e Castilla y Leon (CENCYL) – que abarca várias estratégias: projeto MIT (Mobilidade, Inovação e Território); Cidades Sustentáveis – subsistindo porém, alguns constrangimentos na circulação de mercadorias que “impedem que se possam valorizar os Transportes Sustentáveis e, concretamente, o reforço da intermodalidade ferro-marítima e rodo-marítima no corredor E 804 (Portugal – Salamanca – Valladolid - Irun), na medida em que este é o principal itinerário de trocas comerciais terrestres de Portugal” (CCDRC, 2013, p. 26).

Detentora de uma paisagem única, onde cerca de 16% do território está abrangido por áreas classificadas, importa realçar as que se relacionam com as Serras da Estrela, Malcata, Gardunha, Aire e Candeeiros, Montemuro e Caramulo, entre outras, as reservas naturais dos Pauis de Madriz, Taipal e Arzila (Sítios RAMSAR, da Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional), das Berlengas e da Ria de Aveiro no litoral, entre outras importantes zonas de proteção especial (ZPE) como os parques naturais do Douro Internacional e do Vale do Águeda e do Vale do Côa, na Beira Interior Norte, o Tejo Internacional, Erges e Ponsul na Beira Interior Sul e o Geoparque Naturtejo que integrou as Redes Europeia e Global de Geoparques por orientação da UNESCO, em 2006.

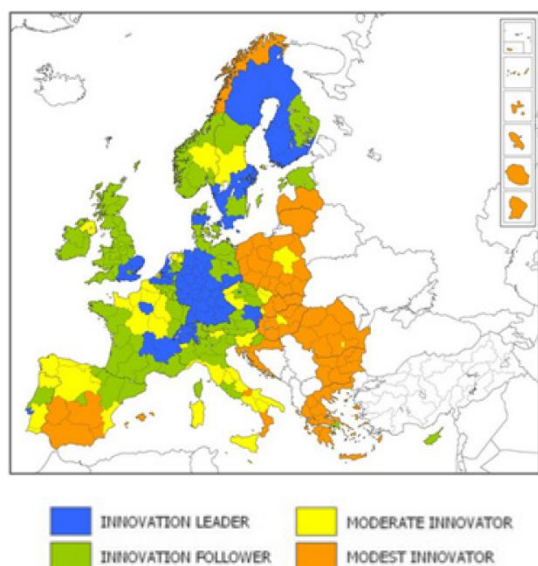
Possuindo 32% da área florestal do país, o que lhe possibilita a designação do “pulmão” de Portugal, e contendo ainda os principais recursos de água, quer internacionais (Douro e Tejo), quer exclusivamente nacionais (Mondego, Zêzere, Vouga, Dão...) e uma costa atlântica com cerca de 275 km de extensão (CCDRC, 2013, p.55), a Região Centro é também atravessada pela cordilheira central na direção sudoeste-nordeste, onde se localiza o ponto mais elevado de Portugal Continental, a Serra da Estrela a qual, contribuindo para a riqueza paisagística e turística do país, contribui também para o agravamento da dicotomia existente entre o litoral e o interior, por força das ainda deficientes redes de acessibilidades (Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças, 2011, pp. 22-24).

A Região Centro é também favorecida, pelas suas condições naturais, com um significativo potencial de recursos energéticos, particularmente no que diz respeito às energias renováveis nos domínios eólico, hídrico, solar, biomassa, energia dos oceanos, entre outras, podendo contribuir em grande escala para a preservação e melhoria ambiental com

a redução de emissão de gases que aumentam o efeito de estufa. No entanto, a estas condições favoráveis estão associados riscos naturais que importa prevenir, como a ameaça de inundação das áreas costeiras pelo avanço do mar, as cheias e os incêndios florestais.

Organizada num sistema polinucleado de centros urbanos qualificados por cidades de dimensão média, elas são reconhecidas nacionalmente pela qualidade de vida e bem-estar que proporcionam, tendo Viseu obtido o primeiro lugar, Castelo Branco o quarto, Leiria o oitavo e Coimbra o décimo, num ranking promovido em 2012 pela DECO. No entanto, continua a verificar-se uma débil organização em rede das várias cidades da região com deficiente articulação na gestão de equipamentos e infraestruturas.

Ao nível da estrutura científica e tecnológica, a Região Centro tem vindo a afirmar-se no contexto nacional e internacional, tendo sido incluída, em 2012, pelo Regional Innovation Scoreboard, nas 100 regiões da Europa que mostraram maior inovação, identificada como exemplo a seguir, apesar de continuar muito distante da média do país, e ainda mais da média da Europa, em termos de percentagem de despesa do PIB em I&D (CCDRC, 2013, p.5).



## Região Centro está entre as 100 mais inovadoras da Europa

**Evolução** No último "Regional Innovation Scoreboard", a região foi uma das que apresentou maior desenvolvimento

De acordo com o "Regional Innovation Scoreboard 2012", a região Centro de Portugal está, oficialmente, entre as 100 regiões mais inovadoras da Europa. Enquanto conceito e diferencial, a inovação tem sido a estratégia competitiva da Europa nos mercados internacionais.

Novas metodologias de produção, tecnologias inéditas, serviços aprimorados e novas práticas de gestão, foram alguns dos fatores que levaram a Europa a tornar-se um exemplo de boas práticas, com estas a serem replicadas e disseminadas nos mais diversos países. Seja nos modelos de trans-



Crescimento sustentado por estímulo ao empreendedorismo  
glão Centro apresentava-se associa-se a esta conquista

**Figura 5 – Categorias de regiões europeias em matéria de inovação de acordo com os resultados do Regional Innovation Scoreboard 2012**

Fonte: <http://crer2020.ccdrc.pt/>

A sua capacidade de conhecimento e inovação pode ser balizada pelos 86 mil alunos matriculados no ensino superior, no ano letivo 2010-2011, pelas 9 instituições de ensino superior existentes, pelas suas 12 incubadoras de empresas em rede (RIERC), 6 parques de Ciência e Tecnologia (o Parque de Aveiro, *Creative Science Park - Aveiro Region* está entre os maiores do mundo, integrando o IASP), 8 Polos de Competitividade e Tecnologia (PCTs da Energia, Engineering & Tooling, das Indústrias de Base Florestal, das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial, da Saúde, Turismo 2015, Portugal MOBI 2015 e TICE.PT)<sup>52</sup>, 4 Clusters (Cluster Habitat Sustentável, Cluster Agroindustrial do Centro, Cluster Agroindustrial do Ribatejo e Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar) e 4 centros tecnológicos (CCDRC, 2013, p.22).

<sup>52</sup> [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=373&Itemid=250&lang=pt](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=373&Itemid=250&lang=pt)

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

A atividade produtiva da Região Centro é constituída por uma variedade de sistemas, muitos dependentes dos recursos locais como a agricultura, a silvicultura, a pesca, as indústrias de vidro e cerâmica resultantes da utilização de argilas e caulinos, mas também de sistemas associados a tecnologias de inovação como a metalomecânica mais centralizada em Águeda, moldes e plásticos localizados na Marinha Grande e outras atividades relacionadas com os materiais. Existem ainda atividades ligadas ao potencial endógeno da região, como: o Turismo da Natureza e o *Touring Cultural* e Paisagístico associado à diversidade de valores naturais e patrimoniais, nomeadamente as aldeias históricas e de xisto; a Saúde e o Bem-Estar associado à abundância termal da região.

Existem, no entanto, evidências de fraquezas que condicionam o desenvolvimento da Região Centro, nomeadamente:

- O elevado envelhecimento populacional e o abandono das zonas rurais do interior;
- A elevada taxa de analfabetismo e a baixa qualificação da população, sobretudo dos empresários, dificultando a adaptação a novas realidades empresariais;
- A deficiente articulação entre instituições de ensino superior, instituições públicas e instituições empresariais;
- A baixa densidade de empresas, principalmente no interior, associada à sua reduzida dimensão (aproximadamente 70% são microempresas) e ao fraco investimento em I&D, cimentam fragilidades que dificultam a evolução do tecido produtivo, especialmente no que respeita a “lógicas de parceria, associativismo e trabalho em rede” (CCDRC, 2013, p.10);
- Apesar de existirem alguns polos inovadores, existem ainda grandes fragilidades nas infraestruturas logísticas regionais e nas acessibilidades intrarregionais, como a ligação Coimbra-Covilhã e a fraca rede ferroviária para transporte de mercadorias para Viseu.

A Região Centro é detentora de uma base territorial caracterizada por uma diversidade extraordinária que a enriquece, mas também por realidades intrarregionais económicas e sociais muito distintas expressas por enormes assimetrias que, apesar dos vários investimentos realizados e das políticas públicas implementadas, não têm sido esbatidas ao longo dos tempos. Encontramos, assim, sub-regiões classificadas de competitivas, que oferecem níveis elevados de bem-estar e que conseguem fixar e atrair pessoas e sub-regiões que cada vez mais perdem população por não terem capacidade de atrair investimentos, dando origem a territórios despovoados que favorecem a desertificação.

De acordo com os resultados recentes do INE (valores referentes predominantemente a 2011), esta diversidade está bem presente entre as várias sub-regiões ao nível de múltiplos domínios, entre os quais:

- i) Em termos populacionais existem NUTS III com cerca de 390,8 mil habitantes (Baixo Vouga) e com cerca de 40,7 mil habitantes (Pinhal Interior Sul), correspondendo a uma diferença de 10 para 1;
- ii) Em relação à densidade populacional verificam-se variações entre 216,2 habitantes por Km<sup>2</sup> (Baixo Vouga) e 19,9 habitantes por Km<sup>2</sup> (Beira Interior Sul), traduzida numa disparidade de 11 para 1;
- iii) Existem cerca de 42000 empresas na sub-região Baixo Vouga e pouco mais de 3600 empresas nas sub-regiões Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul, correspondendo a mais de 23 empresas por km<sup>2</sup> no Baixo Vouga e a menos de 2 empresas por km<sup>2</sup> no Pinhal Interior Sul, tal como na Beira Interior Sul (valores de 2010);
- iv) O produto interno bruto por habitante a preços correntes, em milhares de euros, varia entre um máximo de 16,3 (Baixo Mondego), que supera a média nacional, e um mínimo de 8,3 (Serra da Estrela);
- v) O poder de compra per capita (valores de 2009 editados em 2011 pelo INE) varia entre um valor máximo de 105,2 no Baixo Mondego e um valor mínimo de 61,2 no Pinhal Interior Sul;

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

vi) O peso das exportações de mercadorias no PIB é de 48,5% no Baixo Vouga, representando quase o dobro do valor que se regista a nível nacional, e de 5,1% na Serra da Estrela;

vii) A capacidade de conhecimento instalada, traduzida em valores de Investigação & Desenvolvimento é bastante diferente: a percentagem de despesa em I&D no PIB varia de 3,1 no Baixo Mondego para 0,1 no Pinhal Interior Norte, quando a média do país é de 1,6 (valores de 2010);

viii) Também em termos de qualificação populacional, a taxa de analfabetismo, varia entre 4,2% no Baixo Vouga e 11,8% no Pinhal Interior Sul, sendo a média nacional de 5,2% e a da Região Centro de 6,4%. A proporção de população com 15 ou mais anos com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo é de 52,6% no Baixo Mondego e apenas de 34,5% no Pinhal Interior Sul, quando a média nacional é de 49,6% e a da região é de 45,9%.

No Quadro seguinte apresentam-se alguns dos indicadores caracterizadores do desenvolvimento das várias NUTS III da Região Centro.

Os conceitos utilizados nos dados extraídos do INE, apresentados nos diversos Quadros desta dissertação, encontram-se definidos no Quadro do Anexo III.

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Quadro 3.1: Indicadores de desenvolvimento para as NUTS III da Região Centro

Estrutura territorial	População						Qualificação						Desempenho económico								Comércio internacional				Proporção do VAB por ramos de atividade						Empresas				Investigação & Desenvolvimento										
	População residente censitária						Informação censitária						Produto Interno Bruto por habitante a preços correntes		Índice sintético de desenvolvimento regional						Exportações de mercadorias com origem na região		Importações de mercadorias com destino na região		Setor primário		Setor secundário		Setor terciário		Empresas (por localização da sede)		Densidade de empresas		Taxa de natalidade de empresas		Despesa em I&D no PIB								
	População - Total		Taxa de variação da população intercensitária		Proporção de população residente em lugares com 2000 ou mais habitantes		Proporção da população com 15 ou mais anos com pelo menos o 3.º ciclo do ensino básico completo		Proporção da população residente com ensino superior completo		Taxa de analfabetismo		a preços correntes		Índice global		Índice de competitividade		Índice de coesão		Índice de qualidade ambiental		Peso das exportações de mercadorias no PIB		Peso das importações de mercadorias no PIB																				
	2011	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2011	2004	2011	2004	2011	2001	2001	2011	2001	2011	2001	2001	2011	2001								
km²	N.º	N.º	%	%	%	%	N.º/km²	N.º/km²	%	%	%	%	%	%	Mil euros	Mil euros	PT=100	PT=100	PT=100	PT=100	PT=100	PT=100	PT=100	PT=100	%	%	%	%	%	%	%	%	N.º	N.º	N.º/km²	N.º/km²	%	%	%	%					
Portugal	92.212,0	10.562.178	10.356.117	2,0	4,9	61,0	54,8	114,3	112,3	49,6	38,0	15,1	8,6	5,2	9,0	16,1	13,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	25,1	20,7	34,6	33,0	2,2	3,4	23,9	28,1	73,9	68,5	1.144.150	1.016.507	12,4	11,9	11,9	14,2	1,6	0,7		
Continente	89.088,9	10.047.621	9.869.343	1,8	5,2	61,4	55,3	112,6	110,9	49,9	38,2	15,3	8,7	5,2	8,9	16,0	13,1	100,5	101,7	100,3	100,3	100,4	100,2	100,8	100,7	99,9	100,0	25,4	21,0	34,8	32,8	2,0	3,3	24,4	28,7	73,5	68,0	1.096.832	978.682	12,3	11,9	11,9	14,1	1,7	0,8
Centro (100)	28.199,4	2.327.755	2.348.397	-0,9	3,9	34,9	32,2	82,3	83,0	45,9	32,9	13,1	6,9	6,4	10,9	13,4	11,1	84,4	77,2	98,1	98,9	93,4	93,8	101,9	101,5	99,2	101,8	25,8	21,4	22,6	19,3	3,5	5,4	31,1	35,0	65,4	59,6	248.071	223.978	8,8	8,4	10,8	12,4	1,3	0,6
Baixo Vouga	1.803,6	390.822	385.724	1,3	10,0	36,9	34,4	216,2	213,3	47,4	34,7	14,3	7,5	4,2	7,1	14,6	12,6	86,6	81,7	100,5	101,9	103,0	103,1	100,7	99,6	97,4	103,1	48,5	43,0	39,4	35,6	2,4	3,5	38,7	43,6	58,9	52,9	42.105	38.257	23,3	22,9	11,4	13,1	2,2	1,1
Baixo Mondego	2.062,8	332.326	340.309	-2,4	3,4	43,4	42,2	160,8	163,3	52,6	40,7	19,7	11,3	5,5	9,4	16,3	12,8	105,2	95,6	97,7	99,5	92,2	93,5	108,5	107,1	92,8	98,1	17,0	19,7	13,2	10,4	2,1	3,1	27,0	28,6	71,0	68,3	38.780	36.652	18,8	18,3	11,1	12,9	3,1	...
Pinhal Litoral	1.743,7	260.942	250.990	4,0	11,8	28,6	32,0	149,5	144,7	48,5	34,8	12,9	6,3	6,0	10,1	15,9	13,8	88,7	90,1	100,0	101,9	96,7	97,7	102,9	105,9	100,6	102,3	24,6	17,6	20,0	18,7	1,9	3,5	39,3	44,3	58,8	52,2	32.293	29.381	18,5	18,2	10,2	11,8	0,8	0,2
Pinhal Interior Norte	2.616,5	131.468	138.535	-5,1	-0,6	16,7	11,5	49,9	52,4	38,5	24,3	7,7	3,6	7,7	13,1	10,1	7,7	62,8	58,8	95,9	95,1	87,5	86,8	97,0	94,4	104,2	105,0	17,4	9,4	13,1	7,1	4,1	5,7	34,3	36,1	61,6	58,1	12.480	12.012	4,8	4,6	10,4	11,3	0,1	0,1
Dão-Latões	3.488,9	277.240	286.313	-3,2	1,3	21,8	15,4	79,1	81,5	42,1	29,0	12,1	6,2	7,1	11,6	11,4	9,3	72,5	64,7	96,8	97,9	92,8	92,7	97,4	96,7	100,7	105,0	34,1	28,5	30,0	25,0	3,6	6,7	28,5	29,8	68,0	63,5	25.900	23.035	7,4	7,1	11,4	12,6	0,6	0,1
Pinhal Interior Sul	1.904,8	40.705	44.803	-9,2	-11,8	11,1	9,8	21,2	23,1	34,5	21,3	6,4	2,8	11,8	19,8	12,1	6,8	61,2	52,4	92,9	93,8	80,8	83,0	91,9	94,3	107,4	105,2	6,8	6,2	3,3	2,2	4,9	7,6	36,5	31,5	58,6	61,0	3.549	3.279	1,9	1,7	9,0	10,7	...	...
Serra da Estrela	867,8	43.737	49.895	-12,3	-7,6	25,6	24,4	50,0	56,7	36,2	25,4	9,1	5,0	8,3	12,9	8,3	6,0	64,3	56,3	99,0	98,0	80,2	80,1	106,6	106,3	111,9	109,1	5,1	6,8	5,1	4,3	4,0	5,9	22,8	24,7	73,2	69,4	3.760	3.507	4,3	4,1	10,1	9,5	...	...
Beira Interior Norte	4.062,6	104.417	115.325	-9,5	-2,6	41,4	33,2	25,5	28,0	41,6	28,6	11,6	6,1	9,1	14,9	11,0	8,8	73,5	66,1	96,0	97,9	85,7	85,6	99,9	100,4	103,3	108,7	18,2	7,8	19,8	8,5	4,8	7,8	20,9	29,7	74,4	62,5	10.078	8.761	2,5	2,3	9,8	10,9	0,6	0,3
Beira Interior Sul	3.748,1	75.028	78.123	-4,0	-3,5	55,5	47,7	19,9	20,6	44,8	30,7	13,1	6,7	10,1	17,4	14,5	10,8	87,5	74,8	97,5	98,8	85,6	85,4	105,1	102,6	102,9	109,4	10,4	7,7	7,6	4,4	6,5	12,3	24,5	24,8	68,9	62,9	7.271	6.357	1,9	1,8	11,1	11,2	1,1	0,4
Cova da Beira	1.374,6	87.869	93.579	-6,1	0,5	44,2	40,7	63,6	67,3	44,0	30,5	12,1	5,9	8,7	14,0	10,9	8,4	78,6	71,6	98,1	99,4	87,5	88,4	102,2	101,9	105,8	108,8	20,5	18,2	9,6	8,7	4,6	7,5	23,8	30,8	71,6	61,7	8.169	7.478	5,9	5,6	10,6	11,9	1,9	1,3
Oeste	2.220,2	362.540	338.711	7,0	7,7	35,9	34,0	162,9	153,9	46,2	32,3	11,1	5,6	6,1	11,1	12,7	11,3	88,6	77,0	97,3	96,6	94,3	95,1	101,4	100,9	96,5	93,8	17,9	11,1	22,3	17,7	7,0	10,1	25,0	30,2	68,1	59,7	42.159	35.629	19,0	17,4	11,1	13,0	0,4	...
Médio Tejo	2.305,9	220.661	226.090	-2,4	2,1	43,8	41,1	95,3	98,7	46,6	35,4	12,0	6,4	5,8	10,0	12,6	11,0	81,6	74,5	97,8	97,8	91,0	91,0	103,2	103,3	99,9	99,5	21,4	16,3	22,4	22,0	2,2	3,0	31,8	37,7	66,0	59,3	21.527	19.630	9,3	9,1	10,2	12,3	0,3	0,1

Fonte: INE.

Nota: Os valores apresentados neste Quadro são os valores encontrados mais próximos dos limites temporais do período 2001-2011

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Atendendo a esta realidade tão distinta é óbvia a necessidade de implementação de políticas adequadas e específicas a cada sub-região que se adaptem aos constrangimentos e potencialidades próprias de cada uma, de forma a serem superados os desafios particulares que se colocam localmente e de forma a reduzirem-se as assimetrias internas, fomentando um desenvolvimento harmonioso, com vista ao alcance da Coesão Territorial como prioridade do Desenvolvimento Regional.

A CCDRC “tem por missão executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional ao nível da respetiva área geográfica e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações. Cabe, assim, à CCDRC assegurar a prestação eficiente dos serviços no seu âmbito de atuação, colocando-os na linha da racionalização e modernização dos serviços públicos e atuando com a necessária competência técnica para se tornar um instrumento eficaz de apoio ao desenvolvimento regional e à coesão territorial” (CCDRC, 2013, p.8).

Para desempenhar estas tarefas num contexto de maior proximidade ao cidadão e às instituições, a CCDRC tem Serviços Sub-Regionais desconcentrados em Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu, designados por “Divisões Sub-Regionais”, que integram a estrutura flexível determinada por Despacho do Presidente, para além dos serviços existentes na sede, em Coimbra. Promove, assim, a implementação eficaz das políticas públicas e responde às solicitações apresentadas, numa comunicação eficaz e transparente, adequando os serviços públicos às especificidades socioculturais e económicas dos territórios e dos cidadãos, numa lógica de eficiência de gestão de processos e também de recursos financeiros com benefícios diretos, quer para a Administração Pública quer para os cidadãos.

Pelas ligações de proximidade e conhecimento do território, “são interlocutoras privilegiadas para a nova dinâmica que se pretende imprimir às políticas de ambiente, de ordenamento do território, de desenvolvimento regional e de administração local (...) promovendo a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e o apoio técnico às autarquias locais e às suas associações”<sup>53</sup>, articulando no terreno ações concretas com os serviços locais dos organismos centralizados como a Direção Regional de Economia, a Direção Regional de Agricultura e Pescas, a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, entre outros, de modo a contribuir para a competitividade económica e social, num contexto potenciador de maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

São ainda interlocutores privilegiados para a implementação das políticas do ambiente, do ordenamento do território e do desenvolvimento regional, com agentes económicos e estruturas administrativas locais e regionais, promovendo uma gestão proativa, fazendo a “ponte” entre a decisão e a implementação das políticas.

Para prosseguir as suas diversas competências, a CCDRC organiza-se em torno de várias Direções de Serviços, identificadas no Organograma da CCDRC, apresentado na Figura 6 seguinte, a saber:

1. Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional (DSDR), a quem cabe “Dinamizar o planeamento estratégico, a execução, a monitorização e a avaliação do impacto das políticas públicas de desenvolvimento regional, nas áreas económica, social, ambiental e territorial”<sup>54</sup>, em colaboração com todos os agentes setoriais regionais e locais

---

<sup>53</sup> DL228/2012, de 25 outubro

<sup>54</sup> [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=88&Itemid=69&lang=pt](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=88&Itemid=69&lang=pt)



## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

envolvidos no desenvolvimento da região em conformidade com as orientações nacionais e da Comunidade Europeia.

2. Direção de Serviços do Ordenamento do Território (DSOT), a quem cabe “Dinamizar, acompanhar, orientar e apoiar tecnicamente as práticas de gestão territorial nos âmbitos regional e local, promovendo a adoção de procedimentos e de critérios técnicos harmonizados e a divulgação de boas práticas”<sup>55</sup>, com elaboração de estudos e desenvolvimento de bases técnicas para a correta articulação das políticas com os Instrumentos de Gestão Territorial;
3. Direção de Serviços do Ambiente (DSA), a quem compete “Impulsionar a melhoria do desempenho ambiental dos agentes económicos e promover ações de prevenção, identificação e avaliação sistemática dos impactes das atividades humanas sobre o ambiente”<sup>56</sup>, coordenando e participando nos processos de licenciamento, avaliação, controlo e monitorização ambiental, dinamizados pelos agentes locais;
4. Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL), a quem cabe “Prestar apoio jurídico à administração local, através da elaboração de pareceres e informações, solicitados pelos presidentes dos órgãos da administração local direta, e indireta, bem como pela participação em reuniões e ações que visem o esclarecimento de matérias relacionadas com a interpretação do quadro legal aplicável à administração local”<sup>57</sup> e acompanhar a execução física e financeira dos contratos realizados pelas autarquias locais, em articulação com a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL);
5. Direção de Serviços de Fiscalização (DSF), a quem compete assegurar a coordenação da fiscalização no âmbito do ambiente e do ordenamento do território, com ações de controlo de cumprimento da legalidade, mas também com ações de sensibilização dos atores locais para as questões ambientais;

Às cinco Divisões Sub-Regionais (DSR) da CCDRC, numa interação ativa com as várias Direções de Serviço, compete colaborar em todas as atividades da responsabilidade desta entidade e “Assegurar o atendimento, informação, sensibilização e apoio aos utilizadores dos serviços da CCDRC e ao público em geral”<sup>58</sup>, nas áreas de atuação que lhes estão definidas.

---

<sup>55</sup> [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=74&Itemid=65&lang=pt](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=65&lang=pt)

<sup>56</sup> [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=77&Itemid=66&lang=pt](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=66&lang=pt)

<sup>57</sup> [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=71&Itemid=63&lang=pt](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=71&Itemid=63&lang=pt)

<sup>58</sup> [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=256&Itemid=179&lang=pt](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=256&Itemid=179&lang=pt)

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

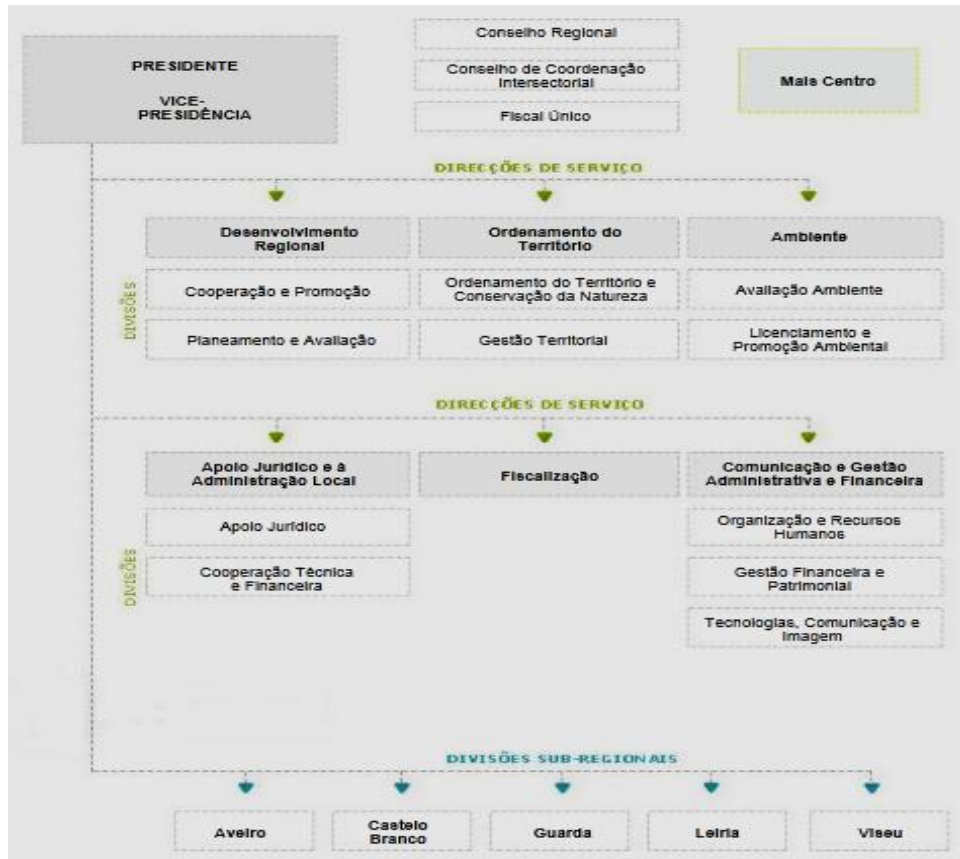


Figura 6 – Organograma da CCDRC

Fonte: [www.ccdrc.pt](http://www.ccdrc.pt)

Em entrevista ao jornal *Público*, em 09-04-2012, o então presidente da CCDRC, Professor Doutor Norberto Pires, referiu:

“Na verdade, as CCDR tiram partido das relações de proximidade e conhecimento do território para dinamizar e mobilizar os agentes locais no desenvolvimento de projetos em colaboração que exploram sinergias, aumentam a coesão e resolvem os problemas das populações. Nessa perspectiva, e tendo em conta um determinado modelo de desenvolvimento regional, as CCDR são o local certo para gerir fundos comunitários dedicados ao desenvolvimento regional, à competitividade, aos recursos humanos, à valorização de território e à coesão.”

(Pires, 2012):

### 3.2. AS SUB-REGIÕES *BAIXO VOUGA (BV)*, *PINHAL INTERIOR NORTE (PIN)* E *BEIRA INTERIOR SUL (BIS)* NO CONTEXTO DA REGIÃO CENTRO: FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA

Sendo a Região Centro um lugar de charneira, localizada entre Porto e Lisboa, as duas cidades mais importantes do país, e entre o Atlântico e a vizinha Espanha, pretende-se fazer uma incursão pela sua diversidade territorial, desde a zona litoral, densamente povoada, ao interior de baixa densidade onde o território é marcadamente rural, com o objetivo de avaliar a influência que as características e dinâmicas intrínsecas de cada região poderão ter no resultado da implementação das políticas públicas.

Assim, e atendendo desde logo à sua diferente posição geográfica, desde o norte litoral ao interior sul, mas também às suas distintas especificidades básicas, como a demografia e respetiva densidade populacional, bastante assimétricas, foram escolhidas para objeto de estudo as NUTS III *Baixo Vouga*, *Pinhal Interior Norte* e *Beira Interior Sul*.

Para corroborar esta escolha, foram analisados alguns indicadores de desenvolvimento caracterizadores das 12 NUTS III da Região Centro<sup>59</sup>, apresentados no Quadro 3.1.

A **sub-região *Baixo Vouga (BV)***, limitando a norte com a Área Metropolitana do Porto, localiza-se no litoral da Região Centro, junto ao Atlântico, com porto de mar e importantes atividades, quer na área piscatória, quer industrial. Sendo constituída por doze municípios e dispondo da maior densidade populacional e de empresas de toda a região, que é superior à média do país, esta NUTS III pela sua localização marítima, apresenta alguns bons exemplos de atividades associadas ao mar, como as atividades ligadas ao bacalhau e aquicultura. Com a menor taxa de analfabetismo, que é também inferior à média nacional, esta sub-região é constituída por concelhos com forte componente industrial, que investe uma percentagem elevada do PIB em I&D, apresentando a maior produtividade do setor secundário, logo a seguir ao Pinhal Litoral e contribuindo com o maior índice de competitividade para o desenvolvimento regional, sendo a única sub-região do Centro que em 2009 exibiu um índice de competitividade superior à média nacional. Em contrapartida, apresenta um dos menores índices de qualidade ambiental da região.

Já a **sub-região *Beira Interior Sul (BIS)***, localizada na zona raiana, fazendo fronteira com a vizinha Espanha, um dos lugares mais periféricos da região e de Portugal, é constituída apenas por quatro municípios e apresenta a menor densidade populacional e empresarial da Região Centro. No entanto é a NUT III da região com a maior percentagem de população (55,5%) a residir em lugares com mais de 2000 habitantes, aproximando-se do valor registado para o país (61%). No que respeita à qualificação dos seus habitantes, atendendo aos resultados dos censos para 2011, é a sub-região com a segunda maior taxa de analfabetismo mas também a que apresenta uma das maiores proporções da população entre os 30 e os 34 anos com ensino superior completo (Quadro II.2 do Anexo II), logo a seguir à sub-região do Baixo Mondego e também superior à média nacional. Esta circunstância está, muito provavelmente, relacionada com o facto de existir um grande polo de ensino superior, o Instituto Politécnico de Castelo Branco, numa sub-região onde a população jovem é relativamente reduzida. Sendo a NUT III que apresenta uma das mais elevadas proporções de VAB do setor primário, apesar de ser o setor terciário o mais preponderante, tem um desempenho económico bastante relevante, com um PIB por habitante e um poder de compra *per capita* elevados e um dos maiores índices de coesão, superior às médias regional e nacional.

---

<sup>59</sup> Território de intervenção da CCDRC na implementação dos fundos comunitários

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Quanto à **sub-região Pinhal Interior Norte (PIN)**, constituída por catorze municípios e situada entre as duas anteriores, bem no “miolo” da Região Centro, é caracterizada pela melhor qualidade ambiental desta região, apenas suplantada pela Cova da Beira. Apresenta, no entanto, um incipiente desempenho económico, com um dos mais baixos poder de compra *per capita*, bem como do PIB por habitante. A qualificação dos seus recursos humanos é também muito reduzida, com a mais baixa proporção de população com 15 ou mais anos com pelo menos o 3.º ciclo do ensino básico completo e o mais baixo valor da despesa em I&D no PIB. Esta NUTS III, com o maior decréscimo populacional intercensitário de entre as três, manifesta um grande impedimento na fixação da população, muito condicionada pelas difíceis acessibilidades associadas à sua geomorfologia. Esta sub-região tem a característica muito própria de não incluir, no seu território, um polo urbano aglutinador que o estruture, sendo antes influenciada por cidades de outras NUTS III circundantes.

Uma característica muito específica do PIN é o conjunto das aldeias de xisto e das aldeias históricas, principal recurso endógeno, que possibilita o enquadramento em Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos do QREN (PROVERE), os quais são de crucial importância na atratividade que se pretende fomentar nesta sub-região e emblemáticos da boa aplicabilidade da inovação aos produtos endógenos.

### 3.3. CARACTERIZAÇÃO DAS SUB-REGIÕES

Para além dos dados apresentados no Quadro 3.1, foram selecionados outros indicadores com vista a uma adequada caracterização das três NUTS III em estudo, no contexto de toda a Região Centro (12 NUTS III) e no contexto nacional.

Esses dados, baseados na informação estatística do INE e trabalhados na plataforma DATACENTRO<sup>60</sup> da CCDRC, encontram-se disponibilizados nos Quadros do Anexo II.

#### 3.3.1. O BAIXO VOUGA

Esta NUTS III integra os municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Oliveira do Bairro, Ovar, Mealhada, Murtosa, Sever do Vouga e Vagos, os quais, à exceção da Mealhada, integram a CIM, designada de CIRA.

Esta sub-região, que tem a quarta menor dimensão territorial na Região Centro, é, no entanto, a mais populosa, tendo vindo a aumentar a população residente, embora de forma reduzida (1,3% no período intercensitário em estudo), mas atraindo sobretudo população de nacionalidade estrangeira nos dez anos em análise (2,3% contra 1,6% no período intercensitário anterior). Assim, verifica-se um aumento populacional em sete dos municípios da sub-região, apesar da taxa de crescimento natural ter sido menor neste período intercensitário e positiva apenas nos municípios de Aveiro e Vagos. É de salientar ainda que o valor médio estimado para a taxa bruta de natalidade, neste período, é superior ao valor médio da Região Centro e que a proporção de população jovem supera, em quase todos os municípios desta sub-região, o valor médio estimado para a região. O número de alojamentos na sub-região tem aumentado, com uma taxa de variação superior à da Região Centro, no período intercensitário.

No que se refere à qualificação e conhecimento da população, constata-se, a partir dos resultados dos censos de 2011, ser a sub-região do Centro com a menor taxa de analfabetismo, tendo uma proporção de população a frequentar o ensino, que é superior ao da região. É também superior a proporção da população que tem, quer o 3º ciclo do ensino básico, quer o ensino superior, completos. No que se refere ao número de doutorados do ensino superior por 1000 habitantes, o valor estimado para 2010 é o dobro do da Região Centro, sendo também bastante superior o número estimado de diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por 1000 habitantes, no período 2009/2010.

Relativamente ao mercado de trabalho, esta é a sub-região que contribui com o maior número de população ativa para a Região Centro, sendo a respetiva taxa de emprego superior à da região tendo esta, no entanto, sofrido um decréscimo no período intercensitário. A grande maioria da população trabalha por conta de outrem numa proporção (80,6%) que é superior à da região (79,8%), de acordo com os dados censitários de 2011, sendo também superior à da região a remuneração para estes trabalhadores, estimada em 2010. O desempenho económico verificado no Baixo Vouga é superior ao que se verifica, em média, na região, quer em termos de produto interno bruto, por habitante, quer em termos de poder de compra *per capita*, tendo ambos aumentado relativamente ao período intercensitário anterior. É a sub-região que mais contribui para o produto interno bruto da região e também para o comércio internacional. Deve salientar-se, no entanto, que apesar do índice de disparidade do PIB por habitante continuar a ser superior à média

---

<sup>60</sup> <http://datacentro.ccdrc.pt/>

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

regional, houve um decréscimo neste indicador relativamente ao período intercensitário anterior. Também o rendimento bruto em sede de IRS, por habitante, aumentou relativamente ao período anterior, sendo superior à média regional. O índice sintético de desenvolvimento da sub-região, estimado em 2009 é superior ao da região e ao do país, exceto no que se refere à qualidade ambiental.

No que se refere à especialização produtiva, verifica-se que o setor de atividade que apresenta maior percentagem de VAB é o terciário, no entanto a percentagem de VAB do setor secundário desta sub-região é superior ao valor médio da região, contribuindo, em paralelo com a sub-região do Oeste, com o maior número de empresas para a Região Centro. Foi também a sub-região, a par com a sub-região Dão-Lafões, onde se estimou a maior percentagem da taxa de natalidade de empresas em 2010 (11,4%), apesar de ela ter vindo a reduzir em toda a região nos últimos anos, e onde a proporção do setor de alta e média-alta tecnologia é superior ao da média da região. Estima-se ainda que o Baixo Vouga é a segunda sub-região do Centro com o maior investimento em I&D, com 2,2% de despesa do PIB, superando os valores médios da região (1,3%) e do país (1,6%), e que está mais próxima da meta assumida para Portugal (2,7% a 3,3%), ao nível da estratégia EUROPA 2020.

Em suma, esta sub-região apresenta uma atratividade industrial e comercial das mais fortes da região.

Em termos de indicadores que contribuem para a qualidade de vida e bem-estar das populações, podem considerar-se, entre outros:

- i) O número de alojamentos que tem aumentado, com uma taxa de variação superior à da região, no período intercensitário.
- ii) A percentagem de população servida com sistema público de abastecimento de água atinge, em 2011, os 100% em todos os municípios, com exceção de Sever do Vouga, onde a percentagem é ainda bastante baixa (58%). Existem três municípios para os quais não existem dados em 2011, no entanto já em 2001 a percentagem era bastante elevada. No que diz respeito ao sistema de drenagem de águas residuais, os dados de 2011 registam dois concelhos, Sever do Vouga e Vagos, onde a percentagem de população servida é ainda muito baixa. Relativamente a estes dois indicadores, a sub-região supera os valores médios da região. A situação é um pouco mais difícil no que respeita a percentagem de população servida por ETAR, havendo apenas quatro concelhos que estão bem servidos. No entanto, em qualquer dos sistemas, aumentou a percentagem de população servida, relativamente ao período intercensitário anterior.
- iii) No apoio à saúde, aumentou o número de médicos e de enfermeiros por 1000 habitantes no período intercensitário, no entanto os valores médios da sub-região continuam a ser inferiores aos da Região Centro

### 3.3.2. O PINHAL INTERIOR NORTE

A NUTS III Pinhal Interior Norte é constituída por 14 municípios: Alvaiázere, Ansião, Arganil, Castanheira de Pêra, Figueiró do Vinhos, Góis, Lousã, Oliveira do Hospital, Miranda do Corvo, Pedrógão Grande, Pampilhosa da Serra, Penela, Pedrógão Grande, Tábua e Vila Nova de Poiares, os quais integram a CIM com o mesmo nome.

Esta sub-região, que apresenta a quarta maior dimensão territorial na Região Centro é também a quarta da região com menor densidade populacional, tendo sofrido uma perda de 4,5 pontos percentuais na variação populacional relativamente ao período intercensitário anterior, que também já tinha sido de decréscimo, mas atraindo, com alguma expressividade, população de nacionalidade estrangeira nos dez anos em análise (2,4% contra 1,0% no período intercensitário anterior). Assim, verifica-se uma diminuição da população em quase todos os municípios da sub-região, exceto nos municípios de Miranda do Corvo que aumentou 0,2%, Vila Nova de Poiares que aumentou 3,2% e da Lousã, este com um aumento significativo de 1.851 habitantes (11,8%), o único com uma taxa de crescimento natural positiva na sub-região e cuja taxa bruta de natalidade estimada supera o valor médio estimado para a Região Centro e até para o país. O número de alojamentos na sub-região tem aumentado, mas com uma taxa de variação inferior à da região, no período intercensitário.

No que se refere à qualificação e conhecimento da população, constata-se, a partir dos resultados dos censos de 2011, que a sub-região apresenta uma taxa de analfabetismo superior à da região e tem uma proporção inferior de população a frequentar o ensino. É também inferior a proporção da população que tem, quer o ensino superior, quer o 3º ciclo do ensino básico, completos, apresentando ainda neste último, a maior taxa de retenção e desistência de toda a região. No que se refere ao número de diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por 1000 habitantes, no período 2009/2010, o valor estimado é também muito baixo. No global, a população residente no Pinhal Interior Norte detém valores muito reduzidos de qualificação, face à Região Centro, condicionando a competitividade da economia local.

Relativamente ao mercado de trabalho, esta sub-região apresenta uma taxa de atividade de 41,6%, sendo a respetiva taxa de emprego de 42,5%, inferior à da região (46,8%). A percentagem de população que trabalha por conta de outrem (79,3%) é inferior à média regional (79,8%), de acordo com os dados censitários de 2011, sendo a remuneração para estes trabalhadores, estimada em 2010, também bastante inferior à média regional.

O desempenho económico verificado na sub-região é dos mais fracos de toda a Região Centro, quer em termos de produto interno bruto, por habitante, quer em termos de poder de compra *per capita*, apenas superado pela Serra da Estrela. O índice sintético de desenvolvimento da sub-região, estimado em 2009 é bastante inferior ao da região e ao do país, exceto no que se refere à qualidade ambiental, onde apresenta o índice mais elevado, logo a seguir ao do Pinhal Interior Sul e da Cova da Beira. Salienta-se pela positiva, o registo de uma taxa de cobertura das importações pelas exportações, no comércio internacional, superior à taxa média da região e do país.

No que se refere à especialização produtiva, verifica-se que o setor de atividade que apresenta maior proporção e tem vindo a aumentar o VAB é o terciário, no entanto a percentagem de VAB, quer do setor primário, quer do setor secundário desta sub-região, é superior ao valor médio da região. A proporção do VAB das empresas de alta e média-alta tecnologia é muito baixo, estimando-se ainda ser a sub-região do Centro com o menor investimento em I&D, com

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

apenas 0,1% de despesa do PIB, quando comparado ao valor regional (1,3%) e nacional (1,6%), estando assim muito longe da meta assumida para Portugal (2,7% a 3,3%), ao nível da estratégia EUROPA 2020. Deve referir-se que o investimento estimado do setor Estado (excluídas as empresas públicas) em I&D, nesta sub-região (como em outras) foi nulo no período 2007-2009. Em termos de número de empresas (por localização da sede), o Pinhal Interior Norte ocupa um lugar intermédio na região.

Em termos de indicadores que contribuem para a qualidade de vida e bem-estar das populações, podem considerar-se, entre outros:

- i) O número de alojamentos tem aumentado, embora com uma taxa de variação inferior à da região, no período intercensitário. Salienta-se, no entanto, o facto da percentagem de alojamentos clássicos com aquecimento ser superior à da média regional.
- ii) A percentagem de população servida com sistema público de abastecimento de água atinge, em 2011, valores próximos dos 100% em todos os municípios. Existem três municípios para os quais não existem dados em 2011, no entanto já em 2001 a percentagem era bastante elevada. No que diz respeito ao sistema de drenagem de águas residuais, os dados de 2011 registam cerca de metade dos concelhos onde a percentagem de população servida é ainda muito baixa, havendo uma situação semelhante no que respeita à percentagem de população servida por ETAR. Em qualquer dos sistemas, aumentou a percentagem de população servida, relativamente ao período intercensitário anterior.
- iii) No apoio à saúde aumentou ligeiramente o número de médicos e de enfermeiros por 1000 habitantes no período intercensitário, no entanto os valores médios da sub-região continuam a ser muito inferiores aos da Região Centro.



### 3.3.3. A BEIRA INTERIOR SUL

A NUTS III Beira Interior Sul integra os municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão, que integram também a CIM com o mesmo nome.

Esta sub-região, que tem a maior dimensão territorial na Região Centro, é também a menos povoada, tendo vindo a reduzir a sua população residente, de forma acentuada e sistemática nos dois últimos períodos intercensitários. Apenas o município de Castelo Branco consegue destacar-se desta tendência, manifestando um pequeno aumento populacional de 0,7% no período de 2001-2011, conseguindo assumir-se como um polo dinamizador, apresentando a maior proporção de população a residir em lugares com 2000 ou mais habitantes. Ao contrário do que se passa na maioria das sub-regiões, também o número de famílias em 2011 diminuiu em todos os municípios da sub-região, exceto em Castelo Branco, mesmo com uma proporção de famílias unipessoais, em todos, muito superior à percentagem registada quer a nível regional quer a nível nacional. Apesar disso, o número de alojamentos na sub-região tem aumentado, com exceção do verificado no concelho de Vila Velha de Ródão. É de salientar ainda que o valor médio estimado para o índice de envelhecimento, neste período, é superior ao valor médio da Região Centro e que a proporção de população jovem é, em todos os municípios desta sub-região, inferior ao valor médio regional estimado.

No que se refere à qualificação e conhecimento da população, constata-se, a partir dos resultados dos censos de 2011, ser a sub-região do Centro com a maior taxa de analfabetismo, logo depois do Pinhal Interior Sul, sendo superior a 20% nos municípios de Idanha-a-Nova e Penamacor. Em contrapartida, apresenta a segunda maior proporção da população entre os 30 e 34 anos com ensino superior completo e, em 2001, a que exhibe a segunda maior proporção da população residente que tem o ensino superior completo. Também no que se refere ao número estimado de diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por 1000 habitantes, no período 2009/2010, a sub-região apresenta um valor elevado, muito superior ao valor estimado quer para a região quer para o país.

Relativamente ao mercado de trabalho, esta sub-região apresenta uma taxa de atividade de 41,6%, sendo a respetiva taxa de emprego de 42,0%, inferior à da região (46,8%). A percentagem de população que trabalha por conta de outrem (81,5%) é superior à média regional (79,8%) bem como à média nacional (81,2%), de acordo com os dados censitários de 2011 com uma remuneração estimada em 2010, para estes trabalhadores, inferior à média regional. O setor terciário é o que emprega a maior proporção da população, numa percentagem que ultrapassa as médias regional e nacional.

O desempenho económico verificado na sub-região é superior ao que se verifica, em média, na região, quer em termos de poder de compra *per capita*, quer em termos de produto interno bruto, por habitante, tendo o respetivo índice de disparidade aumentado significativamente no último período intercensitário, tanto face à média regional como à média nacional. Também o rendimento bruto em sede de IRS, por habitante, é o segundo maior de toda a região e próximo do valor médio nacional. O índice sintético de desenvolvimento global da sub-região, estimado em 2009 é inferior ao da região e ao do país, no entanto o índice de coesão é um dos maiores da região. Relativamente ao comércio internacional, sendo uma das sub-regiões com o menor peso das exportações na região e a menor das três em estudo, apresenta contudo uma das maiores taxas de cobertura das exportações pelas importações e a maior das três NUTS III. Pode concluir-se que o desempenho económico da Beira Interior Sul é, em termos relativos, semelhante ao da sub-região do litoral Baixo Vouga.

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

No que se refere à especialização produtiva, verifica-se que o setor de atividade que apresenta maior percentagem de VAB é o terciário, que é superior ao da região, no entanto a percentagem de VAB do setor primário desta sub-região continua a ser superior ao valor médio da região e também do país, apesar de ter decrescido para cerca de metade relativamente ao período intercensitário anterior. É também a sub-região, em analogia com a sub-região Pinhal Interior Sul, onde se registou a menor densidade de empresas em 2010 (1,9/km<sup>2</sup>).

Em termos de indicadores que contribuem para a qualidade de vida e bem-estar das populações, podem considerar-se, entre outros:

- i) O número de alojamentos aumentou, embora de forma pouco significativa, com uma taxa de variação que corresponde a cerca de metade da região, no período intercensitário.
- ii) A percentagem de alojamentos com ligação às redes públicas de abastecimento de água e de saneamento e ETARs ronda os 100% em todos os municípios.
- iii) No apoio à saúde, aumentou o número de médicos e de enfermeiros por 1000 habitantes no período intercensitário. No caso dos enfermeiros, o valor da sub-região supera os valores médios da região e do país.

**CAPÍTULO 4 – OS INVESTIMENTOS REALIZADOS NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS, NO PERÍODO 2001-2011**

Neste período Portugal beneficiou de dois ciclos de programação de apoio financeiro da Comunidade Europeia: O Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 (QCA III) e o Quadro de Referência Estratégico 2007-2013 (QREN). O facto do QCA III ter início em 2000 e o nosso período de análise se iniciar em 2001 não traz qualquer incoerência para os resultados da análise, uma vez que, para além do ano zero de qualquer “programa” ser, por sistema, um ano “morto”, todo o quadro comunitário vai ser refletido nos efeitos produzidos nas populações no período em referência. Relativamente ao QREN, apenas vão ser considerados os investimentos aprovados até 31 de Dezembro de 2011, de acordo com a programação estabelecida à data.

Conforme referido na introdução desta dissertação, e por impossibilidade de obtenção de dados específicos das ações e montantes financiados pelos outros Programas, apenas vão ser analisados os investimentos realizados, proporcionados pelo apoio dos fundos comunitários ao abrigo dos **Programas Operacionais Regionais**, geridos pela CCDRC na Região Centro (**POCentro e Mais Centro**). Estes programas contribuíram com uma pequena parte (aproximadamente 30%) para a despesa pública total realizada na região, cerca de 15 930 milhões de euros, apoiada pelos fundos europeus no período 2001-2011, resultante também dos contributos dos Programas Setoriais do QCA III e dos Programas Operacionais Temáticos do QREN que incidiram na Região Centro neste período, nomeadamente:

i) No âmbito do QCA III, foi realizada, na Região Centro, uma despesa pública global de cerca de 6 566 milhões de euros, dos quais **2 245,1 milhões de euros pelo POCentro**, 3 517,8 milhões de euros pelos PO Setoriais (de acordo com o Quadro 4.1), 368,2 milhões de euros pelo Fundo de Coesão em projetos com incidência regional direta e 434,9 milhões de euros pelo Fundo de Coesão em projetos com incidência multirregional (Programa Operacional da Região Centro, 2011, pp.376-377);

**Quadro 4.1 – Despesa pública realizada na Região Centro, proporcionada pelo QCA III**

QCA III na Região Centro		Despesa pública realizada
		Milhões de Euros
<b>POCentro</b>		<b>2.245,10</b>
Programa Setorial	Educação – PRODEP	419,5
	Emprego, Formação e Desenvolvimento Social – POEFDS	677,1
	Ciência, Tecnologia e Inovação – POCI	272,2
	Cultura	108,7
	Economia – PRIME	882,9
	Acessibilidades e Transportes – POAT	461,3
	Ambiente – POA	153,8
	Agricultura e Desenvolvimento Rural – POAGRO	401,4
	Pesca – PO MARE	114,6
	Administração Pública – POAP	26,3
<b>PO Setoriais</b>		<b>3.517,8</b>
<b>Fundo Coesão (incidência regional)</b>		<b>368,2</b>
<b>Fundo Coesão (incidência multirregional)</b>		<b>434,9</b>
<b>QCA III (Total)</b>		<b>6.566</b>

Fonte: Programa Operacional da Região Centro, “POCentro 2000-2000. Relatório Final de Execução”

ii) No âmbito do QREN, e até final de 2011, foram aprovados 9 364 milhões de euros (correspondente a 12.575 operações e 4 800 milhões de euros de participação pelo FEDER, FSE e Fundo de Coesão), dos quais **2 317 milhões de euros** foram aprovados pelo Mais Centro (correspondendo a 2.760 operações e 1 400 milhões de euros participados pelo FEDER), correspondendo os restantes 7 047 milhões de euros a aprovações pelos PO Temáticos (Mais Centro, 2011a, p. viii).

**Quadro 4.2 – Investimentos aprovados na Região Centro, pelo QREN, até 31/12/2011**

QREN na Região Centro		Investimento total
		Milhões de Euros
<b>Mais Centro</b>		<b>2.317</b>
PO Temáticos	PO PH	2.085
	PO FC	3.647
	PO VT	1.314
<b>QREN (Total)</b>		<b>9.364</b>

Fonte: Mais Centro, "Relatório Anual de Execução"

Para além destes, e fora dos ciclos de programação, a CCDRC interveio ainda, neste período, em duas candidaturas ao "Programa Regional de Ações Inovadoras" (PRAI), diretamente gerido pela União Europeia com vista a favorecer a inovação e o empreendedorismo das regiões menos desenvolvidas: a primeira designada por "PRAI-Centro 2002/2003", aprovada ainda em 2001, que obteve uma dotação do FEDER de aproximadamente 3 milhões de euros, permitiu a construção do parque tecnológico no âmbito da Biotecnologia, localizado em Cantanhede (BIOCANT); a segunda designada por *i*Centro, aprovada em 2006, vigorou entre 2007 e 2008, obteve uma participação de cerca de 2 milhões de euros do FEDER<sup>61</sup> e destinou-se ao investimento em *Inovação* apoiando diversos projetos (Mais Centro, 2011, pp.83-84).

<sup>61</sup> [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=377&Itemid=99&lang=pt](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=377&Itemid=99&lang=pt)

### 4.1. O QCA III E O POCentro NO PERÍODO 2000-2006

O **QCA III** foi inicialmente operacionalizado, a nível nacional, em dezanove Programas Operacionais (PO) e mais tarde em vinte, decorrente da reprogramação ocorrida em 2004 (MAOTDR, 2007, p.48) os quais se inseriram em quatro Eixos (Eixo1, Eixo2, Eixo3 e Eixo4).

O **Eixo4 “Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional”**, abarcou sete **PO Regionais** (cinco para as regiões do Continente, um para a Madeira e um para os Açores). A Região Centro beneficiou assim, do seu Programa Operacional Regional – POCentro – e ainda dos outros Programas Operacionais Setoriais, de âmbito nacional, incluídos nos restantes três Eixos: Eixo1 – “Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social”; Eixo2 – “Alterar o perfil produtivo em direção às atividades do futuro”; Eixo3 – “Afirmar a valia do território e da posição geoeconómica do país”.

O **Programa Operacional Regional do Centro 2000-2006 (POCentro)**<sup>62</sup>, integrando-se no **Eixo4 do QCA III**, destinado ao desenvolvimento sustentável da região, envolveu 4 Fundos Comunitários – FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP – e abarcou 35 medidas (Quadro 4.3) estruturadas em três vetores, considerados prioritários para a Região Centro. Estes, designados de **Eixos Prioritários (EP)**, tiveram a seguinte repartição financeira: **EP.I – “Apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal”**, com 599,5 milhões de euros (33,6%), **EP.II – “Ações integradas de base territorial”**, com 202,9 milhões de euros (11,5%) e **EP.III – “Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas”**, com 980,8 milhões de euros (54,9%) e foram executados no período de 2000-2009 (Programa Operacional da Região Centro, 2011, p.11).

Com estes Eixos Prioritários e a dotação de fundos atribuída à Região Centro, procura-se atingir **cinco objetivos estratégicos**: o **“Acesso a bens e serviços universais e infraestruturação do território”**; a **“Qualificação urbana e ordenamento dos espaços constituintes das cidades”**; a **“Restituição ao meio rural, à agricultura e às aldeias de capacidade de dinamização”**; a **“Valorização das potencialidades dos territórios específicos”** e a **“Qualificação dos fatores de competitividade da economia regional”**(Ibid, 2011, p.11).

Este programa operacional sofreu várias alterações na sua vigência e o montante inicialmente aprovado de 1 710,52 milhões de euros de Fundos, aumentou para 1 775,8 milhões de euros na última versão<sup>63</sup>, correspondendo a um total global de 2 770,7 milhões de euros, resultante da adição dos investimentos nacionais. No entanto e de acordo com o Relatório Final de Execução (Ibid) aprovado pela Comissão de Acompanhamento, no dia 5 de fevereiro de 2010 e revisto em janeiro de 2011, foram executados, nas 10 NUTS III da Região Centro<sup>64</sup>, correspondentes aos 78 municípios (NUTS 2001), **1 783,22 milhões de euros dos Fundos Estruturais** (76,71% FEDER, 12,83% FSE, 10,37% FEOGA e 0,09% IFOP), superando o último montante programado (*overbooking*).

Esta execução financeira final corresponde a 103,2% do custo total previsto e 100,4% do total dos Fundos programados.

<sup>62</sup> Aprovado em 2000 com a Decisão C(2000)1779 de 28-7-2000, pela Comissão Europeia

<sup>63</sup> Aprovada pela Comissão Europeia na sua Decisão N° C(2009) 1116, de 18 de fevereiro de 2009

<sup>64</sup> A incidência territorial do PO Centro 2000-2006 não abrangeu as NUTS III Oeste e Médio Tejo, que só em 2002 passaram a integrar a Região Centro alargada, por força do DL 244/2002, de 5 de novembro.

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

**Quadro 4.3 – Estrutura do Programa Operacional do Centro 2000-2006 (POCentro)**

EIXO PRIORITÁRIO / MEDIDA *		DOTAÇÃO
<b>Eixo Prioritário I (EPI) - Apoio aos investimentos de interesse Municipal e intermunicipal</b>		<b>33,6%</b>
	Medida I.1. – Equipamentos e infra-estruturas locais Medida I.2. – Ambiente e Recursos naturais Medida I.3. – Acessibilidades Medida I.4. – Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento Medida I.5. – Apoio às actividades económicas, acções de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas Medida I.6. – Desenvolvimento dos recursos humanos Medida I.7. – Acções Específicas de Valorização Territorial Medida I.8. – Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico Medida I.9. – Saneamento Básico	
<b>Eixo Prioritário II (EPII) – Acções integradas de base territorial</b>		<b>11,5%</b>
	Medida II.1. – Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades – componente territorial Medida II.3. – Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias Medida II.4. – Acção Integrada “Turismo e Património no Vale do Côa” Medida II.5. – Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela Medida II.6. – Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, componente FEDER Medida II.7. – Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, componente FEOGA Medida II.8. – Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social	
<b>Eixo Prioritário III (EPIII) – Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas</b>		<b>54,9%</b>
	Medida III.1. – Educação – Infra-estruturas da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários Medida III.2. – Educação – Ensino Profissional Medida III.3. – Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao Nível Local Medida III.4. – Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local Medida III.5. – Ciência, Tecnologia e Inovação Medida III.6. – Sociedade de Informação – Portugal Digital Medida III.7. – Sociedade de Informação – Portugal Digital: criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital Medida III.8. – Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS) Medida III.9. – Cultura Medida III.10. – Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos Medida III.11 – Economia Medida III.12. – Acessibilidade e Transportes Medida III.13 – Ambiente Medida III.14 – Agricultura e Desenvolvimento Rural Medida III.15 – Pescas – Infra-estruturas de Portos Medida III.16 – Pescas – Equipamentos e Transformação Medida III.17 – Assistência técnica - FEDER Medida III.18 – Assistência técnica – FSE Medida III.19 – Assistência técnica - FEOGA	
* Estrutura por Medidas a pós a reprogramação intercalar		

Fonte: Adaptado de PO Centro 2000-2006

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Ainda de acordo com o Relatório Final de Execução do POCentro (Programa Operacional da Região Centro, 2011, pp.11-67), no âmbito dos três eixos (EP.I com uma previsão de dotação de 33,6% do total dos fundos, EP.II com 11,5% e EP.III com 54,9%), visa-se a concretização dos **cinco objetivos estratégicos** prioritariamente estabelecidos para a Região Centro, destacando-se os seguintes resultados:

- No reforço dos equipamentos coletivos (educação, saúde, desporto, cultura e lazer) e na melhoria das infraestruturas básicas (redes viárias, de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais) e do ambiente, com vista a favorecer o **acesso a bens e serviços universais** (objetivo 1), foram usados cerca de **38%** total dos fundos. Para este objetivo contribuiu o **EP.I** com 25,8% (Medidas I.1, I.2, I.3, I.8 e I.9) e o **EP.III** com 12,2% (Medidas III.1, III.8, III.10 e III.13);
- Com vista à **qualificação do espaço urbano** (objetivo 2), pretendendo tornar as cidades centros polarizadores e estruturantes do território, foram executados **6,3%** dos fundos totais nomeadamente na recuperação de edifícios em centros históricos e arranjos urbanísticos, mas também na requalificação de áreas industriais desvigoradas, tendo ainda sido intervencionadas sete cidades da região em operações integradas na Medida II.1 do **EP.II** (3,7% de fundos). Para este objetivo contribuiu ainda o **EP.I**, através da Medida I.4 (com 2,6%);
- As intervenções nas zonas rurais representaram **10,1%** dos fundos executados, particularmente em Aldeias Históricas, Centros Rurais e explorações agrícolas, com vista à **dinamização e valorização do meio rural** (objetivo 3). Para este objetivo concorreu com 1% o **EP.II**, através da Medida II.3 e o **EP.III**, com 9,1% através da Medida III.14;
- As intervenções incidentes em territórios de natureza muito própria, como o Vale do Côa, a Serra da Estrela e o Pinhal, no interior, mas também nas aldeias piscatórias do litoral, cujas características exigem ações também de caráter discricionário, quer a execução de projetos em rede para recuperação de imóveis com valor patrimonial, histórico e paisagístico, quer o apoio a atividades tradicionais como a pesca, representaram **10,7%** dos fundos executados, com vista a **valorizar e dinamizar territórios com especificidades singulares** (objetivo 4). Este objetivo contou sobretudo com o **EP.II**, cujas Medidas são específicas para estes territórios, numa afetação de 6,7% (pelas Medidas II.4 a II.8), mas também com 3,0% do **EP.I** (pela Medida I.7) e 1,1% do **EP.III** (pelas Medidas III.9, III.15 e III.16);
- Os investimentos em Medidas de qualificação dos recursos humanos, de melhoria nas infraestruturas de apoio à economia e às atividades de produção, contribuem para a **competitividade da economia regional** (objetivo 5), e representaram uma execução de **34%** do total dos fundos. Esta execução foi conseguida à custa do **EP.I** que contribuiu com 2,2% (Medidas I.5 e I.6), mas sobretudo à custa do **EP.III** que cooperou com 31,8% (Medidas III.2 a III.7, III.11 e III.12).

Pretende-se neste trabalho, estudar a distribuição dos fundos pelas três NUTS III em estudo, Baixo Vouga (BV), Pinhal Interior Norte (PIN) e Beira Interior Sul (BIS), analisando e comparando o volume financeiro (Despesa Pública) das Medidas implementadas e da respetiva incidência por habitante (Capitação), relativamente aos valores populacionais de 2001.

Como já referido, as três NUTS Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul, têm características muito distintas.

**As políticas públicas de desenvolvimento que foram definidas tiveram em conta essas diferenças, com a adaptação dos respetivos investimentos às necessidades mais prementes das sub-regiões, resultando num bom desempenho das mesmas?**

### 4.1.1- BAIXO VOUGA, PINHAL INTERIOR NORTE E BEIRA INTERIOR SUL: OS INVESTIMENTOS REALIZADOS (2000-2006)

Da análise comparativa do Quadro 4.4 seguinte, constata-se que a distribuição dos investimentos pelas três NUTS III é bastante diferenciada quer em número, quer na tipologia de projetos.

No que diz respeito ao EP.I, que contribuiu sobretudo para o acesso das populações aos “serviços universais”, equipamentos e infraestruturas, mas também para a qualificação, em particular dos funcionários e agentes da Administração Local, foram investidos, no conjunto das três NUTS III, cerca de 223,3 milhões de euros, correspondentes a 37% da dotação global dos fundos para as 10 NUTS III da Região Centro (599,5 milhões de euros), tendo a sub-região BV recebido mais de metade (59%) desse valor, cerca de 131,6 milhões de euros, tendo sido também a sub-região com o maior investimento em toda a Região Centro, neste eixo.

No que se refere ao EP.II, foram investidos nas três NUTS cerca de 26% (53,7 milhões de euros) dos fundos atribuídos à região (202,9 milhões de euros), tendo a sub-região PIN sido a mais beneficiada das três, e a segunda mais beneficiada de toda a região, com investimentos em ações de valorização e dinamização de territórios de especificidades singulares.

Relativamente ao EP.III, cujo objetivo fundamental é a competitividade da economia regional, foram investidos nas três NUTS cerca de 26% (259,2 milhões de euros) dos fundos atribuídos à Região Centro (980,8 milhões de euros), tendo a sub-região BV sido contemplada com o maior investimento das três, apesar de, quer o PIN quer a BIS, terem sido dotadas com um maior número de projetos executados.

Fazendo uma análise mais pormenorizada aos investimentos feitos (Quadro 4.4) em termos de comparticipação de **fundos** comunitários e projetos realizados em cada uma das NUTS III, salientam-se as seguintes áreas:

- 1) **Acessibilidades:** esta área teve apoios bastante relevantes em qualquer uma das 3 NUTS, mas em particular no PIN com o maior número de projetos e investimentos de montante mais elevado, seguindo-se o BV. Os investimentos foram realizados através das Medidas III.12 e I.3 mas também pela Medida I.1 (como se pode constatar nos Quadros IV.1, IV.2 e IV.3 do Anexo IV) do seguinte modo: **no PIN**, com cerca de **29%** dos fundos para a sub-região, totalizando 50,1 milhões de euros, realizaram-se 88 projetos; **no BV**, com aproximadamente **19%** do total de financiamento na sub-região, correspondentes a 45,2 milhões de euros, realizaram-se 78 projetos e na **BIS**, com **26%** do total de fundos nesta NUTS III, correspondentes a 33,1 milhões de euros, realizaram-se 46 projetos. As acessibilidades representam o maior peso no investimento, nomeadamente nos territórios do interior.
- 2) **Ambiente e recursos naturais:** os investimentos nesta área diminuem do litoral para o interior, isto é, são em maior número as ações bem como é mais elevado o montante dos investimentos, incluídos nas Medidas I.1, I.2, I.9 e III.13, no BV, seguindo-se o PIN e por último a BIS. Assim, foram executados: no BV, 137 projetos com 63,0 milhões de euros, representando 26% do apoio total na sub-região; no PIN, 63 projetos com 12,1 milhões de euros, representando 7% do apoio da sub-região; na BIS, 13 projetos com 4,3 milhões de euros, referentes a 3,4% do financiamento global desta NUTS III.
- 3) **Equipamentos:** também os equipamentos coletivos e, de um modo geral, em todas as áreas (saúde, educação, cultura e desporto) vão reduzindo quando nos deslocamos do litoral para o interior, salientando-se o investimento



## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

em equipamentos de caráter social (lares de idosos) apenas na BIS, dando resposta ao elevado índice de envelhecimento. Foram comparticipados – pelas Medidas I.1 (educação, cultura, desporto e social), III.1 (educação), III.8 (saúde), III.9 (cultura) e III.10 (desporto) – 87 equipamentos no BV (47,6 milhões de euros, correspondendo a 20% da comparticipação total), 65 equipamentos no PIN (31,9 milhões de euros, correspondentes a 18,6% dos fundos na sub-região) e 23 equipamentos na BIS (18,1 milhões de euros, representando 14,4% dos fundos).

- 4) **Qualificação urbana:** para este propósito contribuem as Medidas I.1, I.4 e II.1, correspondendo as duas primeiras essencialmente a arranjos urbanísticos e a terceira a intervenções em cidades que tiveram as Sociedades Polis como entidades beneficiárias. Estas medidas pretendem tornar as cidades centros polarizadores revitalizantes e estruturantes do território, atraindo investimentos e sendo alavancadoras de desenvolvimento. Pela Medida II.1 foram abrangidas, entre outras, a cidade de Aveiro, no BV e a cidade de Castelo Branco na BIS. No PIN não houve qualquer intervenção nesta medida. No cômputo das três medidas, o BV beneficiou de 33 projetos relativos a 8,6% do apoio comunitário na sub-região, o PIN beneficiou de 30 projetos referentes a 7% dos fundos e a BIS beneficiou de apenas 18 projetos mas com alguma relevância, uma vez que perfizeram 15,6% de financiamento da sub-região.
- 5) **Apoio à atividade económica:** para este objetivo contribuem vários fatores, nomeadamente a qualificação dos recursos humanos e as acessibilidades. No entanto, para esta análise foram consideradas as Medidas I.5, III.4, III.5, III.6, III.11, III.14, III.15 e III.16. Os investimentos nesta área tiveram um peso significativo nas regiões: a BIS beneficiou de 917 projetos que totalizaram uma comparticipação de 32,0 milhões de euros, 25,4 % do global da sub-região, dos quais 90% são referentes à Medida III.14 – Agricultura e Desenvolvimento Rural; o BV beneficiou de 512 projetos cujo montante de 24,9 milhões de euros corresponde a 10,5% do global da sub-região, sendo a única das três para o qual contribuíram as Medidas III.15 e III.16 relativas à pesca; o PIN beneficiou do maior número de projetos – 1440, dos quais 1288 foram realizados na área da agricultura – que totalizaram um apoio de 16,1 milhões de euros, 9,4% do global da sub-região.
- 6) **Qualificação dos recursos humanos:** para este objetivo contribuíram as Medidas I.6, II.8, III.2, III.3 e III.7. Nesta área destaca-se o PIN pelo peso do investimento da sub-região em formação (10%) comparado com o BV (2,6%) e a BIS (1,9%). No apoio à empregabilidade (Medida III.3) foram abrangidos por ações de formação 4275 formandos no BV, 1540 formandos no PIN e 1457 formandos na BIS.
- 7) **Dinamização de aldeias e territórios específicos:** este objetivo incide sobretudo em territórios do interior, através das Medidas II.3 a II.7 do EP.II, constatando-se que não houve qualquer intervenção no BV por estas medidas e tendo-se destacado o PIN com 247 projetos aprovados e um financiamento correspondente de 14% do global da sub-região. A BIS também foi dotada com 115 projetos, mas estes de muito menor envergadura uma vez que totalizaram apenas 4,6% do financiamento feito na sub-região.

Em termos de **globalidade de investimento** por NUTS III, verifica-se que a sub-região BV ocupa o primeiro lugar com 385,0 milhões de euros, seguindo-se o PIN com 268,5 milhões de euros e em último lugar está a BIS com 192,5 milhões de euros. No entanto, no que se refere à capitação (despesa pública por habitante) a posição relativa de cada sub-região inverte-se, cabendo à BIS um valor de 2 462 euros, ao PIN o valor de 1 938 euros e ao BV o valor de 998 euros. Quanto ao número de projetos executados fica o PIN em primeiro lugar, seguindo-se a BIS e por fim o BV.

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Quadro 4.4 – INVESTIMENTOS DO PO Centro REALIZADOS NAS NUTS III BAIXO VOUGA, PINHAL INTERIOR NORTE E BEIRA INTERIOR SUL

EIXO - EP	MEDIDA	NUTS III - BAIXO VOUGA				NUTS III - PINHAL INTERIOR NORTE				NUTS III - BEIRA INTERIOR SUL			
		PROJETOS N°	D. PÚBLICA Milhares Euros	FUNDO Milhares Euros	CAPITAÇÃO Euros/Hab.	PROJETOS N°	D. PÚBLICA Milhares Euros	FUNDO Milhares Euros	CAPITAÇÃO Euros/Hab.	PROJETOS N°	D. PÚBLICA Milhares Euros	FUNDO Milhares Euros	CAPITAÇÃO Euros/Hab.
EP.I	Medida I.1. – Equipamentos e infra-estruturas locais	107	60.099	37.182	156	92	36.739	23.697	265	44	25.270	16.658	323
	Medida I.2. – Ambiente e Recursos naturais	64	56.349	41.798	146	28	6.187	4.640	45	3	528	396	7
	Medida I.3. – Acessibilidades	16	19.003	13.987	49	23	17.015	12.481	123	9	10.927	7.579	140
	Medida I.4. – Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento	14	14.704	9.436	38	19	14.549	9.658	105	3	1.756	1.052	22
	Medida I.5. – Apoio às atividades económicas, ações de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas	19	3.184	1.997	8	1	320	208	2	2	132	95	2
	Medida I.6. – Desenvolvimento dos recursos humanos	76	2.761	2.071	7	70	2.754	2.065	20	17	1.034	776	13
	Medida I.7. – Ações Específicas de Valorização Territorial	9	25.271	17.673	66	4	3.895	1.943	28	3	9.504	5.946	121
	Medida I.8. – Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico	23	609	457	2	33	460	343	3	11 <sup>4</sup>	279	209	3
	Medida I.9. – Saneamento Básico	16	17.563	7.026	46	16	6.739	3.322	49	6	1.240	620	16
<b>TOTAL EP.I - Apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal</b>	<b>344</b>	<b>199.544</b>	<b>131.626</b>	<b>517</b>	<b>286</b>	<b>88.657</b>	<b>58.358</b>	<b>640</b>	<b>87</b>	<b>50.669</b>	<b>33.331</b>	<b>648</b>	
EP.II	Medida II.1. – Ação Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades – componente territorial	5	12.336	8.635	32	0	-	-	-	4	20.471	14.384	262
	Medida II.3. – Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias	0	-	-	-	13	921	603	7	24	3.901	2.745	50
	Medida II.4. – Ação Integrada "Turismo e Património no Vale do Côa"	0	-	-	-	0	-	-	-	0	-	-	-
	Medida II.5. – Ação Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela	0	-	-	-	5	2.494	1.746	18	0	-	-	-
	Medida II.6. – Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, componente FEDER	0	-	-	-	104	16.382	11.210	118	28	2.085	1.429	27
	Medida II.7. – Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, componente FEOGA	0	-	-	-	125	16.456	10.472	119	63	2.247	1.572	29
	Medida II.8. – Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social	1	128	96	0	5	1.132	849	8	0	-	-	-
	<b>TOTAL EP.II - Ações Integradas de base territorial</b>	<b>6</b>	<b>12.464</b>	<b>8.731</b>	<b>32</b>	<b>252</b>	<b>37.386</b>	<b>24.881</b>	<b>270</b>	<b>119</b>	<b>28.705</b>	<b>20.131</b>	<b>367</b>
EP.III	Medida III.1. – Educação – Infra-estruturas da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários	38	19.512	14.372	51	31	23.706	17.414	171	4	4.280	3.210	55
	Medida III.2. – Educação – Ensino Profissional	14	7.006	4.028	18	25	26.119	15.019	189	6	2.598	1.494	33
	Medida III.3. – Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao Nível Local	4275 <sup>1</sup>	-	-	-	1540 <sup>1</sup>	-	-	-	1457 <sup>1</sup>	-	-	-
	Medida III.4. – Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local	112	2.110	1.266	5	139	1.474	885	11	69	888	533	11
	Medida III.5. – Ciência, Tecnologia e Inovação	1 <sup>2</sup>	1.950	975	5	0	-	-	-	0	-	-	-
	Medida III.6. – Sociedade de Informação – Portugal Digital	5 <sup>3</sup>	1.876	1.268	5	7	431	298	3	2	542	354	7
	Medida III.7. – Sociedade de Informação – Portugal Digital: criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital	9	367	240	1	1	66	43	1	2	117	76	1
	Medida III.8. – Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS)	10	11.016	8.262	29	6	6.498	4.719	47	2	9.237	6.928	118
	Medida III.9. – Cultura	2	726	496	2	4	2.083	1.562	15	1	1.249	936	16
	Medida III.10. – Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	4	32.157	8.888	83	4	3.847	2.181	28	1	770	482	10
	Medida III.11 – Economia	7	7.524	3.832	20	5	5.307	3.174	38	5	4.923	2.195	63
	Medida III.12. – Acessibilidade e Transportes	23	39.436	20.502	102	19	47.325	25.614	341	22	38.572	20.512	493
	Medida III.13 – Ambiente	42	11.661	8.134	30	11	5.324	3.350	38	4	4.482	3.305	57
	Medida III.14 – Agricultura e Desenvolvimento Rural	353	10.439	7.495	27	1288	15.838	11.495	114	839	39.922	28.828	511
	Medida III.15 – Pescas – Infra-estruturas de Portos	5	10.147	7.610	26	0	-	-	-	0	-	-	-
	Medida III.16 – Pescas – Equipamentos e Transformação	10	676	520	2	0	-	-	-	0	-	-	-
	Medida III.17 – Assistência técnica - FEDER												
	Medida III.18 – Assistência técnica – FSE												
	Medida III.19 – Assistência técnica - FEOGA												
<b>TOTAL EP.III<sup>5</sup> - Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas</b>	<b>729</b>	<b>173.033</b>	<b>98.136</b>	<b>449</b>	<b>1560</b>	<b>142.439</b>	<b>88.517</b>	<b>1.028</b>	<b>988</b>	<b>113.110</b>	<b>72.517</b>	<b>1.447</b>	
<b>TOTAIS POR NUTS III</b>	<b>1079</b>	<b>385.041</b>	<b>238.493</b>	<b>998</b>	<b>2098</b>	<b>268.482</b>	<b>171.755</b>	<b>1.938</b>	<b>1194</b>	<b>192.484</b>	<b>125.978</b>	<b>2.462</b>	

<sup>1</sup> N° de formandos

<sup>2</sup> Centro de Ciência Viva de Aveiro

<sup>3</sup> Por aproximação foram atribuídos montantes iguais às Lojas do Cidadão Aveiro e Viseu

<sup>4</sup> Relativamente à Medida I.8, existe uma troca de dados no quadro da página 155 do Relatório Final de Execução relativamente aos constantes no Quadro 9 do Anexo I, do mesmo Relatório, para as NUTS III Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Cova da Beira.

Não existem disponibilizados valores de despesa, discriminadas por NUTS III, para algumas medidas do EP.III, no entanto o valor total apresentado para este eixo é o referido no Quadro 3.20, constante na página 225 do Relatório Final de Execução

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Aparentemente, estes investimentos foram, em regra, ao encontro das características e carências de cada sub-região evidenciadas no capítulo anterior:

- i) O maior investimento nas acessibilidades fez-se na sub-região PIN onde se evidenciaram as maiores carências, face às características geomorfológicas, que dificultam a fixação das populações;
- ii) O investimento em equipamentos nas diversas áreas (saúde, educação, cultura, desporto) foi maior na sub-região que apresenta o maior número de população residente, o BV, salientando-se o investimento em equipamentos de carácter social (lares para idosos) apenas na BIS, onde é maior o índice de envelhecimento;
- iii) O investimento no ambiente e recursos naturais foi maior na sub-região BV, que apresentou o menor índice de qualidade ambiental;
- iv) O investimento na dinamização de aldeias históricas e de xisto foi relevante no PIN e também na BIS, territórios de características endógenas muito específicas que são cruciais para a atratividade turística.
- v) O investimento em formação, com vista à qualificação dos recursos humanos, teve maior incidência na sub-região que apresenta a mais baixa proporção da população com 15 ou mais anos com pelo menos o 3.º ciclo do ensino básico completo, a mais baixa proporção de população residente com o ensino superior completo e o menor valor da despesa do PIB em I&D, o PIN;

Pelo facto de a Medida I.1 integrar áreas bastante diversas, como infraestruturas viárias, de saneamento básico e de apoio à atividade produtiva, bem como equipamentos coletivos de educação, desporto, cultura e lazer e ainda requalificação urbana, optou-se por identificar, no Anexo IV, os projetos executados nesta Medida, para cada uma das NUTS III, em estudo, com o objetivo de tornar ainda mais claro o tipo de investimentos efetuados.

### 4.2- O QREN E O MAIS CENTRO NO PERÍODO 2007-2011

O QREN foi operacionalizado em vários Programas Operacionais (PO), dos quais três designados por *Temáticos*, sete designados *Regionais*, dez designados de *Cooperação Territorial* e um designado de *Assistência Técnica*, já identificados no subcapítulo 1.5.

O Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 quis ter como palavra de ordem, na sua intervenção e desenvolvimento, a palavra “MAIS”, resultando para a sua designação – **Mais Centro**. Pretende-se que a Região Centro obtenha com este programa “Mais Produtividade. Mais Competitividade. Mais Inovação. Mais Emprego. Mais Regeneração Urbana. Mais Educação. Mais Saúde. Mais Coesão”, culminando no *slogan* “Mais Europeu, Mais Eu” (Ipsos Apeme, 2013, p.121).

O Mais Centro que contribui para o objetivo “Convergência” do QREN, a par com os PO Temáticos, viu definidas as suas **prioridades estratégicas** por todos os agentes locais, públicos e privados, com interesses na região, numa demonstração de um “consenso regional”, considerando que a “**inovação e competitividade**”, a “**qualificação e valorização do território**”, bem com a “**qualificação dos recursos humanos**” são os objetivos a concretizar, por serem vistos como os principais constrangimentos e carências da Região Centro, de acordo com o documento de reprogramação apresentada em maio de 2011 (Mais Centro, 2011, p. 69).

O Mais Centro foi aprovado pela Comissão Europeia em 09/10/2007 pela Decisão C (2007) 4693, tendo sido, até agora, objeto de duas reprogramações<sup>65</sup>.

A versão inicial deste programa previa uma estruturação em seis Eixos prioritários com um financiamento do FEDER de cerca de 1 702 milhões de euros distribuída da seguinte forma (Mais Centro, 2008):

- EP.I – “Competitividade, Inovação e Conhecimento” com uma dotação de 577 milhões de euros (33,9%);
- EP.II – “Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos” com 250 milhões de euros (14,7%),
- EP.III – “Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais” com 468 milhões de euros (27,5%),
- EP.IV – “Proteção e Valorização Ambiental” com 211 milhões de euros (12,4%),
- EPV – “Governança e Capacitação Institucional” com 141 milhões de euros (8,3%)
- EPVI – “Assistência Técnica” com uma dotação de 55 milhões de euros (3,25%)

Atendendo à estratégia e às decisões políticas emanadas pelo Governo, para os PO Regionais, ao montante dos recursos financeiros e às restrições de elegibilidade deste PO (beneficia apenas de um Fundo Estrutural, o FEDER), foram propostos, na reprogramação intercalar, aprovada em 15/12/2011 (Decisão C(2011) 9671 final), quatro Eixos Prioritários (EP) (Mais Centro, 2011, p.88) e com a repartição financeira apresentada no Quadro 4.6, mantendo-se a **comparticipação global 1 701,6 milhões de euros do FEDER**. à qual correspondeu um investimento global reprogramado de 2 114,5 milhões de euros (Ibid, p.118) e uma capitação de cerca de 910 euros por cada habitante da Região Centro, no seu período de vigência. Com esta reprogramação houve uma reafetação dos Regulamentos Específicos dos anteriores para os novos eixos prioritários. Estes Regulamentos Específicos passarão a ser designados por “Linha de Ação”.

---

<sup>65</sup> <http://www.maiscentro.qren.pt/index.php?acao=apresprog&id=10&m=m1&s=0>

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Relativamente à última reprogramação, aprovada em 13/12/2012, a mesma não vai ser considerada, uma vez que este estudo se reporta ao período 2001-2011, no entanto interessa relatar que se mantiveram os eixos prioritários da versão anterior.

**Quadro 4.5 – Estrutura do Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 (Mais Centro)**

EIXO PRIORITÁRIO / REGULAMENTO ESPECÍFICO* (LINHA DE AÇÃO)		DOTAÇÃO/DESTINATÁRIOS
<b>Eixo Prioritário I (EPI) – Competitividade, Inovação e Conhecimento</b>		<b>42,2%</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> São objetivos específicos deste Eixo a promoção do empreendedorismo, a promoção da inovação e da competitividade nas pequenas empresas, o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, a dinamização do sistema científico e tecnológico, a promoção do ordenamento e qualificação de espaços de localização empresarial e de transferência de tecnologia, a promoção de energias renováveis, a capacitação institucional e a modernização administrativa.</p>	<p>Linha de Ação I.1- Inovação Linha de Ação I.2- Qualificação de PME Linha de Ação I.3- I&amp;DT Linha de Ação I.4- Ações Coletivas Linha de Ação I.5- Promoção da Cultura Científica e Tecnológica Linha de Ação I.6- Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional Linha de Ação I.7- Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas  Linha de Ação I.8- Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica Linha de Ação I.9- Áreas de Acolhimento Empresarial Linha de Ação I.10- Energia Linha de Ação I.11- Economia Digital e Sociedade do Conhecimento Linha de Ação I.12- Modernização Administrativa Linha de Ação I.13- Promoção e Capacitação Institucional</p>	<p>Os destinatários abrangidos por este eixo prioritário incluem os serviços da Administração Pública Central direta ou indireta, as Autarquias Locais e as respetivas associações, Agências de Desenvolvimento Regional, outras pessoas coletivas de direito público e de direito privado, e outras entidades públicas ou privadas similares</p>
<b>Eixo Prioritário II (EPII) – Valorização do Espaço Regional</b>		<b>12,9%</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> - Apoiar a proteção, gestão e qualificação ambiental, intervindo nas áreas onde assume importância mais sensível e/ou crítica, promovendo, designadamente, a valorização do litoral, a valorização e qualificação ambiental, onde relevam intervenções de qualificação do ambiente urbano e de gestão dos recursos hídricos, a proteção de zonas ambientalmente sensíveis, sobretudo os espaços protegidos e classificados, a prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos, a otimização da gestão de resíduos e a reabilitação de locais contaminados e zonas extractivas. - Promover a valorização e a salvaguarda do património cultural, os equipamentos culturais e o acesso à fruição e participação em atividades culturais; - Prevenir a doença e promover uma melhoria nas condições de saúde das pessoas, garantindo maior equidade no acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde.</p>	<p>Linha de Ação II.1- Ações de Valorização do Litoral Linha de Ação II.2- Ações de Valorização e Qualificação Ambiental Linha de Ação II.3- Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados Linha de Ação II.4- Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - materiais Linha de Ação II.5- Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - imateriais Linha de Ação II.6- Otimização da Gestão de Resíduos Linha de Ação II.7- Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas Linha de Ação II.8- Ciclo Urbano da Água  Linha de Ação II.9- Saúde Linha de Ação II.10- Património Cultural Linha de Ação II.11- Rede de Equipamentos Culturais</p>	<p>Os destinatários abrangidos por este eixo prioritário incluem os serviços da Administração Pública Central direta ou indireta, as Autarquias Locais e as respetivas associações, Agências de Desenvolvimento Regional, outras pessoas coletivas de direito público e de direito privado, e outras entidades públicas ou privadas similares</p>
<b>Eixo Prioritário III (EPIII) – Coesão Local e Urbana</b>		<b>42,0%</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Valorização de recursos específicos do território, o reforço da identidade da região e a qualificação integrada dos espaços sub-regionais. Incluem-se, dois tipos de intervenções.  - Ações de reabilitação urbana; - Ações para as redes de infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos, a fim de garantir as condições mínimas de bem-estar social atualmente requeridas.</p>	<p>Linha de Ação III.1- Reabilitação urbana Linha de Ação III.2- JESSICA Linha de Ação III.3- Mobilidade Territorial  Linha de Ação III.4- Requalificação da Rede Escolar Linha de Ação III.5- Equipamentos para a Coesão Local</p>	<p>Os destinatários abrangidos por este eixo prioritário incluem os serviços da Administração Pública Central direta ou indireta, as Autarquias Locais e as respetivas associações, Agências de Desenvolvimento Regional, outras pessoas coletivas de direito público e de direito privado, e outras entidades públicas ou privadas similares</p>
<b>Eixo Prioritário IV (EPIV) – Assistência Técnica</b>		<b>2,9%</b>
<p><b>OBJETIVO:</b> Assegurar e criar condições para uma gestão dos recursos financeiros, atribuídos ao PO, criteriosa e eficaz, que se traduza no apoio ao desenvolvimento de iniciativas que tornem a Região Centro de Portugal mais rica e mais inclusiva, social e territorialmente, em 2013 e daí para o futuro.</p>	<p>Linha de Ação IV.1- Assistência Técnica</p>	<p>São destinatários deste Eixo as entidades públicas envolvidas na gestão do Programa (a CCDRC e os Organismos Intermediários).</p>
<p>* Estrutura após a 1ª reprogramação intercalar ocorrida em 2011</p>		

Fonte: Adaptado do Mais Centro

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Para a concretização das **prioridades estratégicas**, o Mais Centro contribui através dos EP estabelecidos (Quadro 4.6), os quais são operacionalizados através de Linhas de Ação (Regulamentos Específicos), cada uma destinada a um tipo de ação e da seguinte forma:

➤ Para a “**inovação e competitividade**” as ações ou áreas de atuação do EP.I, discriminadas por Regulamentos Específicos, são cruciais, uma vez que estão direcionadas para incentivar as PME a investir em quadros superiores especializados que poderão sustentar a investigação e o desenvolvimento tecnológico (I&DT) e fomentar a criação de novos bens e serviços através de inovações tecnológicas que qualificam as empresas e as estimulam para ações coletivas, com vista ao desenvolvimento empresarial e ao aumento de competitividade, sobretudo nas exportações. Estas ações devem ser sustentadas por uma cultura de utilização de energias renováveis e pela criação de áreas empresariais que atraiam investidores, especialmente estrangeiros e, sobretudo, pelo apoio de entidades científicas e tecnológicas, que também devem ser estimuladas.

Deve referir-se que só as pequenas e médias empresas são apoiadas pelo Mais Centro, no entanto as empresas médias poderão candidatar-se ao PO FC, existindo ainda as Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) que visam a qualificação e modernização de agregados de empresas

➤ Para a “**qualificação e valorização do território**” contribuem os eixos prioritários EP.II e EP.III, através de linhas de ação para a qualificação ambiental de zonas sensíveis, gestão de resíduos e prevenção de riscos, quer naturais, quer tecnológicos, que serão tanto mais eficazes quanto maior for a sensibilização das populações na área da proteção civil. O investimento em reabilitação urbana, através da qualificação dos seus centros, com a melhoria das suas infraestruturas e equipamentos (cultura, saúde, educação, desportos), avivam os recursos singulares de cada região, sobretudo os do interior, valorizando a sua identidade e favorecendo a fixação das populações pela melhor mobilidade e pela existência de condições de bem-estar consideradas minimamente aceitáveis pela sociedade.

Convém referir que a valorização do território é fundamentalmente apoiada pelo programa temático PO VT.

➤ Relativamente à “**qualificação dos recursos humanos**”, a sua concretização na região está decisivamente dependente do programa temático PO PH.

**Quadro 4.6 – Programação Financeira do Mais Centro por EP, a 31-12-2011**

Designação de Eixo Prioritário	Financiamento Total*	Programação Financeira	Aprovações	Execução
	2007-2013 (FEDER+Invest. Nacional)	2007-2013 FEDER	2007-2011 FEDER	2007-2011 FEDER
	Milhões de Euros	Milhões de Euros	Milhões de Euros	Milhões de Euros
EP.I - Competitividade, Inovação e Conhecimento	957,3	718,0	545,7	145,0
EP.II - Valorização do Espaço Regional	258,8	220,0	244,9	124,3
EP.III – Coesão Local e Urbana	840,0	714,0	608,8	309,8
EP.IV – Assistência Técnica	58,4	49,6	25,0	11,6
<b>TOTAL Mais Centro</b>	<b>2.114,5</b>	<b>1.701,6</b>	<b>1.424,3</b>	<b>590,7</b>

\* Acresce 16,5 M Euros do BEI

Fonte: Adaptado do Mais Centro

A dotação FEDER de 1 701,6 milhões de euros prevista para a Região Centro, adicionada da parte nacional de cerca de 400 milhões de euros, alavanca um investimento total de 2 114,5 milhões de euros. O apoio da UE à Região Centro, no âmbito do Mais Centro, atinge cerca de 7,9% do total dos fundos comunitários para Portugal no período 2007-2013 (Mais Centro, 2011a, p.2).

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Como já referido, o QREN permite que a Autoridade de Gestão possa delegar competências de gestão em organismos intermédios.

Assim, a Autoridade de Gestão do PO Regional do Centro – Mais Centro – no âmbito do sistema de incentivos, delegou competências em algumas entidades (Mais Centro, 2011a, p.14) como o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI), o Instituto do Turismo de Portugal, I.P. (TP, I.P.), a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP, E. P. E.) e a Agência de Inovação, S.A. (ADI), delegando ainda em agrupamentos de municípios associados territorialmente em NUTS III – as CIM – às quais foram atribuídas verbas financeiras, cuja repartição pelas doze sub-regiões, foi suportada em critérios de “área”, “população” e “riqueza”.

Esta gestão, baseada numa participação efetiva dos agentes locais, sobretudo dos Municípios, favoreceu a criação dos PTD, requisito estratégico do QREN para a negociação dos contratos de delegação de competências designados por “subvenção global”, dos quais fazem parte integrante.

Os PTD são documentos de natureza associativista e de âmbito territorial com referência às sub-regiões NUTS III, que surgiram na sequência dos critérios de economia e racionalidade patentes nas regras de acesso ao QREN e pretendem identificar os projetos prioritários, integradores de estratégias de desenvolvimento, evitando a multiplicidade de investimentos com fins idênticos, para candidatar aos fundos estruturais. A elaboração destes PTD é da responsabilidade dos atores locais representados pelas CIM, a quem cabe fazer um diagnóstico da sub-região e identificar as áreas de intervenção consideradas cruciais ao desenvolvimento com vista à realização de investimentos consensualizados para contratualizar com a Autoridade de Gestão do PO Regional do QREN, num contexto de rede e de complementaridades.

O PTD define as necessidades da sub-região que são, posteriormente, objeto de apreciação com base nas orientações que o PNPOT tem para o território em causa.

Para além das subvenções, que totalizaram cerca de 600 milhões de euros da comparticipação do Mais Centro até 31/12/2011 (Mais Centro, 2011a, pp.128-129), foram previstos concursos para diferentes tipos de ações, que vão sendo abertos ao longo do período de vigência do programa. A estes concursos podem concorrer entidades definidas nos mesmos, exceto aquelas onde a respetiva CIM tenha já subvencionado o tipo de ação em causa.

A Região Centro, para efeitos da gestão dos fundos comunitários, integra 12 NUTS III, às quais correspondem apenas 11 CIM, uma vez que as sub-regiões Beira Interior Norte e Cova da Beira integraram uma única CIM – Comurbeiras.

No entanto, em termos de contratualização com a Autoridade de Gestão do Mais Centro, foram realizados 10 contratos, em regra um por cada CIM com exceção das CIM Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, que se uniram para este efeito<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=367&Itemid=249&lang=pt](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=367&Itemid=249&lang=pt)

### 4.2.1- BAIXO VOUGA, PINHAL INTERIOR NORTE E BEIRA INTERIOR SUL: OS INVESTIMENTOS APROVADOS (2007-2011)

A CIM do BV – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA)<sup>67</sup> – contratualizou com a Autoridade de Gestão do Mais Centro, um conjunto de tipologias de ações a executar com delegação de competências, identificadas no PTD como as mais relevantes para o futuro da sub-região, as quais foram estudadas em parceria entre a CIM e a Universidade de Aveiro.

Este estudo, que teve por base análises à região feitas a diversos níveis e por diversas entidades, quer públicas quer privadas, recaiu em quatro áreas: “Dinâmicas Económicas e Competitividade Empresarial”; “Espaços Naturais e Ambiente”; “Sistema Urbano, Património, Educação e Cultura” e “Governança e Administração” (Grande Área Metropolitana de Aveiro / Universidade de Aveiro, 2008, pp.8-9). Desta análise resultou um conjunto de objetivos considerados prioritários, os quais foram enquadrados com as áreas de intervenção do Mais Centro, com maior predominância no EP.I (Competitividade, Inovação e Conhecimento) seguindo-se o EP.III (Coesão Local e Urbana), mas também com outros Programas Operacionais Temáticos PO PH, PO VT e de Cooperação Territorial.

Com as ações integradas nos objetivos do EP.I, pretende-se alcançar uma maior prosperidade económica, com o investimento em áreas de acolhimento empresarial, em eficiência energética, no progresso cultural, científico e tecnológico, com vista à valorização das PME, bem como à valorização da capacitação institucional. Pretende-se ainda a promoção da mobilidade territorial sustentável e para todos, com a criação de percursos pedonais, ciclovias e desenvolvimento nos meios de transporte “amigos do ambiente”, promovendo a requalificação urbana através das operações integradas no EP.III. A aposta forte em ações integradas no EP.II (Valorização do Espaço Regional), tem como objetivo a valorização do ambiente natural único proporcionado pela Ria de Aveiro, mas também contrariar os efeitos da elevada pressão populacional e urbanística.

Por opção, não foram contratualizadas, entre outras, operações de intervenção em rede escolar.

A contratualização abarcou 27 tipologias de operações e totalizou um montante participado de 60 060 mil euros<sup>68</sup> de FEDER, com uma distribuição de 35 913,6 mil euros no período 2008-2010 e de 24 146,4 mil euros no período 2011-2013, conforme consta da cláusula 4ª. Este contrato foi já objeto de três ajustamentos não tendo havido qualquer alteração à dotação atribuída no período em estudo.

A CIM do PIN – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CIMPIN)<sup>69</sup> – também contratualizou com a Autoridade de Gestão do Mais Centro, um conjunto de tipologias de ações a executar com delegação de competências, identificadas no PTD. Para estudar de forma abrangente a estratégia de desenvolvimento da sub-região, no período 2007-2013, foi elaborado o “Plano Estratégico e de Ação” do Pinhal Interior Norte (PEAPIN) pela Sociedade Portuguesa da Inovação – SPI (Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte, 2008, p.3), que identifica três vetores estratégicos: “Apostar na educação e na qualificação”, “Qualificar o território, estruturar e integrar diversidades” e

<sup>67</sup> Estatutos publicados pelo Aviso nº 6213-A/2008, do DR nº 201 Suplemento, 2ª série, de 16.10.2008

<sup>68</sup> <http://www.maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/BV1.pdf>

<sup>69</sup> Estatutos publicados pelo Aviso nº 1117/2009, do DR nº 27, 2ª série, de 09.02.2009



## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

“Valorizar a base económica regional”. Alinhados com os Programas Operacionais Temáticos PO PH, PO VT e com a Cooperação Territorial, para além do Programa Operacional Regional, procuram potenciar especificidades diferenciadoras do território, tornando-as em vantagens.

O PTD proposto para a sub-região do Pinhal Interior Norte, baseado no PEAPIN, integrou projetos que corresponderam a um investimento global de 47 871,5 mil euros e a um montante de financiamento de 29 764,7 mil euros, considerado fundamental para tornar a sub-região mais competitiva (Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte, 2008, p.6).

Esta sub-região decidiu contratualizar com a Autoridade de Gestão do Mais Centro um conjunto de 9 tipologias de operações que considera de capital importância para a tornar mais competitiva no contexto regional, com potencial para criar, com os agentes chave, as sinergias essenciais para o desenvolvimento.

As operações integraram Linhas de Ação do EP.I (“Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística” e “Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento”), do EP.II (“Rede de Equipamentos Culturais”, “Ações de Valorização ambiental” e “Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados”) e do EP.III (“Equipamentos para a Coesão Local” e “Mobilidade Territorial”) e totalizaram um montante de financiamento de 26 987,7 mil euros<sup>70</sup> com uma distribuição de 18 891 mil euros no período 2008-2010 e de 8 096,3 mil euros no período 2011-2013, conforme consta da cláusula 4ª do contrato. Este foi já objeto de três adendas não tendo havido, nas duas primeiras adendas, qualquer alteração à dotação atribuída.

Algumas áreas de intervenção ficaram, por opção, fora do contrato em subvenção global para poderem ser submetidos a candidaturas em fase de abertura de concurso (Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte, 2008, pp.5-6).

**Os municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão, que constituem a sub-região BIS, não estando à data associados em CIM contratualizaram com a Autoridade de Gestão do Mais Centro, um conjunto de tipologias de ações a executar com delegação de competências, identificadas no PTD da sub-região.**

Este PTD, designado por “Estratégia de Desenvolvimento e Plano de Ação 2007-2013” e elaborado pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento Rural e Urbano (CEDRU), considera as debilidades do território intimamente associadas à periferia e interioridade da sua localização na Região Centro, nomeadamente ao nível das acessibilidades, da economia e do emprego e da qualificação dos recursos humanos e adota cinco áreas fundamentais para intervir no âmbito das políticas públicas financiadas pelo QREN, identificadas como prioridades estratégicas.

Ainda de acordo com o PTD (CEDRU, 2008, pp.60-109), para a materialização destas linhas prioritárias seria determinante a realização de alguns projetos, tendo sido identificados 94 projetos, que totalizavam um investimento de 87 645 mil euros, dos quais 27 a realizar no concelho de Castelo Branco, 34 no concelho de Idanha-a-Nova, 23 em Penamacor e 10 em Vila Velha de Ródão.

A contratualização abarcou apenas 10 tipologias de operações, que integraram do EP.I “Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística” e “Modernização Administrativa”, do EP.II “Gestão Ativa de Espaços Protegidos e

---

<sup>70</sup> <http://www.maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/PIN1.pdf>

Classificados” e “Ciclo Urbano da Água” e do EP.III “Equipamentos para a Coesão Local”, “Mobilidade Territorial” e “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar”.

Este conjunto de ações totalizou um montante participado de 17 626 mil euros<sup>71</sup> com uma distribuição de 16 769 mil euros no período 2008-2010 e de 857,4 mil euros no período 2011-2013, conforme consta da cláusula 5ª do contrato, o qual foi já objeto de ajustamentos não tendo havido, no período em estudo, qualquer alteração à dotação atribuída. À data destas adendas já estava constituída a **Comunidade Intermunicipal da Beira Interior Sul (CIMBIS)**<sup>72</sup>.

No entanto, e como já referido, as CIM podem candidatar-se ao financiamento de projetos através dos concursos que, ao longo do período de vigência do Mais Centro, vão sendo abertos, quer por tipologia de eixo prioritário, quer por outro tipo de Programas como os PROVERE.

Os concursos para além de identificarem a tipologia de projeto a candidatar, identificam também quais as entidades que podem ser candidatas.

Ainda no âmbito da governação do QREN, foram criados os “Centros de Observação das Dinâmicas Regionais”<sup>73</sup>, que têm como função a observação e o acompanhamento das dinâmicas das regiões e os efeitos que as políticas públicas têm no desenvolvimento das mesmas. A dinamização da atividade realizada por estes centros está cometida à CCDR, responsável pela gestão dos fundos comunitários,

Baseado nos estudos territoriais realizados pelo *Observatório das Dinâmicas Regionais* da CCDRC, designados por “A Importância do QREN nas Estratégias Territoriais de Desenvolvimento”, que têm como objetivo avaliar se os investimentos apoiados pelo QREN estão a cumprir com os propósitos preconizados e a contribuir para o desenvolvimento das sub-regiões, apresenta-se o Quadro 4.7 com os investimentos programados, nas NUTS III em estudo, até ao final de 2011.

Faz-se notar que os valores constantes no Quadro 4.7 seguinte são os programados à data de 31 de dezembro de 2011, sabendo-se que nem todos os projetos estavam executados e que houve, posteriormente, reprogramações e ajustamentos que afetaram os projetos ainda em curso.

---

<sup>71</sup> <http://www.maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/BIS1.pdf>

<sup>72</sup> Estatutos publicados pelo Aviso nº 6213-A/2008, do DR nº 201 Suplemento, 2ª série, de 16.10.2008

<sup>73</sup> Artigo 10º do DL nº 312/2007, de 17 de setembro, na redação que lhe foi conferida pelo DL n.º 74/2008, de 22 de abril

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Quadro 4.7 – INVESTIMENTOS DO MAIS CENTRO\* APROVADOS NAS NUTS III BAIXO VOUGA, PINHAL INTERIOR NORTE E BEIRA INTERIOR SUL

EIXO -EP	REGULAMENTO ESPECÍFICO / OPERAÇÃO	QREN - BAIXO VOUGA				QREN - PINHAL INTERIOR NORTE				QREN - BEIRA INTERIOR SUL			
		PROJETOS N°	D. PÚBLICA Milhares Euros	FUNDO Milhares Euros	CAPITAÇÃO Euros/Hab.	PROJETOS N°	D. PÚBLICA Milhares Euros	FUNDO Milhares Euros	CAPITAÇÃO Euros/Hab.	PROJETOS N°	D. PÚBLICA Milhares Euros	FUNDO Milhares Euros	CAPITAÇÃO Euros/Hab.
EP.I	Linha de Ação I.1- Inovação	52	71.930	37.637	186	11	23.349	16.356	169	14	14.629	8.189	187
	Linha de Ação I.2- Qualificação de PME	135	34.400	12.124	89	15	3.874	1.336	28	20	3.033	1.165	38
	Linha de Ação I.3- I&DT	33	12.875	6.536	33	2	41	31	0,5				
	Linha de Ação I.4- Acções Colectivas	13	4.882	2.496	13	3	1.813	500	13	1	272	129	3
	Linha de Ação I.5- Promoção da Cultura Científica e Tecnológica	3	1.221	637	3								
	Linha de Ação I.6- Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional												
	Linha de Ação I.7- Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	9	31.864	22.126	83					3	5.747	3.633	73
	Linha de Ação I.8- Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica												
	Linha de Ação I.9- Áreas de Acolhimento Empresarial	7	19.241	9.327	50	5	4.323	3.016	31	3	2.868	1.733	37
	Linha de Ação I.10- Energia	1	332	265	1	1	838	244	6	1	121	53	2
	Linha de Ação I.11- Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	5	1.001	672	3	9	335	97	2	2	531	369	7
	Linha de Ação I.12- Modernização Administrativa	4	3.361	2.460	9					1	840	552	11
	Linha de Ação I.13- Promoção e Capacitação Institucional	2	1.940	1.290	5	1	62	36	0,5	1	265	180	3
<b>TOTAL EP.I - Competitividade, Inovação e Conhecimento</b>		<b>264</b>	<b>183.047</b>	<b>95.570</b>	<b>475</b>	<b>47</b>	<b>34.635</b>	<b>21.616</b>	<b>250</b>	<b>46</b>	<b>28.306</b>	<b>16.003</b>	<b>362</b>
EP.II	Linha de Ação II.1- Acções de Valorização do Litoral	2	416	312	1								
	Linha de Ação II.2- Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	20	20.079	15.182	52	19	11.878	8.338	86	5	3.609	2.425	46
	Linha de Ação II.3- Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1	217	173	1	2	491	375	4				
	Linha de Ação II.4- Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - materiais					10	2.867	1.938	21	4	738	496	9
	Linha de Ação II.5- Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - imateriais	13	1.649	1.042	0,5	6	337	245	2	1	17	14	0,5
	Linha de Ação II.6- Optimização da Gestão de Resíduos	1	115	74	4								
	Linha de Ação II.7- Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas												
	Linha de Ação II.8- Ciclo Urbano da Água					4	2.272	1.608	16				
	Linha de Ação II.9- Saúde	7	11.583	8.171	30	1	2.297	1.608	17				
	Linha de Ação II.10- Património Cultural	2	1.036	690	3								
	Linha de Ação II.11- Rede de Equipamentos Culturais	12	7.689	4.852	20	1	860	640	6	1	198	158	2,5
<b>TOTAL EP.II - Valorização do Espaço Regional</b>		<b>58</b>	<b>42.784</b>	<b>30.496</b>	<b>111</b>	<b>43</b>	<b>21.002</b>	<b>14.752</b>	<b>152</b>	<b>11</b>	<b>4.562</b>	<b>3.093</b>	<b>58</b>
EP.III	Linha de Ação III.1- Reabilitação urbana	81	60.566	40.567	157	27	15.394	11.818	111	6	1.266	980	16
	Linha de Ação III.2- JESSICA												
	Linha de Ação III.3- Mobilidade Territorial	23	17.145	11.747	44	16	10.920	7.958	79	10	9.700	6.680	124
	Linha de Ação III.4- Requalificação da Rede Escolar	43	83.014	48.708	215	24	33.326	21.654	241	8	6.378	4.754	81
	Linha de Ação III.5- Equipamentos para a Coesão Local	14	19.936	13.231	52	6	11.284	8.573	81	5	3.746	2.858	48
<b>TOTAL EP.III - Coesão Local e Urbana</b>		<b>161</b>	<b>180.661</b>	<b>114.253</b>	<b>468</b>	<b>73</b>	<b>70.924</b>	<b>50.003</b>	<b>512</b>	<b>29</b>	<b>21.090</b>	<b>15.272</b>	<b>269</b>
EP.IV	Linha de Ação IV.1- Assistência Técnica	3	572	486		3	657	542		3	484	412	
<b>TOTAL EP.IV – Assistência Técnica</b>		<b>3</b>	<b>572</b>	<b>486</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>657</b>	<b>542</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>484</b>	<b>412</b>	<b>6</b>
<b>TOTAL PO Mais Centro por NUTS III*</b>		<b>486</b>	<b>407.064</b>	<b>240.805</b>	<b>1055</b>	<b>166</b>	<b>127.218</b>	<b>86.913</b>	<b>918</b>	<b>89</b>	<b>54.442</b>	<b>34.780</b>	<b>697</b>

\* Projetos aprovados até 31 de Dezembro de 2011

Fonte: Adaptado dos dados constantes nas publicações “A Importância do QREN nas Estratégias Territoriais de Desenvolvimento. Uma perspetiva para...” e em dados fornecidos pelo Observatório de Dinâmicas regionais do Centro, da CCDRC

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Da análise comparativa do Quadro 4.7, constata-se que a distribuição dos investimentos pelas três NUTS III é bastante distinta quer em número, quer na tipologia de projetos, tal como tinha sido já observado para o anterior período de programação, mas sendo essa diferença ainda mais notória neste período 2007-2011.

Uma diferença importante que se constata em relação ao anterior período de programação diz respeito ao valor da despesa pública por habitante (capitação). Com o POCentro as sub-regiões de menor densidade populacional foram dotadas com uma capitação superior às sub-regiões de maior densidade. Com o Mais Centro, e até 2011, sendo substancial a diferença dos investimentos aprovados para cada sub-região (o investimento global do BV é 320% do investimento global do PIN e 750% do investimento global da BIS), a capitação diminui também do litoral para o interior, ao contrário do que aconteceu no POCentro, acompanhando, embora em escala menos acentuada, a diminuição do investimento e dos projetos aprovados.

Apresentam-se nos Quadros IV.4, IV.5 e IV.6 do Anexo IV, os projetos executados para cada uma das NUTS III em estudo, com o objetivo de especificar o tipo de investimentos efetuados.

De acordo com o Relatório Anual do Mais Centro para 2011, foram aprovados na Região Centro, até ao final do ano, 2.760 projetos, apoiados pelo FEDER com 1 400 milhões de euros e que se traduziram num investimento global de 2 317 milhões de euros (Mais Centro, 2011a, p. viii)

No conjunto das três NUTS e no que diz respeito ao EP.I, que contribuiu sobretudo para a competitividade, inovação e modernização na estrutura produtivas das PME, e ainda na modernização das infraestruturas para localização de empresas, foram investidos cerca de 18,6% (133,2 milhões de euros) da dotação global dos fundos do FEDER para este eixo na Região Centro (718,0 milhões de euros para as 12 NUTS III). Destes, só no BV foram investidos 95,6 milhões de euros, correspondendo a 13% do financiamento na Região Centro e 72% das três NUTS III em estudo.

No que se refere ao EP.II, que valoriza o espaço regional através da valorização do património natural, patrimonial e cultural, foram investidos 48,3 milhões de euros de FEDER nas três NUTS, cerca de 22% da dotação a atribuir à região para este eixo (220,0 milhões de euros), continuando a sub-região BV a ser a mais beneficiada das três com 30,5 milhões de euros, recolhendo 63% do apoio das três NUTS, correspondendo a 13,9% do total da região.

Relativamente ao EP.III, cujo objetivo fundamental é a promoção da coesão dos territórios, através da reabilitação urbana, da mobilidade e da dotação de equipamentos coletivos, foram investidos nas três NUTS 179,5 milhões de euros de FEDER, cerca de 25% do financiamento programado para a Região Centro, no montante de 714,0 milhões de euros, tendo a sub-região BV sido contemplada com o maior apoio financeiro das três, cerca de 114,3 milhões de euros, que representam 64% das sub-regiões em estudo, correspondendo a 16% do global da região.

Em termos de globalidade de investimento por NUTS III, verifica-se que a sub-região BV ocupa o primeiro lugar com 407,1 milhões de euros, seguindo-se o PIN com 127,2 milhões de euros e em último lugar está a BIS com 54,4 milhões de euros. No que se refere à capitação (despesa pública por habitante) esta posição relativa de cada sub-região mantém-se, cabendo ao BV um valor de 1 055 euros, ao PIN o valor de 918 euros e à BIS o valor de 697 euros. Quanto ao número de projetos executados fica também o BV em primeiro lugar, seguindo-se o PIN e por fim a BIS.

Face a estes investimentos, outra questão deve ser colocada:

### **Os investimentos realizados vão ao encontro das necessidades diagnosticadas pelos atores locais?**

i) O BV identificou no seu PTD quatro áreas importantes de desenvolvimento:

1. "Dinâmicas Económicas e Competitividade Empresarial";
2. "Espaços Naturais e Ambiente";
3. "Sistema Urbano, Património, Educação e Cultura"
4. "Governança e Administração" (Grande Área Metropolitana de Aveiro / Universidade de Aveiro, 2008, p. 8-9).

De acordo com este plano, a pretensão é o aproveitamento do *know-how* existente em termos de empreendedorismo, inovação e capacidade de atrair investimento para promover a atividade económica e as exportações, conciliada com a preservação do ambiente e a valorização do vasto património natural e cultural existente.

Uma das principais apostas desenvolvidas foi a reconversão das empresas tradicionais através da incorporação de novos métodos inovadores no sistema produtivo a partir da interação com entidades científicas e tecnológicas.

Segundo Manuel Assunção, Reitor da Universidade de Aveiro:

"As Universidades são fundamentais para o desenvolvimento do país e das suas regiões: através da formação, da criação de conhecimento, da prestação de serviços, da promoção do empreendedorismo, da criação de empresas. O QREN, com o seu conjunto de programas, estimula colaborações de longa duração e de geometria flexível – as mais adequadas para uma resposta eficaz aos desafios presentes. A dinamização do emprego científico, o investimento na qualificação do território, a divulgação científica e a criação de parques de ciência e tecnologia fazem particular sentido quando pensadas em conjunto, estrategicamente, em prol de uma região. Confere-se assim um novo impulso ao que a Universidade de Aveiro vem fazendo em conjunto com as autarquias e empresas da região."

(Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012a, p. 11)

Esta aposta de inovar as empresas pela dinamização das relações entre estas e o Sistema Científico e Tecnológico, no qual a Universidade de Aveiro tem desempenhado um papel crucial, está patente no investimento de cerca de 32 milhões de euros, apoiado pelo Mais Centro, pela Linha de Ação I.7 do EP.I "Infraestruturas Científicas e Tecnológicas".

Da análise ao Quadro 4.7, constata-se que foram investidos nesta sub-região, até 31 de dezembro de 2011, pelo Mais Centro, cerca de 407 milhões de euros, dos quais 183 milhões (45%) reportam-se a investimento na área da "Competitividade, Inovação e Conhecimento", correspondente ao EP.I, a qual foi apoiada com 95,5 milhões de euros de FEDER, sobretudo pelas Linhas de Ação "Inovação", com 37,5 milhões de euros e 52 projetos apoiados, "Qualificação de PME", com 12,1 milhões de euros e 135 projetos apoiados, mas também em "Áreas de Acolhimento Empresarial", com 9,3 milhões de euros FEDER e 7 projetos apoiados.

A primeira aposta estratégica do PTD "Dinâmicas Económicas e Competitividade Empresarial", foi ainda largamente apoiado pelo PO *Fatores de Competitividade* (PO FC), com 257,3 milhões de euros de FEDER, dos quais, 188,9 milhões de euros foram destinados a Incentivos à Inovação.

Contribuiu ainda, de forma relevante para este primeiro objetivo, a qualificação e formação dos recursos humanos, que foi apoiado exclusivamente pelo PO *Potencial Humano* (PO PH), com financiamento do FSE e atingiu, 9 462 mil horas de formação, em 2009 e 12 159 mil horas em 2010, uma média de 15% do aprovado para a região Centro (Observatório

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012a, p.28), tendo as ações com maior número de horas sido dirigidas a população jovem (Ibid, p. 17).

Para o cumprimento da segunda aposta “Valorizar os Espaços Naturais e Ambiente” contribuiu o EP.II do Mais Centro com o financiamento de 30,5 milhões de euros de FEDER, sobretudo através da Linha de Ação II.2, “Ações de Valorização e Qualificação Ambiental”, com um investimento de 20 milhões de euros financiados com cerca de 15 milhões de FEDER para a realização de 20 projetos.

Para o cumprimento do mesmo objetivo contribuiu ainda o *PO Valorização do Território (PO VT)*, sobretudo através das linhas de ação “Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento” e “Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos”, com apoios FEDER de 55 e 36 milhões de euros, respetivamente. (Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012a, p. 18).

Com o terceiro objetivo estratégico do PTD, pretende-se requalificar as áreas urbanas de excelências de toda a sub-região, como centros históricos e praças, tornando-as mais funcionais e aprazíveis, bem assim, promover a coesão social do território. Estes propósitos estão alinhados com o EP.III, quer através da “Reabilitação Urbana”, que financiou esta NUTS III com 40,5 milhões de euros em 81 projetos, quer através da “Mobilidade Territorial”, que apoiou 23 projetos com 11,7 milhões de euros de FEDER, bem como pelos “Equipamentos para a Coesão Local”, como o Hospital Infante D. Pedro, em Aveiro, ou a piscina municipal em Estarreja. No entanto destaca-se a “Requalificação da Rede Escolar”, que tem o valor mais elevado de apoio FEDER, 48,7 milhões de euros em 43 projetos.

Este objetivo foi ainda apoiado pelo *PO Valorização do Território (PO VT)* com 55 milhões de euros para a “Requalificação de rede de Escolas com Ensino Secundário” e 26,8 milhões de euros Para a “Mobilidade Territorial”, entre outras ações.

Pelo *PO VT* foi ainda financiado o projeto da melhoria das acessibilidades ao porto marítimo de Aveiro, tendo Luís Cacho, Presidente da Administração do Porto de Aveiro, referido:

“Considera-se que o QREN, em particular ao nível do Programa Mais Centro, constitui uma importante alavanca para o desenvolvimento económico e social da Região Centro. Este configura um apoio financeiro indispensável à viabilização da execução de investimentos destinados à valorização dos seus recursos intrínsecos e, desse modo, um contributo para a promoção de uma mais rápida convergência do seu PIB *per capita* com o da média da União Europeia.

No que diz respeito à melhoria das acessibilidades da Região Centro, os investimentos realizados no âmbito da modernização dos portos, como seja dos portos de Aveiro e da Figueira da Foz, são de grande importância para o aumento da competitividade do seu tecido económico. Estes destinam-se à sua dotação de condições operacionais e de segurança mais eficientes, tornando-se estruturas mais competitivas ao serviço das empresas da sua área de influência. Até à data, os portos de Aveiro e da Figueira da Foz beneficiaram do apoio do Programa Mais Centro para a execução dos projetos de “Construção de rampa ro-ro no Terminal de Contentores e ro-ro do Porto de Aveiro” e de “Valorização do Cais comercial do Porto da Figueira da Foz”, num total de investimento de cerca de 4,2 milhões de euros, a que correspondeu um apoio FEDER no valor total de 2,4 milhões de euros.

Em conclusão, entendemos que o Programa Mais Centro constitui um instrumento de capital importância para o aumento da eficiência e sustentabilidade do setor dos transportes e da logística na Região Centro, de que os portos são parte integrante, enquanto um dos principais fatores de crescimento económico da região e de aumento da sua coesão social.”

(Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012a, p. 16)

ii) O PIN identificou no seu PEAPIN três objetivos estratégicos a serem concretizados pelo apoio do QREN (Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012b, p. 8):

1. "Valorizar a base económica regional, apostando numa região inovadora e diferente";
2. "Apostar na educação e na qualificação, investindo nas pessoas e criando uma região empreendedora"
3. "Qualificar o território, estruturar e integrar diversidades, criando uma região coesa e competitiva", procurando assumir as especificidades locais como benefícios comparativos para o seu desenvolvimento e tirando partido dessas especificidades para dinamizar a sub-região.

Sendo uma sub-região que se localiza bem no miolo da Região Centro, sem um centro urbano aglutinador que a structure, sente a influência dos outros polos circundantes, como Leiria, Coimbra e Viseu (Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte, 2008, p.9-10), sobretudo pelas ofertas de equipamentos e serviços que estes apresentam.

Para a concretização do primeiro objetivo foram identificados, pelo PTD, sete projetos, para o segundo objetivo, oito projetos e para o terceiro, sete projetos, todos considerados decisivos para o desenvolvimento estratégico da sub-região. Foram ainda considerados dois projetos transversais, designados por "Gabinete de apoio estratégico para o PIN" e "Barómetro de Desenvolvimento Regional" (Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte, 2008, pp.51-53).

Até final de 2011, foi aprovada pelo Mais Centro, a comparticipação de 21,6 milhões de euros de FEDER para a realização de 47 projetos, que visam fomentar a Competitividade, Inovação e Conhecimento (EP.I) para apoio das empresas pequenas e micro. Estes projetos estão identificados no Quadro IV.5 do Anexo IV. Para este objetivo contribuiu ainda o PO FC com 25,4 milhões de euros no apoio de projetos a médias empresas, das quais se destacam a EFAPEL, na Lousã, que fabrica produtos para instalações elétricas e a CLIMAX em Tábua que produz colchoaria.

Américo Duarte, presidente do Conselho de Administração da EFAPEL, conta:

" (...) o QREN foi recebido pela EFAPEL como um importante instrumento de suporte à sua estratégia de desenvolvimento. Criada em 1978 apenas com 10 trabalhadores, a EFAPEL tem utilizado racionalmente os programas comunitários de apoio e é hoje uma empresa de referência no Pinhal Interior Norte onde detém três modernas unidades industriais. Presentemente, mantém em curso um projeto de investimento apoiado pelo QREN envolvendo investimentos em capital fixo de 16 milhões de euros, visando atingir no ano cruzeiro 365 trabalhadores dos quais 50 incluídos nos escalões de emprego altamente qualificado, e vendas de 49 milhões de euros, 31% das quais destinadas a exportação."

(Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012b, p.16)

Rui Rocha, o presidente da Câmara Municipal de Ansião, um dos municípios mais empreendedores do PIN, refere:

"No caso do Município de Ansião o QREN foi um instrumento decisivo para a concretização de um dos objetivos estratégicos para este mandato, na área do desenvolvimento económico, com a construção da 3ª Fase do Parque Empresarial do Camponês. Assim, a intervenção numa área de 11ha permitiu a implantação de mais 28 lotes, dotados das necessárias infraestruturas para a instalação de novas empresas. O investimento na expansão deste parque empresarial, num território de baixa densidade demográfica, é fundamental para a fixação de pessoas, através da criação de emprego e determinante para o assegurar de rendimentos para as famílias, numa atitude proativa de combater o atual contexto económico-financeiro de dificuldade.

A par da dinâmica do Centro de Negócios de Ansião, também instalado no Parque Empresarial, alavancamos a partir desta estratégia a inovação e o empreendedorismo que pretendemos sejam a matriz do Concelho de Ansião e dos seus cidadãos."

(Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012b, p.17)

Existem ainda outras políticas públicas que potenciam, de forma especial, os territórios de baixa densidade, quer populacional quer empresarial, com financiamentos previstos pelo QREN, através do *Programa de Desenvolvimento Rural* (PRODER) e também pelo Programa Operacional das Pescas (PROMAR) (Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012c, p.20). Estas políticas, designadas por *Estratégias de Eficiência Coletiva* (EEC) visam inovar, qualificar e modernizar as empresas que se agreguem em rede, o que pressupõe cooperação entre vários atores intervenientes no território. Para tal são criados *Programas de Ação*, existindo quatro tipos na Região Centro, um dos quais é considerado de extrema relevância para estes territórios de baixa densidade: são os *Programas de Valorização Económica e Recursos Endógenos* (PROVERE), que têm por principal desígnio a criação de “valor económico e atratividade aos recursos endógenos e únicos de cada um dos territórios, quer sejam recursos naturais como património cultural ou saberes tradicionais” (Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012b, p.18). São exemplos destes programas, entre outros, a “Rede de Aldeias de Xisto”, “Villa Sicó – Valorização Económica dos Espaços de romanização” e “Aldeias Históricas – Valorização do Património Judaico”.

Este tipo de projetos iniciou-se no anterior quadro comunitário de apoio (QCA III), através da *Ação Integrada de Base Territorial da Região Centro* (AIBT), com a implementação do programa das Aldeias de Xisto, que foi também apoiado pelo POCentro, dando-se agora continuidade a estes projetos.

De acordo com Paulo Fernandes, da Agência para o desenvolvimento das Aldeias de Xisto (ADXTUR),

“Analisar o QREN enquanto instrumento financeiro adequado para dar resposta à estratégia de desenvolvimento do Pinhal Interior Norte, fundamentalmente através do PROVERE, implica observar o seu potencial enquanto instrumento integrado de abordagem aos principais desafios que se colocam a este território. Em nosso entender esses desafios são os seguintes: estimular a iniciativa empresarial e o emprego; atrair agentes e projetos inovadores; procurar novas funções económicas para o território e os seus recursos endógenos, direcionadas para novas procuras nos domínios do turismo e do lazer; procurar novas relações cidade-campo; garantir coordenação global das intervenções.

Neste sentido, os objetivos da EEC PROVERE Rede das Aldeias do Xisto, estruturam-se a partir dos seguintes vetores de ação: qualificar as Aldeias do Xisto e o território como um todo; animar o território e os agentes, com estruturas e calendário de animação de qualidade; afirmar a marca Aldeias do Xisto desenvolvendo o marketing e a comunicação; melhorar os níveis de acessibilidade física e virtual da população a serviços e informação de toda a ordem; valorizar a cooperação como forma de criar novos serviços e novas atrações, equacionando formatos e soluções específicas para o Pinhal Interior; consolidar a governação da parceria local (pública/privada).

Neste quadro, o papel do QREN tem sido determinante pela centralidade no financiamento da EEC PROVERE que, além de prever e enquadrar projetos públicos e privados estruturantes para o desenvolvimento do território do Pinhal Interior Norte, introduz uma dimensão cooperativa e de parceira entre agentes públicos e privados capaz de mobilizar recursos e ambições em torno de uma estratégia de qualificação territorial e de capacitação de agentes, que visa a afirmação deste território enquanto destino de qualidade para visitar, trabalhar e viver.”

(Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012b, p.19)

O objetivo 2. “Apostar na educação e qualificação das pessoas” é concretizado pela formação dos recursos humanos, mas também pela existência de infraestruturas de educação adequadas. A primeira parte deste objetivo foi apoiado exclusivamente pelo *PO Potencial Humano* (PO PH), com financiamento do FSE e atingiu, até 2010, cerca 9 242 mil



## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

horas de formação, em média, 6,4% do aprovado para a Região Centro (Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012b, p. 42).

No que diz respeito à criação de infraestruturas adequadas para a educação, contribuiu o EP.III do Mais Centro, com uma comparticipação FEDER de 21,7 milhões de euros aplicados em 24 projetos, que abrangeram todos os municípios desta NUTS III.

Glória Pedrosa Santos, Secretária Técnica do Núcleo Regional do Centro do PO PH, refere.

O QREN, através do PO PH, tem sido determinante na gestão da oferta formativa do Pinhal Interior Norte.

As ações formativas financiadas (mais de 70% das tipologias de intervenção do PO PH) têm a sua execução replicada no Pinhal Interior Norte, com intensidade diferenciada e com ênfase nas que visam: a dupla certificação de jovens e dos adultos desempregados (neste último caso, ações de curta e longa duração); a população empregada quer através da formação modular certificada ou de acesso exclusivo a entidades empregadoras (prioritariamente PME), em processos de reestruturação, inovação organizacional e reconversão produtiva. Os operadores são os agentes de desenvolvimento local estratégicos: escolas; IEFP; empresas; entidades formadoras certificadas; associações empresariais e de desenvolvimento local; autarquias; IPSS.

(Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012b, p. 24)

Para o objetivo 3. “Qualificar o território”, estão particularmente alinhados as operações do EP.II e do EP.III do Mais Centro, as quais contribuíram com cerca de 43 milhões de euros, adicionada à comparticipação do PO VT, com o montante aproximado de 14,8 milhões de fundos.

Relativamente à mobilidade e acessibilidades do território, tendo estas sido algumas das fragilidades identificada para a sub-região pelo seu PTD (Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte, 2008, p. 23), considera-se que a comparticipação de 8 milhões de euros do Mais Centro pode ajudar a reduzi-las mas fica muito aquém do esperado (Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012b, p. 33).

iii) **A BIS** identificou no seu PTD cinco objetivos estratégicos a serem concretizados pelo apoio do QREN:

1. “Competitividade, Inovação e Conhecimento”;
2. “Vertebração do sistema Urbano”;
3. “Consolidação, Qualificação e Coesão Territorial”;
4. “Sustentabilidade e Valorização Ambiental”;
5. “Governança e Capacitação Institucional”, (Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012c, p. 8).

Para a concretização do primeiro objetivo foram identificados, pelo PTD, dez projetos considerados cruciais para o desenvolvimento estratégico da sub-região:

A *Área Empresarial* e o *Centro Tecnológico Agroalimentar* de Castelo Branco, o *Centro Logístico Agroalimentar do Ladoeiro* em Idanha-a-Nova, o *Geoparque Naturtejo*, a reabilitação urbana de Castelo Branco, “Redes urbanas para a competitividade e inovação (Castelo Branco, Guarda, Fundão e Covilhã), o IC 31, a requalificação da margem do Rio Tejo, o Centro de Interpretação do Lince Ibérico e a “Consolidação do Cluster energético” (Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012c, p. 12).

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Com vista à dinamização, modernização e fortalecimento do tecido empresarial existente, bem como do setor agrícola e turístico, foram beneficiários do Mais Centro, entre outros:

- ✓ O projeto ISQ Centro, do Instituto da Soldadura e Qualidade, que visa a realização de ensaios para avaliar a performance dos elementos, produzidos através de novas tecnologias de fabricação, aplicáveis na área automóvel, aeronáutica e espacial;
- ✓ O projeto do centro de apoio tecnológico agroalimentar de Castelo Branco (CATAA), integrando a “Estratégia de o Cluster agroindustrial do Centro, propõe a implementação de novas tecnologias para a diversificação e competitividade dos produtos agroalimentares;
- ✓ O centro de investigação em zoonoses, do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Estes três projetos foram apoiados pela Linha de Ação “Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas”, com um investimento de 5,7 milhões de euros, estando ainda aprovados, até ao final de 2011, através de três sistemas de incentivos (SI) destinados ao apoio empresarial: “Qualificação e Internacionalização de Pequenas e Médias Empresas”, “Inovação” e “Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT)”, 14 projetos de apoio à inovação para pequenas e micro empresas, com um investimento de 14,6 milhões de euros e 20 projetos de apoio à qualificação de PME, com um investimento de 3 milhões de euros (Quadro IV.6 do Anexo IV).

Na promoção ao dinamismo económico e empresarial foram ainda apoiados investimentos em áreas de acolhimento empresarial como o Centro Logístico Agroalimentar do Ladoeiro, em Idanha-a-Nova e a Área de Localização Empresarial, em Castelo Branco, considerados projetos “âncora” pelo PTD.

Da análise ao Quadro 4.7, constata-se que foram investidos nesta sub-região, até ao final de 2011<sup>74</sup>, pelo Mais Centro, cerca de 54,4 milhões de euros, dos quais 28,3 milhões (52%) reportam-se a investimento na área da “Competitividade, Inovação e Conhecimento”, correspondente ao EP.I, a qual foi apoiada com 16 milhões de euros de FEDER.

Esta área foi ainda subsidiada pelo *PO Fatores de Competitividade* (PO FC), com 22,4 milhões de euros, no apoio de projetos em empresas médias, dos quais se destaca o apoio à AMS – Goma Camps, SA, cujo Diretor Geral, José Miranda refere:

“Aproveitando uma oportunidade de mercado, a AMS-GC implementou um projeto industrial em Vila Velha de Ródão, destinado à produção de papel Tissue, com um investimento total de cerca de 50 milhões de euros. Ao projeto foi atribuído o estatuto de Projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN) pelo Estado Português. Dado o interesse estratégico do projeto, o contributo para a inovação tecnológica, o impacto no desenvolvimento da região onde o mesmo foi implementado, o contributo para o aumento das exportações e criação de postos de trabalho, o projeto foi apoiado pelo QREN – Programa Operacional Fatores de Competitividade, sem o qual dificilmente seria implementado. Dois anos após o arranque, a empresa já fatura mais de 44 milhões de euros e criou até à presente data cerca de 120 postos de trabalho.”

(Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012c, p. 18)

Assim, para a concretização do primeiro e quinto objetivos estratégicos do PTD da BIS, o QREN contribuiu com 16 milhões de euros pelo Mais Centro e 22,4 milhões de euros pelo *PO FC*, até 31.12.2011.

---

<sup>74</sup> Os valores relatados no Quadro 4.7 para a NUTS III Beira Interior Sul são os efetivamente aprovados até 31.12.2011, não coincidindo com os constantes da publicação “*A Importância do QREN nas Estratégias Territoriais de Desenvolvimento. Uma perspetiva para a Beira Interior Sul*”, do Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, uma vez que esta publicação reporta dados até 30.06.2012.

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Contribuiu ainda, de forma relevante, com a qualificação e formação dos recursos humanos. Este objetivo foi apoiado exclusivamente pelo *PO Potencial Humano (PO PH)*, com financiamento do FSE e atingiu, até 2010, apenas 3,6% do total aprovado na Região Centro (menor taxa das três NUTS em estudo).

Relativamente ao objetivo 4. “Sustentabilidade e Valorização Ambiental”, ele integra-se no EP.III e foi apoiado com cerca de 3 milhões de euros pelo Mais Centro, mas sobretudo, pelo *PO Valorização Territorial (PO VT)*, nomeadamente através das operações “Rede Estruturante de Abastecimento de água e saneamento” com 12,2 milhões de euros e “Prevenção e Gestão de Riscos” com 5,3 milhões de euros em fundos aprovados. Sendo esta sub-região, detentora de uma vasta área protegida (cerca de 11,5% do seu território), onde se integra o geoparque Naturtejo, é deveras importante assegurar a valorização dos recursos naturais e do ambiente, o turismo cultural e a promoção das aldeias de xisto. Estes objetivos foram evidenciados na estratégia apontada para a NUTS III pelo seu PTD for forma a assegurar a sustentabilidade do território (Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012c, pp. 31-34).

No que se refere aos segundo e terceiro objetivos, eles estão especialmente alinhados com o EP.III, “Coesão Local e Urbana”, do Mais Centro e pretendem dotar as cidades com mais funções estruturantes do território, através de uma rede polinucleada de centros robustos e de redes de transportes favorecidas por bons acessos. Estes objetivos estratégicos foram apoiados, até 31.12.2011, com 15,3 milhões de euros do Mais Centro, mas também com o *PO VT*, nomeadamente pelas operações “Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano”, com 7,7 milhões de euros e “Infraestruturas e Equipamentos Desportivos” com 0,2 milhões de euros.

No entanto, os projetos aprovados favoreceram particularmente a cidade de Castelo Branco, como refere o presidente da Câmara Municipal, Joaquim Morão:

“Indiscutivelmente, o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) tem sido um importante instrumento financeiro, tanto ao nível da regeneração urbana, como da melhoria de acessibilidades e, no caso concreto de Castelo Branco, tem permitido rematar um conjunto de intervenções anteriores a 2007, como a recuperação dos bairros da cidade, que só agora podem ser fruídas em pleno.

O QREN tem sido uma alavanca financeira fundamental à revitalização do espaço urbano, na recuperação do centro histórico da cidade, que estava abandonado e no qual começa a despontar um movimento de retorno populacional.

De igual forma, ao nível da melhoria de acessibilidades, o QREN tem garantido a execução de projetos que, sem este recurso, seriam de mais difícil concretização, como é o caso do Centro Coordenador de Transportes.”

(Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012c, pp. 28)

Para o desenvolvimento de toda esta sub-região, contribuíram de forma especial os PROVERE, destinados a territórios de baixas densidades (população, empresas e instituições), de forma a induzir valorização económica a partir dos produtos endógenos e recursos locais, naturais e patrimoniais, com vista a criar atratividade e a fixar população. Esta sub-região, pela sua riqueza territorial participou em três PROVERE “Beira Baixa – Terra de Excelência”, “Buy Nature – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas” e “Aldeias Históricas – Valorização do Património Judaico”, estando ainda envolvida em mais dois: “Rede das Aldeias do Xisto” e “Valorização das Estâncias Termiais da Região Centro” (Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012c, pp. 20)

Segundo Armindo Jacinto, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e Presidente do Conselho de Administração da Naturtejo, EIM:

## EFETOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

“Os PROVERE, programas incluídos no QREN, definem uma estratégia de desenvolvimento sustentado de territórios de baixa densidade que teve a particularidade de ser discutida, pensada, planeada, durante bastante tempo e que permitiu antes de mais organizar promotores e atores no terreno, com avanços e recuos e que no final teve a virtualidade e a consistência de ser, o que na sua origem se pretendeu: uma boa estratégia de eficiência coletiva. Estes programas tiveram assim a virtualidade de abranger territórios de baixa densidade, caracterizados pela acentuada desertificação de solos, causada sobretudo pela saída de atividade humana no mundo rural, decréscimo das atividades económicas predominantemente agrícolas e com a saída de serviços, nomeadamente públicos. Nos últimos 25 anos de integração europeia, acentuaram-se as assimetrias entre litoral e interior, com consequentes migrações populacionais e envelhecimento populacional acentuado nos territórios de baixa densidade (...). Os PROVERE, pela sua génese e resultado final estratégico encontrado, permitem ser um instrumento, que contraria toda uma política anterior de pouco planeamento e execução ineficaz. Urge assim, permitir que estas estratégias de eficiência coletiva cumpram o planeado. Para tal é fundamental, acompanhar em permanência os atores no terreno, de modo a obter a desejada execução eficaz. ...”

(Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012c, pp. 21)

Em resumo, o apoio do QREN em termos de FEDER, no período 2007-2011, para as NUTS III Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul, é o constante do Quadro 4.8.

Para além dos PO nele referidos, contribuiu ainda o PO Potencial Humano (PO PH), apoiado pelo FSE, do qual não foi possível conhecer os montantes de financiamento correspondentes às horas de formação atrás referidas.

**Quadro 4.8** – Financiamentos do FEDER no período 2007-2011

QREN 2007-2011	FEDER Aprovado (Milhares de Euros)		
	BAIXO VOUGA	PINHAL INTERIOR NORTE	BEIRA INTERIOR SUL
PO Fatores Competitividade (PO FC)	257.310	25.473	22.380
PO Valorização do Território (PO VT)	231.893	14.764	25.477
POCentro 2007-2011 (Mais Centro)	240.803	86.913	34.780
<b>TOTAL FEDER</b>	<b>730.006</b>	<b>127.150</b>	<b>82.637</b>
<b>CAPITAÇÃO (FEDER/Hab.*)</b>	1,892	0,918	1,058

\* Nº habitantes referente a 2001

## CAPÍTULO 5 – AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS REGIONAIS E OS SEUS EFEITOS NAS POPULAÇÕES

Pretende-se avaliar se as políticas implementadas, no período em estudo, trouxeram benefícios que se evidenciam na vida das populações, criando oportunidades e elevando o nível de conhecimento, enfim, proporcionando bem-estar aos cidadãos.

Para tal foi identificada a questão principal, a questão de investigação:

***“As políticas regionais implementadas, no período 2001-2011, têm tido os efeitos esperados no desenvolvimento das populações locais?”***

Para tentar responder a esta questão, foram estudadas três NUTS III, Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul, sub-regiões da Região Centro de características muito distintas e dinâmicas bastante diferenciadas.

**Face a esta diferença, foi anteriormente colocada outra questão: “As políticas públicas de desenvolvimento terão sido definidas tendo em conta essas diferenças, com a adaptação dos respetivos investimentos às necessidades mais prementes das sub-regiões, resultando num bom desempenho das mesmas?”**

De acordo com a análise efetuada aos investimentos realizados nas três NUTS III, no período 2001-2011, parece poder concluir-se que os investimentos públicos foram ao encontro das necessidades próprias de cada região, sendo bastante distintos nas três sub-regiões em estudo.

No período 2001-2006, verificou-se que o maior investimento em acessibilidades se realizou na sub-região onde as características geomorfológicas são mais difíceis e se registam grandes dificuldades na fixação das populações, o PIN. O maior investimento no ambiente realizou-se na sub-região que apresentou o menor índice de qualidade ambiental; o BV. O investimento em equipamentos nas diversas áreas (saúde, educação, cultura, desporto) foi maior na sub-região BV que apresenta o maior número de população residente, salientando-se o investimento em lares para a 3ª idade apenas na BIS (Quadro IV.3 do Anexo IV), onde é maior o índice de envelhecimento. Relativamente ao investimento em formação, com vista à qualificação dos recursos humanos, teve maior incidência na sub-região PIN que apresenta as mais baixas proporções nos indicadores de “população com 15 ou mais anos com pelo menos o 3.º ciclo do ensino básico completo” e “proporção de população, entre os 30 e 34 anos, com o ensino superior completo” e também o menor valor da despesa do PIB em I&D. O investimento na dinamização de aldeias históricas e de xisto foi relevante no PIN e também na BIS, territórios de características endógenas muito específicas que são cruciais para a atratividade turística.

No período 2007-2011, para além de ter havido contratualização pelas CIM das ações identificadas como prioritárias nos PTD, as declarações apresentadas no capítulo 4, prestadas por vários agentes locais, alguns dos quais com competências importantes de gestão e dinamização do território, garantem que os investimentos proporcionados pelos fundos comunitários são de importância relevante para a competitividade e desenvolvimento dos mesmos, favorecendo o emprego e a fixação de pessoas. Assim, parece poder responder-se afirmativamente a outra questão que foi também colocada **“Os investimentos realizados vão ao encontro das necessidades diagnosticadas pelos atores locais?”**

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Quadro 5.1 – Investimentos proporcionados pelos PO Regionais, no período 2001-2011, nas NUTS III Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul

OBJETIVO / ÁREA DE INTERVENÇÃO	AÇÕES COM TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO SEMELHANTE	NUTS III					
		BAIXO VOUGA (BV)		PINHAL INTERIOR NORTE (PIN)		BEIRA INTERIOR SUL (BIS)	
		D. PÚBLICA Milhares Euros	CAPITAÇÃO Euros/Hab.	D. PÚBLICA Milhares Euros	CAPITAÇÃO Euros/Hab.	D. PÚBLICA Milhares Euros	CAPITAÇÃO Euros/Hab.
<b>Bens e Serviços básicos e universais: Infraestruturas, Equipamentos e Qualificação Urbana</b>	Medidas do POCentro: I.1; I.2; I.3; I.4; I.9; II.1; III.1; III.8; III.9; III.10; III.12; III.13	294.562	764	170.011	1.189	118.781	1.519
	Linhas de Ação do Mais Centro: I.7; I.10; I.12; I.13; II.8; II.9; II.11; III.1; III.3; III.4; III.5	237.430	616	77.253	558	28.261	361
	<b>TOTAL NO PERÍODO 2001-2011</b>	<b>531.992</b>	<b>1.380</b>	<b>247.264</b>	<b>1.747</b>	<b>147.042</b>	<b>1.880</b>
<b>Valorização Territorial</b>	Medidas do POCentro: I.7; II.3; II.5; II.6; II.7	25.271	66	40.149	290	17.738	227
	Linhas de Ação do Mais Centro: II.1; II.2; II.3; II.4; II.5; II.6; II.10	23.512	62	15.573	113	4.364	56
	<b>TOTAL NO PERÍODO 2001-2011</b>	<b>48.783</b>	<b>128</b>	<b>55.722</b>	<b>403</b>	<b>22.102</b>	<b>283</b>
<b>Promoção do Conhecimento e Qualificação dos Recursos Humanos</b>	Medidas do POCentro: I.6; II.8; III.2; III.5; III.6; III.7	14.088	36	30.502	221	4.292	54
	Linhas de Ação do Mais Centro: I.5; I.11	2.222	6	335	2	531	7
	<b>TOTAL NO PERÍODO 2001-2011</b>	<b>16.310</b>	<b>42</b>	<b>30.837</b>	<b>223</b>	<b>4.823</b>	<b>61</b>
<b>Apoio à Inovação Tecnológica e Dinamização da Economia</b>	Medidas do POCentro: I.5; III.3*; III.4; III.11; III.14; III.15; III.16	34.080	88	22.939	165	45.865	587
	Linhas de Ação do Mais Centro: I.1; I.2; I.3; I.4; I.9	143.328	371	33.400	242	20.802	265
	<b>TOTAL NO PERÍODO 2001-2011</b>	<b>177.408</b>	<b>459</b>	<b>56.339</b>	<b>407</b>	<b>66.667</b>	<b>852</b>
<b>Outros</b>	Medidas do POCentro: I.8 e outras de Assistência Técnica	17.040	44	4.882	35	5.809	74
	Linhas de Ação do Mais Centro: IV.1- Assistência Técnica	572	1	657	4	484	6
	<b>TOTAL NO PERÍODO 2001-2011</b>	<b>17.612</b>	<b>45</b>	<b>5.539</b>	<b>39</b>	<b>6.293</b>	<b>80</b>
INVESTIMENTOS PROPORCIONADOS PELO POCentro 2000-2006		385.041	998	268.482	1.900	192.484	2.461
INVESTIMENTOS PROPORCIONADOS PELO POCentro 2007-2011 (Mais Centro)		407.064	1.055	127.218	918	54.442	697
<b>TOTAL DE INVESTIMENTOS E RESPETIVA CAPITAÇÃO, POR NUTS III, NO PERÍODO 2001-2011</b>		<b>792.105</b>	<b>2.053</b>	<b>395.700</b>	<b>2.818</b>	<b>246.926</b>	<b>3.158</b>

\* Apenas foi contabilizado o nº de formandos



## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Sendo a condição de acesso aos bens e serviços básicos um dos mais fiáveis indicadores do desenvolvimento, por estar diretamente ligada à fixação das populações em resultado do bem-estar associado, importa aferir como evoluíram alguns destes indicadores de desenvolvimento no período 2001-2011. As condições de acesso aos bens e serviços dependem de inúmeros fatores: por um lado é necessário que esses bens existam e estejam próximos das populações; por outro lado é fundamental existir capacidade económica para poder usufruir dos mesmos.

No Quadro 5.2 são apresentados, para as três NUTS III em estudo, alguns indicadores que caracterizam as sub-regiões no período intercensitário 2001-2011.

Analisados os investimentos efetuados no período em questão, identificam-se quatro áreas de atuação consideradas cruciais para o desenvolvimento do território:

- 1) O investimento em infraestruturas de saneamento básico e de acessibilidades, equipamentos de utilização coletiva nas várias áreas sociais e a reabilitação urbana, identificadas como “Bens e Serviços básicos e universais”;
- 2) O investimento na valorização do território, determinante nos territórios de baixa densidade e de características específicas;
- 3) O investimento na qualificação dos cidadãos
- 4) O investimento na promoção da inovação com vista à competitividade das empresas e à dinamização da economia.

No Quadro 5.1 foram agrupados os investimentos, realizados no âmbito dos dois PO Regionais do período 2001-2011, por área de intervenção considerada de tipologia semelhante.

1) Assim, integram o objetivo “**Bens e Serviços básicos e universais: Infraestruturas, Equipamentos e Qualificação Urbana**”, as seguintes medidas do POCentro:

- Medida I.1. – Equipamentos e infraestruturas locais;
- Medida I.2. – Ambiente e Recursos naturais;
- Medida I.3. – Acessibilidades;
- Medida I.4. – Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento;
- Medida I.9. – Saneamento Básico;
- Medida II.1. – Ação Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades – componente territorial;
- Medida III.1. – Educação – Infraestruturas da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários;
- Medida III.8. – Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS)
- Medida III.9. – Cultura
- Medida III.10. – Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos
- Medida III.12. – Acessibilidade e Transportes
- Medida III.13 – Ambiente

e as seguintes linhas de ação do Mais Centro:

- Linha de Ação I.7 – Infraestruturas Científicas e Tecnológicas;
- Linha de Ação I.10 – Energia;
- Linha de Ação I.12 – Modernização Administrativa;
- Linha de Ação I.13 – Promoção e Capacitação Institucional;
- Linha de Ação II.8 – Ciclo Urbano da Água;
- Linha de Ação II.9 – Saúde;



## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

- Linha de Ação II.11 – Rede de Equipamentos Culturais;
- Linha de Ação III.1 – Reabilitação urbana;
- Linha de Ação III.3 – Mobilidade Territorial;
- Linha de Ação III.4 – Requalificação da Rede Escolar;
- Linha de Ação III.5 – Equipamentos para a Coesão Local.

2) Para o objetivo “**Valorização Territorial**” contribuem as seguintes medidas do POCentro:

- Medida I.7. – Ações Específicas de Valorização Territorial;
- Medida II.3. – Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias;
- Medida II.5. – Ação Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela;
- Medida II.6. – Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, componente FEDER;
- Medida II.7. – Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, componente FEOGA;

e as seguintes linhas de ação do Mais Centro:

- Linha de Ação II.1 – Ações de Valorização do Litoral;
- Linha de Ação II.2 – Ações de Valorização e Qualificação Ambiental;
- Linha de Ação II.3 – Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados;
- Linha de Ação II.4 – Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – materiais;
- Linha de Ação II.5 – Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – imateriais;
- Linha de Ação II.6 – Otimização da Gestão de Resíduos;
- Linha de Ação II.10 – Património Cultural.

3) A “**Promoção do Conhecimento e Qualificação dos Recursos Humanos**” é favorecida pelas seguintes medidas do POCentro:

- Medida I.6. – Desenvolvimento dos recursos humanos;
- Medida II.8. – Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social;
- Medida III.2. – Educação – Ensino Profissional;
- Medida III.5. – Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Medida III.6. – Sociedade de Informação – Portugal Digital;
- Medida III.7. – Sociedade de Informação – Portugal Digital: criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital,

e as seguintes linhas de ação do Mais Centro:

- Linha de Ação I.5 – Promoção da Cultura Científica e Tecnológica;
- Linha de Ação I.11 – Economia Digital e Sociedade do Conhecimento.

4) Para o “**Apoio à Inovação Tecnológica e Dinamização da Economia**” contribuem as seguintes medidas do POCentro:

- Medida I.5. – Apoio às atividades económicas, ações de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas;
- Medida III.3. – Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao Nível Local;
- Medida III.4. – Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local;
- Medida III.11 – Economia;

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

- Medida III.14 – Agricultura e Desenvolvimento Rural;
  - Medida III.15 – Pescas – indireta de Portos;
  - Medida III.16 – Pescas – Equipamentos e Transformação;
- e as seguintes linhas de ação do Mais Centro:
- Linha de Ação I.1 – Inovação;
  - Linha de Ação I.2 – Qualificação de PME;
  - Linha de Ação I.3 – I&DT;
  - Linha de Ação I.4 – Ações Coletivas;
  - Linha de Ação I.9 – Áreas de Acolhimento Empresarial

Da análise ao Quadro 5.1 é evidente a forte aposta de investimentos nos **bens e serviços considerados básicos e universais**, conduzindo a uma capitação de valor elevado (superior a 1300 Euros/hab), a maior em todas as áreas de intervenção, em qualquer uma das NUTS em estudo. O investimento nesta área diminui do litoral para o interior, acompanhando a diminuição da população residente. Apesar de, no período intercensitário, haver aumento de população residente apenas na sub-região do Baixo Vouga, constata-se, nas três sub-regiões, um aumento da proporção de população residente de nacionalidade estrangeira, mais significativo (1,4 pontos percentuais) no Pinhal Interior Norte (Quadro 5.2). No entanto, em termos de capitação, os investimentos em bens e serviços básicos realizados na Beira Interior Sul e no Pinhal Interior Norte são, respetivamente, de 136% e de 127% da capitação no Baixo Vouga.

A sub-região do Pinhal Interior Norte foi a que obteve maior investimento na **valorização territorial**, com uma capitação de 403 Euros/hab, correspondendo a 142% da capitação na Beira Interior Sul e 315% da capitação no Baixo Vouga. Também na área da **promoção do conhecimento e da qualificação dos recursos humanos**, a preponderância de investimentos naquela sub-região é ainda mais evidente, com uma despesa pública de 190% relativamente à do Baixo Vouga e 640% à da Beira Interior Sul. O mesmo acontece em termos de capitação, onde o montante de 223 Euros/hab corresponde a 531% da capitação no Baixo Vouga e a 366% da capitação na Beira Interior Sul. Esta sub-região (PIN), detentora de uma população com baixas qualificações e da mais baixa “proporção da população com 15 ou mais anos com pelo menos o 3.º ciclo do ensino básico completo”, foi a que apresentou o maior crescimento neste indicador (14,2 pontos percentuais). Foi ainda a única das três, que apresentou uma evolução positiva (4,8 pontos percentuais) no índice global de desenvolvimento regional, entre 2004 e 2009, também em oposição ao ocorrido ao nível da Região Centro. Continua, no entanto, a apresentar em 2011, um dos mais fracos desempenhos a nível económico de toda a região, quer em termos de PIB por habitante, quer em termos de poder de compra *per capita*.

No que se refere ao investimento na **inovação tecnológica e dinamização da economia**, é manifesto o domínio do Baixo Vouga em relação às outras sub-regiões, sobretudo no âmbito do Mais Centro. No período em análise, a despesa pública global nesta NUTS III, foi de 177,4 milhões de euros, correspondendo a 315% do investimento no Pinhal Interior Norte e a 266% na Beira Interior Sul. Esta diferença está também evidenciada nos indicadores do Quadro 5.2 referentes à localização e taxa de natalidade de empresas, ao comércio internacional e à proporção do VAB do setor secundário, os quais são também superiores aos da média da região.

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Apresentados os investimentos feitos nas sub-regiões em estudo, no período 2001-2011, pelos PO Regionais geridos pela CCDRC, importa agora fazer a ponderação do comportamento dos indicadores de desenvolvimento neste período intercensitário.

É, no entanto, importante salientar que os indicadores de desenvolvimento apresentados resultam de um contexto global de aplicação de políticas (nacional, europeu e internacional) cuja abrangência ultrapassa muito o âmbito das políticas regionais associadas aos investimentos analisados.

Ao nível das políticas nacionais, os indicadores regionais resultam ainda da aplicação de todas as políticas regionais e setoriais. No entanto, como refere Simões Lopes (1997, p.14), é descabido falar de “política global”, “política setorial” e “política regional”, uma vez que esta última é integradora das restantes quando faz a adaptação às realidades específicas de cada local e exige resoluções também específicas, características que são indispensáveis ao favorecimento do desenvolvimento.

Assim, não se podendo estabelecer uma relação direta de causa-efeito entre estes investimentos e a evolução das sub-regiões, pretendeu-se, contudo, verificar se os investimentos produziram resultados no sentido esperado, ou seja, se as populações beneficiaram com estes investimentos, proporcionando-lhes bem-estar.

Também da análise efetuada aos indicadores de desenvolvimento, no período 2001-2011, constantes nos Quadros II.1, II.2, II.3, II.4 e II.5 do Anexo II, pode concluir-se, de uma forma geral para as três NUTS III:

- Relativamente aos cidadãos:

- ✓ Melhorou o nível de instrução, com aumento das proporções da população com 15 ou mais anos com pelo menos o 3.º ciclo do ensino básico completo e com ensino superior completo, apesar de permanecerem baixas;
- ✓ Aumentou o Produto Interno Bruto (PIB), por habitante, a preços correntes e aumentou o poder de compra *per capita*;
- ✓ Aumentou o rendimento bruto em sede de IRS (período 2008-2010);
- ✓ Aumentou a proporção de população a residir em lugares com 2000 ou mais habitantes (com exceção dos municípios de Ovar e Albergaria-a-Velha), normalmente associada à presença de equipamentos coletivos que oferecem serviços e atividades que proporcionam bem-estar;
- ✓ Aumentou a percentagem de alojamentos, bem como a população servida por sistemas de redes públicas de abastecimento de água e de saneamento e por ETARs.

- Relativamente às empresas:

- ✓ Aumentou a capacidade produtiva instalada, com o aumento do número de empresas entre 2004 e 2010, no entanto constata-se um decréscimo na sua natalidade de 2008 para 2010;
- ✓ O setor terciário é o único ramo de atividade onde a proporção de VAB tem crescido;
- ✓ Diminuiu a proporção de despesa em I&D neste setor, entre 2007 e 2010, com exceção da Beira Interior Sul

- Relativamente às várias sub-regiões

- ✓ Aumentou, em geral, o índice de coesão;
- ✓ Ao nível do comércio internacional aumentou o peso, no PIB, quer das exportações quer das importações
- ✓ Aumentou a percentagem de despesa em I&D no PIB, exceto no Pinhal Interior Norte onde a percentagem se manteve.

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Quadro 5.3 – Indicadores de desenvolvimento turístico, no período 2001-2011, nas NUTS III Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul

Turismo													
Estabelecimentos hoteleiros													
	Estabelecimentos hoteleiros		Proporção de hotéis nos estabelecimentos hoteleiros		Capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros por 1000 habitantes		Taxa de ocupação-cama (líquida)		Proporção de hóspedes estrangeiros			Dormidas	
	2011	2002	2011	2009	2011	2004	2011	2009	2011	2009	2002	2009	2002
	N.º	N.º	%	%	N.º	N.º	%	%	%	%		N.º	N.º
<b>Portugal</b>	2.019	1.890	43	34	27	24	40	38	53	50	54	36.457.069	34.208.968
<b>Continente</b>	1.752	1.641	44	34	25	22	39	37	51	48	52	29.955.339	27.962.327
<b>Centro (100)</b>	414	370	53	40	18	15	29	28	34	30	34	3.747.517	2.875.953
<b>Baixo Vouga</b>	65	58	51	37	13	12	26	27	33	29	34	491.229	356.716
Águeda	5	5	20	17	6	6	13	15	26	18		20.688	
Albergaria-a-Velha	3	2	33	0	5	4	20	27	1	6	2	12.681	4.392
Anadia	9	12	56	40	36	40	18	21	24	19	24	72.925	56.580
Aveiro	17	13	71	56	19	15	35	38	45	40	42	200.873	127.365
Estarreja	2	1	50	50	6	1	...	...	...	...			
Ilhavo	5	6	60	33	8	9	30	25	34	36		33.937	
Mealhada	11	9	36	27	46	43	22	20	30	31	34	60.091	75.853
Murtosa	3	3	0	0	15	16	22	28	40	31		15.740	
Oliveira do Bairro	2	3	50	50	4	5	...	...	...	...	27		7.590
Ovar	5	2	80	67	8	4	31	39	14	6		37.858	
Sever do Vouga	1	1	0	0	4	3	...	...	...	...			
Vagos	2	1	50	50	4	4	...	...	...	...			
<b>Pinhal Interior Norte</b>	10	10	50	36	5	4	24	26	15	17	23	61.733	44.174
Alvaiázere	0	0	//	//	0	0	0	//	0	//	0	0	0
Ansião	1	1	0	0	1	0	...	...	...	...			
Arganil	1	3	100	50	6	11	...	...	...	...			
Castanheira de Pêra	1	0	100	0	14	0	...	...	...	...	0		0
Figueiró dos Vinhos	0	0	//	//	0	0	0	//	0	//	0	0	0
Góis	0	0	//	//	0	0	0	//	0	//	0	0	0
Lousã	2	1	50	50	7	2	...	...	...	...			
Miranda do Corvo	1	1	0	0	4	4	...	...	...	...			
Oliveira do Hospital	2	1	50	50	7	7	...	...	...	...			
Pampilhosa da Serra	0	0	//	//	0	0	0	//	0	//	0	0	0
Pedrógão Grande	1	1	0	0	6	5	28	26	0	0		2.224	
Penela	0	0	//	//	0	0	0	//	0	//	0	0	0
Tábua	1	2	100	100	14	15	...	...	...	...			
Vila Nova de Poiares	0	0	//	//	0	0	0	//	0	//	0	0	0
<b>Beira Interior Sul</b>	12	14	67	46	17	17	28	28	19	16	16	125.212	132.536
Castelo Branco	5	6	40	33	11	13	30	30	18	15	15	76.355	71.673
Idanha-a-Nova	7	8	86	57	65	48	25	25	21	18	17	48.857	60.675
Penamacor	0	0	//	//	0	3	0	//	0	//		0	
Vila Velha de Ródão	0	0	//	//	0	0	0	//	0	//	0	0	0

Fonte: INE

Da análise do quadro anterior, verifica-se que aumentou a proporção de hotéis nos estabelecimentos hoteleiros, nas três NUTS III em estudo, no período 2009-2011. No entanto, no período 2002-2011 e em termos globais, os estabelecimentos hoteleiros apenas aumentaram (cerca de 12%) no Baixo Vouga, tendo mesmo havido uma diminuição na Beira Interior Sul, contrariamente ao verificado em termos de proporção de estadas de hóspedes estrangeiros, sendo esta a única sub-região onde se registou um aumento neste período.

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

A figura seguinte mostra a atratividade manifestada pelos vários concelhos das três NUTS III estudadas, no que se refere às variáveis “variação da população” no período 2001-2011 e “índice do poder de compra *per capita*” que os mesmos apresentavam em 2009.

Constata-se que Aveiro é o município claramente mais atrativo, seguido, embora com uma distância acentuada, por Castelo Branco, ambos com uma capacidade atrativa superior à da Região Centro. Este posicionamento relativo vem ao encontro da avaliação feita anteriormente, atendendo sobretudo ao desempenho económico das sub-regiões quer em termos de poder de compra *per capita*, quer em termos de produto interno bruto, por habitante.

No entanto deve realçar-se o facto de estas serem duas sub-regiões completamente distintas:

- O Baixo Vouga é uma sub-região globalmente atrativa e competitiva, quer em termos das suas dinâmicas empresariais quer da qualificação dos seus habitantes, cuja proporção de população jovem supera, em quase todos os municípios, o valor médio estimado para a região e com uma taxa bruta de natalidade também superior à da região, sendo o município de Aveiro um fiel “retrato” do conjunto;
- O município de Castelo Branco manifesta-se como um polo aglutinador de uma sub-região “envelhecida” e de muito baixa densidade, que se apresentou com a maior proporção de população a residir em lugares com 2000 ou mais habitantes no período em estudo, facto que muito se deve à existência do Instituto Politécnico e à localização da zona industrial, uma das mais importantes da Região Centro.

Esta diferença de realidades está expressa na Figura 7, quando sete dos doze municípios do Baixo Vouga se concentram no quadrante de elevada atratividade e apenas dois no quadrante de reduzida atratividade, ao passo que na Beira Interior Sul se verifica o oposto: apenas o município de Castelo Branco integra o quadrante de elevada atratividade, concentrando-se os restantes três municípios no quadrante da atratividade reduzida.

No caso do Pinhal Interior Norte, a maioria dos municípios têm reduzida atratividade e apenas a Lousã ultrapassou o limiar da atratividade elevada. Esta condição é também muito determinada pela reduzida dimensão dos seus aglomerados, que não favorece a geração de sinergias dinamizadoras e aglutinadoras de crescimento e desenvolvimento.

Ao nível de toda a Região Centro existem 36 municípios que se inserem no quadrante de elevada atratividade, 16 municípios de média atratividade e 48 municípios de reduzida atratividade.

# EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

## Variação da População e Poder de Compra per capita nos municípios das NUTS III *Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul*

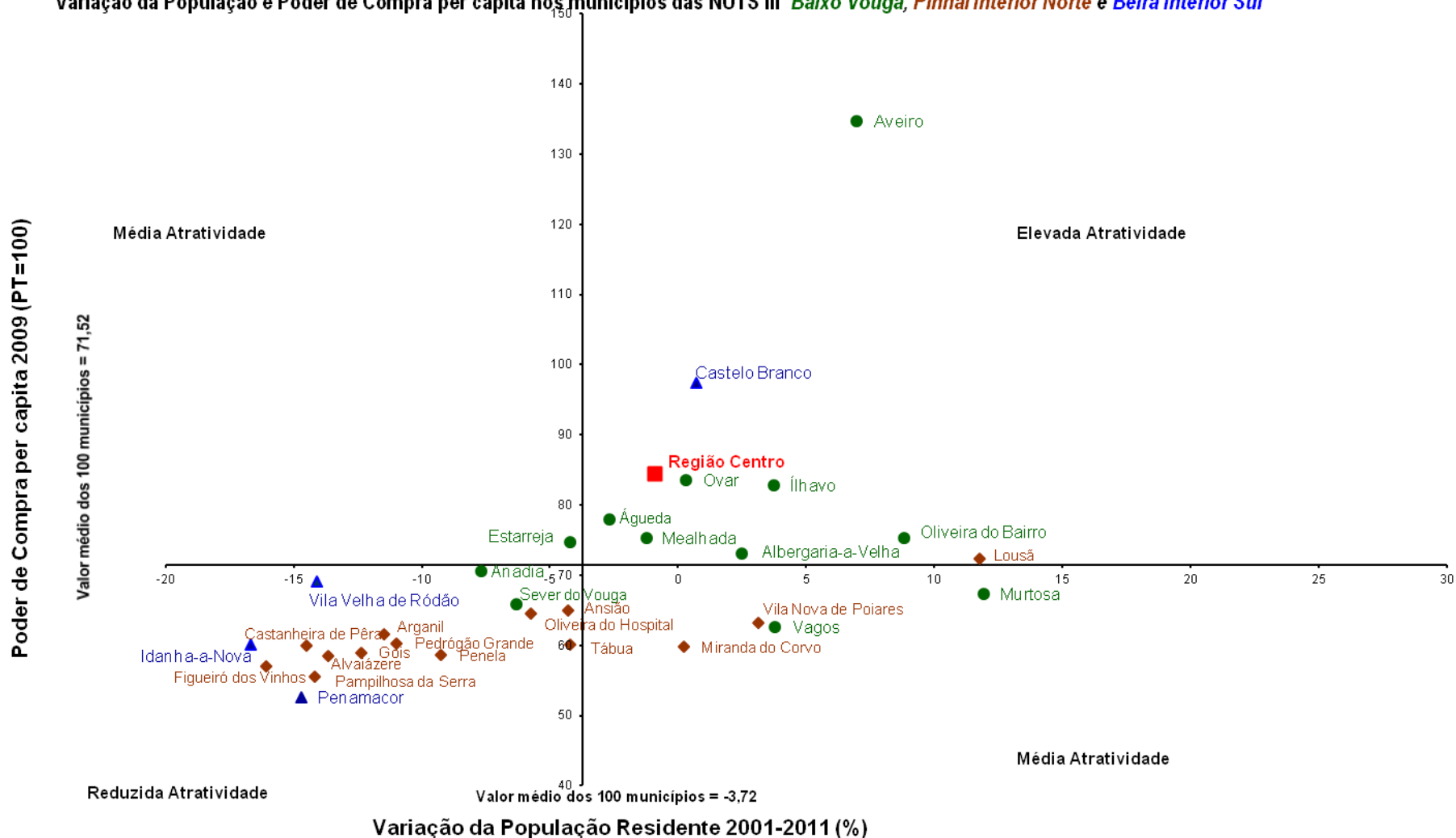


Figura 7 – Mapeamento de atratividade Posicionamento dos municípios do BV, do PIN e da BIS face às dinâmicas populacionais e índice do poder de compra

### BAIXO VOUGA

De toda a análise efetuada, nomeadamente no subcapítulo 3.3, pode concluir-se que esta sub-região apresenta uma atratividade industrial e comercial das mais fortes da Região Centro, com um desempenho económico superior ao que se verifica, em média, na Região Centro e com um rendimento bruto em sede de IRS, por habitante, também superior à média regional.

É, das três sub-regiões estudadas, a que apresenta o maior crescimento populacional, sendo também um dos maiores da Região Centro, a que tem a maior proporção de população ativa, a que detém maior qualificação e conhecimento, muito favorecidos pela presença da Universidade de Aveiro, resultando assim na sub-região com o maior índice global sintético de desenvolvimento manifestado na elevada atratividade, patente na Figura 7, relativamente à grande maioria dos seus concelhos.

Esta sub-região oferece também uma elevada atratividade turística, dispondo de “atraentes polos urbanos, paisagens únicas e recursos naturais, combinados com uma oferta de turismo balnear, turismo de natureza e termalismo, tendo a Ria de Aveiro como protagonista (...) exemplar único do país, conjuga beleza e diversidade e proporciona momentos de lazer e partilha com a Natureza. A Reserva Natural de S. Jacinto e as praias de areia dourada, que se estendem ao longo dos cerca de 50 km de costa, são ponto de passagem obrigatório”<sup>75</sup> (CCDRC, 2013a).

O *Roteiro Mais Centro* identifica um vasto conjunto de projetos apoiado pelo Programa Operacional 2007-2013, de carácter turístico e cultural, o qual pode ser consultado na página da internet da CCDRC.

Esta atratividade económica e turística é favorecida pelas boas acessibilidades terrestres (A1, A17 e a A25) e rede nacional de caminhos-de-ferro que permitem a ligação às cidades do Porto (menos de uma hora de distância) e de Lisboa (cerca de duas horas) e de um porto marítimo muito importante para a região.

Segundo a opinião de José Ribau Esteves, presidente da CIRA,

“A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro faz um balanço muito positivo da utilização dos Fundos do QREN, atribuindo essa mesma nota ao seu papel como parte desse processo, no que respeita à gestão da Contratualização e no que respeita à coordenação da gestão dos seus onze Municípios associados na utilização de verbas para financiar importantes projetos, como sejam, o Polis da Ria de Aveiro, a Águas da Região de Aveiro, o Parque de Ciência e Inovação, a RUCI, o Grupo de Ação Costeira, a Modernização Administrativa, entre outros. O desenvolvimento local e regional, em que apostamos com o nosso trabalho, é um elemento essencial para o futuro de Portugal e para a mobilização dos Cidadãos para as causas que são de todos.”

(Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012a, p.25)

---

<sup>75</sup> <http://maiscentro.qren.pt/roteiros/regiaoaveiro/>

### PINHAL INTERIOR NORTE

Esta sub-região, situada bem no “miolo” da Região Centro, confrontando com sete, das doze, NUTS III, é caracterizada por uma heterogeneidade territorial que se manifesta quer em termos sociais e económicos, quer em termos de acessibilidades, consoante os municípios se situam mais para o litoral, ou mais para o interior.

O seu posicionamento central na região possibilita diferentes níveis de interação, os quais se podem tornar numa potencialidade, se a sub-região conseguir atrair para si a instalação de investimentos que favoreçam os fluxos intermunicipais, ou numa fraqueza, se a sub-região se apoiar nos centros urbanos vizinhos, como Coimbra e Leiria, cuja polarização é forte, o que pode ser agravado pelo facto de não incluir, no seu território, um polo urbano dinamizador que o estruture.

Estas duas características, heterogeneidade e inexistência de um polo dinamizador, estão em oposição às condições consideradas essenciais para a criação de uma região de planeamento, segundo Simões Lopes<sup>76</sup> (citado por Cabugueira, 2000, p.109). A corroborar esta opinião, a recente Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, redefiniu novas unidades administrativas, com eliminação do Pinhal Interior Norte e respetiva CIM, tendo uma parte dos seus municípios integrado a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e outra parte a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

As suas maiores potencialidades manifestam-se nas suas admiráveis paisagens montanhosas incrustadas de Aldeias de Xisto e de património histórico-cultural e nas magníficas praias fluviais, destacando as suas mais-valias ligadas à qualidade ambiental.

Relativamente ao turismo desta sub-região constata-se uma maior dinâmica nos atores ligados a esta vertente empresarial, oferecendo modernos estabelecimentos hoteleiros; uma gastronomia variada e rica associada a produtos tradicionais de qualidade como o queijo da Serra da Estrela, o mel da Serra da Lousã, a chanfana e o cabrito, entre outros; os vários desportos associados à riqueza da natureza desta sub-região como os percursos pedestres e trilhos, as escaladas e as descidas no rio<sup>77</sup>. A elaboração do “Roteiro Mais Centro” apresenta um conjunto de itinerários e percursos de carácter turístico e cultural, por entre admiráveis paisagens de um território acidentado, identificando os vários projetos apoiados pelo Mais Centro, como parques e praias fluviais, museus e bibliotecas, mas também pelo POCentro 2000-2006, como as várias Aldeias de Xisto.

Apesar do grande investimento feito em acessibilidades, sobretudo no POCentro 2000-2006, onde foi executado o maior número de projetos e o investimento mais elevado das três NUTS em estudo, os concelhos mais centrais, como Vila Nova de Poiares, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra e Castanheira de Pêra, continuam a apresentar um cenário deficitário em termos da rede rodoviária distribuidora, face à sua localização geográfica de montanha.

Na opinião de João Marques, Presidente da CIMPIN,

“O balanço a efetuar pela Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte no âmbito do QREN é, numa perspetiva global, considerado positivo. Neste desafio de análise retrospectiva, ocorre-nos a referência aos seguintes aspetos: O contrato de delegação de competências foi impulsionador de uma estrutura mínima para o nascimento duma instituição intermédia, com otimização de recursos e recorrendo ao efeito de proximidade para uma boa gestão; A subvenção global contratualizada foi de 26.987.702€, acrescidos

<sup>76</sup> Lopes, A. S. (1995), *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos*, Lisboa, F.C.G.

<sup>77</sup> <http://maiscentro.qren.pt/roteiros/pinhalinteriornorte/>



## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

de 1.400.000€ resultantes da transferência de verbas do III QCA, totalizando 28 424 702€ de FEDER; Foram contratualizadas 9 tipologias (com posteriores alterações) que visavam essencialmente a Competitividade Regional, a Consolidação e Qualificação dos Espaços Regionais e também a Valorização Ambiental; A elevada taxa de aproveitamento dos recursos financeiros colocados à disposição da CIMPIN evidenciam o grande empenho dos municípios na utilização dos dinheiros do QREN em benefício da população do Pinhal Interior Norte.”

(Observatório das Dinâmicas Regionais do Centro, 2012b, p.6)

### BEIRA INTERIOR SUL

Através do POCentro 2000-2006, a sub-região BIS, nomeadamente a cidade de Castelo Branco, foi beneficiada com a valorização do espaço urbano, sobretudo através do Programa POLIS. Esta favoreceu a renovação e projeção da imagem da cidade, fomentando a sua atratividade e competitividade territorial. Do mesmo modo e no âmbito de outras ações de qualificação urbana foram também efetuadas valorizações nas restantes sedes de concelho (CEDRU, 2008, p.11).

Foram ainda feitos significativos investimentos em ações como “Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior”, o “Programa de Recuperação das Aldeias Históricas” e o “Plano de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias de Xisto”, que possibilitaram a requalificação das áreas públicas e das edificações em várias aldeias, passando estas a fazer parte das “redes de promoção turística”, promovendo e dinamizando a economia local (Ibid, p.11).

No entanto, à exceção de Castelo Branco, todos os municípios desta sub-região manifestam uma atratividade reduzida, sendo necessário voltar a olhar para estes concelhos, procurando encontrar formas de promover a fixação de pessoas, através de incentivos baseados nas aptidões locais, que impulsionem crescimento e riqueza.

Sobre os investimentos realizados no âmbito do QREN, o presidente da CIMBIS, Álvaro José Cachucho Rocha, refere

“Decorridos estes quatro anos desde o início do QREN, podemos atualmente concluir que o balanço dos trabalhos relacionados com a utilização dos fundos provenientes do QREN é extremamente positivo para a região. A CIM da Beira Interior Sul, com uma área de aproximadamente 15% da zona Centro, teve no Plano Territorial de Desenvolvimento, uma base de trabalho de interesse intermunicipal preponderante para que hoje, se apresentem resultados globais de execução acima de 90%. Nessa altura, os interesses locais cruzaram-se com a perspectiva intermunicipal e numa lógica de cooperação e de reforço da coesão do território delineou-se uma estratégia comum, de investimento orientado para áreas de desenvolvimento fundamentais para o crescimento da Beira Interior Sul. É verdade, que ao longo destes quatro anos, foram realizados alguns reajustes operacionais, sempre com uma forte coordenação dos municípios e das suas estruturas técnicas que procuraram compatibilizar os objetivos de desenvolvimento do território com a realidade económica dos mesmos e os princípios associados ao QREN. Em resumo, volvido este período de gestão dos fundos QREN, a Beira Interior Sul pode afirmar que os valores da subvenção global foram estrategicamente aplicados em setores chave da sociedade regional e muito importantes para a participação na melhoria contínua da qualidade de vida que se reconhece a esta região.”

(Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012c, p.6):

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Refere ainda o Administrador do Instituto da Soldadura e Qualidade, Joaquim Jorge Guedelha

“O desenvolvimento de um país, em geral, e das suas regiões, em particular, só é possível através de uma interação ativa entre as entidades do sistema científico e tecnológico e o tecido empresarial.

O ISQ, como instituição do sistema científico e tecnológico, tem promovido e fomentado esta interação através da sua rede de delegações regionais.

O Laboratório de Ensaios Termodinâmicos do ISQ – LABET, localizado em Castelo Branco, é um bom exemplo de sucesso de uma rede de interação. Iniciou a sua atividade contribuindo para o desenvolvimento da indústria local da fileira do frio, e neste momento é um laboratório de referência a nível europeu no âmbito de ensaios para a indústria aeroespacial.

A criação de capacidade e competência técnica exige numa fase inicial um esforço financeiro muito grande, sendo o QREN um instrumento fundamental para superar esse esforço.

No nosso caso, afirmamos com toda a clareza, que sem os meios financeiros disponibilizados pelo QREN não seria possível chegarmos a um nível tão elevado de desenvolvimento, e de interação com parceiros locais, quer sejam entidades de ensino, quer sejam empresas privadas.”

(Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro, 2012c, p.15):

Assim, às questões colocadas no início deste trabalho, “Quais os resultados da integração europeia de Portugal? Quais os efeitos dos financiamentos comunitários aplicados? Têm os mesmos sido úteis e sustentáveis para o desenvolvimento socioeconómico de Portugal?”, poderemos responder que existem algumas evidências de que houve efeitos positivos, corroboradas também nas palavras de Danuta Hübner, Comissária Europeia para a Política Regional, em 2007, relativamente ao período de programação, 2000-2006, já concluído:

“O quarto relatório sobre a coesão económica e social contém provas convincentes de como os programas realizados no período 2000-2006 contribuíram para uma maior coesão. A política de coesão aumentou o PIB, gerou emprego e melhorou a competitividade das regiões da UE (...) Muito resta ainda a fazer (...). Por essa razão, a política baseia-se numa visão abrangente, que reconhece a necessidade de reforçar a competitividade de todas as regiões da União no sentido de poderem contribuir para a Estratégia de Lisboa do crescimento e do emprego.

Esta visão reflete-se no próximo período de 2007-2013, durante o qual a política de coesão irá concentrar o investimento nas áreas da I&D e inovação, infraestruturas, competitividade industrial, formação, fontes de energia renováveis e eficiência energética.”

(Comissão Europeia, 2007, p. iv)

Na opinião de Johannes Hahn (2013a, p.3), a política regional evoluiu no seu objetivo, deixando de estar orientada para as infraestruturas e passando a visar o “investimento que estimula a criação de emprego e crescimento”.

Algumas das áreas que o FEDER tem apoiado recentemente, com algum impacto, são as energias renováveis com a conseqüente redução nos níveis de emissão de carbono, sobretudo ao nível da eficiência energética em habitações de territórios desfavorecidos.

Relativamente à avaliação *ex post* do QREN, em termos de política de coesão, a Comissão Europeia deverá concluí-la em 2015, debruçando-se sobre questões várias que pretenderão, sobretudo, averiguar quais as estratégias a prosseguir para alcançar um desenvolvimento integrado e sustentado, com vista à melhor programação do período 2014-2020 (Hahn, 2013, pp. 38-39).

### CONCLUSÃO

A questão colocada no início deste estudo prende-se com o objetivo da política regional, apoiada pela União Europeia e que sustenta uma coesão económica, social e territorial visando reduzir as disparidades existentes entre as várias regiões. As políticas regionais devem orientar os fundos para alvos estratégicos, agarrando nas capacidades existentes em cada região para alavancar novas oportunidades de crescimento, promovendo a fixação das pessoas atraídas por um nível de bem-estar existente nesses locais.

Queríamos então responder à questão de investigação colocada:

**“As políticas regionais implementadas no período 2001-2011 têm tido os efeitos esperados no desenvolvimento das populações locais?”**

Da análise feita às três NUTS III, Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul, podemos concluir que houve efeitos positivos sentidos nas populações.

Uma primeira conclusão que se torna evidente é o aumento do índice de coesão nas três sub-regiões, no período 2001-2011. Esse aumento foi de 1,1 pontos percentuais para o Baixo Vouga, 2,6 pontos percentuais no Pinhal Interior Norte e de 2,5 pontos percentuais na Beira Interior Sul, denotando uma maior redução de assimetrias nas sub-regiões do interior, mais desfavorecidas e mais despovoadas.

Em todas houve uma melhoria na qualificação dos indivíduos e do nível de bem-estar, que se traduz nas melhores acessibilidades, no aumento do parque habitacional, no aumento da taxa de população servida por redes públicas de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e ETARS, no aumento do poder de compra.

No entanto, no período em análise, verificou-se que os maiores investimentos, em particular no período 2007-2011, foram feitos na sub-região do Baixo Vouga, precisamente a que denotou ter menores debilidades.

Mas então, se os fundos comunitários visam reduzir as assimetrias regionais, promovendo investimentos que aumentem a competitividade das regiões, não deveriam ser as mais débeis a usufruir dos maiores investimentos?

Salienta-se a diferença de governação existente entre os dois Programas Operacionais Regionais deste período. No Mais Centro (2007-2011) foi delegada, nos atores-chave locais, a competência de gerir os fundos comunitários, tendo-se constatado uma diferença substancial, sobretudo neste segundo período, nos investimentos feitos nas regiões mais carenciadas do interior – Beira Interior Sul e Pinhal Interior Norte – e na do litoral – Baixo Vouga, a qual registou um investimento 320% superior ao Pinhal Interior Norte e 750% superior à Beira Interior Sul, conforme Quadro 4.7.

A melhor qualidade de vida das populações evidencia-se no aumento do nível de instrução, no aumento do poder de compra *per capita*, na maior percentagem de alojamentos e de população servida por sistemas de redes públicas de abastecimento de água, de saneamento e por ETARs. Contudo permanecem assimetrias que não foram extenuadas pelas políticas regionais implementadas e apoiadas pelos fundos comunitários.

Constata-se que as sub-regiões do interior, de baixa densidade, quer populacional, quer empresarial, de baixa competitividade e de mais baixas qualificações, têm maiores dificuldades em alavancar investimentos. Ao contrário, a sub-região Baixo Vouga, detentora de uma *expertise* multifacetada, apoiada e fomentada pela Universidade de

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Aveiro, proporciona um desenvolvimento articulado entre os vários atores locais, sustentado por um conhecimento especializado.

Assim, uma outra conclusão que se pode tirar, é que a implementação das políticas regionais está intimamente ligada com as características intrínsecas de cada região, isto é, as regiões mais débeis em experiência e capacidade de empreendedorismo têm maiores dificuldades em encetar novas áreas de negócio, parecendo confirmar que “socio-institutional factors appear crucial for the creation of a local competitive advantage and make interactions work in a systemic way”, (Ascani, A., Crescenzi, R. & Iammarino, S., 2012, p.9-10) acrescentando ainda, estes autores, que “in the case of the EU, an increasing number of contributions agree to suggest that poor regions tend to lag behind while most prosperous areas exhibit sustained growth (Marcet and Canova, 1995; Magrini, 1999; Cheshire and Magrini, 2000; Magrini, 2004). This leads to substantial public resources being devoted to the alleviation of 'regional divergence' patterns, as in the case of the EU regional policy (Rodríguez-Pose and Fratesi, 2004)”.

Então poderemos finalmente concluir que, apesar das políticas regionais apoiadas pelos fundos comunitários terem efeitos positivos nas populações, eles não são, no entanto, os esperados, uma vez que se espera mais de uma política que visa sobretudo reduzir assimetrias e proporcionar equidade entre homens e mulheres, promovendo um desenvolvimento harmonioso.

Conforme refere o Presidente da Comissão Diretiva do Mais Centro (Marques, 2011), após quase duas dezenas de anos de intervenção de Fundos Comunitários no desenvolvimento estrutural do país, a competitividade, o crescimento e, sobretudo, a qualificação dos territórios, não tiveram os resultados esperados.

É necessário dotar as nossas regiões de capacidade intrínseca que possibilite a promoção de um empreendedorismo sustentado pela inovação, pela transferência de conhecimento e pela competitividade, consolidado em redes de infraestruturas de base tecnológica com vista ao apoio da atividade económica, à criação de riqueza e à fixação das populações. Para tal é fundamental:

- Afirmar sinergias de cooperação entre as instituições de ensino superior e centros tecnológicos promotoras de I&D, o tecido empresarial e as instituições administrativas locais, de modo a serem difundidos e incorporados conhecimentos e tecnologias inovadoras nos processos e produtos locais;
- Aumentar a qualificação dos recursos humanos e a formação profissional contínua e adequá-la aos mercados de trabalho existentes e aos saberes e especificidades endógenas;
- Promover polos e áreas de acolhimento tecnológico e empresarial, que potenciem novas oportunidades de negócio, emprego e criação de valor;
- Promoção da regeneração urbana, com valorização do património natural, histórico e cultural existentes, tornando estes potenciais visíveis às comunidades nacionais e internacionais;

Por outro lado, é fundamental que os investimentos, sobretudo nas regiões mais desfavorecidas, incidam sobre atividades que “tenham grande capacidade de retenção interna” (Lopes, 1997, p.16), isto é, atividades que sejam elas próprias dinamizadoras de outras ações que promovam crescimento e desenvolvimento nas regiões que as originam.

Ainda, segundo Simões Lopes (1997, p.16), dois tipos de orientações simultâneas são decisivas para que as assimetrias regionais possam ser esbatidas, através de um verdadeiro e real desenvolvimento intrínseco: em

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

primeiro lugar, uma “orientação política” (regionalização) que altere a organização e o ordenamento de cada região; em segundo lugar, uma “orientação técnica” que identifique as reais necessidades e todos os recursos existentes na região, bem como as relações que ela estabelece com as outras regiões.

Para Gonçalves (2010), as disparidades regionais só poderão ser minimizadas se as taxas de investimento nas regiões, nas diversas áreas (económica, educacional, cultural, etc.) forem semelhantes. As atuações na Investigação e Desenvolvimento (I&D) são igualmente um instrumento crucial para que as várias regiões consigam acompanhar o “mundo globalizado e dinâmico”. Assim para esta autora é fundamental “Procurar a concretização de um paradigma de desenvolvimento sustentável que tome em consideração as necessidades locais da população a nível de emprego, educação, formação e rede de infraestruturas, preservando a quantidade e a qualidade dos recursos disponíveis, permitirá aos territórios desfavorecidos tornarem-se economicamente mais fortes e competitivos no contexto global.” (Gonçalves, 2010, p.256).

As decisões políticas e as estratégias de desenvolvimento regional, para serem sustentáveis, devem basear-se numa abordagem de “lugar” e terem bem presentes os efeitos que o contexto e as singularidades regionais existentes podem originar, em resultado da implementação dessas políticas (Ascani, A., Crescenzi, R. & Iammarino, S., 2012, p.12).

Segundo Francisco Mafra e J. Amado da Silva (2004, p.5) “o ordenamento do território, a organização espacial das sociedades humanas e das suas atividades, a todos os níveis ou patamares, é um pressuposto essencial para o desenvolvimento. E daqui decorre, naturalmente, a necessidade e a importância das políticas territoriais que dão corpo ao planeamento e gestão do território.”.

Embora já tendo sido sublinhado, deve salientar-se de novo que, os efeitos encontrados neste estudo, para o período 2001-2011, foram influenciados de uma forma reduzida pelas políticas regionais resultantes dos fundos estruturais apresentados, os Programas Operacionais Regionais, uma vez que circunstâncias várias e de âmbito muito mais abrangente intervieram nas sub-regiões, desde os investimentos totalmente privados ao contexto nacional e internacional que se vive e que influenciam quer as políticas regionais quer as nacionais.

Uma das limitações deste estudo foi não conseguir apresentar indicadores de resultados mais diretamente ligados à aplicação dos fundos, por exemplo, qual o número de postos de trabalho que se criaram ou que se mantiveram em resultado direto dos investimentos proporcionados por estes fundos.

Assim, se por um lado se verificou uma melhoria, de um modo geral, no nível de vida das populações, constata-se, por outro lado, um aumento do desemprego que é comum ao país e à Europa, pondo em causa alguns dos objetivos referidos nas orientações estratégicas para a coesão da Comunidade, expressas na Decisão do Conselho 2006/702/CE, de 6.10.2006 (Conselho da UE, 2006): **“Tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atrativos para investir e para trabalhar”**; **“Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento”**; **“Criar mais e melhores empregos”**.

### Bibliografia

Ahner, D. (2011). Editorial. *Panorama*, Nº 39 , p. 3.

AMA - Augusto Mateus & Associados. (2013). *25 anos de Portugal europeu: A economia, a sociedade e os fundos estruturais*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Ascani, A., Crescenzi, R. & Iammarino, S. (2012). *Regional Economic Development: A Review*. Obtido em dezembro de 2012, de Universidade de Barcelona: <http://www.ub.edu/searchproject/wp-content/uploads/2012/02/WP-1.3.pdf>

Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte. (2008). *Programa Territorial de Desenvolvimento para a Região do Pinhal Interior Norte (2008-2013)*.

Bandeira, P. (2007). *Uma experiência de institucionalização de regiões no Brasil: os COREDES do Rio Grande do Sul*. Obtido em 15 de dezembro de 2012, de Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável: <http://www.cidts.ufsc.br/articles/ArtigoBandeira.pdf>

Belbute, J., Marques, J., Gomes, C., Carvalho, J., Pinto, M., & Gomes, P. (2009). *Qualidade de Vida - Uma análise à escala local*. Évora: Universidade de Évora - Departamento de Economia.

Cabugueira, A. (2000). Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Análise de alguns aspetos de política económica regional. *Gestão e Desenvolvimento*, Nº 9 , pp. 106-136.

CAREAT- Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território . (1998). *Descentralização, Regionalização e Reforma Democrática do Estado*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Carvalho, P., Ribeiro, J., Martins, N., Domingos, E., & Escária, S. (2010). *Territórios em Transformação: Sistema Urbano do Litoral da Região do Centro em 2030*. Lisboa: Departamento de Prospeção e Planeamento e Relações Internacionais.

CCDRC. (2013). *Diagnóstico prospetivo da Região Centro*. Obtido em 26 de Maio de 2013, de CRER2020 - Centro de Portugal - Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente: <http://crer2020.ccdrc.pt/index.php/crer2020/documentacao/documentacao-regiao>

CCDRC. (2012). *Políticas Públicas na Região Centro. QREN 2007-2013*. Coimbra: Observatório das Dinâmicas Regionais do Centro.

CCDRC. (2012a). *Região Centro*. Obtido em 10 de janeiro de 2013, de Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro: [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=367&Itemid=249&lang=pt](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=367&Itemid=249&lang=pt)

CCDRC. (2013a). *Roteiros Mais Centro*. Obtido em 14 de julho de 2013, de Mais Centro: <http://maiscentro.qren.pt/roteiros/>

CCDRN\_ Conselho Regional. (2009). *Deliberação da Alfândega "A Evolução do Modelo de Governação Regional em Portugal"*. Obtido em 28 de setembro de 2013, de Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte: <http://www.ccdr-n.pt/pt/gca/?id=1047>

CEDRU. (2008). *Beira Interior Sul. Estratégia de Desenvolvimento e Plano de Ação 2007-2013. Relatório Final*.

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

CES - Conselho Económico e Social. (2013). *Parecer de Iniciativa sobre Competitividade das Cidades, Coesão Social e Ordenamento do Território*. Obtido em 20 de agosto de 2013, de CES: [http://www.ces.pt/download/1331/FINAL\\_Parecer%20Cidades\\_aprovado%20em%20Plenario.pdf](http://www.ces.pt/download/1331/FINAL_Parecer%20Cidades_aprovado%20em%20Plenario.pdf)

Claudino, S. (2006). Portugal Peninsular e os Desafios Regionais. *Finisterra*, XLI, 81, pp. 105-120.

Comissão das Comunidades Europeias. (2008). Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social Europeu, COM (2008) 616 final. *Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia: Tirar Partido da Diversidade Territorial*.

Comissão Europeia. (2007). *Regiões em crescimento, Europa em crescimento - Quarto relatório sobre a coesão económica e social*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Comité das Regiões. (2003). *Coesão Territorial na Europa*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Conselho da UE. (2006). DECISÃO (2006/702/CE). *Jornal Oficial da União Europeia*, pp. 11-32.

Cravinho, J. (2002). O policentrismo, nova meta da coesão económica, social e territorial da União. *Infoeuropa Biblioteca*, pp. 27-29.

Delors, J. (2012). Reflexões sobre a Política da Coesão. *Panorama*, Nº 43, pp. 4-7.

DGAL. (2012). *Estudo-Piloto Comunidades Intermunicipais. Modelos de Competências, de Financiamento, de Governação, de Gestão e de Transferência de Recursos*. Governo de Portugal.

Duarte, A. (2010). *Relatório de Estágio realizado na C.C.D.R. Centro*. Obtido em 23 de dezembro de 2012, de Universidade de Aveiro: <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/3984/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio.pdf>

Fernandes, A. (2006). *Planeamento do território e as novas Estratégias Regionais de Desenvolvimento*. Obtido em 15 de dezembro de 2012, de Universidade de Aveiro: <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/4944/1/206832.pdf>

Ferrão, J. (2011). *O ordenamento do Território como Política Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças. (2011). *EUROACE 2020: Uma Estratégia para a Euroregião Alentejo-Centro-Extremadura*. CCDR Centro.

Gonçalves, M. (2010). Dicotomias socioeconómicas regionais do território português. In CEPESE, *População e Sociedade, nº 18 - Dinâmicas e Perspetivas Demográficas do Portugal Contemporâneo* (pp. 255-265). Porto: Edições Afrontamento.

Grande Área Metropolitana de Aveiro / Universidade de Aveiro. (2008). *Programa Territorial de Desenvolvimento para a Sub-Região do Baixo Vouga*. Obtido em 10 de maio de 2013, de Mais Centro: [http://www.maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/PTD\\_BAIXO%20VOUGA.pdf](http://www.maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/PTD_BAIXO%20VOUGA.pdf)

Hahn, J. (2013). Avaliação Ex Post da Política de Coesão 2007-2013. *Panorama*, Nº 47, pp. 38-39.

Hahn, J. (2011/2012). Desenvolvimento Urbano Sustentável. *Panorama*, Nº 40, pp. 30-33.

Hahn, J. (2013a). Editorial. *Panorama*, Nº 47, p. 3.

IFDR. (2009). *História dos Fundos*. Obtido em 10 de maio de 2013, de Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP: <http://www.ifdr.pt/channel.aspx?menuid=23>

INE. (2012). Obtido em 15 de dezembro de 2012, de Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt/>

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

- Ipsos Apeme. (2013). *Estudo de Opinião sobre a Comunicação do QREN*. Obtido em 15 de setembro de 2013, de QREN: [http://www.qren.pt/np4/file/3624/QRENEstudo\\_Opini\\_o.pdf](http://www.qren.pt/np4/file/3624/QRENEstudo_Opini_o.pdf)
- Lopes, S. (1985). A Ideia da Regionalização no Discurso Económico e Político do 25 de Abril. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 15/16/17 Maio , pp. 261-267.
- Lopes, S. (1997). *A Política das Cidades*. Lisboa: Conselho Económico e Social.
- Lopes, S. (2001). *Desenvolvimento Regional. Problemática, Teoria, Modelos - 5ª edição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mafra, F. & Silva, J. (2004). *Planeamento e Gestão do Território*. Porto: SPI - Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Mais Centro. (2011). *Programa Operacional da Região Centro 2007-2013*. Coimbra: CCDRC.
- Mais Centro. (2008). *Regulamentos* . Coimbra: Mais Centro - Programa Operacional da Região Centro.
- Mais Centro. (2011a). *Relatório Anual de Execução*. Coimbra: CCDRC.
- MAOTDR- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. (2007). *Quadro de Referência Estratégica Nacional - Portugal 2007-2013*. Lisboa: Observatório do QCA III.
- Marques, A. (2011). Mais Centro: Querer e fazer. In M. Centro, *O Centro Quer. A Europa apoia. A obra Nasce*. (pp. 3-9). Coimbra.
- MCALHDR- Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional. (2005). *O QCA III e a Reprogramação Intercalar. O Próximo Período de Programação Financeira Comunitária 2007-2013. Perpetivar o Contributo das Regiões*. Lisboa: Comissão de Gestão do QCA III. Direção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- MCALHDR- Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional. (2004). *Quadro Comunitário de Apoio III. Portugal. 2000 - 2006. Revisão Intercalar 2004*. Lisboa: Comissão de Gestão do QCA III. Direção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- Mourão, P. (2007). *O planeamento Regional em Portugal e na Comunidade Europeia*. *Revista Galega de Economía*, Vol 16, n.º 2. Obtido em 17 de janeiro de 2013, de [http://www.usc.es/econo/RGE/Vol16\\_2/Portugues/mourao.pdf](http://www.usc.es/econo/RGE/Vol16_2/Portugues/mourao.pdf)
- Observatório das Dinâmicas Territoriais do Centro. (2012a). *A Importância do QREN nas Estratégias Territoriais de Desenvolvimento. Uma perspetiva para o Baixo Vouga*. Coimbra: CCDRC.
- Observatório das Dinâmicas Regionais do Centro. (2012b). *A Importância do QREN nas Estratégias Territoriais de Desenvolvimento. Uma perspetiva para o Pinhal Interior Norte*. Coimbra: CCDRC.
- Observatório de Dinâmicas Regionais do Centro. (2012c). *A Importância do QREN nas Estratégias Territoriais de Desenvolvimento. Uma perspetiva para a Beira Interior Sul*. Coimbra: CCDRC.
- Pinto, M. (2010). A emergência das políticas de população na contemporaneidade. In CEPESE, *População e Sociedade, nº 18 - Dinâmicas e Perspetivas Demográficas do Portugal Contemporâneo* (pp. 43-67). Porto: Edições Afrontamento.
- Pires, N. (2012). Desenvolvimento e esperança no futuro. *Público* , 47.
- Porto, M. (1996). *O Ordenamento do Território face aos Desafios da Competitividade*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Porto, M. (2008). *O ordenamento do território num mundo de exigência crescente: das ambições do PNPOT à contradição de investimentos em vias de concretização*. Coimbra: Almedina.



## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Programa Operacional da Região Centro . (2011). *PO Centro 2000-2006. Relatório Final de Execução*. Coimbra: CCDRC.

Ribeiro, J., & Santos, J. (2005). *Desenvolvimento Endógeno e Política Regional*. Obtido em 16 de dezembro de 2012, de Actas do 11.º Congresso da APDR:

[http://www3.eeg.uminho.pt/economia/nipe/docs/Publicacoes\\_Actas\\_conferencias/2005/Cadima\\_Freitas\\_2005\\_APDR.pdf](http://www3.eeg.uminho.pt/economia/nipe/docs/Publicacoes_Actas_conferencias/2005/Cadima_Freitas_2005_APDR.pdf)

Rocha, J. (2005). *Regionalização no âmbito da Administração Autárquica*. Obtido em 8 de janeiro de 2013, de Universidade de Aveiro: : <http://ria.ua.pt/handle/10773/5022>

UE. (2004). *EDEC*. Obtido em 10 de dezembro de 2012, de Europa - Sínteses da legislação da UE: [http://europa.eu/legislation\\_summaries/regional\\_policy/management/g24401\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/management/g24401_pt.htm)

Vaz, T., Cesário, M., & Fenandes, S. (2003). As novas fronteiras da política regional - O caso das zonas portuguesas desfavorecidas. *Revista de Estudos Regionais*, N.º 2 , pp. 57-78.

### Legislação:

#### - Nacional

- CRP, aprovada em 2 de abril de 1976
- CRP, alterada pela Lei Constitucional n.º1/2005, de 12 de agosto. Diário da República n.º 155, I Serie-A. Assembleia da República
- Decreto n.º49364, de 8 de novembro de 1969
- Decreto-Lei n.º48905, de 11 de março de 1966
- Decreto-Lei n.º342/77, de 19 de agosto, Diário da República n.º 191, Série I, Ministério da Administração Interna
- Decreto-Lei n.º494/79, de 21 de dezembro, Diário da República n.º 293, Série I, Ministério da Administração Interna
- Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro, Diário da República n.º 38, Série I, Ministério do Planeamento e da Administração do Território
- Decreto-Lei n.º 163/99, de 13 de maio, Diário da República n.º 111, Série I-A, Ministério DO Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território
- Decreto-Lei n.º 317/99, de 11 de agosto, Diário da República n.º 186, Série I-A, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território
- Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de abril, Diário da República n.º 83, Suplemento, Série I-A, Ministério do Planeamento
- Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 novembro, Diário da República n.º 255, Série I-A, Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente
- Decreto-Lei n.º104/2003, de 23 de maio, Diário da República n.º 119, Série I-A, Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente
- Decreto-Lei n.º312/2007, de 17 de Setembro, Diário da República n.º 179, Série I, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
- Decreto-Lei n.º68/2008, de 14 de abril, Diário da República n.º 73, Série I, Presidência do Conselho de Ministros
- Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 abril, Diário da República n.º 79, Série I, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
- Decreto-Lei n.º228/2012, de 25 de outubro, Diário da República n.º 207, Série I, Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
- Decreto-Lei n.º2119/2013, de 21 de agosto, Diário da República n.º 160, Série I, Presidência do Conselho de Ministros
- Lei n.º56/91, de 13 de agosto, Diário da República n.º 185, Série I-A, Assembleia da República
- Lei n.º19/98, de 28 de abril, Diário da República n.º 78, Série I, Assembleia da República
- Lei n.º28/2001, de 12 de julho, Diário da República n.º 29, Série I-A, Assembleia da República
- Leis n.º 10/2003 2 n.º11/2003 de 13 de maio, Diário da República n.º 110, Série I-A, Assembleia da República
- Lei n.º45/2008, de 27 de agosto, Diário da República n.º 165, Série I, Assembleia da República
- Lei n.º21/2010, de 23 de agosto, Diário da República n.º 163, Série I, Assembleia da República
- RCM n.º34/86, de 26 de março, Diário da República n.º 102, Série I, Presidência do Conselho de Ministros
- RCM n.º25/2006, de 10 de março, Diário da República n.º 50, Série I-B, Presidência do Conselho de Ministros
- RCM n.º40/2011 de 22 de setembro, Diário da República n.º 183, Série I, Presidência do Conselho de Ministros

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

### - Europeia

- Regulamento (CE) n.º 1260/1999, de 21 de junho
- Regulamento (CE) n.º 1059/2003, de 26 de maio
- Regulamento (CE) n.º 1080/2006, de 5 de julho
- Regulamento (CE) n.º 1082/2006, de 5 de julho
- Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho



# **ANEXO I**

AS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS  
DA  
REGIÃO CENTRO

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

REGIÃO CENTRO	NUTS III	Municípios		
<p>Âmbito de aplicação dos fundos comunitários e financeiros (100 municípios)</p>	<p>Âmbito de Atuação da CCDRC (77 municípios)</p>	<b>Baixo Vouga</b>		
		Águeda		
		Albergaria-a-Velha		
		Anadia		
		Aveiro		
		Estarreja		
		Ilhavo		
		Mealhada		
		Murtosa		
		Oliveira do Bairro		
		Ovar		
		Sever do Vouga		
		Vagos		
			<b>Baixo Mondego</b>	Cantanhede
		C Coimbra		
		Condeixa-a-Nova		
		Figueira da Foz		
		Mira		
		Montemor-o-Velho		
		Penacova		
		Soure		
			<b>Pinhal Litoral</b>	Batalha
		Leiria		
		Marinha Grande		
		Pombal		
		Porto de Mós		
			<b>Pinhal Interior Norte</b>	Alvaiázere
		Ansião		
		Arganil		
		Castanheira de Pêra		
		Figueiró dos Vinhos		
		Góis		
		Lousã		
		Miranda do Corvo		
		Oliveira do Hospital		
		Pampilhosa da Serra		
		Pedrógão Grande		
		Penela		
		Tábua		
		Vila Nova de Poiares		
			<b>Dão-Lafões</b>	Aguiar da Beira
		Carregal do Sal		
		Castro Daire		
		Mangualde		
		Mortágua		
		Nelas		
		Oliveira de Frades		
		Penalva do Castelo		
		Santa Comba Dão		
		São Pedro do Sul		
		Sátão		
		Tondela		
		Vila Nova de Paiva		
		Viseu		
		Vouzela		
			<b>Pinhal Interior Sul</b>	Oleiros
		Proença-a-Nova		
		Sertão		
		Vila de Rei		
			<b>Serra da Estrela</b>	Fornos de Algodres
		Gouveia		
		Seia		
			<b>Beira Interior Norte</b>	Almeida
		Celorico da Beira		
		Figueira de Castelo Rodrigo		
		Guarda		
		Manteigas		
		Meda		
		Pinhel		
		Sabugal		
		Trancoso		
			<b>Beira Interior Sul</b>	Castelo Branco
		Idanha-a-Nova		
		Penamacor		
		Vila Velha de Ródão		
			<b>Cova da Beira</b>	Belmonte
		Covilhã		
		Fundão		
			<b>Oeste</b>	Alicobaça
		Alenquer		
		Arruda dos Vinhos		
		Bombarral		
		Cadaval		
		Caldas da Rainha		
		Lourinhã		
		Nazaré		
		Obidos		
		Peniche		
		Sobral de Monte Agraço		
		Torres Vedras		
			<b>Médio Tejo</b>	Abrantes
		Alcanena		
		Constância		
		Entroncamento		
		Ferreira do Zêzere		
		Mação*		
		Ourém		
		Sardoal		
		Tomar		
		Torres Novas		
Vila Nova da Barquinha				

\* Lei 21/2010, de 23 agosto

## **ANEXO II**

ALGUNS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO, DAS NUTS III  
**BAIXO VOUGA, PINHAL INTERIOR NORTE E BEIRA INTERIOR SUL,**  
NO CONTEXTO DA REGIÃO CENTRO E DO PAÍS

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Quadro II.1 – Território e Povoamento

Estrutura territorial	População																							Mobilidade e Transportes				Parque habitacional		Ambiente						
	População residente censitária																							Proporção da população residente que sai da unidade territorial (movimentos pendulares - censos)	Proporção da população residente que entra na unidade territorial (movimentos pendulares - censos)	Informação censitária		População servida por								
	População - Total	Taxa de variação da população intercensitária		Proporção de população residente em lugares com 2000 ou mais habitantes		Proporção de população residente de nacionalidade estrangeira		Densidade populacional		Taxa de crescimento natural da população		Proporção de população jovem		Índice de envelhecimento		Taxa bruta de natalidade		Famílias (censos)		Taxa de variação dos alojamentos	Taxa de variação de alojamentos familiares vagos	Sistemas públicos de abastecimento de água				Sistemas de tratamento de águas residuais										
		2011	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2001+2011	2001+2011	2009	2006	2009	2006	2009	2006						
km²	N.º	N.º	%	%	%	%	%	%	N.º/km²	N.º/km²	%	%	%	%	N.º	N.º	%	%	N.º	N.º	%	%	%	%	%	%	%	%	%							
Portugal	92.212,0	10.562.178	10.356.117	2,0	4,9	61,0	54,8	3,7	2,2	114,3	112,3	-0,1	0,1	14,8	15,9	131,3	104,2	9,2	11,0	4043726	3650757	21,4	17,3	x	0,6	x	0,0	16,3	26,0	x	91,0	x	76,0	x	70,0	
Continente	89.088,9	10.047.621	9.869.343	1,8	5,2	61,4	55,3	3,8	2,3	112,6	110,9	-0,1	0,1	14,7	15,7	134,1	106,5	9,1	10,8	3869188	3505292	21,6	17,4	x	0,7	x	7,3	15,9	25,5	96,0	90,0	84,0	77,0	73,0	71,0	
Centro (100)	28.199,4	2.327.755	2.348.397	-0,9	3,9	34,9	32,2	2,4	1,3	82,3	83,0	-0,3	-0,2	13,6	14,8	167,8	132,3	7,9	9,6	904770	847265	21,6	17,9	x	4,1	x	2,4	15,5	34,0	96,0	94,0	80,0	77,0	72,0	65,0	
Baixo Vouga	1.803,6	390.822	385.724	1,3	10,0	36,9	34,4	2,3	1,6	216,2	213,3	-0,1	0,1	14,5	16,4	132,9	97,1	8,3	10,7	145258	129654	18,7	13,8	x	7,2	x	6,4	18,2	33,4	98,0	96,0	83,0	69,0	70,0	65,0	
Águeda	335,3	47729	49.041	-2,7	11,3	19,2	15,2	2,3	1,5	141,9	145,7	-0,2	0,2	13,7	15,9	145,6	98,7	7,7	10,7	17453	16103	16,2	11,9	x	11,7	9,9	13,3	15,7	27,7	x	90,0	x	73,0	x	63,0	
Albergaria-a-Velha	158,8	25.252	24.638	2,5	12,0	20,6	29,6	2,1	1,3	158,6	158,4	-0,1	0,1	15,2	16,6	120,7	93,7	8,7	11,1	9241	8253	16,9	12,1	x	96,0	x	42,0	20,3	41,1	x	96,0	x	42,0	68,0	43,0	
Anadia	216,6	29.150	31.545	-7,6	9,1	12,0	9,6	2,5	1,5	133,9	144,6	-0,4	-0,2	12,6	14,5	191,2	134,4	6,9	9,2	10853	10544	19,2	13,8	x	17,5	16,9	11,4	9,9	13,1	43,9	99,0	100,0	71,0	40,0	49,0	44,0
Aveiro	197,6	78.450	73.335	7,0	10,3	60,8	58,7	3,4	2,0	397,1	365,2	0,1	0,3	14,5	16,4	119,7	89,5	9,7	11,3	31142	26040	23,4	17,6	x	12,2	10,1	35,6	35,7	23,9	31,6	100,0	100,0	99,0	99,0	96,0	100,0
Estarreja	108,2	26.997	28.182	-4,2	5,3	16,4	15,1	1,2	1,3	248,4	258,0	-0,3	-0,1	14,3	16,4	142,9	103,8	8,0	9,7	9612	9196	16,7	13,2	x	20,9	21,2	12,9	8,9	9,4	27,8	100,0	100,0	80,0	71,0	42,0	47,0
Ílhavo	73,5	38.598	37.209	3,7	11,9	82,6	82,2	2,6	1,8	524,2	506,3	0,0	0,2	15,1	17,0	113,5	80,3	7,9	11,1	14597	12628	19,1	13,3	x	23,9	23,5	9,7	8,7	17,4	35,0	100,0	100,0	75,0	69,0	75,0	69,0
Mealhada	110,7	20.428	20.751	-1,6	13,5	33,1	31,4	1,8	0,9	184,6	187,6	-0,3	0,0	13,7	14,8	158,8	126,7	7,3	8,7	7742	7271	18,5	14,0	x	26,1	22,8	12,9	10,5	18,8	42,5	100,0	100,0	100,0	100,0	98,0	100,0
Murtosa	73,1	10585	9.458	11,9	-1,2	85,7	0,0	1,1	1,5	143,9	128,0	-0,5	-0,2	15,3	17,9	149,4	109,5	7,7	14,1	3837	3103	19,8	15,4	x	21,4	20,1	8,4	6,1	15,0	-32,6	x	75,0	x	75,0	x	75,0
Oliveira do Bairro	87,3	23.028	21.164	8,8	13,4	13,7	12,3	2,9	2,6	263,0	242,6	-0,1	0,0	15,6	15,5	133,3	125,4	9,2	10,7	8433	7255	18,0	14,2	x	17,2	18,2	17,2	16,2	28,8	7,2	100,0	97,0	95,0	84,0	96,0	72,0
Ovar	147,7	55.398	55.198	0,4	11,1	35,3	44,5	1,3	1,1	374,3	373,6	-0,1	0,3	15,2	17,9	107,3	71,3	8,3	11,4	19510	17646	15,3	10,5	x	18,8	16,6	13,2	13,8	14,8	28,5	100,0	98,0	100,0	61,0	69,0	61,0
Sever do Vouga	129,9	12.356	13.186	-6,3	-4,6	0,0	0,0	1,5	1,0	94,6	100,3	-0,5	-0,2	13,0	15,0	181,9	127,4	6,0	8,5	4596	4426	18,2	14,6	x	15,4	15,1	6,6	4,1	22,0	57,1	58,0	59,0	32,0	23,0	24,0	23,0
Vagos	164,9	22.851	22.017	3,8	15,4	16,6	14,2	2,2	2,7	138,5	134,1	0,0	0,2	14,8	17,1	136,7	95,7	8,4	10,9	8242	7189	18,3	14,1	x	22,9	20,6	9,7	7,2	19,4	4,0	100,0	95,0	24,0	27,0	24,0	27,0
Baixo Mondego	2.062,8	332.326	340.309	-2,4	3,4	43,4	42,2	2,0	1,2	160,8	163,3	-0,3	-0,2	12,7	13,8	177,4	137,2	8,2	8,9	130747	123205	22,5	18,6	x	7,0	x	9,9	15,7	40,5	98,0	98,0	78,0	78,0	74,0	74,0	
Pinhal Litoral	1.743,7	260.942	250.990	4,0	11,8	28,6	32,0	3,1	1,5	149,5	144,7	0,0	0,2	14,8	16,1	133,2	101,4	8,8	11,0	100577	91666	20,7	18,3	x	6,6	x	6,3	17,7	35,5	94,0	94,0	68,0	49,0	53,0	45,0	
Pinhal Interior Norte	2.616,5	131.468	138.535	-5,1	-0,6	16,7	11,5	2,4	1,0	49,9	52,4	-0,7	-0,6	12,7	14,2	208,4	168,3	6,6	8,7	51964	51488	22,7	19,4	x	11,1	x	3,4	13,1	34,3	93,0	91,0	66,0	55,0	60,0	55,0	
Alvaiázeres	160,5	7.287	8.438	-13,6	-9,3	0,0	0,0	2,3	0,9	45,0	51,9	-1,3	-0,8	10,5	12,8	314,4	230,6	4,8	7,0	3017	3337	27,4	25,4	x	14,6	14,1	8,3	7,0	4,1	18,5	x	72,0	40,0	29,0	40,0	34,0
Ansião	176,1	13.128	13.719	-4,3	-2,2	0,0	0,0	1,8	0,6	74,0	77,1	-0,8	-0,6	12,7	13,4	214,0	171,9	5,8	8,5	5154	5046	21,9	18,1	x	16,0	16,3	9,4	8,4	9,8	22,3	100,0	100,0	42,0	51,0	38,0	51,0
Arganil	332,8	12.145	13.623	-10,9	-2,1	23,8	19,7	2,9	1,1	35,9	40,4	-1,0	-0,8	10,9	13,8	277,6	190,8	6,0	8,4	4984	5143	24,6	21,1	x	9,0	8,0	1,1	10,1	10,1	34,3	93,0	91,0	92,0	92,0	92,0	94,0
Castanheira de Pera	66,8	3.191	3.733	-14,5	-15,9	0,0	0,0	1,9	0,7	47,5	54,5	-0,1	-0,9	10,4	13,0	306,7	191,2	5,3	8,7	1332	1423	25,1	19,5	x	11,9	11,1	8,1	6,2	2,1	-16,8	100,0	97,0	99,0	93,0	99,0	93,0
Figueiró dos Vinhos	173,4	6169	7.352	-16,1	-8,2	0,0	0,0	1,4	0,6	35,3	41,7	-1,3	-0,7	10,3	13,2	294,0	195,2	3,1	9,0	2581	2833	26,7	21,7	x	15,2	13,8	8,5	7,8	13,5	58,6	x	100,0	x	31,0	x	22,0
Góis	263,3	4.260	4.861	-12,4	-9,5	0,0	0,0	2,4	0,9	15,9	18,1	-2,0	-1,4	10,9	11,8	310,3	273,4	3,1	7,7	1787	1934	27,6	24,8	x	11,6	10,9	7,1	5,3	17,1	67,1	86,0	76,0	59,0	71,0	59,0	69,0
Lousã	138,4	17.604	15.753	11,8	17,1	52,1	44,1	2,9	1,4	127,2	113,8	0,1	0,2	15,7	15,4	116,7	118,8	9,5	12,1	6879	5682	20,1	15,2	x	20,2	18,8	7,1	6,0	26,6	41,2	82,0	84,0	64,0	52,0	50,0	52,0
Miranda do Corvo	126,4	13.098	13.069	0,2	11,9	24,9	21,5	1,7	0,9	103,2	103,3	-0,4	-0,3	13,7	15,2	161,1	125,6	6,2	10,1	4887	4668	20,0	16,4	x	29,0	27,8	5,8	6,1	17,3	37,0	x	84,0	x	37,0	58,0	37,0
Oliveira do Hospital	234,5	20.855	22.112	-5,7	-2,0	18,7	15,7	2,0	0,9	88,5	93,6	-0,4	-0,5	13,2	15,6	186,2	136,9	8,2	8,1	7980	8015	19,7	17,3	x	10,2	9,9	7,8	6,7	9,2	28,8	93,0	92,0	88,0	87,0	88,0	85,0
Pampilhosa da Serra	396,5	4.481	5.220	-14,2	-9,9	0,0	0,0	0,7	0,4	11,2	12,8	-1,8	-1,7	7,2	9,7	592,1	369,0	3,4	5,3	2029	2228	30,4	29,0	x	9,2	10,1	7,5	5,8	5,7	19,8	94,0	88,0	49,0	33,0	47,0	42,0
Pedrógão Grande	128,7	3.915	4.398	-11,0	-5,2	0,0	0,0	3,9	1,0	30,1	33,8	-1,4	-0,7	11,1	11,5	300,0	291,6	5,1	7,1	1668	1751	29,3	22,7	x	12,4	12,9	11,2	11,7	17,8	22,7	99,0	99,0	89,0	64,0	25,0	64,0
Penela	134,8	5983	6.594	-9,3	-4,6	0,0	0,0	2,6	1,4	44,0	48,2	-0,9	-0,9	12,1	12,1	244,2	228,2	6,2	5,7	2361	2515	24,1	21,5	x	19,7	19,0	11,7									





Quadro II.3 – Desempenho Económico e Internacionalização

	Desempenho económico																			Comércio internacional						
	Produto Interno Bruto a preços correntes		Produto Interno Bruto a preços correntes		Índice de disparidade do PIB por habitante				Rendimento bruto em sede de IRS por habitante		Poder de compra per capita		Índice sintético de desenvolvimento regional						Taxa de cobertura das importações pelas exportações	Exportações de mercadorias com origem na região		Importações de mercadorias com destino na				
					Face à média regional (RC = 100)		Face à média nacional (PT = 100)						Índice global		Índice de competitividade		Índice de coesão		Índice de qualidade ambiental		Peso das exportações de mercadorias no PIB		Peso das importações de mercadorias no PIB			
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2010	2008	2009	2000	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2011	2009	2011	2004	2011	2004
Milhões de euros	Milhões de euros	Milhares de euros	Milhares de euros	RC=100	RC=100	PT=100	PT=100	Euros	Euros	PT=100	PT=100	PT=100	PT=100	PT=100	PT=100	PT=100	PT=100	PT=100	PT=100	%	%	%	%	%	%	
<b>Portugal</b>	<b>171.039,7</b>	<b>134.471,1</b>	<b>16,1</b>	<b>13,1</b>	<b>120,2</b>	<b>118,1</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>8.109,8</b>	<b>7.864,7</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>72,4</b>	<b>61,8</b>	<b>25,1</b>	<b>20,7</b>	<b>34,6</b>	<b>33,0</b>	
<b>Continente</b>	<b>162.042,8</b>	<b>128.205,8</b>	<b>16,0</b>	<b>13,1</b>	<b>119,5</b>	<b>118,3</b>	<b>99,5</b>	<b>100,2</b>	<b>8.134,1</b>	<b>7.891,7</b>	<b>100,5</b>	<b>101,7</b>	<b>100,3</b>	<b>100,3</b>	<b>100,4</b>	<b>100,2</b>	<b>100,8</b>	<b>100,7</b>	<b>99,9</b>	<b>100,0</b>	<b>73,2</b>	<b>62,9</b>	<b>25,4</b>	<b>21,0</b>	<b>34,8</b>	<b>32,8</b>
<b>Centro (100)</b>	<b>31.786,7</b>	<b>25.749,7</b>	<b>13,4</b>	<b>11,1</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>83,2</b>	<b>84,7</b>	<b>7.198,1</b>	<b>6.917,5</b>	<b>84,4</b>	<b>77,2</b>	<b>98,1</b>	<b>98,9</b>	<b>93,4</b>	<b>93,8</b>	<b>101,9</b>	<b>101,5</b>	<b>99,2</b>	<b>101,8</b>	<b>114,2</b>	<b>120,6</b>	<b>25,8</b>	<b>21,4</b>	<b>22,6</b>	<b>19,3</b>
<b>Baixo Vouga</b>	<b>5.846,8</b>	<b>4.805,6</b>	<b>14,6</b>	<b>12,6</b>	<b>109,0</b>	<b>113,9</b>	<b>90,7</b>	<b>96,4</b>	<b>7.465,8</b>	<b>7.283,3</b>	<b>86,6</b>	<b>81,7</b>	<b>100,5</b>	<b>101,9</b>	<b>103,0</b>	<b>103,1</b>	<b>100,7</b>	<b>99,6</b>	<b>97,4</b>	<b>103,1</b>	<b>123,0</b>	<b>127,7</b>	<b>48,5</b>	<b>43,0</b>	<b>39,4</b>	<b>35,6</b>
Águeda	x	x	x	x	x	x	x	x	6815,2	6691,2	78,0	82,3	x	x	x	x	x	x	x	x	156,5	157,7	x	x	x	x
Albergaria-a-Velha	x	x	x	x	x	x	x	x	6600,5	6567,3	73,1	68,5	x	x	x	x	x	x	x	x	130,4	133,5	x	x	x	x
Anadia	x	x	x	x	x	x	x	x	6440,7	6284,8	70,6	73,6	x	x	x	x	x	x	x	x	176,0	175,4	x	x	x	x
Aveiro	x	x	x	x	x	x	x	x	10767,8	10361	134,8	127,2	x	x	x	x	x	x	x	x	139,0	135,7	x	x	x	x
Estarreja	x	x	x	x	x	x	x	x	6670,3	6423,3	74,8	63,7	x	x	x	x	x	x	x	x	128,3	99,1	x	x	x	x
Ílhavo	x	x	x	x	x	x	x	x	7624,4	7536,1	82,8	72,8	x	x	x	x	x	x	x	x	73,9	78,8	x	x	x	x
Mealhada	x	x	x	x	x	x	x	x	6854,9	6846,5	75,4	69,5	x	x	x	x	x	x	x	x	190,0	112,8	x	x	x	x
Murtosa	x	x	x	x	x	x	x	x	6123,2	5772,5	67,3	57,1	x	x	x	x	x	x	x	x	334,5	493,9	x	x	x	x
Oliveira do Bairro	x	x	x	x	x	x	x	x	6075,8	6017,8	75,3	72,8	x	x	x	x	x	x	x	x	88,0	114,9	x	x	x	x
Ovar	x	x	x	x	x	x	x	x	7179,3	7061	83,5	74,2	x	x	x	x	x	x	x	x	108,9	132,4	x	x	x	x
Sever do Vouga	x	x	x	x	x	x	x	x	6600,5	6111,7	65,8	58,1	x	x	x	x	x	x	x	x	150,9	114,0	x	x	x	x
Vagos	x	x	x	x	x	x	x	x	5419,8	5208	62,7	58,6	x	x	x	x	x	x	x	x	102,4	179,8	x	x	x	x
Baixo Mondego	5.328,9	4.312,3	16,3	12,8	121,7	116,1	101,3	98,3	9.483,9	9.000,2	105,2	95,6	97,7	99,5	92,2	93,5	108,5	107,1	92,8	98,1	128,7	195,4	17,0	19,7	13,2	10,4
Pinhal Litoral	4.283,0	3.427,3	15,9	13,8	118,9	124,3	99,0	105,3	7.338,4	7.168,6	88,7	90,1	100,0	101,9	96,7	97,7	102,9	105,9	100,6	102,3	123,0	113,0	24,6	17,6	20,0	18,7
<b>Pinhal Interior Norte</b>	<b>1.385,8</b>	<b>1.058,9</b>	<b>10,1</b>	<b>7,7</b>	<b>75,8</b>	<b>70,0</b>	<b>63,1</b>	<b>59,3</b>	<b>5.476,1</b>	<b>5.247,2</b>	<b>62,8</b>	<b>58,8</b>	<b>95,9</b>	<b>95,1</b>	<b>87,5</b>	<b>86,8</b>	<b>97,0</b>	<b>94,4</b>	<b>104,2</b>	<b>105,0</b>	<b>132,8</b>	<b>134,7</b>	<b>17,4</b>	<b>9,4</b>	<b>13,1</b>	<b>7,1</b>
Alvaiázere	x	x	x	x	x	x	x	x	4575,5	4467,2	58,5	52,6	x	x	x	x	x	x	x	x	111,9	198,5	x	x	x	x
Ansião	x	x	x	x	x	x	x	x	5234,9	4981,8	65,0	62,1	x	x	x	x	x	x	x	x	84,6	103,2	x	x	x	x
Arganil	x	x	x	x	x	x	x	x	5281,6	4928,8	61,6	58,0	x	x	x	x	x	x	x	x	178,4	145,7	x	x	x	x
Castanheira de Pera	x	x	x	x	x	x	x	x	5991,9	5530,3	59,9	50,8	x	x	x	x	x	x	x	x	219,5	246,9	x	x	x	x
Figueiró dos Vinhos	x	x	x	x	x	x	x	x	5064,9	4815,9	57,1	49,0	x	x	x	x	x	x	x	x	2997,9	2457,6	x	x	x	x
Góis	x	x	x	x	x	x	x	x	5216,4	4773,0	59,0	52,8	x	x	x	x	x	x	x	x	890,4	x	x	x	x	x
Lousã	x	x	x	x	x	x	x	x	6416,9	6514,9	72,3	72,0	x	x	x	x	x	x	x	x	143,3	149,9	x	x	x	x
Miranda do Corvo	x	x	x	x	x	x	x	x	5807,0	5543,2	59,8	59,1	x	x	x	x	x	x	x	x	1,5	3,6	x	x	x	x
Oliveira do Hospital	x	x	x	x	x	x	x	x	5253,3	5069,2	64,6	62,7	x	x	x	x	x	x	x	x	161,8	121,4	x	x	x	x
Pampilhosa da Serra	x	x	x	x	x	x	x	x	5205,7	4750,0	55,6	57,1	x	x	x	x	x	x	x	x	111,0	12234,1	x	x	x	x
Pedrógão Grande	x	x	x	x	x	x	x	x	5255,5	4837,2	60,3	54,5	x	x	x	x	x	x	x	x	51153,7	32358,4	x	x	x	x
Penela	x	x	x	x	x	x	x	x	5455,8	5157,8	58,6	44,4	x	x	x	x	x	x	x	x	41,4	44,3	x	x	x	x
Tábua	x	x	x	x	x	x	x	x	5124,6	4805,7	60,1	52,2	x	x	x	x	x	x	x	x	210,6	254,2	x	x	x	x
Vila Nova de Poiares	x	x	x	x	x	x	x	x	5812,9	5697,1	63,2	72,9	x	x	x	x	x	x	x	x	69,4	68,5	x	x	x	x
Dão-Lafões	3.300,7	2.641,8	11,4	9,3	85,0	84,4	70,7	71,5	6.015,7	5.751,4	72,5	64,7	96,8	97,9	92,8	92,7	97,4	96,7	100,7	105,0	113,5	128,1	34,1	28,5	30,0	25,0
Pinhal Interior Sul	477,2	300,0	12,1	6,8	90,5	61,5	75,3	52,1	5.199,3	4.802,3	61,2	52,4	92,9	93,8	80,8	83,0	91,9	94,3	107,4	105,2	209,2	191,7	6,8	6,2	3,3	2,2
Serra da Estrela	386,0	296,6	8,3	6,0	61,8	54,5	51,4	46,1	5.330,8	4.959,7	64,3	56,3	99,0	98,0	80,2	80,1	106,6	106,3	111,9	109,1	100,6	103,8	5,1	6,8	5,1	4,3
Beira Interior Norte	1.186,3	995,5	11,0	8,8	82,7	79,2	68,8	67,0	6.254,9	5.759,3	73,5	66,1	96,0	97,9	85,7	85,6	99,9	100,4	103,3	108,7	92,0	93,3	18,2	7,8	19,8	8,5
<b>Beira Interior Sul</b>	<b>1.042,7</b>	<b>832,8</b>	<b>14,5</b>	<b>10,8</b>	<b>108,3</b>	<b>97,8</b>	<b>90,1</b>	<b>82,8</b>	<b>7.883,7</b>	<b>7.437,1</b>	<b>87,5</b>	<b>74,8</b>	<b>97,5</b>	<b>98,8</b>	<b>85,6</b>	<b>85,4</b>	<b>105,1</b>	<b>102,6</b>	<b>102,9</b>	<b>109,4</b>	<b>136,4</b>	<b>291,7</b>	<b>10,4</b>	<b>7,7</b>	<b>7,6</b>	<b>4,4</b>
Castelo Branco	x	x	x	x	x	x	x	x	8636,9	8216,0	97,4	87,4	x	x	x	x	x	x	x	x	71,9	159,7	x	x	x	x
Idanha-a-Nova	x	x	x	x	x	x	x	x	5578,3	5282,0	60,1	45,0	x	x	x	x	x	x	x	x	195,0	31,3	x	x	x	x
Penamacor	x	x	x	x	x	x	x	x	5173,3	4626,0	52,5	43,1	x	x	x	x	x	x	x	x	84,9	16,0	x	x	x	x
Vila Velha de Ródão	x	x	x	x	x	x	x	x	7034,3	6294,6	69,1	48,4	x	x	x	x	x	x	x	x	445,6	702,1	x	x	x	x
Cova da Beira	978,0	776,1	10,9	8,4	81,6	76,0	67,9	64,4	6.542,8	6.157,5	78,6	71,6	98,1	99,4	87,5	88,4	102,2	101,9	105,8	108,8	212,5	276,8	20,5	18,2	9,6	8,7
Oeste	4.666,5	3.820,5	12,7	11,3	95,2	101,9	79,2	86,3	7.189,0	6.994,7	88,6	77,0	97,3	96,6	94,3	95,1	101,4	100,9	96,5	93,8	80,3	73,7	17,9	11,1	22,3	17,7
Médio Tejo	2.904,9	2.482,4	12,6	11,0	94,3	99,1	78,4	83,9	7.047,4	6.809,5	81,6	74,5	97,8	97,8	91,0	91,0	103,2	103,3	99,9	99,5	95,5	69,3	21,4	16,3	22,4	22,0

Fonte: CCDRC, DATACENTRO, a partir de dados do INE

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Quadro II.4 – Especialização e Sistema Produtivo

	Proporção do VAB por ramos de atividade						Proporção do VAB						Empresas								Investigação & Desenvolvimento													
	Setor primário		Setor secundário		Setor terciário		Das empresas de alta e média-alta tecnologia		Das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados		Empresas (por localização da sede)		Densidade de empresas		Taxa de natalidade de empresas		Proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia		Despesa em I&D no PIB		Despesa média em I&D por unidade de investigação		Proporção da despesa em I&D por sector de execução											
	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2009	2007	2009	2008	2010	2004	2010	2008	2010	2008	2010	2007	2010	2003	2010	2008	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	N.º	N.º	N.º/km²	N.º/km²	%	%	%	%	%	%	Milhares de euros	Milhares de euros	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%		
<b>Portugal</b>	<b>2,2</b>	<b>3,4</b>	<b>23,9</b>	<b>28,1</b>	<b>73,9</b>	<b>68,5</b>	<b>10,6</b>	<b>11,0</b>	<b>55,6</b>	<b>54,9</b>	<b>1.144.150</b>	<b>1.016.507</b>	<b>12,4</b>	<b>11,9</b>	<b>11,9</b>	<b>14,2</b>	<b>1,8</b>	<b>2,1</b>	<b>1,6</b>	<b>0,7</b>	<b>869,0</b>	<b>789,3</b>	<b>46,1</b>	<b>51,2</b>	<b>7,1</b>	<b>9,4</b>	<b>36,7</b>	<b>29,8</b>	<b>10,1</b>	<b>9,7</b>				
<b>Continente</b>	<b>2,0</b>	<b>3,3</b>	<b>24,4</b>	<b>28,7</b>	<b>73,5</b>	<b>68,0</b>	<b>11,0</b>	<b>11,4</b>	<b>56,0</b>	<b>55,2</b>	<b>1.096.832</b>	<b>978.682</b>	<b>12,3</b>	<b>11,9</b>	<b>11,9</b>	<b>14,1</b>	<b>1,8</b>	<b>2,1</b>	<b>1,7</b>	<b>0,8</b>	<b>880,0</b>	<b>793,5</b>	<b>46,5</b>	<b>51,8</b>	<b>6,9</b>	<b>9,1</b>	<b>36,5</b>	<b>29,4</b>	<b>10,1</b>	<b>9,7</b>				
<b>Centro (100)</b>	<b>3,5</b>	<b>5,4</b>	<b>31,1</b>	<b>35,0</b>	<b>65,4</b>	<b>59,6</b>	<b>8,1</b>	<b>8,6</b>	<b>63,1</b>	<b>62,7</b>	<b>248.071</b>	<b>223.978</b>	<b>8,8</b>	<b>8,4</b>	<b>10,8</b>	<b>12,4</b>	<b>1,4</b>	<b>1,9</b>	<b>1,3</b>	<b>0,6</b>	<b>521,7</b>	<b>480,5</b>	<b>36,7</b>	<b>53,2</b>	<b>3,4</b>	<b>4,5</b>	<b>52,5</b>	<b>35,9</b>	<b>7,3</b>	<b>6,5</b>				
<b>Baixo Vouga</b>	<b>2,4</b>	<b>3,5</b>	<b>38,7</b>	<b>43,6</b>	<b>58,9</b>	<b>52,9</b>	<b>19,2</b>	<b>21,5</b>	<b>78,1</b>	<b>79,3</b>	<b>42.105</b>	<b>38.257</b>	<b>23,3</b>	<b>22,9</b>	<b>11,4</b>	<b>13,1</b>	<b>1,6</b>	<b>3,0</b>	<b>2,2</b>	<b>1,1</b>	<b>570,6</b>	<b>587,0</b>	<b>46,0</b>	<b>65,2</b>	<b>0,6</b>	<b>0,8</b>	<b>53,4</b>	<b>34,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>				
Águeda	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	5.165	x	15,4	15,4	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Albergaria-a-Velha	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	2.501	x	15,7	14,9	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Anadia	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	3.182	x	14,7	14,6	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Aveiro	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	9.497	x	48,1	47,1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Estarreja	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	2.551	x	23,6	22,9	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Ílhavo	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	3.939	x	53,6	53,4	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Mealhada	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	2.144	x	19,4	19,7	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Murtosa	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	1.144	x	15,6	15,3	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Oliveira do Bairro	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	2.601	x	29,8	28,6	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Ovar	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	5.564	x	37,7	38,1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Sever do Vouga	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	1.292	x	9,9	8,8	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Vagos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	2.525	x	15,3	14,7	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Baixo Mondego	2,1	3,1	27,0	28,6	71,0	68,3	5,0	5,8	41,7	40,7	38.780	36.652	18,8	18,3	11,1	12,9	1,7	1,7	3,1	...	710,3	559,8	16,3	20,2	6,7	8,0	58,6	52,7	18,4	19,1				
Pinhal Litoral	1,9	3,5	39,3	44,3	58,8	52,2	3,3	3,2	79,5	80,2	32.293	29.381	18,5	18,2	10,2	11,8	1,3	2,4	0,8	0,2	305,7	282,2	64,4	56,5	0,7	15,2	34,9	28,2	0,0	0,0				
<b>Pinhal Interior Norte</b>	<b>4,1</b>	<b>5,7</b>	<b>34,3</b>	<b>36,1</b>	<b>61,6</b>	<b>58,1</b>	<b>3,8</b>	<b>3,8</b>	<b>36,4</b>	<b>34,3</b>	<b>12.480</b>	<b>12.012</b>	<b>4,8</b>	<b>4,6</b>	<b>10,4</b>	<b>11,3</b>	<b>1,0</b>	<b>1,7</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>145,3</b>	<b>108,4</b>	<b>64,2</b>	<b>90,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>35,8</b>	<b>9,8</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>				
Alvaiázere	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	778	x	4,8	4,7	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Ansião	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	1.510	x	8,6	8,2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Arganil	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	1.113	x	3,3	3,4	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Castanheira de Pera	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	271	x	4,1	3,9	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Figueiró dos Vinhos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	625	x	3,6	3,5	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Góis	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	378	x	1,4	1,2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Lousã	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	1.693	x	12,2	12,0	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Miranda do Corvo	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	1.274	x	10,1	9,1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Oliveira do Hospital	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	1.763	x	7,5	7,6	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Pampilhosa da Serra	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	274	x	0,7	0,7	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Pedrógão Grande	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	400	x	3,1	2,9	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Penela	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	569	x	4,2	4,0	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Tábua	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	1.028	x	5,1	4,8	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Vila Nova de Poiares	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	804	x	9,5	9,3	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Dão-Lafões	3,6	6,7	28,5	29,8	68,0	63,5	9,4	9,3	60,4	56,4	25.900	23.035	7,4	7,1	11,4	12,6	0,9	1,5	0,6	0,1	411,2	621,5	57,5	76,5	3,7	...	38,8	17,2	0,0	...				
Pinhal Interior Sul	4,9	7,6	36,5	31,5	58,6	61,0	1,5	1,8	20,6	20,6	3.549	3.279	1,9	1,7	9,0	10,7	0,9	2,0	...	...	...	...	...	...	0,0	...	0,0	...	0,0	...	0,0	...		
Serra da Estrela	4,0	5,9	22,8	24,7	73,2	69,4	0,3	0,4	15,8	14,7	3.760	3.507	4,3	4,1	10,1	9,5	1,6	1,1	...	...	...	...	...	...	0,0	...	0,0	...	0,0	...	0,0	...		
Beira Interior Norte	4,8	7,8	20,9	29,7	74,4	62,5	5,0	9,2	52,0	54,2	10.078	8.761	2,5	2,3	9,8	10,9	0,7	1,6	0,6	0,3	588,4	519,7	28,1	...	0,0	0,0	71,9	53,0	0,0	...	0,0	...		
<b>Beira Interior Sul</b>	<b>6,5</b>	<b>12,3</b>	<b>24,5</b>	<b>24,8</b>	<b>68,9</b>	<b>62,9</b>	<b>5,6</b>	<b>5,8</b>	<b>35,3</b>	<b>28,4</b>	<b>7.271</b>	<b>6.357</b>	<b>1,9</b>	<b>1,8</b>	<b>11,1</b>	<b>11,2</b>	<b>1,1</b>	<b>1,3</b>	<b>1,1</b>	<b>0,4</b>	<b>596,7</b>	<b>403,3</b>	<b>39,5</b>	<b>33,7</b>	<b>0,3</b>	<b>4,0</b>	<b>60,2</b>	<b>62,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>				
Castelo Branco	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	5.698	x	4	3,7	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Idanha-a-Nova	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	880	x	0,6	0,5	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Penamacor	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	435	x	0,8	0,7	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Vila Velha de Ródão	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	258	x	0,8	0,7	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Cova da Beira	4,6	7,5	23,8	30,8	71,6	61,7	1,5	1,5	22,3	19,7	8.169	7.478	5,9	5,6	10,6	11,9	1,2	1,4	1,9	1,3	534,3	410,1	16,6	...	2,8	...	80,6	94,4	0,0	0,0				
Oeste	7,0	10,1	25,0	30,2	68,1	59,7	4,1	4,0	55,3	55,1	42.159	35.629	19,0	17,4	11,1	13,0	1,6	1,7	0,4	...	308,6	358,8	91,4	96,3	4,0	3,4	4,6	0,3	0,0	0,0				
Médio Tejo	2,2	3,0	31,8	37,7	66,0	59,3	8,1	5,3	56,9	54,7	21.527	19.630	9,3	9,1	10,2	12,3	1,7	1,0	0,3	0,1	233,6	249,2	48,3	56,0	0,0	0,0	51,7	44,0	0,0	0,0				

Fonte: CCDRC, DATACENTRO, a partir de dados do INE

Quadro II.5 – Coesão Social

	Proteção social											Saúde								Segurança				
	Proporção dos pensionistas por velhice	Beneficiários de subsídio de desemprego por 1000 habitantes em idade ativa	Beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes em idade ativa		Taxa de utilização das creches	Taxa de utilização das respostas sociais para idosos (centros de dia, lares de idosos e serviço de apoio domiciliário)	Proporção da população com 15 e mais anos por principal meio de vida (censos)				Consultas nos hospitais e centros de saúde por habitante	Médicos por 1000 habitantes (por local de residência)		Enfermeiros por 1000 habitantes (por local de trabalho)		Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes		Taxa de criminalidade		Proporção de acidentes de viação com vítimas em estradas nacionais				
			2011	2011			2011	2008	2011	2011		2011	2011	2011	2010	2002	2011	2002	2011	2002	2011	2001	2011	2009
			%	N.º			%	N.º	%	%		%	%	%	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	%	%	%	%
<b>Portugal</b>	66,0	61,6	49,9	46,5	x	x	48,2	1,2	4,1	15,4	4,1	3,7	4,1	3,2	6,1	4,0	0,3	0,3	39,4	36,2	x	x		
<b>Continente</b>	66,5	61,9	48,5	45,0	87,7	82,6	48,2	1,2	4,1	15,2	4,2	3,8	4,1	3,3	6,0	3,9	0,3	0,3	39,4	35,2	22,5	24,3		
<b>Centro (100)</b>	66,4	52,4	31,2	30,1	84,0	83,0	46,3	0,7	3,4	15,1	4,5	4,0	3,6	2,7	6,0	4,0	0,3	0,3	32,7	26,6	26,6	28,0		
<b>Baixo Vouga</b>	67,9	54,3	29,8	22,8	87,8	87,9	50,0	0,7	3,7	15,8	...	3,9	2,6	1,9	4,2	2,8	0,3	0,3	37,3	33,4	17,8	20,1		
Águeda	70,3	51,1	23,3	18,2	84,3	90,0	50,4	0,5	3,7	14,8	6,3	4,2	1,8	1,3	4,4	2,5	0,3	0,3	32,3	25,2	20,2	27,0		
Albergaria-a-Velha	65,7	49,8	28,2	22,2	93,2	90,0	50,0	0,7	3,8	16,3	3,4	...	1,8	1,3	2,1	0,4	0,3	0,3	34,1	18,8	38,5	28,5		
Anadia	69,6	44,2	15,4	8,8	82,1	94,7	47,4	0,4	3,4	14,5	7,5	3,9	2,1	2,1	4,3	2,3	0,4	0,5	30,6	26,6	20,5	18,5		
Aveiro	68,0	56,8	30,4	24,7	90,7	81,4	52,7	0,7	3,5	15,5	...	...	4,7	3,9	8,1	8,5	0,3	0,3	44,2	55,9	15,6	18,4		
Estarreja	66,8	45,0	48,5	46,0	104,1	93,4	47,2	1,3	3,3	17,9	3,7	3,9	1,8	1,1	4,0	1,9	0,2	0,2	40,4	25,0	24,6	23,3		
Ílhavo	64,9	61,4	36,5	25,6	102,5	95,9	50,9	0,7	4,0	16,2	3,6	3,1	2,2	2,0	2,0	0,6	0,2	0,2	40,9	40,3	0,0	3,8		
Mealhada	69,8	43,8	16,8	11,4	96,0	86,1	50,3	0,4	2,9	14,3	3,1	3,0	2,6	1,5	2,9	0,5	0,3	0,3	31,1	23,6	25,9	23,7		
Murtosa	64,4	50,2	28,6	20,8	86,4	91,3	44,5	0,4	2,7	18,7	4,3	5,0	1,3	1,3	1,7	1,2	0,4	0,4	41,3	26,1	53,1	42,2		
Oliveira do Bairro	70,0	47,8	26,0	23,7	87,2	89,2	50,5	0,7	3,6	14,9	7,9	...	2,0	1,5	2,7	0,8	0,3	0,3	39,0	29,4	21,9	19,0		
Ovar	66,6	74,2	44,2	28,5	82,2	79,0	49,7	1,3	5,4	15,9	4,1	3,8	2,4	1,5	3,8	1,7	0,3	0,3	37,2	34,4	5,6	8,4		
Sever do Vouga	67,7	43,7	15,8	11,6	57,6	82,5	45,8	0,4	3,2	15,6	5,9	3,4	1,2	0,5	3,1	0,4	0,4	0,4	30,3	18,5	30,8	50,0		
Vagos	67,7	44,8	17,2	16,7	76,9	88,8	49,3	0,5	3,0	16,9	3,5	3,7	1,7	0,8	2,5	1,0	0,3	0,3	33,4	25,4	13,0	19,3		
Baixo Mondego	66,4	46,8	34,4	33,1	86,6	83,5	47,6	0,9	2,8	14,8	...	5,8	12,7	9,5	13,7	10,2	0,4	0,4	35,6	29,7	19,7	18,1		
Pinhal Litoral	64,8	52,1	25,1	21,2	83,9	86,7	50,5	0,6	3,3	14,5	...	...	2,0	1,6	4,4	3,2	0,3	0,3	34,5	32,9	27,8	29,1		
<b>Pinhal Interior Norte</b>	65,0	43,8	40,1	46,3	82,2	81,7	41,9	0,8	3,2	14,2	3,6	3,8	1,0	0,7	2,7	1,2	0,4	0,4	28,0	21,1	34,6	35,7		
Alvaiázere	67,6	28,3	26,0	25,0	63,1	85,3	35,7	0,8	2,6	14,7	...	...	0,8	1,0	1,7	0,6	0,6	0,5	32,7	20,7	44,4	59,0		
Ansão	66,0	45,9	30,6	38,1	68,8	85,1	41,4	0,7	3,3	14,4	...	...	0,8	0,4	2,0	0,8	0,4	0,3	21,0	19,1	0,0	9,9		
Arganil	67,4	37,5	48,3	57,2	84,5	69,4	39,1	1,0	2,4	14,3	3,3	4,0	0,8	0,8	2,9	1,1	0,3	0,3	23,4	16,0	46,7	30,6		
Castanheira de Pera	64,1	45,1	40,4	61,0	100,0	70,3	34,8	1,1	3,1	11,4	4,6	5,4	1,3	0,8	1,9	1,4	0,3	0,3	31,9	25,6	42,9	30,0		
Figueiró dos Vinhos	63,1	50,0	71,2	66,0	80,0	98,5	36,0	1,3	4,5	14,0	4,7	4,8	1,1	0,6	2,8	1,4	1,0	0,8	32,5	22,3	28,0	36,0		
Góis	64,5	33,5	35,6	40,8	57,8	76,0	36,1	0,6	1,9	12,1	3,0	3,8	0,2	0,4	2,9	1,3	0,7	0,6	39,6	17,3	63,2	50,0		
Lousã	61,2	48,4	42,8	41,0	85,8	97,6	49,4	1,0	3,2	14,5	3,2	3,3	1,0	0,7	2,5	1,2	0,2	0,2	39,5	25,8	20,8	32,9		
Miranda do Corvo	64,0	43,3	34,5	37,9	84,4	83,8	47,2	0,7	3,0	14,3	3,2	3,2	1,4	0,8	2,8	1,1	0,2	0,2	20,3	13,1	42,4	39,4		
Oliveira do Hospital	65,4	55,6	36,4	47,7	88,9	83,4	42,9	0,7	4,0	15,2	...	...	1,3	1,0	3,5	1,2	0,4	0,4	21,6	19,2	36,1	29,1		
Pampilhosa da Serra	65,6	15,4	18,4	39,6	67,7	72,5	29,7	0,4	1,7	13,2	1,5	3,4	0,0	0,2	1,8	1,4	0,5	0,4	21,5	17,6	33,3	61,5		
Pedrógão Grande	63,5	40,4	34,6	29,3	82,9	83,8	34,0	0,9	3,0	13,2	5,7	5,5	0,3	0,2	1,8	0,9	0,8	0,7	44,4	24,9	53,8	43,3		
Penela	65,8	34,9	30,4	33,2	81,8	77,9	39,8	0,6	2,9	13,8	3,6	4,3	1,2	0,8	4,4	1,8	0,3	0,3	32,9	34,7	22,2	18,8		
Tábua	66,3	51,0	45,2	64,0	88,7	89,2	42,1	1,0	3,5	13,7	4,9	3,0	1,1	0,8	3,7	1,4	0,4	0,4	30,0	23,3	49,1	62,5		
Vila Nova de Poiares	63,0	39,4	65,3	63,2	98,8	95,6	49,5	1,0	2,8	14,3	3,2	3,8	0,8	0,8	1,9	1,1	0,3	0,3	23,8	28,8	42,3	18,5		
Dão-Lafões	68,4	53,4	40,1	46,1	81,7	92,1	43,5	0,9	3,2	17,1	...	...	2,8	1,9	6,4	3,8	0,3	0,3	27,0	21,1	31,6	32,8		
Pinhal Interior Sul	67,0	31,1	18,9	26,2	79,4	81,8	36,6	0,4	2,2	14,1	3,8	4,0	0,8	0,6	2,8	1,2	0,4	0,3	21,1	16,1	35,0	41,4		
Serra da Estrela	67,1	51,2	45,7	45,7	73,3	76,7	37,3	0,0	3,7	14,5	4,2	3,9	1,8	1,3	4,4	2,1	0,4	0,4	26,9	16,8	46,3	43,7		
Beira Interior Norte	67,7	46,7	38,8	32,3	72,4	76,3	40,6	0,7	3,0	14,6	...	...	2,5	1,8	7,5	4,8	0,4	0,4	25,9	19,6	36,5	40,2		
<b>Beira Interior Sul</b>	67,9	46,2	34,4	37,6	82,2	75,9	41,6	0,8	3,0	13,7	4,4	3,6	2,8	2,3	7,2	6,1	0,4	0,4	32,4	26,2	40,0	46,6		
Castelo Branco	66,9	52,6	34,7	40,3	83,4	81,2	46,0	0,9	3,3	14,0	4,6	3,5	3,5	3,0	8,7	7,9	0,3	0,3	29,4	29,8	32,1	37,4		
Idanha-a-Nova	69,4	33,8	44,7	32,5	88,0	79,6	29,0	0,5	2,5	13,2	3,5	3,5	0,6	0,4	2,9	1,1	0,8	0,7	41,9	20,4	64,7	82,6		
Penamacor	70,8	18,7	25,9	35,6	60,0	62,8	28,9	0,3	1,4	13,1	3,4	3,1	1,3	0,8	2,0	1,9	0,9	0,8	40,6	15,4	43,8	59,1		
Vila Velha de Ródão	69,3	26,3	15,8	16,0	64,4	67,1	30,3	0,5	2,1	10,4	3,9	4,8	0,9	0,3	2,3	1,5	0,3	0,3	41,4	11,0	45,8	30,0		
Cova da Beira	66,9	57,1	35,0	34,6	73,0	77,2	41,9	0,9	4,1	13,9	4,2	...	2,6	1,6	6,9	4,7	0,4	0,3	26,4	17,8	30,7	30,8		
Oeste	65,3	62,0	22,7	20,3	85,6	85,0	49,3	0,5	3,8	14,8	3,7	...	1,5	1,2	3,1	2,0	0,3	0,3	37,5	27,7	31,1	31,8		
Médio Tejo	64,5	53,6	26,4	26,2	90,0	79,3	44,7	0,6	3,4	15,0	...	...	1,8	1,4	5,3	2,7	0,4	0,3	29,6	23,8	23,3	26,3		

Fonte: CCDRC, DATACENTRO, a partir de dados do INE

## **ANEXO III**

### CONCEITOS ESTATÍSTICOS

(constantes do Sistema de Metainformação do INE)

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

<b>CONCEITOS ESTATÍSTICOS</b> <b>(constantes do Sistema de Metainformação do INE)</b>			
DESIGNAÇÃO	DEFINIÇÃO / CONCEITO	FÓRMULA DE CÁLCULO	NOTAS de DATACENTRO
Densidade de empresas	<b>Empresa:</b> Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.	Número de empresas / Área do município (km <sup>2</sup> )	Os dados de 2008 e de 2009 foram compilados de acordo com a versão revista da nomenclatura de atividades económicas (CAE-Rev.3), pelo que os dados setoriais divulgados em anos anteriores não são diretamente comparáveis com os que agora são divulgados. O âmbito da informação do SCIE aqui divulgada, para esses anos, exclui as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3.
Despesa em I&D no PIB	<b>Investigação e Desenvolvimento:</b> Todo o trabalho criativo prosseguido de forma sistemática, com vista a ampliar o conjunto dos conhecimentos, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desse conjunto de conhecimentos em novas aplicações.	(Total da despesa em I&D/ PIBpm) x 100	
Despesa média em I&D por unidade de investigação		Total da despesa em I&D / Unidades de investigação	(1) Na rubrica "Unidades de investigação", no caso das empresas, foi considerado o número de empresas tendo em conta a região de localização da sua sede social, em vez da região onde efetivamente são executadas as suas atividades de I&D, de forma a evitar que as empresas que desenvolvem I&D em mais do que um município fossem contadas mais do que uma vez. (2) A despesa em I&D é avaliada a preços correntes.
Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por 1000 habitantes	<b>Diplomado:</b> Aluno que concluiu com aproveitamento o nível/curso em que estava matriculado, tendo requerido o respetivo diploma.	Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas/ População residente com idade entre 20 e 29 anos)*1000	
Doutorados do ensino superior por 1000 habitantes		(Doutorados do ensino superior/ População residente com idade entre 25 e 34 anos) *1000	
Empresas (por localização da sede)	A partir do ano de referência 2004, o Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) alterou de forma significativa a sua metodologia, aproveitando a informação fiscal recebida administrativamente. Os dados divulgados na publicação "Empresas em Portugal 2005" registaram uma relevante reformulação ao nível da produção das estatísticas das empresas, correspondendo a uma maior cobertura do universo empresarial e não sendo portanto, diretamente comparáveis com os divulgados em edições anteriores. Estas alterações resultam essencialmente de dois fatores: - Inclusão dos profissionais liberais; - Utilização de informação exaustiva, em detrimento dos dados extrapolados do Inquérito Anual às Empresas.	IES (Informação Empresarial Simplificada)	Os dados do ano de 2010 são divulgados de acordo com a nova série do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) 2004-2010. A entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística, em 1 de janeiro de 2010, introduziu alterações significativas no registo da informação contabilística e consequentemente nos dados do SCIE para o ano de 2010, motivo pelo qual estes dados não são diretamente comparáveis com os dados disponibilizados anteriormente. O âmbito da informação do SCIE, para o ano 2010, exclui as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3.

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

CONCEITOS ESTATÍSTICOS (constantes do Sistema de Metainformação do INE)			
DESIGNAÇÃO	DEFINIÇÃO / CONCEITO	FÓRMULA DE CÁLCULO	NOTAS de DATACENTRO
Família Clássica	Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.		
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem – Total	<b>Ganho:</b> Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).		Os dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa.
Índice de disparidade do PIB por habitante face à média nacional (PT = 100)	O território extra-regional é composto por partes do território económico de um país que não se podem ligar diretamente a uma única região. Consiste em: a) o espaço aéreo nacional, as águas territoriais e a plataforma continental situada em águas internacionais em relação à qual o país dispõe de direitos exclusivos; b) os enclaves territoriais [isto é, os territórios geográficos situados no resto do mundo e utilizados, em virtude de tratados internacionais ou de acordos entre Estados, por administrações públicas do país (embaixadas, consulados, bases militares, bases científicas, etc.); c) os jazigos petrolíferos, de gás natural, etc. situados em águas internacionais, fora da plataforma continental do país, explorados por unidades residentes.	PIB por habitante da região / PIB por habitante de Portugal x 100	(1) Base 2006 (2) O valor de Portugal inclui o território extra-regional (extra-regio). (3) Os valores de 2011 são provisórios.
Índice de disparidade do PIB por habitante face à média regional (RC = 100)		PIB por habitante da região em análise / PIB por habitante da Região Centro x 100	
Índice de Envelhecimento	Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10 <sup>2</sup> ) pessoas dos 0 aos 14 anos).	População com 65 ou mais anos / População entre os 0 e os 14 anos x 100	Os dados da população residente utilizados no cálculo do indicador para 2011 têm por base o exercício ad hoc de estimativas anuais de população residente, pelo que não são diretamente comparáveis com a série anterior.
Índice sintético de desenvolvimento regional – Coesão	O índice sintético de desenvolvimento regional (Coesão) é um indicador compósito (Portugal = 100) que pretende acompanhar as assimetrias regionais do processo de desenvolvimento regional, na vertente coesão.		
Índice sintético de desenvolvimento regional – Competitividade	O índice sintético de desenvolvimento regional (Competitividade) é um indicador compósito (Portugal = 100) que pretende acompanhar as assimetrias regionais do processo de desenvolvimento regional, na vertente competitividade		
Índice sintético de desenvolvimento regional – Índice global	O índice sintético de desenvolvimento regional (Índice global) é um indicador compósito (Portugal = 100) que pretende acompanhar as assimetrias regionais do processo de desenvolvimento regional, em resultado do efeito conjugado do desempenho nas vertentes competitividade, coesão e qualidade ambiental.		
Índice sintético de desenvolvimento regional – Qualidade ambiental	O índice sintético de desenvolvimento regional (Qualidade ambiental) é um indicador compósito (Portugal = 100) que pretende acompanhar as assimetrias regionais do processo de desenvolvimento regional, na vertente qualidade ambiental.		

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

CONCEITOS ESTATÍSTICOS (constantes do Sistema de Metainformação do INE)			
DESIGNAÇÃO	DEFINIÇÃO / CONCEITO	FÓRMULA DE CÁLCULO	NOTAS de DATACENTRO
Peso das Exportações de Mercadorias no PIB*	<b>Exportação:</b> Somatório das expedições de mercadorias efetuadas por Portugal para os restantes Estados-membros, com as exportações de Portugal para os países terceiros. <b>País Terceiro:</b> Qualquer país ou território que não faça parte do território estatístico da União Europeia.	$(\text{Exportações de mercadorias} / \text{Produto Interno Bruto}) \times 100$	(1) Os dados de exportações de 2011 são provisórios e os dados do PIB de 2011 são preliminares. (2) A localização geográfica corresponde à localização da sede do operador. (3) O valor de Portugal inclui a componente Extra-Regio. (4) A componente Extra-Regio inclui dados para os quais não é possível dispor de informação sobre a localização da sede do operador, nomeadamente estimativas de não resposta e abaixo do limiar e empresas estrangeiras.
Peso das Importações de Mercadorias no PIB*	<b>Importação:</b> Somatório das chegadas a Portugal de mercadorias provenientes dos restantes Estados-membros, com as importações portuguesas com origem em países terceiros.	$(\text{Importações de mercadorias} / \text{Produto Interno Bruto}) \times 100$	
Poder Compra Per Capita*	<i>O Indicador per Capita do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional.</i>		
População ativa	<i>População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada)</i>		
População servida por Estações de tratamento de águas residuais	<b>Águas residuais tratadas:</b> Águas residuais cujo tratamento é efetuado nas ETAR e nas fossas sépticas municipais.	$(\text{População servida por estações de tratamento de águas residuais} / \text{População média anual residente}) \times 100$	Não foi possível obter os dados relativos a alguns municípios pelo que alguns dos totalizadores se encontram subavaliados.
População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	<b>Sistema de drenagem de águas residuais:</b> Sistema constituído por um conjunto de órgãos cuja função é a coleta das águas residuais e o seu encaminhamento e, por vezes, tratamento em dispositivo adequado, de forma a que a sua deposição no meio recetor (solo de água), não altere as condições ambientais existentes para além dos valores estabelecidos como admissíveis na normativa local e na legislação nacional aplicável. Deste modo na sua forma completa, um sistema de drenagem de águas residuais é constituído pelos seguintes órgãos principais: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, interceptor, estação de tratamento e emissário final.	$(\text{População servida por sistemas de drenagem de águas residuais} / \text{População média anual residente}) * 100$	<b>Fonte:</b> Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais   Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR VFF) (extraído de <a href="http://www.ine.pt">www.ine.pt</a> e INE, Anuários Estatísticos Regionais)
População servida por Sistemas públicos de abastecimento de água	<b>Sistema de abastecimento de água:</b> Conjunto de órgãos interligados que, no seu todo, têm como função colocar água em casa do consumidor, em boa quantidade e boa qualidade. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, adutora para a distribuição e rede de distribuição. <b>População Média:</b> População calculada pela média aritmética dos efetivos em dois momentos de observação, habitualmente em dois finais de anos consecutivos.	$(\text{População servida por sistemas de abastecimento de água} / \text{População média anual residente}) * 100$	



EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

CONCEITOS ESTATÍSTICOS (constantes do Sistema de Metainformação do INE)			
DESIGNAÇÃO	DEFINIÇÃO / CONCEITO	FÓRMULA DE CÁLCULO	NOTAS de DATACENTRO
<b>Produto Interno Bruto (PIB) por habitante</b>	<i>O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de outras três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade). É igualmente o saldo da conta de produção total da economia; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia). Deduzindo ao PIBpm o consumo de capital fixo, obtém-se o Produto Interno Líquido a preços de mercado (PILpm).</i>	PIB da região / População média da região x 1000	
<b>Proporção da despesa em I&amp;D por setor de execução – Empresas</b>	<i>O setor de execução das Empresas, na perspectiva da inquirição ao potencial científico e tecnológico nacional, compreende todas as empresas e entidades públicas e privadas, cuja atividade principal é a produção de bens e serviços com o objetivo da sua venda a um preço que deve cobrir aproximadamente os custos de produção. Este setor compreende também as Instituições Privadas sem Fins Lucrativos cuja atividade principal esteja ao serviço das Empresas.</i>	Despesa das empresas em I&D / Despesa total em I&D	A despesa em I&D é avaliada a preços correntes.
<b>Proporção da despesa em I&amp;D por setor de execução – Ensino superior</b>	<i>O setor de execução do Ensino Superior, na perspectiva da inquirição ao potencial científico e tecnológico nacional, compreende todas as universidades, institutos superiores, institutos politécnicos e outros estabelecimentos de ensino pós-secundário, qualquer que seja a origem dos seus recursos financeiros e do seu estatuto jurídico. Compreende igualmente todas as instituições (centros e institutos de investigação, hospitais e clínicas, etc.) que trabalham sob controlo direto de estabelecimentos de ensino superior ou administradas por estes últimos. O setor compreende ainda as Instituições Privadas sem Fins Lucrativos controladas e maioritariamente financiadas pelo Ensino Superior.</i>	Despesa do Ensino Superior em I&D / Despesa total em I&D	
<b>Proporção da despesa em I&amp;D por setor de execução – Estado</b>	<i>O setor de execução do Ensino Superior, na perspectiva da inquirição ao potencial científico e tecnológico nacional, compreende todas as universidades, institutos superiores, institutos politécnicos e outros estabelecimentos de ensino pós-secundário, qualquer que seja a origem dos seus recursos financeiros e do seu estatuto jurídico. Compreende igualmente todas as instituições (centros e institutos de investigação, hospitais e clínicas, etc.) que trabalham sob controlo direto de estabelecimentos de ensino superior ou administradas por estes últimos. O setor compreende ainda as Instituições Privadas sem Fins Lucrativos controladas e maioritariamente financiadas pelo Ensino Superior.</i>	Despesa do Estado em I&D / Despesa total em I&D	

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

CONCEITOS ESTATÍSTICOS (constantes do Sistema de Metainformação do INE)			
DESIGNAÇÃO	DEFINIÇÃO / CONCEITO	FÓRMULA DE CÁLCULO	NOTAS de DATACENTRO
Proporção da despesa em I&D por setor de execução – Instituições privadas sem fins lucrativos	<i>O setor da execução das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos na perspectiva da inquirição ao potencial científico e tecnológico nacional, compreende os organismos privados, ou semi-públicos, que não tenham sido criados com a finalidade de obter benefícios económicos. Este setor compreende, essencialmente, sociedades científicas e profissionais, fundações e institutos de investigação dependentes de associações e fundações.</i>	Despesa das instituições privadas sem fins lucrativos em I&D / Despesa total em I&D	
Proporção da população empregada por atividade *	<b>Empregado:</b> <i>Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: 1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; 2) tinha uma ligação formal a um emprego mas não estava ao serviço; 3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; 4) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência. Os trabalhadores familiares não remunerados são considerados empregados desde que tenham trabalhado 15 ou mais horas na semana de referência.</i>	(População empregada em determinado ramo de atividade / População empregada total) * 100	
Proporção da população empregada por conta de outrem (censos) *		(População empregada por conta de outrem / População empregada) * 100	
Proporção da população empregada por conta própria (censos) *		(População empregada por conta própria / População empregada) * 100	
Proporção da população residente a frequentar o ensino*	<b>População residente:</b> Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.	(População residente a frequentar o ensino/ População residente total) * 100	No indicador considerado estão contempladas as crianças a frequentar o ensino pré-escolar.
Proporção da população residente com 15 ou mais anos com pelo menos o 3.º ciclo do ensino básico completo (censos) *	<b>Ensino Básico:</b> <i>Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida ativa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.</i> <b>Ensino Básico 3º ciclo:</b> <i>Corresponde aos 3 anos seguintes ao ensino básico 2º ciclo e é o último ciclo do ensino básico.</i>	(População residente com 15 ou mais anos com pelo menos o 3.º ciclo do ensino básico completo/ População residente com 15 ou mais anos) * 100	
Proporção da população residente com 15 ou mais anos sem qualquer grau de ensino completo (censos) *	<b>Nível de escolaridade:</b> <i>Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.</i>	(População residente com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo/ População residente com 15 ou mais anos) * 100	
Proporção da população residente com ensino superior completo (censos)	<b>Ensino superior:</b> <i>Nível de ensino que compreende os ensinos universitário e politécnico, aos quais têm acesso indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente e indivíduos maiores de 23 anos que, não possuindo a referida habilitação, revelem qualificação para a sua frequência através de prestação de provas.</i>	(População residente com 21 e mais anos com ensino superior concluído/ População residente com 21 e mais anos) *100	

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

CONCEITOS ESTATÍSTICOS (constantes do Sistema de Metainformação do INE)			
DESIGNAÇÃO	DEFINIÇÃO / CONCEITO	FÓRMULA DE CÁLCULO	NOTAS de DATACENTRO
Proporção da população residente entre os 30 e 34 anos com ensino superior completo (censos) *	<i>Ensino Superior:</i>	(População residente do grupo etário dos 30 aos 34 anos com ensino superior completo/ População residente do grupo etário dos 30 aos 34 anos) * 100	Para o cálculo deste indicador consideraram-se os indivíduos com idade compreendida entre os 30 e os 34 anos com bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento concluídos.
Proporção da população residente que entra na unidade territorial (movimentos pendulares - censos)	<b>Movimento Pendular:</b> Deslocação diária, entre a residência e o local de trabalho ou estudo, efetuada pela população residente e que vivia no respetivo alojamento a maior parte do ano. <i>População residente:</i>	(População residente que trabalha ou estuda na unidade territorial residindo noutra unidade territorial/ População residente na unidade territorial) *100	
Proporção da população residente que sai da unidade territorial (movimentos pendulares - censos)	<b>Movimento Pendular:</b> Deslocação diária, entre a residência e o local de trabalho ou estudo, efetuada pela população residente e que vivia no respetivo alojamento a maior parte do ano. <i>População residente:</i>	(População residente que trabalha ou estuda noutra unidade territorial/ População residente na unidade territorial) *100	
Proporção de famílias clássicas unipessoais*	<i>Família Clássica:</i>	(Famílias clássicas de 1 só pessoa/ Famílias clássicas)*100	
Proporção de população jovem	<i>População residente:</i> <b>Grupo Etário:</b> Intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra, de acordo com o momento de referência	(População residente dos 0 aos 14 anos) / (População residente total) x 100	
Proporção de população residente em lugares com 2000 ou mais habitantes	<i>População residente:</i>	População residente em lugares com 2000 ou mais habitantes / População residente x 100	
Proporção do VAB das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia	<b>SECTORES DE ALTA E MÉDIA-ALTA TECNOLOGIA:</b> <i>Correspondem às indústrias de alta tecnologia (divisões 21 e 26 e grupo 303 da CAE Rev.3), indústrias de média-alta tecnologia (divisões 20, 27, 28 e 29 e grupos 254, 302, 304, 309 e 325 da CAE Rev.3) e aos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 59, 60, 61, 62, 63, e 72 da CAE Rev.3).</i> <b>VAB:</b> Valor bruto da produção deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo.	(Valor acrescentado bruto das atividades correspondentes às divisões 20, 21, 26, 27, 28, 29, 59, 60, 61, 62, 63 e 72 e aos grupos 254, 302, 303, 304, 309 e 325 da CAE Rev. 3/ Total do valor acrescentado bruto)*100	Dados divulgados de acordo com a nova série do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) 2004-2010. A entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística, em 1 de janeiro de 2010, introduziu alterações significativas no registo da informação contabilística e consequentemente nos dados do SCIE para o ano de 2010, também refletidas para o período de 2004 a 2009.
Proporção do VAB das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados	<b>FACTORES COMPETITIVOS AVANÇADOS:</b> <i>conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 33 e ao grupo 325 das indústrias transformadoras (CAE Rev. 3).</i>	[Valor acrescentado bruto das atividades correspondentes às divisões 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 33 e ao grupo 325 da CAE Rev. 3/ Valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras (CAE Rev. 3, Secção C)]*100	As indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados correspondem às divisões 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 33 e ao grupo 325 da CAE Rev. 3.

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

CONCEITOS ESTATÍSTICOS (constantes do Sistema de Metainformação do INE)			
DESIGNAÇÃO	DEFINIÇÃO / CONCEITO	FÓRMULA DE CÁLCULO	NOTAS de DATACENTRO
Proporção do VAB por ramos de atividade - Setor secundário	Por território económico entende-se: a) o território geográfico administrado por um Estado no interior do qual pessoas, bens, serviços e capital circulam livremente; b) as zonas francas, incluindo entrepostos e fábricas sob controlo aduaneiro; c) o espaço aéreo nacional, as águas territoriais e a plataforma continental situada em águas internacionais em relação à qual o país dispõe de direitos exclusivos; d) os enclaves territoriais, i.e., territórios geográficos situados no resto do mundo e utilizados, em virtude de tratados internacionais ou de acordos entre Estados, por administrações públicas do país (embaixadas, consulados, bases militares, bases científicas, etc.); e) os jazigos mineiros (petróleo, gás natural, etc.) situados em águas internacionais fora da plataforma continental do país, explorados por unidades residentes no território.	VAB das indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição, construção (CAE Rev.3) da região / VAB total da região x 100	Base 2006 VAB encontra-se avaliado a preços correntes Os valores de 2011 são provisórios.
Proporção do VAB por ramos de atividade - Setor terciário	<b>Valor acrescentado bruto/avaliação do VAB:</b> Corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os setores institucionais como para os ramos de atividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos.	VAB dos serviços (CAE Rev.3) da região / VAB total da região x 100	
Proporção do VAB por ramos de atividade - Setor Primário		VAB da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (CAE Rev.3) da região / VAB total da região x 100	
Proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia	SECTORES DE ALTA E MÉDIA-ALTA TECNOLOGIA: Correspondem às indústrias de alta tecnologia (divisões 21 e 26 e grupo 303 da CAE Rev.3), indústrias de média-alta tecnologia (divisões 20, 27, 28 e 29 e grupos 254, 302, 304, 309 e 325 da CAE Rev.3) e aos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 59, 60, 61, 62, 63, e 72 da CAE Rev.3).	(Nascimentos reais de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia/ Nascimentos reais de empresas)*100	
Rendimento bruto em sede de IRS por habitante*	O IRS é um imposto que incide sobre o valor anual dos rendimentos das pessoas singulares. Os rendimentos são classificados por categorias, e o IRS é um imposto que incide sobre a soma desses rendimentos, depois de efetuadas as correspondentes deduções e abatimentos. Âmbito de sujeição a imposto - Quando as pessoas são residentes em território português, o IRS incide sobre a totalidade dos seus rendimentos, isto é, também ficam sujeitos a imposto os rendimentos obtidos fora do território nacional. Existindo agregado familiar, o IRS incide sobre o conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem. Por isso se pode dizer que o IRS é um imposto sobre as famílias.	Rendimento bruto em sede de IRS / População média anual residente	Os dados da população média anual residente utilizados no cálculo deste indicador referem-se, para 2011, às Estimativas Provisórias de População Residente (valores revistos em função dos resultados definitivos dos Censos 2011) e, para 2008-2010, às Estimativas Definitivas de População Residente (valores revistos em função dos resultados definitivos dos Censos 2011).
Taxa bruta de natalidade	Número de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10 <sup>3</sup> ) habitantes) <b>População Média:</b> População calculada pela média aritmética dos efetivos em dois momentos de observação, habitualmente em dois finais de anos consecutivos.	$TBN = [NV(0,t) / ((P(0) + P(t)) / 2)] * 10^n$ ; NV(0,t) - Nados-vivos entre os momentos 0 e t; P(0) - População no momento 0; P(t) - População no momento t.	Os dados da população residente utilizados no cálculo do indicador para 2011 têm por base o exercício ad hoc de estimativas anuais de população residente, pelo que não são diretamente comparáveis com a série anterior.
Taxa de Analfabetismo	Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.	(População com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever / População com 10 ou mais anos) x 100	

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

CONCEITOS ESTATÍSTICOS (constantes do Sistema de Metainformação do INE)			
DESIGNAÇÃO	DEFINIÇÃO / CONCEITO	FÓRMULA DE CÁLCULO	NOTAS de DATACENTRO
Taxa de atividade da população residente por Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011)	Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população.	$(\text{População ativa} / \text{População residente}) * 100$	
Taxa de crescimento natural da população *	Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes). Saldo Natural: Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.	$TCN = [SN(t-1, t) / (P(t) + P(t-1)) / 2] * 100$ ; P(t)=População no momento t; P(t-1)=População no momento (t-1); SN(t-1,t)=Saldo natural entre os momentos (t-1) e t	
Taxa de emprego da população em idade ativa (censos)*	Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).	$(\text{População empregada} / \text{População residente com 15 e mais anos}) * 100$	
Taxa de natalidade de empresas	Quociente entre o número de nascimentos e o número de empresas ativas no período de referência.		
Taxa de retenção e desistência no 3.º ciclo do ensino básico	<b>Aluno:</b> Indivíduo que frequenta o sistema formal de ensino após o ato de registo designado como matrícula. <b>Ensino Básico:</b>	$(\text{Alunos do 3º ciclo do ensino básico que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade} / \text{Alunos matriculados no ensino básico nesse ano letivo}) * 100$	Nos anos letivos 2008/2009, 2009/2010 e 2010/2011, o cálculo da taxa de retenção e desistência no ensino básico incluiu o ensino regular e os cursos profissionais.
Taxa de variação da população intercensitária	População residente:	$[\text{População no momento } t - \text{População no momento } (t-10)] / [\text{População no momento } (t-10)] * 100$	
Taxa de variação de alojamentos familiares vagos*	<b>Alojamento Familiar:</b> Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas uma família e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.	$(\text{Alojamento vago 2011} - \text{Alojamento vago 2001}) / \text{Alojamento vago 2001}$	
Taxa de variação dos edifícios*	<b>Edifício:</b> Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.	$(\text{Edifício 2011} - \text{Edifício 2001}) / \text{Edifício 2001} * 100$	

\*(cálculos próprios da CCDRC a partir de dados do INE)

Fontes: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

<http://datacentro.ccdrc.pt> (com dados extraídos do INE)

## **ANEXO IV**

PROJETOS EXECUTADOS, NO PERÍODO 2001-2011, NAS NUTS III  
**BAIXO VOUGA, PINHAL INTERIOR NORTE E BEIRA INTERIOR SUL**

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Quadro IV.1 – Projetos executados no Baixo Vouga pela Medida I.1 do Eixo 1 do POCentro (2000-2006)

Projeto	Beneficiário	Executado 2000-2009 (€)		
		(validado e a certificar no pedido de saldo)		
Designação		Despesa Elegível	Despesa Pública	Fundo
Arruamento de Ligação dos Carris à zona industrial de Oiã	CM Oliveira do Bairro	389.427,99	389.427,99	272.599,59
Retificação do Traçado da Estrada de Ligação da EM596 ao Cercal	CM Oliveira do Bairro	468.706,76	468.706,76	328.094,73
Pavilhão Gimnodesportivo de Oliveira do Bairro	CM Oliveira do Bairro	715.341,04	715.341,04	500.738,72
Execução de Túnel sob a Av. Calouste Gulbenkian	CM Águeda	1.234.133,00	1.234.133,00	863.893,10
E.M. 570 - Lanço de Sólgo ao Poço de Santiago -5ª Fase	CM Sever do Vouga	434.581,57	434.581,57	304.207,10
Requalificação da Rua Dr. Alberto Souto (EM 586)Troço Igr. Verde Milho/Aradas	CM Aveiro	373.470,73	373.470,73	261.429,51
Beneficiação da Rua Nova - Válega/Avanca	CM Ovar	377.697,47	377.697,47	264.388,23
Remodelação e Ampliação da Escola Primária da Ribeira	CM Ovar	130.612,67	130.612,67	91.428,86
Construção da Escola Básica do 1º ciclo e Jardim de Infância das Agrads do Norte	CM Aveiro	900.003,73	900.003,73	630.002,61
Beneficiação de Arruamentos na Freguesia de Canelas	CM Estarreja	219.465,77	219.465,77	153.626,04
Rede de Águas Pluviais e Repavimentação da Zona Central de Antes	CM Mealhada	701.118,51	701.118,51	490.782,96
Recuperação e Restauro da Escola das Ladeiras	CM Estarreja	270.184,70	270.184,70	189.129,29
Remodelação e ampliação da Escola Primária em Cortegaça	CM Ovar	122.716,18	122.716,18	85.901,33
EM 554-1 Retificação dos Padrões à entrada de Vila Fria - 1ª Fase	CM Sever do Vouga	800.950,44	800.950,44	560.665,31
Arranjo da envolvente da Capela de Nossa Senhora do Desterro - Arada	CM Ovar	428.439,07	428.439,07	299.907,36
Arruamento a Nascente do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Esmoriz	CM Ovar	124.511,13	124.511,13	87.157,79
Arranjo Urbanístico da área envolvente à Igreja da Trofa	CM Águeda	213.963,96	213.963,96	149.774,77
Construção passagem inferior para peões à Linha do Norte em Mealhada	CM Mealhada	263.488,60	263.488,60	184.442,02
Arranjo urbanístico do Largo de Talhadas	CM Sever do Vouga	218.795,12	218.795,12	153.156,59
Reparação e Ampliação da Escola Primária da Murtosa	CM Murtosa	312.787,57	312.787,57	218.951,30
Pavimentação Rua dos Barreiros e dos caminhos de ligação Pereira - Rua do Pelourinho e Cadaval	CM Ovar	154.545,14	154.545,14	108.181,60
Edifício sócio-educativo da Gafanha da Encarnação	CM Ílhavo	641.141,00	641.141,00	416.741,66
Edifício sócio-educativo da Gafanha do Carmo	CM Ílhavo	554.959,54	554.959,54	360.723,70
Ligação de Carvalheira de Cima a Carvalheira de Baixo - Válega	CM Ovar	194.106,14	194.106,14	126.168,99
Arranjo e beneficiação do Largo 31 de Agosto na Gafanha da Nazaré	CM Ílhavo	474.482,21	474.482,21	308.413,44
Construção do caminho vicinal das Arrotas - Freguesia de Avanca	CM Estarreja	245.008,45	245.008,45	159.255,49
Beneficiação da Rua da Ordem - Maceda - 1ª e 2ª Fases	CM Ovar	158.783,72	158.783,72	103.209,42
Escola de Música do Troviscal	CM Oliveira do Bairro	666.232,55	666.232,55	433.051,15
Construção do Centro Cultural de Esgueira	CM Aveiro	558.120,57	558.120,57	362.778,36
Reabilitação de arruamentos em S. Bernardo	CM Aveiro	334.181,13	334.181,13	217.217,73
E.P. Vasconcellos Lebre-Cont. de Bloco de Oficinas/Laboratório	CM Mealhada	456.611,12	456.611,12	296.797,23
Beneficiação e Correção do Traçado da E.M.Silvã/Vimieira/Mala/Carqueijo	CM Mealhada	993.505,43	993.505,43	645.778,53
Repavimentação, Benef. e Alargamento da EM Stª Luzia/Barcouço/Cavaleiros	CM Mealhada	684.153,98	684.153,98	444.700,09
Arranjo da envolvente da Capela de N. Sra. Desterro - 3ª Fase - Arada	CM Ovar	307.448,46	307.448,46	199.841,50
Pavimentação da Rua da Igreja Matriz de Válega	CM Ovar	113.553,91	113.553,91	73.810,03
Construção da Piscina de Alta Competição	CM Vagos	1.011.125,91	1.011.125,91	657.231,85
Piscina Municipal de S. João de Loure	CM Albergaria-a-Velha	582.516,14	582.516,14	378.635,49
Bunheiro - Zona Industrial - 2ª Fase - execução de infraestruturas	CM Murtosa	583.994,66	583.994,66	291.997,35
Const. Rua M. Lopes Rodrigues (parte) e Travessa do Outeiro Marinha - Freg. Beduído	CM Estarreja	249.629,06	249.629,06	162.258,89
Alargamento do Pontão das Fontainhas - Válega	CM Ovar	285.779,12	285.779,12	185.756,43
Zona Industrial do Cedrim (Carrazedo) - Infraestruturas, água, saneamento e pavimentação	CM Sever do Vouga	489.026,84	489.026,84	244.513,43
Saneamento na Praia da Vagueira - 2ª Fase	CM Vagos	1.369.115,60	1.369.115,60	889.925,14
Nova Escola da Barra	CM Ílhavo	414.168,32	414.168,32	269.209,41
Arranjo Urbanístico da Zona Envolvente ao Edifício dos Paços do Concelho e Capela de S. Sebastião	CM Águeda	206.517,91	206.517,91	134.236,65
Estrada do Carvalhal ao Vale da Anta (retificação)	CM Sever do Vouga	245.713,30	245.713,30	159.713,64
Retificação da Estrada do Vilarinho - Talhadas	CM Sever do Vouga	335.389,72	335.389,72	218.003,30
Arranjo da Praça Central da Praia da Vagueira	CM Vagos	346.944,67	346.944,67	225.514,03
Remodelação e Ampliação do Estádio Municipal de Águeda	CM Águeda	4.019.024,84	4.019.024,84	2.009.512,42
Pavimentação da Estrada de Serras	CM Águeda	236.316,76	236.316,76	153.605,89
Centro Cultural da Branca	CM Albergaria-a-Velha	2.068.183,70	2.068.183,70	1.344.319,42
Complexo Desportivo da Anadia	CM Anadia	801.077,14	801.077,14	520.700,14
Construção do Mercado Municipal da Anadia	CM Anadia	304.223,78	304.223,78	152.111,90
Modernização e Beneficiação das Acessibilidades de Acesso às Termas de Vale da Mó	CM Anadia	488.715,41	488.715,41	317.665,02
Escola Primária da Ponte Nova nº 2 - S. João - 1ª e 2ª Fases	CM Ovar	161.007,03	161.007,03	104.654,57
Piscina Municipal da Branca	CM Albergaria-a-Velha	1.963.489,09	1.963.489,09	981.744,58
Benef. do CM 1156/Troço do Jugal - Arada e Rua do Jugal - 1ª e 2ª Fases - Maceda	CM Ovar	242.943,35	242.943,35	157.913,17
Recuperação e ampliação da Escola Primária do Monte	CM Murtosa	276.677,95	276.677,95	179.840,67
Remodelação e beneficiação da Escola n.º 1 de S. Silvestre	CM Murtosa	231.881,73	231.881,73	150.723,13

**EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO**

Projeto Designação	Beneficiário	Executado 2000-2009 (€) (validado e a certificar no pedido de saldo)		
		Despesa Elegível	Despesa Pública	Fundo
CM 1424 Estrada do Molarinho - Freguesia de Veiros	CM Estarreja	343.471,98	343.471,98	223.256,78
Centro Cultural do Troviscal	CM Oliveira do Bairro	588.067,60	588.067,60	382.243,95
Beneficiação da Rua das Sudas	CM Oliveira do Bairro	213.613,08	213.613,08	138.848,50
Escola Primária da Senhora do Monte - Beneficiação e Restauro	CM Estarreja	265.635,22	265.635,22	172.662,90
Plano do Centro - 2ª Fase	CM Aveiro	335.544,75	335.544,75	218.104,08
Construção do Jardim de Infância de Verdemilho	CM Aveiro	254.113,11	254.113,11	165.173,52
Construção do Jardim de Infância de Eixo	CM Aveiro	137.304,05	137.304,05	89.247,64
Reconst., ampl. e arranjos envolventes da Escola do Mato - Freguesia de Avanca	CM Estarreja	290.026,78	290.026,78	188.517,42
Ret. e pav. da Estrada de Cedrim a Penouços (EN 328)	CM Sever do Vouga	458.439,79	458.439,79	229.219,91
Construção do Pavilhão de Desportos da Anadia	CM Anadia	1.872.186,82	1.872.186,82	1.216.921,44
Infraestruturas da Zona Industrial de Vila Verde	CM Oliveira do Bairro	535.995,75	535.995,75	267.997,88
Pav., san. e drenagem de águas pluviais na freguesia de Cacia	CM Aveiro	297.702,97	297.702,97	193.506,93
Requalificação de pavimentos na freguesia de Cacia	CM Aveiro	346.174,77	346.174,77	225.013,60
Requalificação da EM 596 na Zona de Vila Verde	CM Oliveira do Bairro	368.406,32	368.406,32	184.203,16
Via de Ligação entre o Redolho e a Borralha pelo Lado Sul do Estádio	CM Águeda	510.003,39	510.003,39	255.001,70
Infraestruturas da Zona Industrial de Vagos - 2ª Fase	CM Vagos	641.389,20	641.389,20	256.555,69
Parque Municipal do Antuã	CM Estarreja	1.149.757,05	1.149.757,05	620.408,90
Construção da passagem superior rodoviária PTT1 sobre o Rio Novo do Príncipe	CM Aveiro	812.678,64	812.678,64	528.241,11
Variante Sul/Nascente ao Porto de Aveiro (via de ligação do Nó 2 do IP 5 à est. da Mota)	CM Ílhavo	962.190,27	962.190,27	625.423,68
Capela de S. Lourenço - Arranjo Urbanístico da Zona Envolvente - S. Vicente de Pereira	CM Ovar	142.962,23	142.962,23	92.925,45
Arranjo urbanístico da Praça da Varina a Poente da Rua dos Pescadores - Torreira	CM Murtosa	198.747,53	198.747,53	129.185,89
Saneamento em "Baixa" da Zona Litoral do Concelho - 1ª F. das Bacias de Drenagem p/PE da SIMRIA	Município de Águeda	725.271,73	725.271,73	471.426,62
Rede de Drenagem de Águas Residuais da Malaposta	Município de Anadia	810.683,61	810.683,61	526.944,35
Const. do Acesso ao Estádio Municipal de Aveiro - Arruamento 4	Município de Aveiro	1.367.052,69	1.367.052,69	751.878,98
Beneficiação e Alargamento de Arruamentos na Freguesia de Salreu	Município de Estarreja	211.084,59	211.084,59	137.204,98
Recuperação do Edifício do Museu Etnográfico da Murtosa	Município da Murtosa	195.631,75	195.631,75	127.160,64
Beneficiação do Largo da Feira de Sto. Amaro	Município de Estarreja	220.828,94	220.828,94	143.538,82
Requalificação da EM 527 - Avenida da Praia da Cortegaça	Município de Ovar	764.005,57	764.005,57	496.603,62
Rede de Drenagem de Águas Residuais de S. João da Azenha	Município de Anadia	152.017,29	152.017,29	98.811,24
Emissário do Outeiro ao PE da SIMRIA	Município de Águeda	179.321,89	179.321,89	116.559,23
Abastecimento de Água ao Setor de Bustelo, incluindo Cadaval, P. de S. Domingos, P. do Vale do Trigo	Município de Águeda	272.587,04	272.587,04	177.181,58
EM-570 - Lanço de Sever a Botica - Rede de esgotos, Retificação e Pavimentação	Município de Sever do Vouga	301.993,71	301.993,71	196.295,91
Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais a Malhapão	Município de Oliveira do Bairro	1.275.322,64	1.275.322,64	828.959,73
Drenagem de águas residuais domésticas de São Bento (bacia B)	Município de Aveiro	230.207,28	230.207,28	149.634,73
Remodelação da rede de abastecimento de água a Beduído	Município de Estarreja	253.772,81	253.772,81	164.952,33
Beneficiação e requalificação da praia do Monte Branco	Município da Murtosa	202.916,15	202.916,15	111.603,90
Infraestruturas da Zona Industrial da Bairrada / Pedrulha	Município de Mealhada	1.371.913,87	1.371.913,87	685.956,94
Beneficiação e conservação da rua Joaquim Maria Resende - freguesia de Pardilhó	Município de Estarreja	157.888,28	157.888,28	102.627,38
Beneficiação e Alargamento da Rua Dr. Fernando Gomes - Freguesia de Beduído	Município de Estarreja	172.956,00	172.956,00	112.421,40
Arranjos exteriores do complexo desportivo de Covão do Lobo	Município de Vagos	322.789,07	322.789,07	209.812,90
Biblioteca Municipal/Forum da Juventude/Recuperação da Capela do Palácio de Alqueidão	Município de Ílhavo	2.517.399,60	2.517.399,60	1.485.265,77
Requalificação Urbana do Bairro da Corredoura	Município de Vagos	198.898,14	198.898,14	129.283,79
Construção do Cine-teatro de Anadia	Município de Anadia	1.193.242,16	1.193.242,16	775.607,40
Execução do reservatório de Maceda	Município de Ovar	402.223,09	402.223,09	261.445,00
Redes dren. águas residuais e pluviais das Gafanhas de Encarnação e Carmo - 1.ª Fase	Município de Ílhavo	1.004.684,75	1.004.684,75	653.045,08
Pavilhão do Parque de Feiras e Exposições de Vila Verde - 1ª Fase	Município de Oliveira do Bairro	1.243.530,85	1.243.530,85	808.295,05
Cine-Teatro de Anadia - Equipamento Cénico e Audiovisual	Município de Anadia	133.565,06	133.565,06	86.817,29
Construção da Biblioteca Municipal de Sever do Vouga	Município de Sever do Vouga	848.772,40	848.772,40	412.503,39
Instituto de Educação e Cidadania	Município de Oliveira do Bairro	493.713,15	493.713,15	320.913,55
<b>TOTAL</b>		<b>60.099.376,80</b>	<b>60.099.376,80</b>	<b>37.182.144,38</b>



EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Quadro IV.2 – Projetos executados no Pinhal Interior Norte pela Medida I.1 do Eixo 1 do POCentro (2000-2006)

Projeto	Beneficiário	Executado 2000-2009 (€)		
		(validado e a certificar no pedido de saldo)		
Designação		Despesa Elegível	Despesa Pública	Fundo
Piscina Municipal de Vila Nova de Poiares - 2ª fase	CM Vila Nova de Poiares	834.664,39	834.664,39	584.265,08
Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos	CM Figueiró dos Vinhos	855.089,23	855.089,23	437.805,68
Reabilitação da EM 526 entre Venda do Brasil e Torre Vale Todos	CM Ansião	367.511,85	367.511,85	257.258,30
Reabilitação do CM 1086, entre Mogadouro e Santiago da Guarda	CM Ansião	379.319,36	379.319,36	265.523,56
Estrada entre Esteiro e Janeiro de Baixo/ramal para Brejo de Baixo	CM Pampilhosa da Serra	890.126,24	890.126,24	623.088,37
Reabilitação do CM 1094, entre Ansião e Chão de Couce - 2ª Fase	CM Ansião	523.803,54	523.803,54	366.662,48
Benef. e retificação da EM 501 Tábua/Ázere incluindo variante a Quintela	CM Tábua	683.652,66	683.652,66	478.556,87
Rect. e pav. da EM Meãs/Espinho, ligação à Chapinha e saneamento em Meãs	CM Miranda do Corvo	501.400,90	501.400,90	350.980,64
Pav. da EM Sr da Serra/lim do concelho por Vale de Açor e EM Vale de Colmeias...	CM Miranda do Corvo	245.612,34	245.612,34	171.928,64
Requalificação do edifício da sociedade filarmónica Penelense	CM Penela	283.870,10	283.870,10	198.709,07
Arruamento de ligação do Cemitério Velho ao Cemitério Velho em Maçãs de Dª Maria	CM Alvaiázere	235.855,89	235.855,89	165.099,13
Retif. e pav. da EM Granja de Semide/Vale Marelo ao lim. concelho	CM Miranda do Corvo	308.585,89	308.585,89	216.010,12
Retificação e pav. da EM Michigueiral à Pisca, por Vidual	CM Miranda do Corvo	277.831,05	277.831,05	194.481,73
Benef. de arruamentos em Pedrógão Grande	CM Pedrógão Grande	501.399,08	501.399,08	350.979,36
Zona industrial do Vale do Fojo	CM Arganil	277.648,84	277.648,84	194.354,19
Benef. Reter. Pavim. Troço II - EM 508 (Pte 3 Entradas/Ald. das Dez)	CM Oliveira de Hospital	407.947,70	407.947,70	285.563,39
Beneficiação e pavimentação do C.M. de S. João de Brito a Maceira	CM Ansião	291.139,70	291.139,70	203.797,79
Construção da cobertura de alguns arruamentos do mercado municipal de Fig. dos Vinhos	CM Figueiró dos Vinhos	358.161,34	358.161,34	250.712,94
Benef. e pavim. da EM - EN112, Sobral Magro, Lobatos e Sigmoido Samo	CM Pampilhosa da Serra	573.770,83	573.770,83	401.639,58
Remodelação e ampliação da Biblioteca de Coja	CM Arganil	410.469,25	410.469,25	287.328,48
Ampliação da zona industrial de Penela	CM Penela	406.595,63	406.595,63	284.616,94
Adaptação do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários a escola básica do 1º CEB	CM Alvaiázere	225.217,65	225.217,65	157.652,35
Benef. do caminho municipal entre Cabecinho e EN 237	CM Ansião	248.610,08	248.610,08	174.027,06
Beneficiação da ligação:ibeiro - EM 543	CM Arganil	293.258,78	293.258,78	190.618,20
Alarg. e benef. da estrada S. Pedro Dias/Sabouga (lim. do concelho)	CM Vila Nova de Poiares	94.462,34	94.462,34	61.400,52
Remodelação das EMs entre Carvalhais-IC3 e IC3-limite do concelho por Taliscas	CM Penela	270.939,71	270.939,71	176.110,81
Obras de conservação da escola primária da Devesa	CM Pedrógão Grande	218.508,72	218.508,72	142.030,67
Acesso da freguesia da Graça ao IC8	CM Pedrógão Grande	778.447,90	778.447,90	505.991,14
Pavimentação da estrada Lagoa Parada - Louriceiras	CM Ansião	443.435,55	443.435,55	288.233,11
Construção da escola básica do 1º ciclo de Góis	CM Góis	351.681,77	351.681,77	228.593,15
Beneficiação das ligações Selada das Eiras / Folques	CM Arganil	272.218,56	272.218,56	176.942,06
Beneficiação da rede viária na Serra do Carvalho	CM Vila Nova de Poiares	809.572,78	809.572,78	526.222,31
Benef. Retif. Pav. da E.M. 503 - Oliveira do Hospital - Meruge	CM Oliveira de Hospital	1.207.123,41	1.207.123,41	784.630,21
Aproveitamento de espaço central da Vila - Projeto da Aldeia Nova	CM Vila Nova de Poiares	357.551,86	357.551,86	215.460,75
Beneficiação de estradas de ligação...Entroncamento, Vale de Afonso, Forcado, etc.	CM Vila Nova de Poiares	831.334,03	831.334,03	540.367,12
Zona Industrial de Coja - Infraestruturas/2ª Fase e Acessibilidades	CM Arganil	271.430,70	271.430,70	176.429,96
Pousada do Piódão - Arranjos exteriores/Requalificação Urbana	CM Arganil	211.155,88	211.155,88	137.251,32
Adaptação do antigo matadouro a Centro de Atividades Juvenis	CM Arganil	321.925,23	321.925,23	209.251,41
2ª Fase do C.M. 1118 entre Bofinho e Almoester	CM Alvaiázere	591.795,59	591.795,59	384.667,13
Retificação da EM 571 entre Casal de Ermio e o limite do concelho	CM Lousã	430.832,44	430.832,44	280.041,09
Requalificação do parque escolar da Lousã - 1ª Fase	CM Lousã	1.067.318,15	1.067.318,15	693.756,80
Infraestruturas do loteamento industrial do Alto Padrão - 2ª Fase	CM Lousã	387.804,34	387.804,34	252.072,82
Beneficiação de ligações - EM 544 Folques/Arganil	CM Arganil	630.584,71	630.584,71	409.880,07
Mercado municipal do concelho de Arganil	CM Arganil	316.124,84	316.124,84	158.062,42
Retificação e pavimentação da estrada de Pereira a Sandoeira por Vila Nova	CM Miranda do Corvo	296.222,15	296.222,15	192.544,40
Obras de urbanização do Bairro da Colina	CM Castanheira de Pera	183.570,95	183.570,95	119.321,12
Obras de urbanização do loteamento das piscinas	CM Castanheira de Pera	475.465,27	475.465,27	237.732,64
Terraplenagens e infraestruturas da Zona Industrial de Pampilhosa da Serra	CM Pampilhosa da Serra	380.883,07	380.883,07	247.574,00
Beneficiação da estrada Moradias, Soirinho, Almas de Belide e Catraia do Rolão	CM Pampilhosa da Serra	820.373,78	820.373,78	533.242,96

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Projeto	Beneficiário	Executado 2000-2009 (€) (validado e a certificar no pedido de saldo)		
		Despesa Elegível	Despesa Pública	Fundo
Designação				
Beneficiação da EM 503-1:Lageosa/Poeiro/EM 504	CM Oliveira de Hospital	299.480,35	299.480,35	194.662,23
Beneficiação das escolas do 1º ciclo do concelho de Góis	CM Góis	128.316,30	128.316,30	83.405,60
Requalificação urbana das praças dos Cabaços	CM Alvaiázere	434.476,02	434.476,02	282.409,42
Rede de esgotos da Lousã - Zona Este do concelho - Freguesia de Vilarinho, 1ª fase	CM Lousã	226.193,22	226.193,22	147.025,61
Arranjo urbanístico da Av. Álvaro Paula Dias Nogueira	CM Góis	345.537,89	345.537,89	224.599,63
Construção da praça da notabilidade e centro desportivo - Clube de ténis e Cineteatro	CM Castanheira de Pera	819.801,24	819.801,24	444.660,19
Beneficiação da EM 515 entre a Ponte sobre o R. Alva e S. Gião	CM Oliveira de Hospital	285.193,64	285.193,64	185.375,88
Construção da biblioteca e auditório municipal	CM Penela	1.161.675,42	1.161.675,42	580.837,71
Sistema de drenagem de águas dos lugares de Stº Amaro, Cadoiço e Esporão	CM Tábua	317.349,91	317.349,91	206.277,45
Centro Polivalente Multiusos	CM Alvaiázere	507.351,05	507.351,05	329.778,18
Casa municipal da juventude	CM Figueiró dos Vinhos	262.386,94	262.386,94	170.551,51
Estádio municipal Afonso Lacerda - cobertura e arrelvamento	CM Figueiró dos Vinhos	405.809,78	405.809,78	263.776,36
Rede de águas residuais domésticas da povoação de Chavelho	CM Figueiró dos Vinhos	136.591,29	136.591,29	88.784,35
Benef. retif e pav EM Aldeia das Dez-Avelar-Alvoco de Várzeas	CM Oliveira de Hospital	539.851,23	539.851,23	350.903,29
Beneficiação e pavimentação do C.M. 1087-2 Santiago da Guarda	CM Ansião	175.200,14	175.200,14	105.996,08
Via Estruturante Norte Sul - 3ª Fase	CM Góis	956.662,16	956.662,16	621.830,40
Construção da rede de esgotos e ETAR na Póvoa de Góis	CM Góis	105.899,01	105.899,01	68.834,36
Estrada de Bispos (EN 110) a Venda do Henrique	CM Alvaiázere	201.937,61	201.937,61	131.259,46
Construção de auditório / anfiteatro ao ar livre	CM Pampilhosa da Serra	212.278,57	212.278,57	106.139,29
Retif e pav do caminho Catraia S.Paio/Santo António do Alva/EM514-2	CM Oliveira de Hospital	341.861,59	341.861,59	222.210,04
Pavilhão Multiusos de Tábua	CM Tábua	1.340.175,96	1.340.175,96	871.114,39
Construção da rede de abastecimento de água, rede de esgotos e ETAR na Cabreira	CM Góis	153.509,63	153.509,63	99.781,25
Construção do abastecimento de água a Gandara de Espariz	CM Tábua	88.348,85	88.348,85	57.426,76
Remodelação do Campo Dr. Eduardo Ralha - 2ª Fase	CM Arganil	306.074,14	306.074,14	153.037,08
Ampliação da rede de esgotos / rede de abastecimento de água - Várzea Pequena	CM Góis	86.282,71	86.282,71	47.455,49
Requalificação da Zona Oliveirinha Cruzinhas - Vila Nova do Ceira - Góis	CM Góis	171.751,12	171.751,12	111.638,23
Beneficiação e requalificação da Avenida 25 de Abril	CM de Pedrógao Grande	367.404,38	367.404,38	238.812,85
Variante Aldeia Formosa/N. Sr.ª da Estrela em Seixo da Beira	CM Oliveira de Hospital	286.411,28	286.411,28	186.167,33
Variante Zona Industrial / São Paio de Gramaços	CM Oliveira de Hospital	163.730,41	163.730,41	106.424,77
Construção de açude na Ribeira de Alge no lugar do Poeiro para pista de pesca desportiva	CM Figueiró dos Vinhos	236.990,95	236.990,95	154.044,11
Ecomuseu da Serra da Lousã - Nucleo de Pintura Serrana - Carlos Reis	CM Lousã	230.988,34	230.988,34	115.494,21
Retificação e Pavimentação do Caminho Alentejo - Alvôco das Várzeas	Município de Oliveira de Hospital	231.062,61	231.062,61	150.190,70
Estrada de ligação à Avenida Padre Américo	Município de Miranda do Corvo	544.843,24	544.843,24	354.148,12
Reabilitação da estrada municipal - Póvoa de Midões - Rio Mondego - Limite do Concelho	Município de Tábua	274.826,69	274.826,69	178.637,34
Loteamento das piscinas - continuação	Município de Castanheira de Pera	136.038,00	136.038,00	88.424,70
Remodelação e reforço da rede de saneamento/pluvial na Ribeirinha	Município de Castanheira de Pera	130.932,90	130.932,90	85.106,39
Rotunda da Central de Camionagem c/ Ligações a ex-EN 230 nas Direções N/S e à R.D. Josefina da F.	Município de Oliveira de Hospital	123.974,98	123.974,98	80.583,74
Caminho do Borrhal - Ligação à Quinta da Pica em Lagares da Beira	Município de Oliveira de Hospital	103.075,63	103.075,63	66.999,16
Avenida de ligação entre a Escola Secundária e a ex-EN 237 (Chávelho)	Município de Figueiró dos Vinhos	101.837,28	101.837,28	66.194,23
Zona de Lazer de Chão de Couce	Município de Ansião	560.294,68	560.294,68	364.191,54
Parque Verde da Quinta da Cerca - Polidesportivo, balneários e acessos	Município de Penela	400.075,17	400.075,17	260.048,86
Pavimentação dos arruamentos em Lamas e Retif. do troço de lig. por Pousafoles entre Lamas e EN110	Município de Miranda do Corvo	143.603,30	143.603,30	93.342,14
Requalificação de espaços exteriores e redes viárias de Piódão	Município de Arganil	290.385,11	290.385,11	188.750,32
<b>TOTAL</b>		<b>36.738.776,77</b>	<b>36.738.776,77</b>	<b>23.696.800,69</b>

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Quadro IV.3 – Projetos executados na Beira Interior Sul pela Medida I.1 do Eixo 1 do POCentro (2000-2006)

Projeto Designação	Beneficiário	Executado 2000-2009 (€)		
		Despesa Elegível	Despesa Pública	Fundo
Benef. EM 545 - Alvaiade/C. Servas e EM 546 - Sarnadina/ Pte Bugios	CM Vila Velha de Rodão	445.845,55	445.845,55	312.091,89
Ret. Alarg. estrada entre Casal da Serra e Louriçal do Campo	CM Castelo Branco	489.310,92	489.310,92	342.517,64
Reab. da EM 550 - Cruz. Salgueiro Campo/Cruz. de Tinalhas	CM Castelo Branco	765.720,38	765.720,38	536.004,27
Zona Lazer Qta Pedreira - Arranj. ext. e Zona envolv. Piscinas Alcains	CM Castelo Branco	777.886,84	777.886,84	544.520,79
Conserv. Repar. e Melhoramento EM 572 - Lentiscais	CM Castelo Branco	410.883,97	410.883,97	287.618,78
Urb. Loteamento Zona da Escola nº2	CM Vila Velha de Rodão	425.649,48	425.649,48	297.954,64
Alarg. Retif. e Pavimentação Estrada Sra. de Mércules	CM Castelo Branco	467.433,35	467.433,35	327.203,35
EM 570 - Benef. entre a Meimoa e limite do Concelho	CM Penamacor	1.427.974,41	1.427.974,41	999.582,09
Piscina Municipal da Zebreira	CM Idanha-a-Nova	865.348,98	865.348,98	605.744,29
Reparação, Benef. Parque Campismo - Castelo Branco	CM Castelo Branco	364.939,05	364.939,05	255.457,33
Benef. Caminho Municipal 1365/Vale de Pousadas	CM Vila Velha de Rodão	374.800,02	374.800,02	262.360,01
Requalificação Urbanist. Entrada Sul Castelo Branco	CM Castelo Branco	415.987,49	415.987,49	291.191,24
Requalificação Urbanística da Quinta da Carapalha	CM Castelo Branco	341.929,39	341.929,39	239.350,57
Alarg. Pavim. EM 548 entre Sarzedas e Cruzamento Pomar	CM Castelo Branco	313.773,40	313.773,40	219.641,38
Zona Lazer Qta Pedreiras Alcains - Complexo Piscinas	CM Castelo Branco	1.106.194,27	1.106.194,27	691.371,42
Área de Pequena e Média Indústria no Fratel	CM Vila Velha de Rodão	217.095,17	217.095,17	141.111,86
Recup. Edifícios e Envoyentes na Qta Dr. Lopes Dias - Adapt. Fins Culturais	CM Castelo Branco	362.779,45	362.779,45	235.806,65
Const. Centros Sociais no Município - Edif. Multiusos na Freg. de Escalos de Cima	CM Castelo Branco	475.135,43	475.135,43	308.838,03
Reabilitação e valorização urbana na Cidade	CM Castelo Branco	717.895,40	717.895,40	466.632,01
Construção do Jardim de Infância de S. Tiago em Castelo Branco	CM Castelo Branco	620.721,61	620.721,61	403.469,05
Requalificação urbanística da Quinta da Granja	CM Castelo Branco	1.187.171,12	1.187.171,12	771.661,23
Const. do pavilhão desportivo no Bairro da Boa Esperança	CM Castelo Branco	802.591,51	802.591,51	401.295,76
Piscina coberta municipal de Penamacor	CM Penamacor	1.297.705,99	1.297.705,99	843.508,88
Incubadora de empresas na zona industrial de Idanha-a-Nova	CM Idanha-a-Nova	690.740,45	690.740,45	448.981,29
Remodelação do Estádio Municipal de Idanha-a-Nova	CM Idanha-a-Nova	532.130,00	532.130,00	332.581,25
Centro Cultural e Recreativo do povo de Alcafozes	CM Idanha-a-Nova	257.801,49	257.801,49	167.570,97
EN 239 - Reabilitação do Lanço entre Proença-a-Velha e Medelim	CM Idanha-a-Nova	360.413,24	360.413,24	234.268,60
Reabilitação do Núcleo Histórico de Penamacor - 1ª Fase	CM Penamacor	261.759,59	261.759,59	170.143,74
Beneficiação do Caminho Municipal do Montinho	CM Vila Velha de Rodão	157.570,79	157.570,79	102.421,01
Benef. do CM do Perdigão/Vale da Figueira/Marmelal/Vilar do Boi	CM Vila Velha de Rodão	342.502,41	342.502,41	222.626,57
Lar de 3ª Idade na Zebreira - Fase 1	CM Idanha-a-Nova	729.346,60	729.346,60	474.075,28
Const. e Requalif. da Escola do 1.º Ciclo de Idanha-a-Nova	CM Idanha-a-Nova	386.566,67	386.566,67	251.268,33
Construção do Lar de Idosos no Ladoeiro - 1ª Fase	CM Idanha-a-Nova	460.222,83	460.222,83	299.144,83
Beneficiação da Rua do Cabeço do Salvador - 1ª Fase	CM Vila Velha de Rodão	173.009,14	173.009,14	112.455,94
Edifício multifunções em Monsanto	CM Idanha-a-Nova	408.645,32	408.645,32	265.619,45
Lar de Idosos de Penha Garcia	CM Idanha-a-Nova	591.576,49	591.576,49	384.524,72
Beneficiação de Edifício destinado a Casa/Pousada da Juventude em Idanha-a-Nova	CM Idanha-a-Nova	532.270,45	532.270,45	345.975,80
Arruamento envolvente da Casa de Artes e Cultura do Tejo	CM Vila Velha de Rodão	217.731,73	217.731,73	141.525,62
Adaptação do Ex- Edifício da EPAC a Espaço Multiusos	Município de Castelo Branco	1.259.299,27	1.259.299,27	818.544,53
Requalificação da ER 112- Correção das Curvas do Padrão	Município de Castelo Branco	1.083.725,03	1.083.725,03	704.421,27
Requalificação da envolvente ao largo da EN 112 em Salgueiro do Campo	Município de Castelo Branco	286.647,32	286.647,32	186.320,76
Requalificação da área de localização empresarial - Zona existente - Ruas H e I	Município de Castelo Branco	314.204,86	314.204,86	204.233,16
Requalificação do Parque Natural do Tejo Internacional no Concelho da Idanha-a-Nova	Município de Idanha-a-Nova	313.768,81	313.768,81	203.949,73
Requalificação Urbanística da Zona da Pedreira em Alcains	Município de Castelo Branco	1.235.064,00	1.235.064,00	802.791,60
<b>TOTAL</b>		<b>25.269.769,67</b>	<b>25.269.769,67</b>	<b>16.658.377,61</b>

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

**Quadro IV.4 – Listagem de projetos aprovados no âmbito do Mais Centro, no Baixo Vouga (2007-2011)**

Projeto	Beneficiário	Município	Investimento total (milhares de euros)	FEDER aprovado (milhares de euros)
<b>Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento</b>				
<b>Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística</b>				
Infraestruturas Zona Industrial Bairrada/Pedrolha - 2ª fase	Município da Mealhada	Mealhada	2 908	764
Implementação do Vougapark	VougaPark - Parque Tecnológico e de Inovação do Vouga, EM	Sever do Vouga	7 179	5 055
Arranjos exteriores ao equipamento de apoio social e administrativo na ZIV	Município de Vagos	Vagos	323	258
Área social do eco-parque empresarial de Estarreja	Município de Estarreja	Estarreja	2 045	1 541
Parque empresarial do Casarão	Município de Águeda	Águeda	5 655	1 303
Área de acolhimento empresarial de Vilarinho do Bairro	Município de Anadia	Anadia	867	313
Requalificação da zona industrial - 1ª fase	Município de Albergaria-a-velha	Albergaria-a-Velha	264	94
<b>Economia Digital e Sociedade do Conhecimento</b>				
REI   IE - rede de espaços internet   internet no espaço	Município de Anadia	Anadia	590	472
Sociedade do conhecimento nas escolas	Município de Águeda	Águeda	147	46
Apetrechamento das escolas com 1º ciclo do ensino básico de Estarreja	Município de Estarreja	Estarreja	117	54
Aveiro em rede	Município de Aveiro	Aveiro	103	68
Implementação redes de área local e instalação de quadros interativos nas escolas 1º ceb conelho Mealhada	Município da Mealhada	Mealhada	44	33
<b>Energia</b>				
Eficiência energética e implementação de energias renováveis - complexo desportivo de Anadia	Município de Anadia	Anadia	332	266
<b>Promoção da Cultura Científica e Tecnológica</b>				
Comp@science2010/2011	Universidade de Aveiro	Aveiro	369	203
Fábrica Centro Ciência Viva de Aveiro - requalificação e reforço da promoção da cultura científica e tecnológica	Fundação João Jacinto de Magalhães	Aveiro	812	413
Promoção rural da cultura científica, tecnológica e do conhecimento	Instituto de Educação e Cidadania	Oliveira do Bairro	40	22
<b>Promoção e Capacitação Institucional</b>				
Estrutura de gestão da EEC - valorização das estâncias termais da Região Centro	Associação das Termas de Portugal	Anadia	580	406
Operação Turismo Centro de Portugal 2009-2010	Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal	Aveiro	1 359	885
<b>Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas</b>				
<b>Ecomare</b>				
Capacitar o CICECO para internacionalizar a I&DT em materiais e incrementar a competitividade nacional	Universidade de Aveiro	Aveiro	4 863	3 379
Plataforma da UA em nanotecnologia aplicada à medicina ortopédica, sensores e energia (suporte à rede institucional nanohighway)	Universidade de Aveiro	Aveiro	7 061	4 906
Impacto e consolidação em I&DT da unidade de investigação química orgânica, produtos naturais e agroalimentares em áreas agroalimentares e afins	Universidade de Aveiro	Aveiro	1 625	1 129
Modernização do laboratório de geoquímica aplicada	Universidade de Aveiro	Aveiro	5 326	3 700
Laboratório integrado de ciência e tecnologia do mar	Universidade de Aveiro	Aveiro	408	283
Nanotec Centrum	Universidade de Aveiro	Aveiro	4 660	3 237
Edifício das comunicações óticas, comunicações rádio e robótica	Universidade de Aveiro	Aveiro	2 883	2 003
Modernização e dinamização do laboratório de ensaios da ABIMOTA	ABIMOTA - Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas, Ferragens, Mobiliário e Afins	Águeda	4 363	3 032
675				458
<b>Sistema de Apoios à Modernização Administrativa</b>				
Operação +maria 2007-2009 - modernização administrativa da região da ria	Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - Baixo Vouga	Aveiro	2 249	1 799
Rede de expansão de lojas do cidadão - loja de Esmoriz	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	Ovar	264	178
Rede de expansão de lojas do cidadão de 2.ª geração - loja de Águeda	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	Águeda	152	100
M@TUR	Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal	Aveiro	696	383
<b>Sistema de Incentivos a Ações Coletivas</b>				
Ssever2010 - centro urbano de Sever do Vouga	Associação para a Gestão, Inovação e Modernização do Centro Urbano de Sever do Vouga	Sever do Vouga	144	94
Alb sinal de comércio vivo	Prave-Associação de Promoção de Albergaria-a-Velha	Albergaria-a-Velha	200	65
Destac + comércio	Destac - Associação para o Desenvolvimento do Centro Urbano de Estarreja	Estarreja	199	61
Agir para um comércio de inovação em Aveiro	AGIR - Associação para a Modernização e Revitalização do Centro Urbano de Aveiro	Aveiro	109	71
Improve center	A.N.J.E. - Associação Nacional de Jovens Empresários	Albergaria-a-Velha	479	335
Programa de dinamização da Bairrada	Associação da Rota da Bairrada	Águeda	426	260
Programa de inovação, competitividade e promoção de Águeda	Associação Empresarial de Águeda	Águeda	852	286
Aveiro empreendedor	AIDA - Associação Industrial do Distrito Aveiro	Aveiro	1 203	631
Projeto teds - turismo, empresas e desenvolvimento sustentável	Privetur-Associação Portuguesa de Turismo no Espaço Rural	Albergaria-a-Velha	175	122
Sever do Vouga - capital do mirtilo	Associação para a Gestão, Inovação e Modernização do Centro Urbano de Sever do Vouga	Sever do Vouga	269	114
Alba vida +	Prave-Associação de Promoção de Albergaria-a-Velha	Albergaria-a-Velha	166	91
Estarreja centro - centro comercial aberto	Destac - Associação para o Desenvolvimento do Centro Urbano de Estarreja	Estarreja	198	113
Internacionalizar Aveiro	AGIR - Associação para a Modernização e Revitalização do Centro Urbano de Aveiro	Aveiro	461	254
<b>Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)</b>				

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Projeto	Beneficiário	Município	Investimento total (milhares de euros)	FEDER aprovado (milhares de euros)
Criação e implementação de uma nova unidade industrial	Openplus, Lda	Estarreja	5 692	2 255
Biosurfit, SA	Biosurfit, SA	Aveiro	4 077	1 159
Criação de unidade produtiva para a produção de mosaico inovador e adopção de novos processos e produtos	KERION - Indústria De Cerâmica Técnica, Lda	Aveiro	7 834	2 573
Reforço da capacidade estratégica, com criação de laboratório e internacionalização	GSET - Global Serviços e Engenharia Total, Unipessoal, Lda	Vagos	564	251
Desenvolvimento e produção de tubo pe-xb com barreira anti-difusão de oxigénio	HELIROMA - Plásticos SA	Albergaria-a-Velha	921	417
Produção de novos tipos de moldes e promoção internacional	VIAPOLI - Fibra de Vidro, LDA	Mealhada	763	408
Expansão de capacidade e adopção de novos processos	Natigam - Tecnologia e Injeção de Plásticos, SA	Estarreja	1 481	745
Novos produtos em materiais compósitos para centrais de energias renováveis e outras indústrias	FIBRALVA, LDA	Albergaria-a-Velha	1 023	395
Potenciar a capacidade de inovação e internacionalização	Viriato & Viriato - Artes Finais para Impressão e Fotografia Gigital, Lda	Águeda	2 252	295
Gesticer - especialização e inovação para o processo de decoração de revestimentos e pavimentos cera	Gesticer - Inovação e Soluções Cerâmicas, Lda	Oliveira do Bairro	428	228
Aposta na inovação	DORMAK, LDA	Vagos	441	220
Hotel Arcada 2 estrelas	Tavares Ferreira e Filhos, Lda	Aveiro	532	346
Criação e otimização das linhas de produção com vista o lançamento de novos produtos	Aramague - Fábrica de Artigos de Arame, SA	Águeda	1 235	738
Projeto inovador: modernização da estrutura organizacional e produtiva	Maxividro - Transformadores e Distribuidores de Vidro, SA	Mealhada	2 560	1 681
Reforço da capacidade produtiva	Plásvara - Fábrica de Plásticos, Unipessoal	Ovar	323	184
Expansão da capacidade para produção de moldes inovadores com maior complexidade tecnológica	Maga Moldes, Lda	Albergaria-a-Velha	378	172
Adoção de novos processos, produção de novos bens e serviços	Tibério & César, Lda	Albergaria-a-Velha	491	250
Alteração de processos para melhoria do fabrico da telha	Luso-Telha Cerâmica de Telhas e Tijolos de Águeda, Lda	Águeda	2 009	1 300
Modernização empresa	Gabinete De Contabilidade Salomé Costa, Unipessoal, Lda	Ovar	42	25
Reforço da capacidade competitiva	Marques, Simões & Alves, Lda	Aveiro	294	208
Telhas e canecos - abertura de estabelecimento	Telhas e Canecos, Lda	Águeda	94	71
Modernização e expansão da atividade	Inacio Fernandes e cia, Lda	Ovar	229	167
Reforço da capacidade competitiva	José Gomes & Custódio Gomes, Lda	Ovar	362	222
Reforço da internacionalização sustentado pela (out) penetração do mercado alimentar e (in) organização e gestão lean thinking	Ilhaplast Soc. Transformadora de Plásticos, Lda	Vagos	246	116
Termoi9enterprise	Termogest - Inovação, Lda	Ílhavo	343	152
Creative moldes- soluções completas e flexíveis	Creative Moldes, Lda	Estarreja	904	503
Dotação de novos serviços diferenciadores	Aqualeisure Hotel - Atividades Hoteleiras, Lda	Ovar	160	120
Produção de novos produtos e adopção de novos processos de fabrico da Póvoa e Irmãos, Lda.	Póvoa & Irmãos, Lda	Aveiro	447	223
Projeto de expansão	Visionlighting - Componentes para Indústria, Sa	Ovar	1 439	910
Criação de nova empresa na área de design e inovação de produtos com e sem impressão	Dissipation Design e Inovação, Lda	Oliveira do Bairro	737	443
Criação de unidade industrial inovadora ao nível produtivo, organizacional/gestão, certificada e exportadora	Magnusberry, Lda	Anadia	683	375
Criação de unidade industrial inovadora ao nível produtivo, organizacional/gestão, certificada e exportadora	Molho Criativo - Unipessoal, Lda	Vagos	1 022	627
Sealtec	Policrosis - Indústria de Polimeros Técnicos, Lda	Ílhavo	356	190
On back on	On Back On Unipessoal, Lda	Aveiro	1 890	1 122
A empresa está numa fase de mudança de estratégia, alargando-se ao mercado externo e apostando na criação de nova produção	Sopometal-Soc. Portuguesa Metais, Lda	Albergaria-a-Velha	883	389
Criação de um unidade de fabricação de painéis fotovoltaicos	Openplus Pv, Lda	Estarreja	2 370	1 752
Magnum cap - park charge project	Magnum Cap, Electrical Power Storage, Lda	Aveiro	2 700	1 901
Bolseira 2011- novas respostas para novos desafios	A Bolseira - Indústria de Embalagem, Lda	Oliveira do Bairro	448	291
Projeto Euroviga II	Euroviga II Industriais, Sa	Oliveira do Bairro	4 413	3 119
STS innovation in natural stone machinery	Indavoir Aveiro Industria, Unipessoal, Lda	Aveiro	1 494	978
STS innovation in natural stone machinery	STS Soldadura Ílhavo, Unipessoal, Lda	Ílhavo	1 495	1 077
Inovação produtiva e de processo	Torre ITM - Indústria Transformadora de Mármore, Lda	Ovar	527	355
Desenvolvimento de novos produtos	Somengil - Soluções Integradas de Engenharia, Lda	Vagos	1 958	1 268
Terraços do mirante - novo empreendimento hoteleiro de 4** - high-tech e eco-hotel	Terraços do Mirante - Atividades Hoteleiras, Lda	Águeda	6 119	3 247
Afetação de investimentos nucleares ao reforço das capacidades exportadoras da empresa	Solintellysys, Lda	Águeda	257	154
ReciVagos - internalização de atividades de maior valor acrescentado na cadeia de valor	Recivagos, Lda	Vagos	1 080	799
Industrialização da nova geração de placas de circuito eletrónico com micro componentes de reduzida dimensão 01005 e maior complexidade e diversidade de número de componentes de referência distinta	Uartrónica, Electrónica, Lda	Aveiro	571	286
Otimização dos processos produtivos, e introdução da maquinação de peças de grande dimensão	Dormak, Lda	Vagos	1 017	763
Produção de novas sondas com sensores wireless	Bresimar Automação, SA	Aveiro	493	108
Investimento numa nova linha produtiva de ztrefilagem contínua a quente a montante	Sopometal-Soc. Portuguesa Metais, Lda	Albergaria-a-Velha	2 562	1 230
Posicionamento como fornecedor de produtos de maior dimensão/valor acrescentado (robots para a atividade vitivinícola e outros) e reforço da componente internacional	Silva & Ventura - Tornearia Mecânica, Lda	Sever do Vouga	841	492
Santosom inovação	Santosom - Comércio e Indústria de Audiovisual, Lda	Ovar	450	338

Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Projeto	Beneficiário	Município	Investimento total (milhares de euros)	FEDER aprovado (milhares de euros)
Tecnologias para comunicação e identificação por rádio frequência	Microio - Serviços de Electrónica, Lda	Aveiro	223	94
Desenvolvimento de módulos solares baseados em células "dye sensitized solar cells"	Energica Sol - Climatização, Lda	Aveiro	414	256
Palplus	Palvidro Plásticos Reforçados da Bairrada, Lda	Anadia	33	25
Escalonamento e otimização multicritério em ambiente de produção por projeto	Softi9 - Inovação Informática, Lda	Aveiro	33	25
ASA - arquivo semântico audiovisual	Metatheke - Software, Lda	Aveiro	33	25
Ortho-fleximolde: molde flexível para produção de produtos ortopédicos em espumas visco-elásticas	Interespuma - Indústria de Poliuretanos, Lda	Anadia	33	25
Casas modelares e eco-sustentáveis	Cool Haven Habitações Modelares Eco-Sustentáveis, Lda	Sever do Vouga	1 084	653
Conceção e desenvolvimento de plataforma integrada, para fornecimento de soluções diversas e modulares de sistemas de segurança e instrumentação - plataforma de controlo e monitorização global	Rezeria - Proj. e Inst. de Redes de Telecomunicações, Lda	Vagos	375	101
Mobiliária - mobility concepts for imt-advanced	Wavecom - Soluções Rádio, SA	Aveiro	372	245
Criação de um núcleo de I&DT para desenvolvimento de projetos na área da eletrónica	Exatronic - Engenharia Electrónica, Lda	Aveiro	770	230
Interface computadorizada para enrolamento filamentar contínuo	Isofibras - Revestimentos e Fibras de Vidro, Lda	Oliveira do Bairro	25	19
Desenvolvimento de processo de fabrico e de embalagem de leitão pré-assado à bairrada	O Forno da Mealhada, Lda	Mealhada	33	25
Integração de sistemas de informação de saúde oral	Iuz Technologies, Lda	Aveiro	213	107
Itour webhdtv - turismo em alta (definição) : plataforma iwebhdtv	Itour - Unique Solutions, Lda	Aveiro	344	237
Pervasive tourism - a computação ubíqua, as tecnologias pervasivas e as aplicações contextualizadas ao serviço do turismo	Ubiwhere, Lda	Aveiro	856	605
Wind & Biodiversity - soluções integradas para a gestão da biodiversidade em parques eólicos: reduzir e compensar a mortalidade de aves e quirópteros	Bio3 - Estudos e Projetos em Biologia e Valorização de Recursos Naturais, Lda	-	1 128	802
Clustermetavoice - sistema de reconhecimento de voz para indexação automática em tempo-real dos conteúdos audiovisuais parlamentares no contexto web 3.0.	Clustermedia Labs, Lda	Aveiro	925	723
Nexx-id: a investigação & desenvolvimento como motor de desenvolvimento da empresa	Nexxpro . Fábrica de Capacetes, Lda	Anadia	239	120
Otimização da conceção, processo e construção de um robô de serviços (service robot) reconfigurável, todo-o-terreno com comportamentos autónomos	Holos - Soluções Avançadas em Tecnologias de Informação, SA	Aveiro	572	383
Investigação, conceção e desenvolvimento de analisador para medição e controlo de processos industriais (combustão/energia/solda)	Selmatron - Sistemas Electrotécnicos e Automação Industrial, Lda	Aveiro	197	80
Oobian - living knowledge	Maisis - Sistemas de Informação, Lda	Aveiro	365	186
Desenvolvimento de tecnologias inovadoras eco-eficientes aplicadas às máquinas corta-relvas	Dormak, Lda	Vagos	387	133
Wavesys ? plataforma rádio integrada wavecom	Wavecom - Soluções Rádio, Sa	Aveiro	583	287
Revestimentos sol-gel nanohíbridos para proteção ambiental de superfícies de pedra calcária macro-texturada- osmose	Invest Naturalstone, Lda	Vagos	1 563	272
Comunicar informação turística e património histórico-cultural	Edubox, Sa	Aveiro	683	235
Produção de combustíveis derivados de resíduos (cdr) a partir de resíduos urbanos e industriais	Portary - Gestão de Resíduos, SA	Águeda	32	24
Desenvolvimento de um robot para manutenção de espaços verdes	Kor-Range - Robotic Systems	Aveiro	21	16
Rust proof	Gavex , SA	Ovar	25	19
Sistema de escoramento para a reabilitação de edifícios em zonas urbanas antigas	Valter Gonçalves, Serralharia Civil e Mecânica, Lda	Sever do Vouga	33	25
Desenvolvimento de materiais e soluções de baixo impacto para habitação modular económica	Quadruplex, Reabilitação e Construção Civil, Lda	Águeda	25	19
Estudo a novos tags de fusão molecular	Hitag Biotechnology, Lda	Albergaria-a-Velha	31	23
Newskintech - dispositivo médico para electroterapia e administração de geomateriais e/ou fármacos transdermicamente	Exatronic - Engenharia Electrónica, Lda	Aveiro	608	349
Criação de núcleo de I&DT que visa a investigação, desenvolvimento e inovação de soluções de automação com aplicação industrial	Bresimar Automação , SA	Aveiro	617	169
<b>Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)</b>				
Implementação e certificação de um sistema de qualidade	Wavecom - Soluções Rádio, SA	Aveiro	62	28
VLM na era do conhecimento, da tecnologia e da globalização	VLM Consultores, SA	Aveiro	474	106
"Look in" - inovar e internacionalizar: competir com novos produtos, novas abordagens em novos mercados	Look Concepts - Marketing e Comunicação, Lda	Aveiro	193	64
Projeto individual de internacionalização e novos serviços	Foconsultores - Formação e Consultoria Empresarial, Lda	Aveiro	505	175
Reforço da capacidade competitiva	P. & F. Electrónica, Lda	Albergaria-a-Velha	294	54
Incremento nas ações de internacionalização	To Be - Consultores de Sistemas e Tecnologias de Informação, Lda	Ílhavo	245	62
Alcançar uma posição sólida no mercado e tentar acompanhar as cada vez mais exigentes necessidades	Groupack - Indústria de Embalagens, Lda	Águeda	393	131
Inovar para diferenciar	Gramarnor - Empresa de Granitos e Mármore do Norte, Lda	Estarreja	1 106	250
O mundo é plano	Primeforce, Lda	Aveiro	206	57
Expansão da empresa através da internacionalização	Irbal, Sa	Oliveira do Bairro	144	50
Modernização e internacionalização da isofibras	Isofibras - Revestimentos e Fibras de Vidro, Lda	Oliveira do Bairro	255	40
Projeto de integração da gestão e consolidação da internacionalização da Pinto & Leite, Lda	Pinto & Leite, Lda	Ovar	400	161
Projeto individual	Interespuma - Indústria de Poliuretanos, Lda	Anadia	161	72

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Projeto	Beneficiário	Município	Investimento total (milhares de euros)	FEDER aprovado (milhares de euros)
Modernização e certificação do sqq da FIG	FIG - Fábrica de Plásticos, Lda	Águeda	150	53
Self energy innovation - qualificação e internacionalização	Self Energy-Inovation, Lda	Aveiro	89	30
Qualificação e competitividade	Internic Serviços Integrados de Engenharia, Lda	Aveiro	320	93
Promoção internacional dos vinhos	Luís Alberto Moreira Pires e Pato	Anadia	119	47
Reforço de fatores de competitividade	João Abrantes Alumínios, Lda	Águeda	198	36
Reforço da capacidade estratégica e internacionalização	Salher Portugal - Equipamentos para Tratamento de Águas, Lda	Vagos	118	50
FOPIL modernização e internacionalização	Fopil - Fábrica Ovarense de Plásticos Industriais, Lda	Ovar	384	65
Definição de uma presença mais ativa nos mercados internacionais, com afirmação	Rederia - Proj. e Inst. de Redes de Telecomunicações, Lda	Vagos	284	119
Newlearning lusofonia	I-Zone Knowledge Systems, Sa	Aveiro	524	140
"Gerir pela inovação"	Culturália - Viagens Turismo e Animação, Lda	Aveiro	53	22
Feiras, missões nos mercados externos, certificação de qualidade, internacionalização e apoio	Sopometal-Soc. Portuguesa Metais, Lda	Albergaria-a-Velha	123	53
Reforço dos fatores dinâmicos de competitividade da HM consultores	HM Consultores, Lda	Aveiro	714	169
Molex_qualidade ts	Molex-Indústria e Comércio de Molas, Lda	Ovar	25	19
Avaliação do desempenho ambiental do tecnoljolo da Construcer	Construcer - Cerâmica de Construção, Sa	Anadia	8	6
Composifire	Palvidro Plásticos Reforçados da Bairrada, Lda	Anadia	33	25
Reforço da capacidade competitiva	Fangueiro & Rodrigues, Lda	Aveiro	210	72
Internacionalização da softvalue	Softvalue - Software e Tecnologias de Informação, Lda	Aveiro	148	23
Qualificação empresarial e dinamização da exportação da NCP	Ncp - Fabrico de Produtos Metálicos, Sa	Oliveira do Bairro	486	179
Internacionalização	CMS Helmets - Fábrica de Capacetes, Lda	Anadia	128	56
Explorar oportunidades para entrada em mercados em desenvolvimento	Caves Arcos do Rei, Lda	Anadia	245	84
Qualificação e internacionalização da congelados Moreira	Virgílio C. Moreira, Lda	Anadia	250	57
Conceção de produtos próprios e reforço da capacidade competitiva	Lomboser - Metalúrgica, Lda	Vagos	494	93
Abertura de unidade hoteleira	Aqualeisure Hotel -Atividades Hoteleiras, Lda	Ovar	187	31
Projeto de internacionalização e comercialização/marketing	Marmoguaia-Mármore e Cantarias, Lda	Anadia	139	27
Qualificação da PME auto-mecânica gineto da Costa e Martins	Auto Mecânica Gineto da Costa e Martins, Lda	Sever do Vouga	155	54
Reforço competitivo pela qualificação e internacionalização	Dagoform- Desenvolvimento e Produção Metálica, Lda	Aveiro	206	91
Internacionalização e competitividade	Inforlândia - Sistemas e Serviços de Informática, Lda	Aveiro	364	160
Livemeans - internacionalização	Clustermedia Labs, Lda	Aveiro	327	64
Desenvolvimento do negócio de sondas de temperatura e de nível	Bresimar Automação , SA	Aveiro	32	24
Implementação de um sistema de gestão da qualidade e novas ferramentas	Decordecad - Indústria de Decalques e Porcelanas Finas, Sa	Ílhavo	31	23
Desenvolvimento de processos e novos produtos de revestimento e cobertura cerâmica	Cervouga - Cerâmica de Grés, Lda	Águeda	22	17
Estudo de viabilidade e plano de reconversão ambiental	Brimo - Britas de Mouquim, Lda	Ílhavo	25	19
Desenvolvimento de fatores competitivos da empresa	Ferrão & Guerra, Lda	Águeda	354	123
Ambaveneda - otimização ambiental	Curtumes Aveneda, Lda	Ovar	5	4
Molex_rumo à melhoria da produtividade	Molex-Indústria e Comércio de Molas, Lda	Ovar	30	23
Regularização e melhoria dos impactes ambientais	Pereira e Bastos, Lda	Albergaria-a-Velha	22	16
Desenvolvimento do siso assistant - aplicação desktop para otimizar registos no siso	luz Technologies, Lda	Aveiro	31	23
Projeto de qualificação e internacionalização da Frontroad unipessoal Lda.	Frontroad - Unipessoal, Lda	Aveiro	307	44
Apoio na implementação da gestão ambiental na CETIPAL	Cetipal - Cerâmica de Tijolos e Pavimentos, Sa	Águeda	10	8
Reforço da capacidade competitiva	José Eduardo Lopes Unipessoal, Lda	Anadia	95	42
Implementação de melhores técnicas disponíveis (mtds) na gestão ambiental da cerâmica de tijoágueda - cerâmica de Águeda	Tijoágueda - Cerâmica de Águeda, Lda	Águeda	13	9
Reforço das capacidades de gestão, gestão ticzs, certificação pela qualidade e internacionalização	Alcides da Silva Henriques, Lda	Aveiro	205	88
Implementação de um sistema de gestão da qualidade pela NP en iso 9001:2008	DCI - Domótica e Inovação, Lda	Oliveira do Bairro	25	19
Telleportwall	Globaltronic - Electrónica e Telecomunicações, Lda	Águeda	33	25
Projeto de qualificação e internacionalização com reforço no âmbito do design, comercial e marketing	Rubilar - Artigos para o Lar, Lda	Ovar	606	228
Internacionalização	Caves Altoviso, Lda	Anadia	75	33
Casa Rios - qualificação, comercialização e marketing	Casa Rios Materiais de Construção, Lda	Estarreja	180	76
Reforço da presença das Caves da Montanha nos mercados externos	Caves da Montanha - A. Henriques, Lda	Anadia	145	56
Estudo e desenvolvimento de uma solução para localização indoor baseada em ultra-sons	Ubiwhere, Lda	Aveiro	20	15
Reforço da atuação no mercado externo	Susana Gateira Produção de Moda, Lda	Ílhavo	131	53
Implementação da desmaterialização de processos de negócio e certificação de um sistema de qualidade	VMFGest, Unipessoal, Lda	Aveiro	84	24
Inovação, modernização e internacionalização no âmbito do fabrico de estruturas metálicas de elevada complexidade tecnológica	N. J. L. - Indústrias Metalúrgicas, Lda	Albergaria-a-Velha	438	144
Melhoria da eficiência energética	Assoc. Empresarial de Águeda	Águeda	320	146
Crescimento sustentado nos mercados internacionais, baseado na inovação e diferenciação	Cross Pro - Componentes para Motociclos, Lda	Águeda	192	86
Internacionalizar soluções de software controladas por voz : kalipso voice	Sysdev, Lda	Ílhavo	684	302
Qualificação e internacionalização da SOFTI9	Softi9 - Inovação Informática, Lda	Aveiro	360	152
A aposta nos fatores dinâmicos de competitividade da UVW	UVW - Centro de Modelação de Sistemas Ambientais, Lda	Ílhavo	58	26
Modernização e sustentabilidade da estratégia mynetwork solutions	Network Concepts - Soluções de Redes Empresariais, Lda	Aveiro	231	82
Desenvolvimento e implementação de um sistema informático para	A. F. Francisco, Lda	Ovar	30	23

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Projeto	Beneficiário	Município	Investimento total (milhares de euros)	FEDER aprovado (milhares de euros)
otimização da utilização da folha de madeira				
Implementação de um sistema de gestão da qualidade pela NP-EN-ISO 9001/2008	Canel - Fábrica de Cartão Canelado, Lda	Oliveira do Bairro	16	12
ISI3 - identificação de soluções inovadoras na instalação e gestão de infraestruturas de telecomunicações	Aveicabo - Telecomunicações e Serviços, Sa	Albergaria-a-Velha	30	23
Implementação de um sistema de gestão da qualidade pela norma en NP iso 9001:2008	Uartrónica, Electrónica, Lda	Aveiro	25	19
Plano de estratégico de desenvolvimento da atividade (marketing e comercial)	Guedes, Queirós, Cardoso e Costa, Lda	Sever do Vouga	18	14
Desenvolvimento e implementação do sistema de gestão da qualidade (sgq) de acordo com a NP-EN-ISO 9001/2008	Futurvida - Fabricação de Veículos Especiais, Lda	Albergaria-a-Velha	31	23
Implementação e integração de boas práticas na gestão ambiental da cerâmica Castros	Cerâmica Castros, Sa	Águeda	13	9
Ensaio e otimização de queimador industrial de biomassa	Amaro, Lda	Águeda	33	25
Janrinor. metalúrgica Lda	Janrinor - Metalúrgica, Lda	Aveiro	32	24
Comercialização e divulgação dos vinhos da quinta mata fidalga nos mercados internacionais	Quinta da Mata Fidalga Agricultura e Turismo Rural, Lda	Anadia	115	43
Avenida efficiency	Curtumes Avenida, Lda	Ovar	207	93
Desenvolvimento de fatores competitivos da empresa	Amop -Artefactos de Cimento Moldados Pré -Fabricados, Lda	Águeda	358	160
Internacionalização; recurso a modernos meios de mkt; reforço de competências organizacionais e TIC; modernização tecnológica e inserção economia digital; reforço capacidades e imagem comercial	Stocksensor - Comércio Equipamentos Segurança, SA	Aveiro	819	353
Investimento em áreas chave da empresa	Inter Bike - Importação e Exportação, Lda	Vagos	507	227
Reforço da internacionalização da maquinol@	João Oliveira, Lda	Estarreja	222	95
Rubicer Vision	Rubicer - Comércio e Representação de Artigos Sanitários, Lda	Ovar	839	330
Criação de nova empresa na área de apoio às empresas que apostam na economia digital, internacionalização e propriedade industrial	Multidados - Consultoria e Tratamento Estatístico de Dados, Lda	Aveiro	233	78
Nexpro qualifica - modernização global e internacionalização sustentada	Nexpro . Fábrica de Capacetes, Lda	Anadia	507	238
Definição de uma presença ativa em mercados internacionais	Divilux - Divisão de Espaço, Lda	Águeda	329	173
Aveicabo - qualificação e internacionalização	Aveicabo - Telecomunicações e Serviços, Sa	Albergaria-a-Velha	281	137
Reforço da capacidade competitiva	Ilimitados na Consultoria, Unipessoal, Lda	Aveiro	141	60
Inovação, diferenciação, internacionalização rumo à excelência	Cristina Maria De Jesus Durrães	Aveiro	391	91
Reestruturação da organização, da forma de comercialização e sua internacionalização	Linha Sólida - Equipamentos Técnicos de Hotelaria, Lda	Albergaria-a-Velha	93	30
A domótica - uma inteligência qualificante	Diferencial - Electrotécnica Geral, Lda	Oliveira do Bairro	402	180
Interamb - Avenida	Curtumes Avenida, Lda	Ovar	232	84
Internacionalização da Bright Blue	Bright Blue, Lda	Aveiro	380	169
Internacionalização, qualidade, inovação, ambiente, propriedade industrial, comercialização e marketing	Sopormetal-Soc. Portuguesa Metais, Lda	Albergaria-a-Velha	374	135
Modernização e certificação do produto	Socal - Soares & Cal, Lda	Águeda	242	44
Incremento das capacidades internas de gestão, assente nas ticzs, e da produção, pela melhoria dos processos, em prol do seu esforço de internacionalização.	Solintellysys, Lda	Águeda	403	156
Redefinição da estratégia da Vidromax	Vidromax - Vidros e Espelhos, Lda	Mealhada	594	206
Plano integrado de internacionalização e de investimento em fatores dinâmicos de competitividade	Pim Plural, Sa	Aveiro	867	355
Internacionalização e melhorias ambientais	Ralut - Indústria de Mobiliário Metálico, Lda	Águeda	234	91
Inovação, modernização e internacionalização em setor de ponta (ferramentas especiais de elevada precisão)	Mega Dies - Cunhos e Cortantes, Lda	Aveiro	312	109
Pertos - aposta na qualificação e na internacionalização	Pereira e Bastos, Lda	Albergaria-a-Velha	217	105
Internacionalização da Original Office Lda.	Original Office, Lda	Estarreja	172	52
Lançamento da Cosvalinox pela via da qualidade, inovação e internacionalização	Cosvalinox - Indústria Metalúrgica e Equipamentos, Lda	Aveiro	163	65
Reforço da estratégia de internacionalização da Dormak	Dormak, Lda	Vagos	162	73
Instalação de sistema solar térmico e de eficiência energética em restauração e hotelaria	José Oliveira Morais e Herdeiros	Mealhada	108	48
Aumento de vendas para novos mercados	Valart - Metalúrgica Central do Vouga, Lda	Albergaria-a-Velha	67	29
Promoção da competitividade da empresa através da presença ativa nos mercados externos	Duritsteel, SA	Albergaria-a-Velha	210	53
Internacionalização no âmbito da conceção, fabrico e comercialização de tubagens de água quente de elevada inovação	Heliroma - Plásticos SA	Albergaria-a-Velha	618	78
Internacionalização - crescimento pela diversificação de mercados geográficos	Wavecom - Soluções Rádio, SA	Aveiro	390	171
Projeto de internacionalização da Spraytech	Spraytech, Unipessoal, Lda	Águeda	240	73
Macoag	Macoag - Comércio de Materiais de Construção, Limitada	Águeda	907	315
Aprofundamento da atual relação com os mercados externos	Vinicola Vale do Barrô	Águeda	149	48
Master planing internacional	Invest Naturalstone, Lda	Vagos	1 010	270
International flight cases	Santosom - Comércio e Indústria de Audiovisual, Lda	Ovar	332	160
Mindup - sistema de gestão de inovação	Xlm, Serviços de Informática, Lda	Aveiro	29	22
Organização industrial	Borrinho & Matos, Lda	Ílhavo	9	7
Electrorep - inovar a estrutura organizacional	Electrorep Soc. de Electricidade de Aveiro, Lda	Aveiro	22	17
Otimização dos sistemas de gestão de stocks e de compras	Pinturas Victor Rocha & Pinho, Lda	Ovar	22	17
Metodologia de amostragem de QAI em áreas complexas	Sondar - Amostragem e Tecnologias do Ar, Lda	Aveiro	33	25
Reengenharia dos processos e revisão e reestruturação das metodologias de gestão da qualidade	ExsEP.I - Estudos e Projetos Industriais, Lda	Anadia	10	8



## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Projeto	Beneficiário	Município	Investimento total (milhares de euros)	FEDER aprovado (milhares de euros)
Integração de novos requisitos na área ambiental (responsabilidade ambiental, comércio de emissões pós-quioto e controlo de emissões industriais)	Cetipal - Cerâmica de Tijolos e Pavimentos, SA	Águeda	10	8
Implementação de ferramentas inovadoras para a gestão e controlo das emissões industriais, no âmbito do novo regime legal da prevenção e controlo integrados da poluição	Cerâmica de Quintãs, Lda	Aveiro	18	13
Promoção da competitividade da match profiler através da presença ativa no mercado global	Match Profiler - Consultadoria e Desenvolvimento de Sistemas De Gestão, Lda	Ílhavo	187	94
Implantação da Golfinho - inovação e bricolage, Lda. no mercado global	Golfinho - Inovação em Bricolage, Lda	Águeda	1 449	343
Globaltronic	Globaltronic - Electrónica e Telecomunicações, Lda	Águeda	792	297
Projeto de qualificação e internacionalização da C&G	Cordeiro & Garrelhas, Lda	Ílhavo	324	149
Vera Viana	Espelho de Números - Consultoria, Comércio e Serviços, Unipessoal, Lda	Ovar	889	355
Interihplast	Ilhplast - Soc. Transformadora de Plásticos, Lda	Vagos	89	40
Projeto de lançamento das Caves São João no mercado externo	Caves São João - Soc. Dos Vinhos	Anadia	164	30
Projeto de internacionalização expert media	Marques Associados Digital, Lda	Anadia	379	147
Ações para a internacionalização	Braga Alves, Lda	Aveiro	236	106
<b>SUBTOTAL EIXO 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento</b>			<b>183 047</b>	<b>95 570</b>
<b>Eixo 2 - Valorização do Espaço Regional</b>				
<b>Ações Valorização do Litoral</b>				
Requalificação da praia do Areão	Município de Vagos	Vagos	141	106
Estruturas de educação ambiental na torreira	Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.	Murtosa	274	206
<b>Ações de Valorização e Qualificação Ambiental</b>				
Agenda 21 Águeda / dez coisas pelo planeta	Município de Águeda	Águeda	271	217
Reconversão dos viveiros florestais de Mealhada/parque urbano	Município da Mealhada	Mealhada	2 121	1 534
Construção de açude no rio Águeda	Município de Águeda	Águeda	1 841	1 473
Requalificação urbana da margem norte do rio Águeda	Município de Águeda	Águeda	2 582	2 060
Corredores ecológicos do concelho de Aveiro - 1ª fase	Município de Aveiro	Aveiro	254	203
Requalificação urbana da vila de Luso - valorização paisagística	Município da Mealhada	Mealhada	1 268	952
Centro cívico de Veiros	Município de Estarreja	Estarreja	274	219
Requalificação urbanística do espaço interior entre o pavilhão e as piscinas municipais	Município de Vagos	Vagos	437	331
Arranjos exteriores do estádio municipal de Vagos	Município de Vagos	Vagos	661	529
Qualificação ambiental do Buçaquinho (Cortegaça)	Município de Ovar	Ovar	1 626	1 301
Requalificação largo de S. Martinho em Arinhos	Município da Mealhada	Mealhada	265	207
Regeneração da Palhaça - espaço da feira	Município de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	1 401	1 060
Centro cívico de Avanca	Município de Estarreja	Estarreja	196	157
Centro de monitorização e interpretação ambiental	Município de Aveiro	Aveiro	913	730
Equipamentos de apoio ao parque da cidade	Município da Mealhada	Mealhada	600	337
Requalificação urbana e mobilidade territorial da Curia	Município de Anadia	Anadia	1 980	1 278
Requalificação e valorização da padeira de Fermentelos	Polis Litoral Ria de Aveiro-Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	Oliveira do Bairro	954	715
Requalificação e valorização da padeira de Frossos	Polis Litoral Ria de Aveiro-Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	Albergaria-a-Velha	548	411
Requalificação e valorização do sítio do rio Vouga	Polis Litoral Ria de Aveiro-Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	Sever do Vouga	466	324
Requalificação urbana e acessibilidades integradas da cidade de Anadia	Município de Anadia	Anadia	1 436	1 145
<b>Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados</b>				
Bioria 3	Município de Estarreja	Estarreja	216	173
<b>Otimização da Gestão de Resíduos</b>				
Gestão de resíduos	Município de Aveiro	Aveiro	115	74
<b>Património Cultural</b>				
Abertura total da área expositiva e serviços do museu de Aveiro	Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.	Aveiro	637	509
Programa integrado de reabilitação e ampliação da casa museu Júlio Dinis - uma casa ovariense e beneficiação da ponte do casal - Ovar	Município de Ovar	Ovar	398	181
<b>Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (ações imateriais)</b>				
Plano municipal de emergência de Águeda	Município de Águeda	Águeda	23	18
Elaboração do plano municipal de emergência de proteção civil de Ovar	Município de Ovar	Ovar	23	18
Elaboração do plano municipal de emergência de proteção civil da Murtosa	Município da Murtosa	Murtosa	22	17
Novo projeto	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Murtosa	Murtosa	147	91
Aquisição de um VUCI - Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga	Associação Humanitária Bombeiros Voluntário Sever Do Vouga	Águeda	197	138
Aquisição de um veículo florestal de combate a incêndio (VFCI)	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha	Albergaria-a-Velha	149	91
VSAT OLB	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	189	105
Aquisição de viatura tanque tática rural (VTTR)	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Mealhada	Mealhada	141	91
Aquisição de viatura VTTU	Assoc Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa	Mealhada	135	77
Aquisição de veículo	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Anadia	Anadia	129	91

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Projeto	Beneficiário	Município	Investimento total (milhares de euros)	FEDER aprovado (milhares de euros)
Aquisição de veículo de tanque tático rural (VTTR)	Assoc Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar	Ovar	176	91
Aquisição de VUCI	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo	Ílhavo	195	137
Novo projeto	Associação Humanitaria Dos Bombeiros Voluntários De Aveiro	Aveiro	119	77
<b>Rede de Equipamentos Culturais</b>				
Cine teatro Alba	Município de Albergaria-A-Velha	Albergaria-a-Velha	2 534	840
Cultrede - parceiro 6 - município de Estarreja	Município de Estarreja	Estarreja	92	63
Teatro contemporâneo em Portugal: ciclo de formação e consolidação de públicos	Município de Estarreja	Estarreja	91	66
Ato 5	TEMA - Teatro Municipal de Aveiro, EM	Aveiro	101	81
Imaginar o(s) centro(s) Aveiro	TEMA - Teatro Municipal de Aveiro, EM	Aveiro	128	101
Imaginar o(s) centro(s) Coimbra	Fundação Cultural da Universidade de Coimbra	Águeda	129	103
Arquivo municipal	Município da Murtosa	Murtosa	655	470
Construção da biblioteca municipal	Município de Vagos	Vagos	1 224	980
Biblioteca municipal de Albergaria-a-velha	Município de Albergaria-A-Velha	Albergaria-a-Velha	2 098	1 677
Recentrar	TEMA - Teatro Municipal de Aveiro, EM	Aveiro	175	119
Culturbe - componente centro	A Escola da Noite - Grupo de Teatro de Coimbra	Águeda	347	277
Ato 5 - 2011/2013	TEMA - Teatro Municipal de Aveiro, EM	Aveiro	111	75
<b>Saúde</b>				
Remodelação da consulta externa e hospital de dia do HFZ Ovar	Hospital Dr. Francisco Zagalo	Ovar	890	623
Remodelação e ampliação do serviço de urgência	Hospital Distrital de Águeda	Águeda	2 075	1 415
Extensão de saúde de Barcouco	Administração Regional de Saúde do Centro, Instituto Público	Mealhada	411	288
Remodelação do serviço de imagiologia do HIP	Hospital Infante D. Pedro, EPE	Aveiro	2 742	1 858
Remodelação do bloco operatório do HIP	Hospital Infante D. Pedro, EPE	Aveiro	3 090	2 446
Remodelação da central de esterilização do HIP	Hospital Infante D. Pedro, EPE	Aveiro	650	455
Remodelação do serviço de oftalmologia e aquisição de geradores de emergência	Hospital Infante D. Pedro, EPE	Aveiro	1 725	1 086
<b>SUBTOTAL EIXO 2 - Valorização do Espaço Regional</b>			<b>42 790</b>	<b>30 495</b>
<b>Eixo 3 - Coesão Local e Urbana</b>				
<b>Equipamentos para a Coesão Local</b>				
Construção de biblioteca e auditório de Oiã (anexo à nova junta de freguesia de Oiã)	Município de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	1 225	980
Área desportiva municipal - piscina municipal de Estarreja	Município de Estarreja	Estarreja	3 821	2 680
Complexo desportivo de Vagos - pista de atletismo	Município de Vagos	Vagos	500	400
Centro cultural da Gafanha da Nazaré - 3ª fase (ampliação/remodelação)	Município de Ílhavo	Ílhavo	2 369	1 805
Construção de pavilhão gimnodesportivo de Angeja	Município de Albergaria-A-Velha	Albergaria-a-Velha	1 771	1 350
Casa da cultura de Oliveira do Bairro	Município de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	4 576	3 454
Pólo de valorização da coleção de arte contemporânea de Aveiro - requalificação da capela de São Tomás de Aquino	Município de Aveiro	Aveiro	372	297
Casa da cidadania	Município de Aveiro	Aveiro	543	217
Recuperação do pavilhão gimnodesportivo de Vagos	Município de Vagos	Vagos	408	326
Parque desportivo - ampliação do estádio municipal de Anadia	Município de Anadia	Anadia	233	170
Beneficiação da casa da cultura	Município de Estarreja	Estarreja	272	218
Ampliação e reformulação do mercado da Costa Nova	Município de Ílhavo	Ílhavo	1 649	558
Pavilhão gimnodesportivo de Arada	Município de Ovar	Ovar	1 352	483
Parque municipal de desporto e lazer / construção de campos de treino e vedação	Município de Ílhavo	Ílhavo	845	294
<b>Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar</b>				
Construção da escola do 1º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar de Oliveira do Bairro	Município de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	2 867	2 238
Centro educativo de Pampilhosa	Município da Mealhada	Mealhada	2 449	1 563
Construção da escola do 1º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar de Vila Verde	Município de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	2 852	1 210
Construção da escola do 1º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar da Palhaça	Município de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	2 991	1 503
Construção da escola do 1º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar do Troviscal	Município de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	2 702	1 523
Centro escolar de Arcos	Município de Anadia	Anadia	3 694	2 424
Centro escolar de Avelas de Cima / Avelas de Caminho	Município de Anadia	Anadia	2 225	1 780
Centro escolar de Paredes do Bairro	Município de Anadia	Anadia	2 906	744
Construção da escola do 1º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar de Bustos	Município de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	3 004	1 497
Construção da escola do 1º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar de Oiã poente	Município de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	2 443	1 135
Construção da escola do 1º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar de Oiã nascente	Município de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	2 621	1 210
Construção da escola do 1º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar da Mamarrosa	Município de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	1 952	637
Ampliação da escola básica e integrada de Pardilhó	Município de Estarreja	Estarreja	990	753
Centro escolar de Couto Esteves (3º envio)	Município de Sever do Vouga	Sever do Vouga	745	442
Construção da eb1 Rocas do Vouga - centro escolar	Município de Sever do Vouga	Sever do Vouga	897	591
Centro educativo das Laginhas	Município de Albergaria-a-Velha	Albergaria-a-Velha	966	661
Escola básica do 1.º ciclo Presa-Légua	Município de Ílhavo	Ílhavo	1 161	726
Centro escolar senhora do Pranto II	Município de Ílhavo	Ílhavo	2 371	1 464
Escola básica do 1.º ciclo de Vale de Ílhavo	Município de Ílhavo	Ílhavo	817	430

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Projeto	Beneficiário	Município	Investimento total (milhares de euros)	FEDER aprovado (milhares de euros)
Escola básica do 1.º ciclo Corgo Comum	Município de Ílhavo	Ílhavo	1 047	563
Centro escolar da Cale da Vila II	Município de Ílhavo	Ílhavo	1 904	1 065
Centro escolar de Macinhata do Vouga	Município de Águeda	Águeda	1 806	1 445
Centro escolar integrado Fernando Caldeira	Município de Águeda	Águeda	1 927	1 450
Ampliação da escola básica e integrada com jardim de infância padre donaciano Abreu Freire - freguesia de Beduído	Município de Estarreja	Estarreja	1 582	1 022
Construção da escola básica e integrada com jardim de infância a sul do concelho - Salreu	Município de Estarreja	Estarreja	2 073	1 449
Centro escolar dos Combatentes	Município de Ovar	Ovar	4 667	2 254
Centro escolar de Maceda	Município de Ovar	Ovar	2 557	1 343
Centro escolar Ovar norte	Município de Ovar	Ovar	4 056	1 586
Centro escolar de Verdemilho	Município de Aveiro	Aveiro	845	554
Centro escolar de S. Bernardo	Município de Aveiro	Aveiro	1 425	862
Construção do centro educativo da Saldida	Município da Murtosa	Murtosa	1 884	1 327
Construção de edifício para o pré-escolar na ebl da Torreira	Município da Murtosa	Murtosa	462	330
Centro escolar de Fonte de Angeão - eb1/JI	Município de Vagos	Vagos	2 884	2 004
Centro escolar da Gafanha da boa-hora - eb1/JI	Município de Vagos	Vagos	3 630	1 478
Ampliação e alteração da escola eb1 + JI de Recardães e sua adaptação a centro escolar	Município de Águeda	Águeda	203	157
Ampliação e alteração da escola primária de Borralha e sua adaptação a centro escolar	Município de Águeda	Águeda	814	499
Centro educativo de Fermentelos	Município de Águeda	Águeda	1 254	1 001
Centro educativo de Barrô	Município de Águeda	Águeda	1 401	1 093
Centro escolar de Santiago	Município de Aveiro	Aveiro	951	757
Escola básica 1º ciclo da Vera Cruz	Município de Aveiro	Aveiro	1 475	1 170
Escola básica de 1º ciclo da Glória	Município de Aveiro	Aveiro	951	720
Centro educativo de Alquerubim	Município de Albergaria-A-Velha	Albergaria-a-Velha	1 224	979
Centro educativo de Angeja	Município de Albergaria-A-Velha	Albergaria-a-Velha	1 337	1 070
<b>Mobilidade Territorial</b>				
Remodelação da avenida da praia / alargamento da ponte - Esmoriz	Município de Ovar	Ovar	1 152	921
Requalificação da EN230-1, 1ª fase	Município de Aveiro	Aveiro	1 343	1 074
Construção de rampa ro-ro no terminal contentores e ro-ro do porto de Aveiro	APA - Administração do Porto de Aveiro, SA	Aveiro	1 220	718
Beneficiação da rua de Gondosende - Esmoriz	Município de Ovar	Ovar	529	423
Construção de ponte em várzeas - Luso	Município da Mealhada	Mealhada	443	346
Abertura de estrada entre as rotundas de Fontão e Carregosa	Município de Vagos	Vagos	406	325
Beneficiação do troço - rotunda da cerâmica em Anadia, povoação de grada, até ao cemitério de grada - limite do concelho com o da Mealhada na em 619	Município de Anadia	Anadia	213	171
Pavimentação e drenagem de águas pluviais da rua irmãs Oliveira Lopes - Válega	Município de Ovar	Ovar	316	253
Requalificação da rua de São Sebastião - Oliveira do Bairro	Município de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	579	445
Reabilitação da rua do depósito de água de Bustos	Município de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	411	321
Beneficiação da rua da granja e travessa da granja - S. João de Ovar	Município de Ovar	Ovar	275	220
Variante sul ao eco-parque / EM-558	Município de Estarreja	Estarreja	529	423
Construção da variante à EN 224-2, na freguesia do Bunheiro e arranjo envolvente	Município da Murtosa	Murtosa	940	752
Beneficiação da rua Cidade de Pernik	Município de Ovar	Ovar	381	286
Implementação da rede ciclável do concelho de Ovar - ecopista entre as praias do Furadouro e Esmoriz	Município de Ovar	Ovar	722	577
Avenida Quinta do Cruzeiro e Agras do Norte	Município de Aveiro	Aveiro	760	600
Qualificação urbana da antiga EN 109	Município de Ílhavo	Ílhavo	1 864	743
Beneficiação da CM 1656 entre a EN1/IC2 8 Av. de Caminho) e limite do concelho	Município de Anadia	Anadia	230	133
Beneficiação da estrada de ligação da EM611 entre a rotunda da EN333-1 e a da Curia	Município de Anadia	Anadia	342	133
Beneficiação da estrada de ligação do cruzamento em 605, Avelãs de Cima até à EN 336 Ferreiros em 4,95km	Município de Anadia	Anadia	241	133
Circular nascente a Ílhavo - 1ª fase	Município de Ílhavo	Ílhavo	2 844	1 711
Criação de percursos pedonais e cicláveis de Águeda	Município de Águeda	Águeda	277	143
Porta de entrada para a mobilidade sustentável da ria	Município da Murtosa	Murtosa	1 128	897
<b>Parcerias para a Regeneração Urbana</b>				
Beneficiação do mercado municipal de Ovar - execução de muro de suporte e de vedação norte e nascente	Município de Ovar	Ovar	219	172
Requalificação da praça da república e arruamentos envolventes - Ovar	Município de Ovar	Ovar	351	281
Beneficiação da rua Dr. Manuel Arala	Município de Ovar	Ovar	124	77
Reabilitação da Fonte dos Combatentes - Ovar	Município de Ovar	Ovar	63	50
Consolidação das margens do rio Cáster e Ribeira da Nossa Senhora da Graça (entre a rua Elias Garcia e a rua da Ponte do Casal) - Ovar	Município de Ovar	Ovar	767	614
P1. centro urbano do futuro desenvolvimento de novos modelos construtivos	Município de Águeda	Águeda	79	63
P9.3 rede de espaços públicos da cidade de Águeda - requalificação envolvente casa do adro	Município de Águeda	Águeda	45	35
P16. projeto de valorização empresarial do azulejo tradicional de Ovar	Município de Ovar	Ovar	173	139

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Projeto	Beneficiário	Município	Investimento total (milhares de euros)	FEDER aprovado (milhares de euros)
P15. heco - habitat de experimentação e criatividade de Ovar	Município de Ovar	Ovar	133	106
P17. projeto de valorização empresarial do pão de ló de Ovar	Município de Ovar	Ovar	55	44
P18. programa de animação local e criatividade de Ovar (palco)	Município de Ovar	Ovar	100	80
P10. programa de desporto e bem-estar de Águeda	Santa Casa da Misericórdia de Águeda	Águeda	61	49
P6. programa de beneficiação dos serviços da Santa Casa da Misericórdia de Águeda - espaço sénior	Santa Casa da Misericórdia de Águeda	Águeda	1 014	621
Remodelação do edifício sede da Santa Casa da Misericórdia de Ovar	Santa Casa da Misericórdia de Ovar	Ovar	1 175	940
P2.01 - rede wi-fi no centro de Águeda	Município de Águeda	Águeda	200	160
P11. espaço de cidadania e promoção integrada da cidade	Município de Águeda	Águeda	31	25
P21-programa Ovar+	Associação Comercial dos Concelhos de Ovar e S. João da Madeira	Ovar	100	80
Renovação da iluminação pública do centro de Ovar	Município de Ovar	Ovar	127	102
Parque urbano de Ovar - Ovar	Município de Ovar	Ovar	3 780	1 175
P20. programa de comunicação e animação da parceria (com Ovar)	Município de Ovar	Ovar	394	313
P9. mercado municipal de Ovar - Ovar	Município de Ovar	Ovar	2 333	1 242
P2.2. programa de marketing e desenvolvimento do centro comercial virtual	Associação Comercial de Águeda	Águeda	100	80
Estrutura de apoio ao parque da sustentabilidade	Município de Aveiro	Aveiro	253	202
P9.01 - requalificação largo 1º de maio e bares	Município de Águeda	Águeda	1 203	962
P9.02 - requalificação jardim Conde de Sucena	Município de Águeda	Águeda	164	125
P9.04 e p9.05 - requalificação das ruas do centro da cidade	Município de Águeda	Águeda	2 779	867
P12. programa de dinamização da parceria - proagueda	Município de Águeda	Águeda	411	329
P8. espaço multifunções de Águeda	Ginásio Clube de Águeda	Águeda	2 512	2 006
Reabilitação e valorização da fonte do casal / Júlio Dinis - Ovar	Município de Ovar	Ovar	81	65
Aquisição e reconversão da fábrica de pasta de papel - Ovar	Município de Ovar	Ovar	1 013	810
Beneficiação da rua da Fonte do Casal / rua Moisés Lamarão / rua Luis de Camões	Município de Ovar	Ovar	355	186
P4. e P5. - beneficiação da rua dr. Francisco Zagalo e da rua João de Deus - Ovar	Município de Ovar	Ovar	240	192
P7. centro de formação e assistência social - Cefas	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Águeda	Águeda	356	285
P5-teatro de bolso	Orfeão de Águeda	Águeda	149	120
Projeto integrado da ESTGA - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda - p3 - PRU aviso 8 - Águeda	Universidade de Aveiro	Águeda	231	183
Reabilitação do edifício da antiga companhia aveirense de moagens -a6- PRU Aveiro - aviso 8	Universidade de Aveiro	Aveiro	3 754	2 970
Instalações desportivas do clube de ténis de Aveiro	Clube de Ténis de Aveiro	Aveiro	262	181
Plano de animação e divulgação	Associação Musical das Beiras	Águeda	32	26
Reabilitação da casa de chá	Associação Musical das Beiras	Aveiro	159	83
P4. incubadora cultural de Águeda e movimentos de arte, recreio e cultura de Águeda	Município de Águeda	Águeda	1 135	908
P19. ações de monitorização ambiental	Associação Juvenil Amigos do Cáster	Ovar	50	40
Edifício e equipamento de animação e formação artístico científica	Município de Aveiro	Aveiro	583	408
Largo do Alboi - requalificação urbana	Município de Aveiro	Aveiro	1 439	1 151
Ponte superior pedonal	Município de Aveiro	Aveiro	1 031	825
Parque da baixa de Santo António - requalificação urbana	Município de Aveiro	Aveiro	345	151
Rua das Pombas	Município de Aveiro	Aveiro	41	33
Centro de educação ambiental	Município de Aveiro	Aveiro	436	349
Restauro da igreja de Santo António e capela de S. Francisco	Município de Aveiro	Aveiro	786	629
Parque infante D. Pedro	Município de Aveiro	Aveiro	338	270
Parque dos amores, incluído no PP do Mário Duarte	Município de Aveiro	Aveiro	265	212
Programa de animação e divulgação	Município de Aveiro	Aveiro	249	199
Inovações no parque da sustentabilidade	Município de Aveiro	Aveiro	338	270
I5_B - Inovações no parque da sustentabilidade	Inova-Ria - Associação de Empresas para uma Rede de Inovação em Aveiro	Aveiro	75	51
Casa da comunidade sustentável	Freguesia da Glória	Aveiro	936	582
Qualificação do espaço público e do ambiente urbano da cidade de Estarreja - qualificação do espaço central da cidade	Município de Estarreja	Estarreja	54	43
Requalificação da piscina Lurdes Abreu	Município de Estarreja	Estarreja	212	170
Iluminação da área de intervenção com recurso a fontes renováveis ou eco-eficientes	Município de Estarreja	Estarreja	144	114
Contenção e arranjo da margem sul do rio Antuã	Município de Estarreja	Estarreja	158	126
Ponte pedonal/ciclável do parque municipal do Antuã	Município de Estarreja	Estarreja	522	418
Ecopolis - Sever do Vouga: regenerar_humanizar - gabinete de apoio e coordenação	Município de Sever Do Vouga	Sever do Vouga	100	77
Ecopolis - Sever do Vouga: regenerar_humanizar - equipamento urbano	Município de Sever Do Vouga	Sever do Vouga	42	31
Ecopolis - Sever do Vouga: regenerar_humanizar - parque de estacionamento	Município de Sever Do Vouga	Sever do Vouga	82	65
Ecopolis - Sever do Vouga: regenerar_humanizar - edifícios	Município de Sever Do Vouga	Sever do Vouga	151	115
Ecopolis - Sever do Vouga: regenerar_humanizar - viadutos, arruamentos e obras complementares	Município de Sever Do Vouga	Sever do Vouga	1 355	1 084
Ecopolis - Sever do Vouga: regenerar_humanizar - parque de energia	Município de Sever Do Vouga	Sever do Vouga	155	122
Um centro histórico peculiar - da comunidade à cultura e aos desafios da contemporaneidade projeto nº 12 - aviso 10-PRU Ílhavo	Universidade de Aveiro	Ílhavo	50	40
Hospital de cuidados continuados	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo	Ílhavo	4 255	2 837
RUCHI - espaço envolvente ao hospital de cuidados continuados	Município de Ílhavo	Ílhavo	558	328

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Projeto	Beneficiário	Município	Investimento total (milhares de euros)	FEDER aprovado (milhares de euros)
RUCHI - qualificação urbana da antiga EN109	Município de Ílhavo	Ílhavo	1 864	720
RUCHI - investigação do património expressivo	Município de Ílhavo	Ílhavo	91	73
RUCHI - reabilitação do edifício-sede do Illiabum Clube	Illiabum Clube	Ílhavo	289	188
RUCHI - requalificação urbana da av. 25 de Abril	Município de Ílhavo	Ílhavo	1 715	1 285
RUCHI - centro de investigação e empreendedorismo	Município de Ílhavo	Ílhavo	1 056	845
RUCHI - qualificação urbana e ambiental do casco antigo da cidade	Município de Ílhavo	Ílhavo	2 325	1 820
Requalificação urbanística e paisagística da área existente entre a parte posterior do edifício dos paços do concelho e a avenida das laranjeiras	Município de Anadia	Anadia	3 302	1 570
P1 - projeto de execução da nova alameda da cidade	Município de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	5 376	3 753
P3 - projeto viva a alameda	Município de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	15	12
P2 - projeto alameda hotspot	Município de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	24	19
Praça comvida	Município de Anadia	Anadia	28	22
RUCHI - ampliação do museu marítimo de Ílhavo	Município de Ílhavo	Ílhavo	2 870	2 296
RUCHI - casa da música de Ílhavo	Município de Ílhavo	Ílhavo	348	278
<b>SUBTOTAL EIXO 3 - Coesão Local e Urbana</b>			<b>180 661</b>	<b>114 253</b>
<b>Eixo 4 - Assistência Técnica</b>				
Assistência técnica ao contrato de delegação de competências com subvenção global	Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - Baixo Vouga	Aveiro	244	207
Assistência técnica 2010	Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - Baixo Vouga	Aveiro	168	143
Assistência técnica 2011	Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - Baixo Vouga	Aveiro	160	136
<b>SUBTOTAL EIXO 4 - Assistência Técnica</b>			<b>572</b>	<b>486</b>
<b>TOTAL PROGRAMA REGIONAL MAIS CENTRO</b>			<b>407 069</b>	<b>240 803</b>

Nota: Não foram considerados as operações que foram alvo de desistência, anulação ou rescisão.

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Quadro IV.5 – Listagem de projetos aprovados no âmbito do Mais Centro, no Pinhal Interior Norte (2007-2011)

Projeto	Beneficiário	Município	Investimento total (milhares de euros)	FEDER aprovado (milhares de euros)
<b>Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento</b>				
<b>Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística</b>				
Parque Empresarial do Camporês - Infraestruturas - 3ª fase	Município de Ansião	Ansião	2 627	1 805
Pavilhão Multiserviços de Semide	Município de Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	560	331
Execução da Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital - Infraestruturas Fase I	Município de Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	491	386
Construção de Infraestruturas na Zona Industrial de Vale Marelo - 1ª Fase	Município de Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	293	232
Operação material de promoção do empreendedorismo - Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	Lousã	352	262
<b>Economia Digital e Sociedade do Conhecimento</b>				
Inovação e Tecnologia no Ensino Básico do 1º Ciclo - Lousã	Município da Lousã	Lousã	151	38
Apetreçamento Tecnológico dos s Educativos EB1/JI de Vila Nova de Poiares	Município de Vila Nova de Poiares	Vila Nova de Poiares	60	17
Reforço da Integração das TIC na Aprendizagem nas EB1 - Figueiró dos Vinhos	Município de Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos	6	3
Quadros Interativos	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	11	5
Rede de Área Local para o Centro Educativo de Penela e Espinhal	Município de Penela	Penela	10	5
Tecnologia +	Município de Tábua	Tábua	24	9
Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra - Apetreçamento Tecnológico	Município de Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	9	6
Apetreçamento Tecnológico da EB1 de Arganil	Município de Arganil	Arganil	54	12
Apetreçamento Tecnológico das escolas do 1.º ciclo Pedrógão Grande	Município de Pedrógão Grande	Pedrógão Grande	9	2
<b>Energia</b>				
UAG da Lousã	Beiragás, Companhia de Gás das Beiras, S. A.	Lousã	838	244
<b>Promoção e Capacitação Institucional</b>				
Rede das Aldeias Históricas de Portugal	Aldeias Históricas de Portugal - Associação de Desenvolvimento Turístico	Arganil	62	36
<b>Sistema de Incentivos a Ações Coletivas</b>				
Projeto coletivo das AIT   Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares	Associação Comercial e Industrial de Coimbra	Miranda do Corvo	910	205
Projeto coletivo ADI - Associação de Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital	Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	587	115
Projecto Smart Rural Living Lab - Valorização e Capacitação Económica do Concelho de Penela	IPN incubadora - Associação para o Desenvolvimento de Atividades de Incubação de Ideias e Empresas	Penela	316	180
<b>Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)</b>				
Projeto de desenvolvimento de rede de serviços, parcerias e associação nas áreas da comunicação	Comm Together, unipessoal, Lda	Lousã	430	222
Hotel rural Estrela do Norte	Eniol - Empreendimentos Turísticos, Lda	Arganil	1 697	1 083
Criação e exploração de unidade hoteleira temática com acesso a produtos de consumo biológicos	Duecitània - Turismo lúdico-cultural, Lda	Penela	2 903	1 960
Frisalgados - Empreendedorismo e Inovação	Frisalgados - Fabrico e distribuição de produtos alimentares, Lda	Tábua	514	323
Projeto de construção de hotel de 4 estrelas	Vila Pampilhosa Hotel, Lda	Pampilhosa da Serra	4 540	3 405
Ansião Park Hotel 3 Estrelas	Gps - Tour, Lda	Ansião	2 786	2 064
Criação de unidade extrativa orientada para mercados internacionais e inovadores	Sicostone, Lda	Ansião	4 006	2 948
Criação e desenvolvimento de plataforma online de crowdsourcing innovation	Konkrets, Lda	Lousã	194	89
Exosap - produção de polímeros superabsorventes biodegradáveis	Exotech - Bio Solutions Portugal, Lda	Tábua	5 110	3 580
Nara	Globalconfort - equipamentos para a habitação, unipessoal, Lda	Miranda do Corvo	609	353
Louzanpel Exporta	Louzanpel - Tranformação de papel da Lousã, Lda	Lousã	560	330
<b>Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&amp;DT)</b>				
Análise mecânica e desenvolvimento da bancada da máquina de elevadores elétricos sem casa de máquinas	EP - Elevadores Padrão, Lda	Lousã	8	6
Sistema de gestão e configuração online de eventos e produtos turísticos	Webevents - Viagens e turismo, unipessoal, Lda	Castanheira de Pêra	33	25
<b>Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)</b>				
Implementação do sistema de gestão da higiene e segurança alimentar e melhorias adjacentes	Salsicharia Soares & Damião, Lda	Arganil	63	28
Qualificação e Internacionalização da Adf	Antonino Dias Fernandes, Lda	Arganil	425	144
Economia digital; melhorias organizacionais e de gestão; implementação de SGQ; assessoria externa	Previchama - prevenção de incêndios e material de segurança, Lda	Lousã	206	61
Cimento	AAPB - Arquitetura, Lda	Lousã	552	130
Realtime Sensing	Logicpulse Technologies, Lda	Oliveira do Hospital	25	19
Quinta de Jugais - internacionalização	Quinta de Jugais - Comércio de produtos alimentares, Lda	Oliveira do Hospital	334	129
Promoção dos granitos portugueses	Intergran - Granitos do interior, Lda	Tábua	157	57
Implementação sistema controlo qualidade e segurança e de gestão administrativa e de produção	Lusosico - Construções, Lda	Ansião	433	100
Internacionalização e melhoria na organização de processos	Simões & Rodrigues, Lda	Penela	283	104
Reforço e consolidação do processo de internacionalização de Piódão	Piódão Artesanato e Design, Lda	Arganil	231	91

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Projeto	Beneficiário	Município	Investimento total (milhares de euros)	FEDER aprovado (milhares de euros)
Internacionalização	Tecnoveritas - Serviços de engenharia e sistemas tecnológicos, Lda	Góis	367	165
X5	Globalconfort - Equipamentos para a habitação, unipessoal, Lda	Miranda do Corvo	396	152
Criar, qualificar, modernizar, certificar e internacionalizar visando a qualificação e o aumento da competitividade	Somar - Soc. industrial de transformação de madeiras, Lda	Ansião	340	129
Aplicação do solar térmico no Quintal do Além	Quintal de Além do Ribeiro - Turismo rural, Lda	Lousã	24	11
Instalação de sistema solar térmico e de eficiência energética em residencial	Fernando Freira Castela, Lda	Ansião	37	17
<b>SUBTOTAL EIXO 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento</b>			<b>34 635</b>	<b>21 616</b>
<b>Eixo 2 - Valorização do Espaço Regional</b>				
<b>Ações de Valorização e Qualificação Ambiental</b>				
Qualificação e proteção ambiental da Mata da Misericórdia	Santa Casa da Misericórdia de Arganil	Arganil	250	188
Requalificação e valorização do concelho de Miranda do Corvo	Município de Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	198	149
Preparação da Agenda 21 Local para a Região do Pinhal Interior Norte (A21L PIN)	Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	Lousã	301	229
Requalificação da Zona Envolvente do Rio Nabão - Setor Jusante	Município de Ansião	Ansião	1 799	1 411
Parque Verde Urbano do Sub-Paço	Município de Arganil	Arganil	751	540
Multiusos da Avanteira (Requalificação das Margens do Nabão)	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	564	451
Requalificação da área verde de lazer na Quinta da Paiva	Município de Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	395	316
Requalificação urbanística do Centro Histórico do Espinhal	Município de Penela	Penela	602	466
Requalificação da Ribeira de Piódão e Zona Envolvente	Município de Arganil	Arganil	1 016	582
Requalificação do Rio Unhais - Pampilhosa da Serra	Município de Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	2 690	2 143
Requalificação urbana de Cabaços	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	1 251	959
Ligação de Sigeira de Cima a Sigeira de Baixo - Infraestruturação da Aldeia da Sigeira	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	174	75
Infraestruturação da Aldeia de Paradelas - 1ª fase	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	120	74
Requalificação de Escolas Centenárias	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	791	250
Recuperação dos espaços e infraestruturas da Aldeia do Loural - Infraestruturas	Município de Góis	Góis	186	75
Requalificação do Centro Histórico de Aldeia das Dez - 1ª Fase	Município de Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	165	115
Requalificação da envolvente da Praia Fluvial da Ilha do Picoto - Avô	Município de Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	124	75
Plano de Aldeia de Vila Cova do Alva - Requalificação de espaços públicos	Município de Arganil	Arganil	276	120
Plano de Aldeia do Mosteiro - Requalificação/valorização do espaço público	Município de Pedrógão Grande	Pedrógão Grande	224	120
<b>Ciclo Urbano da Água</b>				
Saneamento básico da freguesia de Alvaiázere	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	315	230
Saneamento da freguesia de Maças de D. Maria - 2ª fase	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	530	365
Saneamento básico de Pussos	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	998	751
Ligações técnicas de saneamento de Oliveira do Hospital - Seixo da Beira - Fase II	Município de Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	429	262
<b>Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados</b>				
Valorização turística do património natural da Serra do Açor	ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto	Arganil	361	271
Rede municipal de percursos pedestres - município de Alvaiázere	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	130	104
<b>Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (ações imateriais)</b>				
Plano municipal de emergência	Município da Lousã	Lousã	38	27
Criação do plano de emergência no âmbito municipal	Município de Vila Nova de Poiares	Vila Nova de Poiares	40	32
Elaboração do plano municipal de emergência de proteção civil de Figueiró dos Vinhos	Município de Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos	46	32
Ações de prevenção e gestão dos riscos naturais e tecnológicos no concelho de Alvaiázere - RiscAL	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	117	77
Atualização do plano municipal de emergência de proteção civil - Penela	Município de Penela	Penela	48	38
Plano municipal de emergência de proteção civil	Município de Pedrógão Grande	Pedrógão Grande	48	39
<b>Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (ações materiais)</b>				
Requalificação do sistema de informação de proteção civil, do agrupamento de bombeiros de Miranda do Corvo	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	222	139
Centro municipal de proteção civil de Vila Nova de Poiares	Município de Vila Nova de Poiares	Vila Nova de Poiares	1 276	905
Viatura VUCI	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Poiares	Vila Nova de Poiares	200	140
Viatura VUCI	Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Penela	Penela	202	140
Veículo Urbano de Combate a Incêndios - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere	Assoc Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere	Alvaiázere	200	140
Aquisição de Veículo de Socorro e Assistência Tático (VSAT) para os Bombeiros Municipais da Lousã	Município da Lousã	Lousã	234	105
Aquisição de um veículo florestal de combate a incêndio (VFCI)	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coja	Arganil	129	91
Aquisição de equipamento de remoção de neve	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coja	Arganil	25	17
Aquisição de Viatura de Combate a Incêndios Urbanos	Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	200	140
Aquisição de veículo VTTR e equipamento para EP.Isódios de neve	Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	179	121
<b>Rede de Equipamentos Culturais</b>				
Remodelação da Casa dos Magistrados para Biblioteca Municipal	Município de Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	860	640
<b>Saúde</b>				
USF da Lousã	Administração Regional de Saúde do Centro, Instituto	Lousã	2 297	1 608

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Projeto	Beneficiário	Município	Investimento total (milhares de euros)	FEDER aprovado (milhares de euros)
SUBTOTAL EIXO 2 - Valorização do Espaço Regional		Público	21 002	14 752
<b>Eixo 3 - Coesão Local e Urbana</b>				
<b>Equipamentos para a Coesão Local</b>				
Museu Municipal	Município de Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos	996	796
Construção da Casa da Cultura de Góis	Município de Góis	Góis	1 661	1 326
Construção do Centro Cultural de Tábua	Município de Tábua	Tábua	1 509	1 173
Casa Municipal da Cultura	Município de Pedrógão Grande	Pedrógão Grande	1 039	831
Reabilitação da Antiga Cerâmica Arganilense	Município de Arganil	Arganil	3 537	2 471
Casa das Artes de Miranda do Corvo	Município de Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	2 542	1 976
<b>Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar</b>				
Remodelação e ampliação da escola do 1º ciclo do ensino básico de Poiares (Santo André)	Município de Vila Nova de Poiares	Vila Nova de Poiares	1 879	1 456
Centro Educativo de Coja (Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, Pré-Escolar e Creche)	Município de Arganil	Arganil	1 243	865
Remodelação e ampliação da escola do 1º ciclo do ensino básico e jardim de infância de Santa Maria	Município de Vila Nova de Poiares	Vila Nova de Poiares	781	625
Remodelação e ampliação da escola do 1º ciclo do ensino básico de São Miguel de Poiares	Município de Vila Nova de Poiares	Vila Nova de Poiares	906	596
Conclusão do estabelecimento de ensino pré-escolar de São Miguel de Poiares	Município de Vila Nova de Poiares	Vila Nova de Poiares	238	183
Construção da escola EB 1 e Jardim de Infância de Santiago da Guarda	Município de Ansião	Ansião	913	712
Centro educativo em Miranda do Corvo	Município de Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	2 141	1 602
Centro escolar de Castanheira de Pera	Município de Castanheira de Pera	Castanheira de Pera	1 505	1 204
Remodelação e ampliação da EB1/JI de Oliveira do Hospital	Município de Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	495	345
Construção do Jardim de Infância e Escola do Ensino Básico de Pedrógão Grande (Edifício 1ºCEB e Jardim de Infância)	Município de Pedrógão Grande	Pedrógão Grande	1 021	755
Construção de EB1 de Avelar	Município de Ansião	Ansião	999	799
Centro escolar de Maçãs de Dona Maria	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	1 547	959
Construção de centro escolar de Alvares	Município de Góis	Góis	709	530
Centro Educativo de Penela - ampliação da escola básica integrada Infante D. Pedro	Município de Penela	Penela	2 149	1 259
Construção da EB1 / JI de Dornelas do Zêzere	Município de Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	1 327	447
Construção da escola básica do 1º, 2º e 3º Ciclos da Lousã	Município da Lousã	Lousã	4 594	1 812
Construção do EB 1 e jardim de Infância de Chão de Couce	Município de Ansião	Ansião	906	661
Construção do jardim de infância	Município de Castanheira de Pera	Castanheira de Pera	552	433
Centro educativo do Espinhal	Município de Penela	Penela	1 195	783
Centro educativo de Tábua	Município de Tábua	Tábua	2 002	1 544
Requalificação da escola do 1º ciclo do ensino básico de Arganil	Município de Arganil	Arganil	2 231	1 213
Centro escolar de Alvaiázere	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	2 559	1 737
Ampliação da escola básica do 1º ciclo e jardim de infância de Góis	Município de Góis	Góis	215	164
Centro educativo de Nogueira do Cravo	Município de Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	1 219	970
<b>Mobilidade Territorial</b>				
Beneficiação da EM Alfatar - Podentes	Município de Penela	Penela	530	424
Beneficiação da EM Cerejeiras - Fetais Cimeiros	Município de Penela	Penela	591	473
Benef., retif. e paviment. da EM 504 entre Lagares da Beira/limite concelho - benef., ret. e pavim. da EM 504-2 entre a EM 504 e a povoação de Meruge	Município de Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	682	543
Estrada do Vale do Alva - 3ª Fase: Troço III Aldeia das Dez/Vale de Maceira	Município de Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	1 280	1 018
Variante a Vila Facaia	Município de Pedrógão Grande	Pedrógão Grande	1 222	977
Repavimentação da EN 342 entre Lousã e limite do concelho - trabalhos de conclusão	Município da Lousã	Lousã	549	439
Rede viária municipal - requalificação/reparação de estradas	Município de Castanheira de Pera	Castanheira de Pera	233	186
Retificação e pavimentação da EM 509 - Nogueira do Cravo/Aldeia de Nogueira/Oliveira do Hospital	Município de Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	907	726
Beneficiação da E.M. entre Miranda do Corvo e o nó de ligação a Vale do Açor	Município de Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	284	227
Rede viária municipal - Bolo/Camelão	Município de Castanheira de Pera	Castanheira de Pera	281	225
Pavimentação da EM Portela do Fojo/Padrões	Município de Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	374	299
Variante a Vidual de Cima	Município de Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	2 064	908
Requalificação urbana: Eira da Pedra a Carregal	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	393	314
Requalificação urbana: Cabaços - S. Jordão	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	681	541
Rede Viária Municipal - construção da Avenida do Pólo de Formação	Município de Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos	399	310
Rede Viária Municipal - retificação da Avenida Marçal Pires Teixeira	Município de Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos	450	348
<b>Parcerias para a Regeneração Urbana</b>				
Beneficiação da Rua Dr. Carlos Mota Pinto e construção da Praça Dr. Fausto Correia	Município de Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	350	265
Reconversão urbanística da Antiga Residência de Estudantes de Pampilhosa da Serra	Município de Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	359	288
Bar Quinta da Paiva	Município de Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	90	68
Implementação do Programa de Intervenção Cívica	Município de Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	153	123
Requalificação do espaço envolvente à escola básica integrada de Pampilhosa da Serra	Município de Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	169	135
Passeios na Rua Porto Mourisco, ligação à Rua Dr. Carlos Mota Pinto e arranjo urbanístico em Porto Mourisco	Município de Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	212	169
Requalificação do Mercado Municipal e área envolvente	Município de Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	997	798



## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Projeto	Beneficiário	Município	Investimento total (milhares de euros)	FEDER aprovado (milhares de euros)
Ludoteca criativa	Município de Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	189	151
Rede Escolar de InfraEstruturas Tecnológicas	Município de Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	84	67
Circuito de Wireless Wi.Pampilhosa	Município de Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	39	31
Pampilhosa na Era Digital Rede de Fibra Ótica	Município de Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	356	285
Reabilitação do Museu Municipal	Município de Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	430	344
Parque das Águas Romanas	Município de Penela	Penela	1 055	729
Requalificação urbanística do Largo Rib <sup>o</sup> Amaral e req. da Av.5 de Outubro, da R.Gen.Santos Costa e da R.Prof. Antunes Varela, em Oliv. Hosp.	Município de Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	2 627	1 762
Requalificação urbana: Rua José Augusto Martins Rangel/Seiceiras e ligações	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	2 110	1 688
Requalificação urbana: obras de construção e reparação para fins associativos - Ed. Adães Bermudes	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	127	102
Requalificação urbana: Rua Colégio Vera Cruz	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	219	175
Ações Imateriais - plano publicidade	Município de Alvaiázere	Alvaiázere	143	107
Operação isolada para o Centro Urbano de Ansião	Município de Ansião	Ansião	1 324	1 059
Projeto de arranjo urbanístico da Praça Luís de Camões	Município de Vila Nova de Poiares	Vila Nova de Poiares	351	281
Requalificação urbanística da Alameda Santo André	Município de Vila Nova de Poiares	Vila Nova de Poiares	1 726	1 381
Operação isolada para o centro urbano de Ansião	Município de Ansião	Ansião	462	370
Requalificação urbanística da Rua de Coimbra	Município de Penela	Penela	642	503
Recuperação e reabilitação urbana do centro histórico da Vila de Pedrógão Grande	Município de Pedrógão Grande	Pedrógão Grande	573	456
Variante sul - ligação Rossio/Centro Histórico	Município de Penela	Penela	272	215
Instalação de equipamentos informativos constituídos por Quiosques Multimédia de exterior e de equip. de recolha de RSU valorizáveis e indiferenciados	Município de Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	176	141
Recuperação e reabilitação urbana do Centro Histórico da Vila de Pedrógão Grande - 2.ª Fase	Município de Pedrógão Grande	Pedrógão Grande	159	126
<b>SUBTOTAL EIXO 3 - Coesão Local e Urbana</b>			<b>70 928</b>	<b>50 003</b>
<b>Eixo 4 - Assistência Técnica</b>				
CIMPIN - Assistência Técnica 2009	Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	Lousã	318	253
Assistência Técnica 2010	Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	Lousã	143	121
Assistência Técnica 2011	Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	Lousã	197	167
<b>SUBTOTAL EIXO 4 - Assistência Técnica</b>			<b>657</b>	<b>542</b>
<b>TOTAL PROGRAMA REGIONAL MAIS CENTRO</b>			<b>127 222</b>	<b>86 913</b>

Nota: Não foram considerados as operações que foram alvo de desistência, anulação ou rescisão

EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Quadro IV.6 – Listagem de projetos aprovados no âmbito do Mais Centro, na Beira Interior Sul (2007-2011)

Projeto	Beneficiário	Município	Investimento total (milhares euros)	FEDER aprovado (milhares euros)
<b>Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento</b>				
<b>Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística</b>				
Centro Logístico Agro-Alimentar do Ladoeiro - Idanha-a-Nova	Município de Idanha-a-Nova	Idanha-a-Nova	1 883	1 040
Área de Localização Empresarial de Castelo Branco	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	787	540
Empreendedorismo em Rede na Beira Interior Sul - Criar, arriscar, empreender	Comunidade Intermunicipal da Beira Interior Sul (CIM.BIS)	Idanha-a-Nova	198	153
<b>Economia Digital e Sociedade do Conhecimento</b>				
Apetrechamento Tecnológico das Escolas EB1 de Castelo Branco	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	66	49
PEI - Projecto Escola Interactiva	Município de Penamacor	Penamacor	55	4
<b>Energia</b>				
Gestão Eficiente de Energia no Centro Social Padres Redentoristas em Castelo Branco	Centro Social Padres Redentoristas em Castelo Branco	Castelo Branco	531	369
<b>Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)</b>				
BESTBED - Criação de marca e internacionalização	BESTBED, SA.	Castelo Branco	610	242
PENAZEITES Brasil	PENAZEITES - Azeites Tradicionais, SA	Penamacor	356	162
Modernização, Flexibilidade, Competitividade, Capacidade de resposta e Internacionalização	MESKLIFLOWER Unipessoal, LDA	Idanha-a-Nova	207	95
Projeto de qualificação e internacionalização da AROXAMBIENTE em áreas chave do seu negócio	AROXAMBIENTE - Construções Metálicas, SA	Castelo Branco	200	82
A sustentabilidade e competitividade comercial como pilares da requalificação do Hotel	IDANHA NATURA - Empreendimentos Hoteleiros, Lda.	Idanha-a-Nova	226	81
Expansão Internacional	ENAUQUE - Engenharia e Arquitetura, Lda.	Castelo Branco	184	61
PROCIFISC - Engenharia e Consultadoria, Lda - Um projeto de diferenciação, inovação e modernização	PROCIFISC - Engenharia e Consultadoria, Lda.	Idanha-a-Nova	183	56
ACRIALBI - Reforço das exportações, via promoção externa	ACRIALBI - Acrílicos e Decorações, Lda	Castelo Branco	146	56
Desenvolvimento da eficiência e competitividade organizacional	STRUALBI - Estruturas de Alumínio, Lda.	Castelo Branco	109	45
Equipamento solar térmico para águas quentes sanitárias e piscina interior.	Hotel Residencial S. TIAGO, Lda	Castelo Branco	96	42
APL - Crescimento sustentado no mercado externo	A. Pires Lourenço e Filhos, SA	Castelo Branco	101	42
QISDS - Qualificação e internacionalização sustentada no desenvolvimento de soluções	MECALBI - Atividades de Engenharia Unipessoal, Lda	Castelo Branco	124	32
ALBISABORES -Estratégia Sustentada para aposta no mercado externo	ALBISABORES, Unipessoal, Lda.	Castelo Branco	76	32
Aumento da produtividade através da qualidade, do planeamento e do controlo	PROCIFISC - Engenharia e Consultadoria, Lda.	Idanha-a-Nova	112	32
ICT - Crescer no mercado global	ICT - Indústria de carnes do Tejo, Lda.	Vila Velha de Ródão	70	31
Projeto de modernização tecnológica com TIC, eficiência energética, economia digital e internacional	PUBLINÊS-Publicidade e Design, Lda	Castelo Branco	154	31
Consultoria para o desenvolvimento de uma solução TI aplicada aplicada a uma realidade multi-organizacional	Transportes de mercadorias Manuel Gonçalves, Lda	Castelo Branco	25	19
TRAVEMESTRA - Business Enable Online	TRAVEMESTRA - Contabilidade, Fiscalidade e Consultoria de Gestão, Lda	Castelo Branco	13	9
Projeto de eficiência energética	Ribeiro & Companhia, Lda	Idanha-a-Nova	27	7
Instalação de sistema solar térmico e de eficiência energética em indústria de leite e derivados	Lourenço & Filhos, Lda	Vila Velha de Ródão	15	6
<b>Promoção e Capacitação Institucional</b>				
Coordenação e Gestão PROVERE Beira Baixa Terras de Excelência	Comunidade Intermunicipal da Beira Interior Sul (CIM.BIS)	Idanha-a-Nova	265	180
<b>Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas</b>				
CATAA-Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar	CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco	Castelo Branco	3 337	1 947
ISQ Centro - Castelo Branco	Instituto de Soldadura e Qualidade	Castelo Branco	1 817	1 272
Centro de investigação em Zoonoses	Instituto Politécnico de Castelo Branco	Castelo Branco	593	415
<b>Sistema de Apoios à Modernização Administrativa</b>				
Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Castelo Branco	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	Castelo Branco	840	552
<b>Sistema de Incentivos a Ações Coletivas</b>				
Estratégia de Dinamização Económica do Centro Urbano de Castelo Branco	ACICB - Associação Comercial, Industrial e Serviços de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	272	129
<b>Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)</b>				
Criação de nova empresa para a produção de novo produto de origem organoquímica	Resbio, Lda.	Vila Velha de Ródão	6 518	3 500
Inovação, com criação de unidade produtiva moderna equipada com linhas de produção com novas tecnologias e certificada com gestão da qualidade.	GIGANTESCA LUPA - Vidreira Unipessoal, Lda	Castelo Branco	1 504	1 126
Construção do Hotel S. Francisco	Martins, Reino & Filhos, Lda	Idanha-a-Nova	1 440	921
Introdução de um novo produto de alto conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas	BRANORDEM - Azeites e óleos, Lda	Vila Velha de Ródão	1 619	802
Desenvolvimento de sistemas Aroxa	AROXAMBIENTE - Construções Metálicas, SA	Castelo Branco	1 082	500
Quinta da Bigorna - Hotelaria e Turismo	Quinta da Bigorna - Hotelaria e Restauração, Lda	Castelo Branco	514	328
Melhoria substancial na qualidade e quantidade de Output's da empresa	AQUIMISA - Consultores Agro-Industriais, Lda	Castelo Branco	771	236
Modernização da unidade empresarial	Andrea Nelma Guerreiro Malta	Castelo Branco	257	167
Modernização da empresa	Otica Lucas, Lda.	Castelo Branco	207	156
Inovação na alimentação de aves e animais de companhia	MESKLIFLOWER Unipessoal, Lda	Idanha-a-Nova	311	154
Requalificação da empresa	Carmina & Manuel - Restaurante Pastelaria e	Castelo Branco	141	105

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Projeto	Beneficiário	Município	Investimento total (milhares euros)	FEDER aprovado (milhares euros)
	Padaria, Lda			
Modernização do espaço comercial	António dos Santos Carvalho	Castelo Branco	133	98
Modernização da unidade empresarial	Aqui ao lado cafés, Lda	Castelo Branco	67	50
Modernização da empresa	Espaço Moda - Soc. Alcastrense Comércio de Modas, Lda	Castelo Branco	63	46
<b>SUBTOTAL EIXO 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento</b>			<b>28 307</b>	<b>16 004</b>
<b>Eixo 2 - Valorização do Espaço Regional</b>				
<b>Ações de Valorização e Qualificação Ambiental</b>				
Requalificação do Lagar de Varas e sua envolvente no Cabeço das Pesqueiras	Município de Vila Velha de Ródão	Vila Velha de Ródão	1 699	1 062
Eixo de Entrada Poente de Penamacor	Município de Penamacor	Penamacor	561	444
Requalificação Urbana e paisagística Rua Filarmónica Idanhense	Município de Idanha-a-Nova	Idanha-a-Nova	579	395
Rua de Santa Marta em Benquerença	Município de Penamacor	Penamacor	401	295
Requalificação Urbana e paisagística Bodo de Monfortinho	Município de Idanha-a-Nova	Idanha-a-Nova	369	229
<b>Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (ações imateriais)</b>				
Revisão do Plano Municipal de Emergência de Vila Velha de Ródão	Município de Vila Velha de Ródão	Vila Velha de Ródão	17	14
<b>Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (ações materiais)</b>				
Aquisição de Veículo de Socorro e Assistência Especial (VSAE) - Castelo Branco	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco	Castelo Branco	250	175
Aquisição de um VUCI- Veículo Urbano de Combate a Incêndios	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor	Penamacor	200	140
Aquisição de Veículo Florestal de Combate a Incêndios (VFCI) - Castelo Branco	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco	Castelo Branco	130	91
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Aquisição de Veículo de Combate a Incêndios	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Velha de Ródão	Vila Velha de Ródão	158	90
Rede de Equipamentos Culturais				
CULTREDE 2009/2011 - Município de Castelo Branco	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	198	158
<b>SUBTOTAL EIXO 2 - Valorização do Espaço Regional</b>			<b>4 562</b>	<b>3 093</b>
<b>Eixo 3 - Coesão Local e Urbana</b>				
<b>Equipamentos para a Coesão Local</b>				
Requalificação do Edifício do Conservatório Regional de Castelo Branco	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	1 168	796
Equipamentos Desportivos Localizados no Parque Urbano da Cidade	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	861	689
Construção de Complexo Desportivo no Ladoeiro - 1.ª Fase	Município de Idanha-a-Nova	Idanha-a-Nova	612	490
Lar de 3.ª Idade na Zebreira - 2.ª e 3.ª Fase	Município de Idanha-a-Nova	Idanha-a-Nova	602	481
Construção de Edifício para Melária - Central Meleira	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	503	402
<b>Mobilidade Territorial</b>				
Requalificação Urbanística do Bairro do Valongo, Quinta da Pipa e Quinta do Socorro	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	2 188	1 726
Remodelação do Mercado Municipal de Castelo Branco	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	2 968	1 333
Entrada Sul da Cidade de Castelo Branco	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	1 218	963
Requalificação da EN 112 entre o km 84,500 e o km 94,000	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	1 038	830
Construção da Ligação Viária entre a Avenida da Europa e a Rua da Fonte Nova	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	677	542
Requalificação Urbana em Alcains	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	474	378
Ligação Idanha-Castelo Branco - Ponte Sobre a Ribeira de Alpreada (Mata)	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	335	268
Requalificação da Ligação Póvoa de Rio de Moinhos - Barragem de Santa Águeda (Marateca)	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	306	245
Variante ao Ladoeiro - ligação entre a EM 554 e a EN 240	Município de Idanha-a-Nova	Idanha-a-Nova	291	233
Requalificação da Estrada do Alto da Lousa	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	206	162
<b>Parcerias para a Regeneração Urbana</b>				
Adaptação de edifício para Instalação/Adaptação do Museu Cargaleiro	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	710	567
Requalificação das Capelas do Espírito Santo e da Sra. da Piedade	Fábrica Igreja Paróquia São Miguel Sé Castelo Branco	Castelo Branco	214	139
Casa de Apoio à Integração de Jovens em Risco	Casa de Infância e Juventude - CIJE	Castelo Branco	117	94
Animação, gestão e comunicação	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	100	80
Reabilitação da Capela da Nossa Senhora da Piedade	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima	Castelo Branco	75	60
Dinamização da Micro-Incubadora de Empresas de Animação Turística	Instituto Politécnico de Castelo Branco	Castelo Branco	50	40
<b>Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar</b>				
CEP - Centro Educativo de Penamacor	Município de Penamacor	Penamacor	1 714	1 371
Ampliação do Centro Escolar Cidade de Castelo Branco	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	1 236	858
Construção e Requalificação do Centro Escolar de Alcains	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	969	641
Ampliação e Requalificação do Centro Escolar do Castelo	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	598	447
Ampliação do Centro Escolar Afonso de Paiva	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	552	441
Ampliação e Requalificação do Centro Escolar da Sr.ª da Piedade	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	556	428
ESCOLA EB1 DE VILA VELHA DE RÓDÃO	Município de Vila Velha de Ródão	Vila Velha de Ródão	503	400
Ampliação do Centro Escolar da Faria de Vasconcelos	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	251	167
<b>SUBTOTAL EIXO 3 - Coesão Local e Urbana</b>			<b>21 091</b>	<b>15 271</b>
<b>Eixo 4 - Assistência Técnica</b>				
Assistência Técnica 2011 - CIMBIS	Comunidade Intermunicipal da Beira Interior Sul (CIM.BIS)	Idanha-a-Nova	245	208
Assistencia Técnica CIMBIS 2010	Comunidade Intermunicipal da Beira Interior Sul (CIM.BIS)	Idanha-a-Nova	165	140

## EFEITOS DAS POLÍTICAS REGIONAIS E FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO CENTRO

Projeto	Beneficiário	Município	Investimento total (milhares euros)	FEDER aprovado (milhares euros)
Candidatura à Medida de Assistência Técnica do Programa Operacional - CIMBIS	Comunidade Intermunicipal da Beira Interior Sul (CIM.BIS)	Idanha-a-Nova	74	63
SUBTOTAL EIXO 4 - Assistência Técnica			484	412
TOTAL PROGRAMA REGIONAL MAIS CENTRO			54 445	34 780

Nota: Não foram considerados as operações que foram alvo de desistência, anulação ou rescisão.